



REVISTA DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO



REVISTA DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO

Nº 14

Salvador, Bahia
2008

Editoração e Impressão:
Colégio e Faculdade Apoio

Capa:
Manoelito Damasceno

REVISTA DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO
Largo do Campo Grande, n.º 8

Revista da Academia Baiana de Educação, v.1, n. 14 (jan-dez) -2008 –
Salvador: ABED, 2008.

390 p.

O 1.º volume foi publicado em 1991.

Anual
ISSN – 1982-3444

1. Educação – Bahia – Periódicos. I. Academia Baiana de Educação

CDD:370.5
CDU: 37(05) (813.8)

REVISTA DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO

Fundada em 9 de setembro de 1982, é uma sociedade civil, com personalidade jurídica própria, de duração ilimitada.

VOLUME 14 (2008)



REVISTA DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO

DIRETORIA (2008-2010)

Presidente de Honra:	Leda Jesuíno dos Santos
Presidente:	José Rogerio da Costa Vargens
Vice-presidente:	Germano Machado
1.º Secretário:	João Eurico Matta
2.º Secretário:	Rosa Pereira Levita
Tesoureiro:	Marcelo Augusto Carvalho Rocha
Diretor da Revista :	José Nilton Carvalho Pereira
Diretora de Arquivo e Biblioteca:	Vanda Angélica da Cunha

Em Agradecimento à Entrega do Título de Professor Emérito.....	9
<i>Roberto Figueira Santos</i>	
Saudação aos Novos Membros da Academia de Medicina de Feira de Santa.....	19
<i>Roberto Figueira Santos</i>	
Adelaide Rogério de Rezende.....	26
<i>Roberto Figueira Santos</i>	
As Ciências da Informação e a Saúde Humana.....	29
<i>Roberto Figueira Santos</i>	
Discurso em Homenagem ao 57º Aniversário do Centro de Estudos Pensamento e Ação – Cepa Câmara Municipal de Salvador.....	36
<i>Leda Jesuíno dos Santos</i>	
Homenagem ao Prof. Dr. Roberto Santos no Término do seu Mandado como Presidente da Academia Baiana de Educação.....	42
<i>Leda Jesuíno dos Santos</i>	
Academia Baiana de Educação Concessão do Título Educador do Ano 1997 Proposta para ser titulado Prof. Divaldo Pereira Franco.....	45
<i>Leda Jesuíno dos Santos</i>	
A Filosofia na sala de aula. Qual o seu papel?	51
<i>Leda Jesuíno dos Santos</i>	
Inauguração da Faculdade de Educação da Ufba.....	58
<i>Leda Jesuíno dos Santos</i>	
Discurso Recepção de Divaldo Franco na Academia Baiana de Educação, como “Educador do Ano”	67
<i>Leda Jesuíno dos Santos</i>	
Discurso no Túmulo de Bárbara Vasconcelos de Carvalho.....	91
<i>Leda Jesuíno dos Santos</i>	
Academia Baiana de Educação Discurso de Recepção ao Educador do Ano Professora Zilma Parente de Barros.....	93
<i>Leda Jesuíno dos Santos</i>	
Discurso de Posse na Presidência da Academia Baiana	

<i>J. Rogerio C. Vargens</i>	
Saudação na Solenidade de Entrega dos Títulos de Personalidade Educacional 2008 Prêmio Amélia Rodrigues.....	107
<i>Rogerio C. Vargens</i>	
Pronunciamento na Instalação do Ciclo de Oficinas para Professores de Educação Física.....	110
<i>J. Rogerio C. Vargens</i>	
Saudação ao Professor Roberto Santos	113
<i>Edivaldo M. Boaventura</i>	
Ciência Religião Cultura e Vida.....	115
<i>Germano Machado</i>	
Um Psiquiatra Fala da Profundidade do Ser Humano	118
<i>Germano Machado</i>	
O Ensino Superior no Brasil em Tempos de Globalização.....	121
<i>Professor Manoel J. F. Barros Sobrinho</i>	
O Tupinambá de Ruão.....	126
<i>Remy de Souza</i>	
Discurso do Prof. Divaldo Franco.....	136
Discurso do Acadêmico Luiz Henrique Dias Tavares.....	150
Saudação ao <i>Doutor</i> Honoris Causa Divaldo Pereira Franco.....	154
<i>João Eurico Matta</i>	
Saudação a Luis Henrique Dias Tavares.....	176
<i>Consuelo Pondé de Sena</i>	
A Universidade Medieval e sua Base Física de Funcionamento.....	181
<i>Élsior Moreira Alves</i>	
Discurso de Posse de Adelaide Rogério de Rezende na Academia Baiana de Educação, em 09/07/2008.	189

do Prof. Dr. Isaias Alves de Almeida, Transcorrido a 29 de agosto de 1988.	
Também Discurso de Posse do Mesmo Professor, Ângelo Lyrio Alves de Almeida, como Acadêmico da Academia Baiana de Educação.....	203
Breve Registro da Presença Alemã no Panorama Artístico da Bahia nos últimos Anos.....	237
<i>Zilma Parente de Barros</i>	
Passagem da Família Real Portuguesa por Cabo Verde a caminho do Brasil: Acontecimento revelador o papel das ilhas nas ligações transatlânticas.....	250
<i>Lourenço Gomes (Universidade de Cabo Verde)</i>	
Discurso de Saudação à Professora Adelaide Rógerio de Rezende na Posse da Cadeira n.º 2.....	260
<i>Nadja Maria Valverde Viana</i>	
Comunidades de Aprendizagem Internacionais de Expressão Portuguesa: por uma Educação sem Distância.....	270
<i>Alfredo Eurico Rodrigues Matta</i>	
Parecer Sobre a Concessão do Registro Profissional de Contabilista Exclusivamente ao Graduado em Nível Superior - Bacharel em Ciências Contábeis.....	282
<i>Alirio Fernando Barbosa de Souza, D.Ed.</i>	
<i>Edivaldo Machado Boaventura, Ph.D.</i>	
Johann Friedrich Herbart, Filósofo e Pedagogo: “Uma Aula... Que Não Dei”	300
<i>Francisco Pinheiro Lima Júnior</i>	
A Nova Reforma Ortográfica da Língua Portuguesa.....	319
<i>José Nilton Carvalho Pereira</i>	
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).....	331

Regimento da Academia Baiana de Educação.....	374
Patronos da Academia Baiana de Educação e Acadêmicos Titulares.....	386
Acadêmicos Titulares.....	390

TÍTULO DE PROFESSOR EMÉRITO

Roberto Figueira Santos
Professor da Faculdade de Medicina
da Universidade Federal da Bahia

Início estas palavras com o agradecimento devido aos amigos e colegas que mais se empenharam pela outorga do título de Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia, que ora recebo. A ex-Reitora Eliane Azevedo relatou o pertinente processo diante da Congregação da Faculdade de Medicina, e acompanhou todos os trâmites da indicação, culminando com as palavras que acabamos de ouvir, nas quais reconheço a força da amizade recíproca que tem existido entre nós, ao longo de mais de quatro décadas. O Professor José Tavares Neto presidiu a reunião da Congregação da Faculdade, na qual foi aprovado o parecer da Professora Eliane e o Reitor Naomar de Almeida Filho presidiu a sessão do Conselho Universitário em que foi confirmada, em última instância, a proposta da Faculdade de Medicina. A todos os que participaram dessas votações e, em especial, aos responsáveis maiores pela aprovação do título, desejo expressar a minha gratidão, tendo em vista a generosidade dos seus gestos. E aos que estão prestigiando este ato com as suas presenças, quero, igualmente, externar o meu profundo agradecimento.

A mim mesmo tenho perguntado: “emérito por que? Por que emérito?”. Que fiz eu, além de cumprir, rigorosamente, as obrigações do professor universitário, para merecer este honroso título? Encontro a resposta em sucessivos atos de coragem, assumidos desde os tempos da minha juventude.

Foi, sem dúvida, por sucessivos atos de coragem, que contribui para a superação das praxes predominantes no

ensino médico no Brasil, até à metade da década de 1950. Batalhei, de forma pioneira, na companhia de alguns professores da nossa e de outras Faculdades das mais progressistas do país, para reorganizar o aprendizado prático das disciplinas clínicas, reduzir a ênfase nas aulas teóricas, inserir na formação do futuro médico noções referentes ao significado do ambiente social sobre a problemática da saúde dos indivíduos e das populações, combater a especialização precoce do estudante, adquirida em serviços que escapavam às diretrizes da respectiva Escola, ocorrências freqüentes durante muitas décadas. Defendi a implantação do regime tutorial, em virtude do qual pequenos grupos de estudantes iniciam a sua experiência profissional acompanhando situações concretas relativas aos problemas de saúde de seres humanos, e assumindo responsabilidades crescentes, com a supervisão obrigatória e insubstituível do pessoal docente da escola.

Pela mesma época, o Hospital das Clínicas da Universidade Federal da Bahia criou a Residência Médica, da qual me orgulho de haver sido o inspirador e o primeiro orientador. Destinado à especialização dos recém-formados, com a sempre insubstituível supervisão do pessoal docente da Faculdade, esse programa ensinou o aperfeiçoamento da formação dos médicos do futuro, enquanto melhorava, sobremaneira, a qualidade da atenção aos pacientes, nos ambulatorios e nas enfermarias. Em livro intitulado “Ensino médico e serviços de saúde”, reuni vários pronunciamentos meus sobre o tema ao qual estive, predominantemente, dedicado, durante muitos anos.

Foi, também, ato de coragem, assumir a função docente em tempo integral e dedicação exclusiva, mesmo com a renúncia a vantagens de ordem material, numa época em que o magistério superior federal desconhecia esse regime de trabalho. Tal decisão me ensinou a realização de pesquisas no campo biomédico e me permitiu orientar colegas animados de idênticos

propósitos que passaram a integrar o “Núcleo de Medicina Experimental (NUMEX), do citado Hospital. Havia sido a implantação desse Hospital Universitário Professor Edgard Santos, o mais importante marco na evolução dos serviços de saúde no Nordeste brasileiro, em todo o século XX.

Passados alguns anos, quando Miguel Calmon assumiu a Reitoria da Universidade, convidou-me para dirigir o Departamento Cultural que era, então, o órgão encarregado de estudar as alterações na estrutura da nossa e das demais Universidades Federais, exigidas pela evolução da economia do país. Foi, esta, a primeira atividade por mim exercida fora da área do magistério médico. Estava eu imerso nesses estudos de organização universitária quando, em 1967, por circunstâncias imprevistas, foi o meu nome incluído na lista tríplice encaminhada ao Presidente da República para a escolha do futuro Reitor. Assumi a Reitoria a 3 de Julho daquele ano.

É de geral conhecimento que as primeiras Universidades brasileiras começaram a funcionar, tardiamente, há muito pouco tempo, no começo da década de 1930. Algumas delas, a exemplo da nossa, tinham raízes mais profundas no tempo. Existiram instituições precursoras da nossa Universidade desde séculos passados nos cursos oferecidos pelo Colégio dos Jesuítas e na Escola de Cirurgia do Hospital Militar de Salvador.

Vinham as Universidades brasileiras criadas entre as décadas de 1930 e o ano de 1960, prestando relevantes serviços à sociedade brasileira, por formarem, em nível superior de educação, com proficiência, os recursos humanos necessários aos serviços da nossa população. Essa importantíssima parcela das suas atribuições, contudo, com raras e honrosas exceções, não se acompanhava de uma ênfase maior na outra vertente da atividade universitária, que é o preparo de pesquisadores e a implementação de pesquisas técnico-científicas, como compromisso inerente ao próprio conceito de Universidade e,

não, apenas, como resultado de iniciativas individuais e esporádicas de alguns membros do seu corpo docente. Ressalvadas raras e honrosas exceções, os trabalhos, relativamente escassos, de investigação científica realizados entre nós, desde o período colonial até mais de um século após a Independência, foram elaborados, por órgãos especializados, particularmente nas áreas da saúde e da agricultura, fora das instituições preparadoras de profissionais de nível superior e por cientistas formados, com absoluta predominância, em países europeus.

Na transição entre as décadas de 1950 e 1960, o Brasil atravessou um surto de intenso progresso e de modernização da sua vida social. Até então, a grande maioria dos bens e serviços que envolviam tecnologias avançadas, mesmo os de uso corrente pela nossa população, resultavam da importação de produtos e de processos originados nos países mais desenvolvidos. Àquela altura, as nossas Universidades, pela sua própria iniciativa, e, também, devido à pressão exercida por lideranças do setor produtivo, se deram conta da importância da intensificação do preparo de pesquisadores e da implementação de pesquisas para melhor conhecimento das nossas matérias primas, dos nossos recursos humanos e do nosso mercado.

O exame das medidas mais necessárias a essa transformação, mostrou como era inadiável a reorganização das cátedras então dedicadas aos setores básicos do conhecimento (Matemática, Física, Química, Biologia, Geo-Ciências, Ciências Humanas, Letras). Eram, até então, essas disciplinas, lecionadas em várias Faculdades de cada Universidade, como apoio à fase profissionalizante dos currículos para a obtenção dos diplomas das diversas categorias de profissionais. Com a criação das primeiras Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, essas disciplinas básicas, entre nós, haviam começado a ser cultivadas pela sua própria importância, e não, apenas, como preparação ao entendimento das práticas das diferentes categorias de

profissionais. Constituíam verdadeiras exceções, pelo Brasil afora, as cátedras com essa finalidade que ofereciam programas regulares de pesquisa e de pós-graduação. Os recursos humanos, materiais e financeiros destinados a esses ramos básicos do saber, permaneciam **fragmentados** entre as diferentes Faculdades de cada Universidade, o que dificultava a formação de “massa crítica” de conhecimentos, de pessoal e de equipamentos que assegurasse a geração de pensamento inovador e de projetos de investigação marcados pela originalidade.

Havia uma razão histórica para isto: as nossas Universidades criadas entre 1930 e 1960 haviam resultado, todas, da aglomeração de Faculdades isoladas, pre-existentes e completas em si mesmas. Isto é, todas incluíam disciplinas profissionalizantes, privativas da profissão correspondente, além das disciplinas básicas, comuns a diferentes currículos. Assim, por exemplo, existiam, em cada Universidade, uma ou mais cátedras de Matemática na Escola Politécnica, outras nas Faculdades de Filosofia, de Arquitetura, de Ciências Econômicas e Contábeis, tanto da nossa, como das demais Universidades criadas entre 1930 e 1960. A evidente pulverização dos meios dedicados às ciências básicas, impedia que florescessem a pesquisa e os programas de pós-graduação, no caso em apreço, da Matemática. Fenômeno idêntico ocorria em relação aos demais ramos básicos do conhecimento.

Sabe-se que o sucesso na formação de pesquisadores e na realização de pesquisas é muito difícil onde não existe o regime de trabalho em dedicação exclusiva. Ora, nas unidades universitárias dedicadas às ciências básicas, invariavelmente, é mais fácil recrutar pessoal docente nesse regime de trabalho do que nos departamentos das disciplinas profissionalizantes. E esse regime não existiu na rede de ensino superior no Brasil, antes da década de 1960.

Eram esses os mais fortes motivos pelos quais não se imprimia grande ênfase à realização de pesquisas na maioria das nossas instituições universitárias. Conscientes dessa realidade, os membros do Conselho Federal de Educação elaboraram proposta de reestruturação das Universidades, aceita pelo Governo Federal, e por este transformada em lei, baseada em dois princípios essenciais: o da “não-duplicação de meios para fins idênticos”; e o da “indissociabilidade do ensino e da pesquisa”. Por pertencer, então, ao Conselho, participei da elaboração dessas normas, para a qual, ao contrário do que alguns pensam e dizem, não ocorreu, de forma alguma, qualquer influência de personalidades estrangeiras nem de representantes do governo federal da época.

A tradução de tais princípios em medidas práticas implicava profunda reestruturação nas nossas Universidades, mediante mudanças que exigiam atos de coragem para a sua implantação. Coube a mim, na condição de Reitor, liderar essa transformação na Universidade Federal da Bahia, tarefa que anunciei como prioritária para o meu período à frente da Reitoria. Decorridos mais de quarenta anos, as suas conseqüências são claramente evidenciadas pela análise de dados numéricos da nossa atualidade. Assim, no ano de 2.007, contava a Universidade com 46 cursos de mestrado, nos quais estavam matriculados 2.070 alunos; e 26 programas de doutorado, com 920 candidatos ao título. Do total de 1.708 membros do corpo docente, 1.233 adotavam o regime de dedicação exclusiva; desses, 793 eram doutores e mais 364 tinham o título de mestre. A Universidade dispunha de 959 bolsas de diferentes origens, destinadas a alunos de pós-graduação e a pesquisadores.

Em decorrência da reestruturação, em cada Universidade dentre as oriundas daquele período, novas unidades foram criadas afim de se ocuparem com cada qual dos ramos dos setores básicos do conhecimento. A nossa Universidade passou a

ter, na sua estrutura, de acordo com os citados decretos-leis, os Institutos de Matemática, de Física, de Química, de Biologia, de Geo-Ciências, de Filosofia e Ciências Humanas, e de Letras. Desmembraram-se, para isso, antigas cátedras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e outras, oriundas de unidades de formação profissional, a exemplo da Escola Politécnica, das Faculdades de Medicina, Odontologia, Farmácia, Direito, Administração, Arquitetura, Economia e de Ciências Contábeis. Criou-se, além disso, a Faculdade de Educação.

Várias das novas unidades (as de Matemática, Física, Química, Geo-Ciências e, parcialmente, a de Biologia) passaram a ocupar prédios para esse fim construídos, durante o meu mandato, graças a financiamentos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Modernos laboratórios foram equipados com instrumental muito mais rico do que os seus predecessores. Professores de Universidades estrangeiras foram convidados a lecionar pelo período de vários anos, mediante seleção que teve a colaboração da Unesco e graças a recursos oferecidos pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD). Tomou grande impulso o campus da Federação, e se expandiu o do Canela. Foi implantado o Instituto de Ciências da Saúde, para acolher as disciplinas pre-profissionais das Faculdades de Medicina, Odontologia, Farmácia, e das Escolas de Enfermagem e de Nutrição. Criou-se o Conselho de Coordenação do Ensino, Pesquisa e Extensão, ao mesmo nível hierárquico do Conselho Universitário. Mudou a composição dos Conselhos, no sentido de que os setores básicos do conhecimento, até então representados, fundamentalmente, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, passaram a ser representados, no governo da Universidade, por nada menos que seis membros do magistério. Transferiu-se a Escola de Belas Artes do Centro Histórico de Salvador, onde estava, fisicamente, distante das demais unidades, para o bairro do Canela, próximo às outras Escolas de Artes. E a ela se acrescentou, a Galeria

Cañizares, em prédio para esse fim adquirido afim de acolher exposições de trabalhos de professores e alunos.

Por mecanismo inteiramente diverso das regras da reestruturação, e graças a providências oriundas do governo federal, a Escolas de Agronomia e de Veterinária, até então ligadas ao governo estadual, foram acolhidas pela Universidade Federal, e passaram a ser financiadas pelo orçamento da República. Implantou-se a matrícula por disciplina, o que gerou maior flexibilidade no cumprimento dos currículos. Foram quatro anos de muito trabalho, muita animação e grande coesão da parte de uma equipe de excepcional mérito, graças à sua dedicação e ao seu conhecimento dos princípios da organização universitária.

Mas, não foi, apenas, em relação à pós-graduação e à pesquisa que a nossa Universidade tomou grande impulso. Eis alguns exemplos: entre os anos de 1967 e 1971, correspondentes ao meu mandato, mais do que dobrou o numero de alunos da Universidade, de pouco mais de 5.000 para cerca de 11.000; foi consideravelmente ampliado o número de vagas de primeiro ano dos vários cursos, de 1.200, no ano de 1967, para cerca de 3.000, em 1971; ampliou-se o espaço físico a serviço da Universidade, mediante mais de 30.000 m² projetados, construídos e equipados para os Institutos básicos, e mais cerca de 17.000 m² para uso das disciplinas profissionalizantes, total ou parcialmente construídos e, equipados no mesmo período. Organizamos, com regularidade, sessões anuais de apresentação de pesquisas feitas na Universidade; implantamos o vestibular unificado, com grande aperfeiçoamento do processo de admissão dos alunos; intensificamos os contatos nacionais e internacionais com instituições culturais e entidades financiadoras de atividades universitárias, a exemplo do CNPq, CAPES, Fundações Kellogg, Rockefeller, Ford, Gulbenkian, Conselho Brtânico, ORMSTOM, etc.; empreendemos importantes programas de extensão, a exemplo do “Festival do Barroco Baiano”, com a colaboração da Fundação Gulbenkian, e o ciclo de estudos sobre o Recôncavo

Baiano, com a colaboração do Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de S. Paulo. A minha atividade como Reitor se acha retratada em livro intitulado “A Universidade e os novos propósitos da sociedade brasileira”.

Terminado o mandato de Reitor, quando a legislação proibia a reeleição para o cargo, candidatei-me à Presidência do Conselho Federal de Educação, órgão que gozava, na época, de grande prestígio junto às altas autoridades do país. Mudei-me para Brasília, com toda a família, e lá residimos durante quase quatro anos. O Conselho se havia transferido, recentemente, do Rio de Janeiro para Brasília, e se fazia necessário um grande esforço de dinamização do órgão ao qual me dediquei, inteiramente. Fiquei conhecendo melhor as engrenagens do poder a nível federal, o que me foi muito útil quando exerci outras atividades, posteriormente, no Governo da Bahia e na Capital da República.

Estava por terminar o meu mandato de presidente do Conselho Federal de Educação, quando fui escolhido candidato ao Governo da Bahia. Enfrentei, a começar desse tempo, profunda modificação no estilo de vida que havia conhecido até então. A minha principal motivação para trilhar o novo caminho provinha da vivência dos meus dias de total dedicação ao Hospital da Universidade, onde atendi, exclusivamente, durante muitos anos, pacientes então rotulados de “indigentes”, isto é, brasileiros e brasileiras que não dispunham de qualquer cobertura financeira para os cuidados à sua saúde, a não ser pela frequência ao Hospital Universitário. Convivi, assim, intimamente, com o modo de vida dos baianos de mais baixa renda, o que influenciou, decisivamente, a minha atuação como Governador do Estado, alguns anos mais tarde.

Passados os quatro anos de exercício do governo do Estado, voltei à Universidade. Após examinar as hipóteses de

como servir a esta instituição, nas novas circunstâncias, decidi fixar-me no Laboratório de Genética Humana da Faculdade de Medicina, sob a direção da Professora Eliane Elisa Azevedo, que havia sido minha discípula nos tempos de estudante e de recém-diplomada em Medicina.

Foi, pois, na minha integral dedicação às atividades acadêmicas, ao longo de várias décadas, que encontrei motivação para o desempenho de funções políticas e administrativas em outras instâncias, como as que exerci no Governo do Estado, na Presidência do Conselho Nacional de Pesquisas, no Ministério da Saúde, na representação do Brasil junto à Organização Mundial da Saúde, na Câmara Federal e no Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. Em livro que está sendo lançado hoje, descrevo a minha atuação no exercício dessas múltiplas atividades. Toda a minha vida pública tem, pois, as suas raízes assentadas, firmemente, na Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia.

A minha total doação ao serviço público não teria sido possível não fosse a educação que recebi dos meus Pais, Carmen e Edgard, e da compreensão, representada pelo incondicional apoio da minha mulher, Maria Amélia e dos meus filhos e filhas, Anneliese, Cristiana, Edgard, Maria Carmen, Roberto Filho e Patrícia. Em parceria com Maria Amélia, foi, também, o resultado de atos de coragem, havermos conseguido bem educar seis filhos, quando era, ainda, exequível, cuidar de prole tão numerosa.

Por tudo o que foi dito, dedico aos meus pais, Carmen e Edgard, a Maria Amélia e aos nossos filhos e filhas, netos e netas, o título de Professor Emérito da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, que acabo de receber.

SAUDAÇÃO AOS NOVOS MEMBROS DA ACADEMIA DE MEDICINA DE FEIRA DE SANTANA

Roberto Figueira Santos
Professor da Faculdade de Medicina
da Universidade Federal da Bahia

Agradeço, penhoradamente, o honroso convite a mim dirigido para encerrar a presente sessão solene em que tomam posse novos membros desta Academia. É com a maior satisfação que cumprimento os amigos e amigas da Feira de Santana pela forma criteriosa com que construíram as bases do funcionamento da sua Academia de Medicina, tão bem idealizada e adequadamente estruturada. Sob o lema “Erudição e Ética”, um grupo de médicos radicados neste opulento e tradicional núcleo de atividade pecuária, que é, também, historicamente, um dos mais importantes centros logísticos do país, percebeu o significado que teria a sua associação com vistas à troca de informações e ao debate dos mais recentes progressos da sua e nossa profissão. Favorecem, por esta forma, a qualidade dos serviços prestados à saúde da população que integram. (Sou grato, igualmente, pelo comparecimento de todos quantos prestigiam este ato com as suas presenças.) Dirige-se esta minha saudação aos colegas que vinham, já, no exercício do mister de Acadêmico. Muito especialmente, entretanto, quero congratular-me com os que foram empossados hoje, na presente cerimônia. Um futuro de atividade muito produtiva os aguarda. A rapidez com que se estão renovando os conhecimentos que alicerçam as práticas da nossa profissão obriga os que a ela se dedicam a associar-se em clima de absoluta confiança recíproca, revestido de camaradagem que torna agradáveis os momentos do convívio.

Cabe, nesta hora, lançar a seguinte indagação: como e por que, desde o século XVI, no mundo ocidental, têm se reunido intelectuais para formar Academias nas quais trocam informações entre si e debatem idéias? Nascida na Itália, tendo suas raízes na secularização de hábitos que antes marcaram a atividade monástica, iniciativas idênticas foram registradas, mais tarde, em diversos países da Europa e de outros continentes. Foi assim na França, na Inglaterra, na Suécia, na Espanha e entre povos de língua germânica, antes, mesmo, desses terem se organizado, politicamente, para formarem uma nação. Várias dessas Academias passaram a manter intercâmbio institucional, a gerar programas comuns e a oferecer prêmios literários e científicos. Em Portugal e nas suas colônias ocorreu movimento análogo, entre o final do século XVII e o começo do seguinte. No Brasil, formaram-se Academias no século XVIII, tanto na Cidade do Salvador, capital da colônia de 1549 até 1763, como no Rio de Janeiro, que passou a ser a capital a partir do ano citado.

Todas as Academias então criadas sobreviveram, apenas, por muito pouco tempo. Nenhuma delas existia quando, coincidindo com a chegada ao Brasil da família real portuguesa, foram criadas as Escolas precursoras das primeiras Faculdades de Medicina, respectivamente, em Salvador no início de 1808 e no Rio de Janeiro, no final do mesmo ano. Na Bahia, além, de outras, existiu a chamada Academia dos Esquecidos, criada em 1724 e a dos Renascidos, iniciada em 1759. Nelas se debateram textos relacionados a temas religiosos, filosóficos, literários e históricos. Uma das Academias formadas, naqueles tempos, no Rio de Janeiro, foi dedicada às ciências e tinha, entre os seus membros, médicos, cirurgiões e boticários. Presidida pelo médico dr. José Henriques Ferreira, teve, também, vida curta.

As primeiras Academias européias precederam as mais antigas publicações periódicas dedicadas à difusão de informações científicas. Naquela época, as idéias e as experiências referentes à compreensão dos fatos da natureza se faziam, pre-

dominantemente, por meio de correspondência assídua entre os estudiosos desses assuntos. Coincidiu o aparecimento das Academias com a implantação de um ritmo acelerado na geração e no acúmulo do saber calcado em bases científicas, nos países europeus, o que veio a acentuar-se, extraordinariamente, nos séculos mais recentes.

Existe, em verdade, aspiração muito difundida entre grande número de pessoas cultas, no sentido de trocarem idéias e informações, de analisarem experiências e de discutirem hipóteses, de procederem a avaliações e juízos sobre relatos oferecidos por membros da mesma associação e por estranhos a ela. É como se houvesse, entre os eruditos, a aspiração de renunciar ao trabalho solitário ou, dito de outra forma, existisse uma tendência a reconhecer vantagens na atividade coletiva, em busca do amadurecimento da produção intelectual. Contudo, para que tenha maior rendimento a ação conjunta das pessoas eruditas, é necessário que se elaborem regras de comportamento nos debates, as quais, se não forem devidamente observadas, darão lugar a divergências que poderão suscitar a dissolução do grupo.

Entre os médicos, observa-se tendência idêntica para a troca de informações e para a avaliação coletiva das experiências de cada qual. Nestes casos, as iniciativas se revestem de particularidades que lhes conferem especial relevo, em vista dos aspectos éticos de práticas inerentes à profissão. Como se trata da saúde humana, ou seja, de aspectos essenciais à qualidade de vida do indivíduo ou dos agrupamentos em sociedade, a aceitação de práticas inovadoras deve ser precedida da apreciação coletiva dos fatos da natureza e de como lidar com eles, debatidos por pessoas devidamente credenciadas.

As questões pertinentes à ética médica eram já cogitadas ao tempo de Hipócrates, quando tudo era muito mais simples do que na atualidade. Dos médicos de então, esperava-se, tão somente, devotamento aos pacientes, compaixão e o banimento

de interesses escusos. Complicaram-se tanto as condições encontradas nos dias de hoje, que, afim de alcançar a melhor decisão em certos casos, tem sido necessário recorrer à contribuição de pessoas entranhas à nossa profissão. Apenas, como exemplos, cabe citar decisões referentes à escolha de tratamentos que possam depender de critérios de prioridade, ora devido aos custos astronômicos, ora devido à escassez de doadores para transplante de órgãos. Ou, ainda, em virtude da exposição a riscos imprevisíveis, em alguma fase da pesquisa farmacológica. Decisões dessa complexidade, têm sido atribuídas a grupos de trabalhos dos quais participem representantes da comunidade que não são, necessariamente, da profissão médica.

Entre muitos documentos elaborados no intuito de regulamentar questões éticas surgidos em função das pesquisas médicas, a Associação Médica Mundial cumpriu o seu dever fazendo aprovar a chamada “Declaração de Helsinki”, que se tornou referência para os que se ocupam com a complexa questão de como fazer progredir a ciência médica conservando o devido respeito à dignidade dos seres humanos. Muitos textos têm sido divulgados com o propósito de informar o grande público sobre o significado dessas questões éticas. A Feira de Santana e, especialmente, esta Academia, têm a felicidade de contar entre os integrantes da sua classe médica, com uma das autoridades de projeção nacional nesse assunto de grande atualidade, a professora e ex-reitora Eliane Azevedo. a quem, neste momento, rendo a mais calorosa homenagem.

A minha amizade à ilustre feirense Eliane Azevedo é, apenas, um dos muitos vínculos que me têm ligado à Feira de Santana, ao longo dos tempos. Nas décadas de 1950 e 1960 organizei e dirigi o programa de residentes do Hospital Universitário Professor Edgard Santos. Sabem os professores de Medicina que os pacientes dos Hospitais Universitários constituem uma amostra atípica das situações médicas encontradas na população geral. Afim de proporcionar aos futuros médicos situações mais condi-

zentes com a realidade, temos identificado enfermarias e ambula-tórios que fazem parte da rede geral de atendimento à população e que prestam serviços de boa qualidade técnica e profissional. Em décadas passadas, escolhemos, para isso, unidades que fun-cionavam em dois bairros de Salvador, respectivamente, o Nor-deste de Amaralina e o Alto das Pombas. E, também, o Hospital D. Pedro de Alcântara, ligado à Santa Casa da Misericórdia da Feira de Santana, cujo provedor era o estimado amigo e antigo aluno do meu Pai, o cirurgião Renato de Carvalho e Silva. Nos fins de semana, durante longo período de tempo, vieram para esta Cidade vários dos nossos residentes e um dos professores da Fa-culdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, destaca-do para aqui vir acompanhar e supervisionar as atividades dos residentes. O programa teve grande sucesso e me trouxe, repeti-damente, à Feira de Santana que era já, naquela época, o mais progressista dos municípios do interior do nosso Estado.

Quero citar, ainda, mais um vínculo de amizade com feirenses ilustres. Em homenagem prestada ao Professor Edivaldo Boaventura, aqui presente, tive ocasião de dizer a seu respeito: “Nos últimos tempos, dificilmente se passa uma semana – qualquer período de uma semana – sem que o Edivaldo esteja encarregado de um ou mais pronunciamentos de grande respon-sabilidade, em Salvador ou fora daqui.” “Espírito refinado, Edi-valdo cultivava um “humour” quase-britânico, que tem como tema, invariavelmente, a sua inesquecível e sempre amada Feira de Santana.” Onde quer que ele esteja, e seja qual for o tema do qual esteja tratando, a voz de Edivaldo é, sempre, a voz da Feira de Santana.

Cabe distinguir a missão das Academias de Medi-cina das responsabilidades afetas às Universidades e aos Institu-tos de Pesquisa. Nestas últimas instituições, geram-se novas pro-posições, que terão de ser avaliadas e difundidas, antes da sua inclusão entre as práticas profissionais. As Academias constituem ambientes apropriados para tais avaliações. Cabe acentuar que

nenhum conhecimento adquirido pelo método científico deve, jamais, considerar-se como definitivo. Muitos são os exemplos de conhecimentos tidos como sendo a palavra final na interpretação de fatos da natureza ao longo de muitos anos e, até de vários séculos, e que, muito mais tarde, foram substituídos por interpretações diversas, em vista de novas observações ou de novos enquadramentos no conjunto dos conhecimentos humanos. O mais marcante exemplo de semelhante ocorrência está entre ensinamentos de Isaac Newton, originados no século XVII, e que somente foram modificados quando Einstein, no século XX, demonstrou a necessidade da sua substituição.

A organização das Academias tem diferido, sensivelmente, entre um e outro dos vários países que as possuem e em função dos ramos do saber aos quais se dedicam. Assim, algumas incorporam pessoas ilustres que se dedicam a diferentes setores do conhecimento, enquanto outras procuram reunir os que se ocupam com algum setor particularizado do saber humano. Algumas dessas instituições preferem ser completamente independentes dentro da sociedade que as criou e, com esse intuito, não recebem qualquer subsídio de órgãos oficiais. Outras, oferecem “jetons” aos que as freqüentam ou distribuem salários regulares a alguns ou a todos os seus membros. Entre as que são subsidiadas, não tem faltado o patrocínio de personalidades que disso procuram utilizar-se politicamente.

A classe médica da Feira de Santana, merecedora do elevado conceito em que é tida pelos habitantes de toda a região circunjacente a este município, demonstrou o seu elevado grau de amadurecimento ao constituir a presente Academia e pode, assim, ampliar e aperfeiçoar os serviços que presta a esta população. Cumpre-me, pois, formular votos para que a instituição tenha vida longa e continue a preencher com o brilho de sempre, o papel que lhe cabe no constante aprimoramento da qualidade dos serviços prestados pelos seus associados aos feirenses, aos baianos e aos brasileiros de todo o território nacional. Especial sauda-

ção eu dirijo aos que acabam de ser empossados. O seu mérito como profissionais da Medicina, está sendo reconhecido. Cumpre, pois, manter a mesma linha de conduta que os trouxe até aqui, contribuindo da melhor forma ao alcance de cada qual, para a qualidade de vida dos feirenses, dos baianos e dos brasileiros.

Bahia, 11 de Outubro de 2008

ADELAIDE ROGÉRIO DE REZENDE

Roberto Figueira Santos
Presidente da Academia Baiana
de Educação.

A imensa riqueza do convívio entre os membros desta Academia, das trocas de idéias e de experiências que compõem e caracterizam os nossos eventos, tem sua origem na enorme variedade dos nossos estilos de vida, devida à crescente complexidade do processo educacional. Em verdade, todos os confrades e congreiras que compõem o nosso quadro social, sem exceção, passamos várias décadas de nossas existências na sala de aulas e na administração de órgãos gestores da educação.

Mas, tomemos como exemplo dessa variedade, a carreira de quem será, dentro em breve, a nossa mais recente congreira. Vêm do berço os seus primeiros contactos com a educação. O professor Luiz Rogério de Souza, seu ilustre pai, foi um educador competente e dedicado às mesmas causas que nos atraem. Consciente do significado da melhor formação dos jovens para o futuro do país, o médico Luiz Rogério soube valer-se da sua vocação política como instrumento de ampliação das oportunidades educacionais dos baianos.

No exercício da Medicina junto a comunidades do interior do Estado, em especial, na região vizinha ao rio São Francisco, e graças ao relacionamento que sempre soube manter com os seus circunstantes, construiu ele um eleitorado que lhe foi grato, elegendo-o para a Assembléia Legislativa da Bahia. Era a sua oportunidade para colaborar na melhoria da legislação estadual da educação e para defender os recursos orçamentários necessários ao aprimoramento da formação da nossa juventude. Conhecia, a fundo, esses problemas, por ter sido professor na

rede pública do nosso interior e da capital do Estado. E por isso conseguiu contribuir para a criação de numerosos estabelecimentos de ensino, tanto na rede pública, como por intermédio da Campanha Nacional de Educandários da Comunidade (CNEC), por ele liderada durante longo período de tempo. O seu nome se foi, assim, tornando conhecido e respeitado como educador e como homem público. O Governador Luiz Viana Filho tinha por ele o maior apreço e quis fazer de Luiz Rogério o chefe da Casa Civil do seu Governo à frente dos destinos da Bahia. Luiz Rogério declinou do honroso convite para logo aceitar outra função mais de acordo com a sua vocação de educador. Aceitou presidir o recém-criado Conselho Estadual de Educação, ao qual deu feição modelar e cuja atuação, durante muitos anos, teve a marca da sua contribuição.

Adelaide Rogério de Rezende, no começo da sua trajetória de vida, beneficiou-se pela freqüência a uma das mais beneméritas instituições de ensino da nossa terra – o Colégio de Aplicação da Universidade Federal da Bahia. Diplomou-se, em seguida, nos cursos de Licenciatura e de Bacharelado em Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal da Bahia e passou a lecionar as disciplinas Legislação Educacional, Currículos e Programas, Didática Geral, Estrutura e Funcionamento do Ensino e Projetos Educacionais. Valendo-se dessa experiência, assumiu o exercício da Diretoria do Serviço de Seleção, Orientação e Avaliação da Reitoria da Universidade Federal da Bahia. Esse passado lhe tem sido de valia inestimável para a consultoria educacional a que se vem dedicando, na elaboração de projetos de implantação de Faculdades e de cursos de nível médio, assim como, da elaboração de estatutos e regimentos escolares. A **avaliação** das atividades educacionais tem merecido, nos anos mais recentes, a ênfase devida, e também a essa área a professora Adelaide se tem dedicado com afinco. As atividades no domínio da saúde humana constituem assunto da suas predileção, motivo pelo qual tem participado em atividades de planejamento, coordenação e execução na seleção de recursos

humanos para esse setor. A experiência por ela acumulada nos diferentes ramos da Educação lhe tem ensejado a realização de numerosas palestras e a publicação de artigos de sua autoria.

Sobram, pois, motivos para que a professora Adelaide Rogério de Rezende haja sido eleita para ocupar a cadeira número 2 desta Academia, que tem como patrono o Professor Alfredo Brito e cujo último ocupante foi o confrade Jair de Oliveira Santos, recentemente admitido na condição de Acadêmico Emérito. Estamos, assim, cercados de médicos por todos os lados. Já nos referimos ao médico professor Luiz Rogério, pai da professora Adelaide. Alfredo Brito, o patrono da cadeira para a qual elegemos a professora Adelaide, foi Professor e Diretor da Faculdade de Medicina da Bahia, celebrizado por haver liderado a reconstrução da sede daquela instituição, após o incêndio ocorrido em 1905. Também médico, profundamente interessado no processo da formação de futuros médicos, é o antecessor da professora Adelaide na cadeira de número 2 desta Academia, o professor Jair de Oliveira Santos. Longe de mim qualquer propósito de divagar, tecendo comentários sobre as razões pelas quais os médicos baianos são tão propensos aos estudos sobre a educação. A noite de hoje é dedicada à história de vida da Professora Adelaide e à homenagem que lhe é devida. E são com esse propósito as alocações que ouviremos a seguir, da confreira Nadja Maria Valverde Viana e da própria recipiendária, a professora Adelaide Rogério de Rezende.

Robert do Figueira Santos

AS CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO E A SAÚDE HUMANA

Roberto Figueira Santos
Professor da Faculdade de Medicina
da Universidade Federal da Bahia

Desejo, inicialmente, cumprimentar os organizadores deste Colóquio Internacional pelo grande sucesso resultante da aproximação de estudiosos de Portugal e do Brasil dedicados a um tema dos mais palpitantes da atualidade e da mais alta relevância para ambas as nações. Está, ainda, em seu começo, a verdadeira revolução nas práticas médicas ensejada pelo extraordinário progresso das Ciências da Informação e da Comunicação. Bem inspirados estiveram os promotores deste Colóquio, ao procurarem animar os que se dedicam a essas atividades, a perscrutarem os horizontes e procurarem divisar o que o futuro nos trará.

Cumpre-me dar as boas-vindas aos que se deslocaram de Portugal, particularmente do norte de Portugal, de onde vieram tantos dos nossos antepassados. E saudar os que labutam na Bahia e em outras regiões do Brasil e que nos honraram enriquecendo este Colóquio com a sua colaboração.

Foram, já, analisadas com propriedade e sabedoria durante este Colóquio, muitas das formas, que já são tantas e tão disseminadas, pelas quais o desenvolvimento das Ciências da Informação e da Comunicação tem apoiado o progresso das práticas relativas à Saúde Humana. As modernas técnicas de acesso à Informação modificaram, radicalmente, os serviços prestados pelas bibliotecas. E os novos meios de Comunicação tornaram muito mais diversificada, mais rápida e mais abrangente a divulgação dos conhecimentos. Mas, seria, com certeza, repetitivo e pouco atraente voltar a relacionar tantos progressos diante deste

auditório e pouco estaríamos contribuindo, se o fizéssemos, para a maior aproximação entre os cultores desses vários campos do saber.

Pareceu-me, antes, que seria de melhor alvitre, chamar a atenção para um aspecto essencial ao sucesso desse conjunto de atividades multidisciplinares. Como ponto de partida para qualquer pesquisa, inclusive entre as que dizem respeito à saúde humana, sabemos ser essencial a formulação correta de uma ou mais perguntas que precisem ser respondidas para o esclarecimento de fatos observados na natureza,. Por sua vez, para que tenham validade as informações colhidas nas pesquisas, deverão elas ser devidamente interpretadas e enquadradas no sistema de conhecimentos anteriormente estabelecidos e que poderão ser modificados graças aos novos achados. Em todo esse processo, para que seja assegurada a boa qualidade das respostas, ao lado dos métodos e processos de que se possa lançar mão, são fatores essenciais a inteligência criativa, o conhecimento do assunto e a familiaridade com os métodos de pesquisa por parte do (ou dos) pesquisadores e pesquisadoras.

Nas Ciências da Saúde, a correta observação dos fatos, realizada de forma tão isenta quanto possível, assim como, a anotação exata do que for observado, deverá orientar a escolha do tipo de processamento dos dados colhidos. Os métodos e os processos à disposição do pesquisador têm evoluído nas décadas mais recentes e poderão, até mesmo, condicionar o momento oportuno para a realização da pesquisa. Avançaram de tal forma muitos dos instrumentos de trabalho e dos meios de divulgação dos resultados, que se tornou obrigatória a mais estreita colaboração entre os profissionais da Informação e da Comunicação, de um lado, e, de outra parte, os da área da saúde.

Vale apontar alguns exemplos. Entre os mais importantes modelos de investigação científica referentes à saúde humana, figuram os que se convencionou chamar de “**pesquisa**

clínica". Os pacientes atendidos, individualmente, nos serviços de saúde, devidamente examinados por profissionais, têm registradas em prontuários as suas manifestações de doença, ao longo de tempo, mediante anotações que passaram a ser digitalizadas, e cuja preservação em arquivos médico-hospitalares evoluiu consideravelmente nas mais recentes décadas. Graças às informações acumuladas, ao longo de muitos anos e, em alguns casos, até, ao longo de vários séculos, tem sido possível gerar conhecimentos que orientem as práticas aplicadas ao exame e ao tratamento dos pacientes e ensinadas aos futuros profissionais. Graças às modernas tecnologias, as "pesquisas clínicas" multiplicaram-se em ritmo acelerado, tiveram ampliado o seu escopo e melhoraram quanto à sua qualidade, como jamais havia ocorrido no passado. Por sua vez, os arquivos que guardam essas informações devem seguir as mais atualizadas e aperfeiçoadas normas de funcionamento.

Não obstante as modernas tecnologias terem beneficiado, largamente, as várias etapas da análise dessas observações, cumpre não esquecer que todo o conhecimento gerado pelas pesquisas clínicas depende, fundamentalmente, da qualidade do trabalho dos profissionais que observam, registram e interpretam os fatos relativos à saúde humana.

Têm sido, também, altamente beneficiadas pelos avanços das Ciências da Informação e da Comunicação, as pesquisas referentes aos **ramos da Biologia humana que servem de base às práticas da saúde**. Incluem-se entre elas a Anatomia, a Fisiologia, a Bioquímica, a Biofísica, a Histopatologia, a Microbiologia, a Parasitologia, a Farmacologia, a Psicologia, a Genética, a Imunológica, as Ciências Sociais e disciplinas correlatas. Já no século XVIII, as Universidades alemãs se haviam destacado pelo progresso em alguns desses ramos da Biologia que constituem o fundamento científico das práticas médicas. E, à medida que a formação de médicos foi evoluindo, em diferentes países do mundo, tornou-se evidente a necessidade de instruir, de forma

aprofundada, o futuro profissional, quanto ao entendimento proporcionado por esses diversos ramos da ciência às manifestações de doença e às alterações no comportamento dos pacientes com a saúde abalada. O famoso relatório elaborado pelo pedagogo Abraham Flexner, há cem anos passados, influenciou, profundamente, os educadores dedicados à formação dos futuros profissionais da Medicina, no sentido da substituição de conceitos originados de rituais de magia e de crenças religiosas mal interpretadas, predominantes em épocas passadas, por idéias fundamentadas no reconhecimento do método científico como o caminho correto para a interpretação dos fatos e para a identificação das leis da natureza.

Outro modelo de pesquisa, que consiste na apreciação dos fenômenos pertinentes à **saúde das coletividades** de seres humanos, progrediu de forma lenta nos ambientes universitários brasileiros, durante longo período de tempo, se comparada aos exemplos de estudos que acabamos de citar. Mais recentemente, contudo, a importância dessas pesquisas, inclusive das chamadas “pesquisas operacionais”, se impôs pela sua importância, e as modernas tecnologias têm se mostrado, igualmente, essenciais à sua realização.

Estamos pretendendo exonerar, apenas, alguns exemplos de modelos de pesquisas na área da saúde, sem a pretensão de citá-los todos, exaustivamente. Não devemos, contudo, omitir um dos modelos usados com maior frequência, o que envolve a identificação de fármacos e a sua possível eficácia na prevenção e no tratamento de perturbações da saúde humana, processos também muito aperfeiçoados pelos modernos instrumentos da ciência e da tecnologia.

O profissional que se decide a pesquisar no âmbito de qualquer dos ramos referentes à saúde humana, não pode improvisar-se e deve cuidar de preparar-se para cumprir as exigências

referentes a essas tarefas. As Universidades brasileiras, constituídas tardiamente, a começar da década de 1930, com raras e honrosas exceções, demoraram mais, ainda, algum tempo, até se compenetrarem da sua responsabilidade na formação de pesquisadores.

Ressalvadas as situações de exceção, de modo geral, os trabalhos de pesquisa científica e tecnológica realizados entre nós até às décadas mais recentes, o foram por pesquisadores formados fora do Brasil. Nas nossas Universidades, a importante missão de formar pesquisadores, essencial ao próprio conceito dessas instituições, somente se difundiu em escala apreciável, nas últimas quatro ou cinco décadas, graças à organização da rede de cursos de pós-graduação “*stricto sensu*”.

As perguntas que geram trabalhos de pesquisa surgem nos cérebros de indivíduos que, preferentemente, deverão aproveitar-se do convívio em ambientes nos quais se debatem diferentes aspectos do tema que carece de esclarecimentos pelo emprego do método científico. Em séculos passados, descobertas de fundamental importância foram realizadas por amadores, que não contaram com a preparação sistemática, conforme aqui preconizada. Identificam-se, na história da ciência, verdadeiros gênios, cuja intuição os levou a profundas inovações nos campos do saber e do fazer e que não haviam sido para tanto preparados. Conhecem-se, também, achados resultantes do acaso, em que o cientista se surpreende com o significado de observações que não constavam do projeto que está sendo posto em prática. Em tempos modernos, registram-se, como regra geral e com muito maior frequência, pesquisas realizadas por pessoas devidamente preparadas, que trabalham em ambientes conhecidos pela tradição da busca de respostas acerca de temas que necessitam ser melhor conhecidos. Na verdadeira aventura que é a pesquisa sobre temas da saúde humana, não deverão ser negligenciado, jamais, os preceitos da bioética que terão de ser respeitados.

A **reputação das instituições universitárias** depende, fundamentalmente, da qualidade dos projetos de investigação científica e tecnológica que nelas se estejam realizando. A associação do ensino e da pesquisa nos ambientes universitários constitui prática já consagrada ao longo dos séculos, em muitos países, por justificadas razões. A presença obrigatória de jovens aspirantes a uma carreira científica, nos departamentos universitários, estimula a renovação de idéias pelo constante desafio aos conhecimentos sobre determinados assuntos, aceitos até então. A formação de pesquisadores terá de realizar-se mediante a participação em pesquisas, na colaboração com cientistas mais experientes que integrem o corpo docente dos departamentos. Adquire-se experiência com a metodologia da realização de pesquisas e com as exigências para a divulgação dos resultados, preferentemente, mediante o convívio com quem venha, de mais tempo, dedicado a esse gênero de atividade. Afim de atrair, em meio aos jovens, os melhores candidatos à preparação para as atividades científicas, cada Universidade deve esmerar-se na geração de projetos que tenham a máxima aceitação junto à comunidade acadêmica. Nos tempos atuais, pouco se espera do trabalho isolado e de feitio individualista. Em contraste, predomina o produto de ambientes onde uma comunidade de cientistas se dedica a assuntos reconhecidos como relevantes para a sociedade que os sustenta, e no qual o jovem candidato, graças à sua imaginação, possa identificar questões que mereçam esclarecimento pelo emprego do método científico.

Os departamentos universitários encarregados do **ensino das disciplinas** curriculares nos níveis de graduação e de pós-graduação constituem os ambientes mais propícios à elaboração de pesquisas científicas e tecnológicas. A depender do significado econômico de determinadas pesquisas, sobretudo, no campo da tecnologia, as empresas que pretendem competir no mercado lançando produtos que envolvam inovações, têm sido, igualmente, responsáveis por pesquisas de grande significado. No Brasil, ainda é muito reduzido o número de empresas em cujo orçamento

se venham incluindo recursos para pesquisar novos processos e fabricar produtos diversos dos que vinham, há mais tempo, sendo oferecidos aos consumidores. Tais iniciativas poderão ser muito onerosas e envolver riscos na aceitação dos produtos lançados ao mercado. Por isso mesmo a elas se aventuram, geralmente, empresas altamente capitalizadas. Mesmo quando, entre nós, vier a crescer a pesquisa técnico-científica realizada em empresas, tão comum entre os países de mais forte tradição industrial, não deverá caber a essas mesmas empresas a **formação de pesquisadores**, o que continuará sendo inerente ao próprio conceito do que devam ser as Universidades.

No Brasil, a rede de cursos de **pós-graduação**, apesar do seu recente surgimento, datado de menos de cinco décadas, tem se revelado o grande impulsionador da associação entre o ensino e a pesquisa. Além da realização de importantes pesquisas, essa rede tem propiciado, simultaneamente, o preparo de profissionais com mais forte lastro científico e a formação de maior número de pesquisadores dos quais o país necessita com a maior urgência. As estatísticas a esse respeito são muito animadoras.

Em conclusão, vale reconhecer, mais uma vez: a colaboração entre os estudiosos das Ciências da Informação e da Comunicação e os pesquisadores da área da Saúde tem proporcionado, de forma incontestável, a melhoria dos indicadores de saúde e o conseqüente aprimoramento da qualidade de vida da população mundial. Portugal e Brasil têm sido beneficiários desse progresso, o que justifica o estreitamento dos laços de colaboração entre os dedicados, no nosso meio, a esses ramos do conhecimento humano.

Bahia, 17 de Outubro de 2008

**DISCURSO EM HOMENAGEM AO 57º
ANIVERSÁRIO DO CENTRO DE ESTUDOS
PENSAMENTO E AÇÃO – CEPA
CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR**

Leda Jesuíno dos Santos
Salvador 17 de junho de 2008

A admiração e o respeito são êmulos que impulsionam o homem a realizações que envolvem nobres sentimentos capazes de levar a ações surpreendentes. Neste momento, a admiração pelo Homem Germano Machado e o respeito pela sua Obra — o Centro de Estudos Pensamento e Ação (CEPA) — me trazem até este recinto de nobreza secular para lhes falar de um homem admirável pela sua trajetória existencial determinada pelas suas características pessoais de notável valor e das suas realizações em torno de um ideal fortalecido pela fé do educador na potencialidade do ser humano.

O homem e a obra estão merecendo o respeito desta Egrégia Câmara, que hoje lhes presta significativa homenagem, comemorando mais de meio século de existência do CEPA, que aglutina um grande número de colaboradores — muitos deles fundadores — do mais alto nível intelectual e moral do País. Ele a recebe entre familiares que o amam e amigos que o reconhecem como um idealista de pés na tábua da Fé, nunca omissos, muito ao contrário, sempre em luta, “em bom combate” (palavras suas), para que o CEPA, seu sonho eterno, estivesse sempre vivo e atuante como agora.

Esta é a segunda vez que compareço a este imponente salão para uma homenagem ao professor Germano Machado que, na Academia Baiana de Educação, convive conosco, homenagem

tão merecida quanto necessária, para oferecer aos jovens valores que devem formar o paradigma conceitual das novas gerações.

No transcurso do 54º aniversário do CEPA, ressaltei, entre outros, o seu mérito, altamente louvável de suportar, sobre seus ombros, o doloroso fardo de confrontar um ambiente enriquecido pelo egocentrismo e pela desumana incompreensão dos valores transcendentais que sustentam os idealistas.

Hoje, no 57º aniversário do CEPA, o jornalista Germano Machado sente que a vida respondeu a sua indagação expressa no seu discurso em 1999, proferido neste salão. Naquele ano, indagava ele qual o futuro do CEPA e dizia, em trocadilho, que o futuro é um adeus e a Deus pertence. Não houve adeus. Muito pelo contrário. A fortaleza daquele menino franzino que nasceu da 13ª gestação de uma mãezinha, e que inspirava cuidados, de saúde precária, que sobreviveu para espanto de todos, a tenacidade daquele seminarista franciscano capuchinho, que se fechou entre livros, dotado de lídima curiosidade, representaram dois grandes suportes para que fosse instalado o CEPA no Largo da Saúde, nº 7, e, mais do que isto, para que, entre 1954 e 1958, atingisse o seu período áureo, chegando a ser na época “o maior movimento da juventude que a Bahia já possuiu, sem verbas do Governo e sem apoio político”, conforme declaração sua no seu livro Tempo decorrido.

O terceiro foi a liderança daquele jovem que, nos movimentos juvenis da JOC, JEC e JUC onde conheceu sua esposa, sempre se viu participando de encontros nacionais e congregando, em torno de si, intelectuais que pontuavam no cenário da Bahia, como Glauber Rocha, José Newton Alves da Silva, João Mohana e tantos outros, liderança esta tão evidenciada que o levou a ocupar cargos de direção e à capacidade de discernimento dela decorrente, aprendendo a conviver com o mundo científico de Padre Torrend, ligado a Teillard de Chardin e a Maritain, mundo meio mágico do Corredor da Vitória no qual estive algumas vezes presente.

Foram estes os três pilares fundamentais que ergueram o CEPA e que definem a sua sustentabilidade até o presente momento.

Esses três pilares — a liderança, a fortaleza e a tenacidade — estiveram sempre a serviço de uma inteligência diferenciada desenvolvendo-se em torno de uma aguçada curiosidade científica e de uma contínua busca da verdade, o que justifica os seus posicionamentos filosóficos em categóricas assertivas bastante impregnadas da influência de Alceu de Amoroso Lima, de Gustavo Corção e de Jacques Maritain, todos pensadores de alto nível, que formaram o paradigma conceitual daquela célebre década de 50.

O seu posicionamento filosófico, de cunho eminentemente humanista, desemboca, como não poderia deixar de ser, no caudaloso rio da sua vida profissional pontilhada de cargos e encargos, envolvidos em movimentos ligados à Igreja Católica, muitos deles exigindo discernimento, equilíbrio feito de entusiasmo e dedicação. No entanto, o que mais o caracteriza é, sem dúvida, a flexibilidade da sua mente que permite ser “um buscador de procura contínua, diuturna”, conforme afirma: “Sinto-me aberto, não coloco tabuletas de satisfeito e pleno”. Teísta, espiritualista, criacionista, declara enfaticamente que “se o homem fosse apenas finitude biológica, melhor seria não existir”. Arrisca-se a embrenhar-se no intrincado cipoal da problemática transcendental da ética e da metafísica, considerando o mal como ausência do bem, e se posiciona em face da Trindade Divina.

Otimista, acredita que será estabelecida a Aldeia Global mac-luhana, quando afirma que “os homens voltar-se-ão a uma pluralidade inicial política que organizará um ecumenismo religioso fraternista, de respeito e amor entre os homens e mulheres”. Este é o seu pensamento em relação ao futuro, ao tempo que virá. A problemática do tempo é recorrente no seu pensamento.

Nos cargos que ocupou, trabalhando com políticos influentes, deixou a marca do seu modo de ser “emotivo, temperamental e ardente”, como se define em sua auto-análise.

No CEPA, imprimiu a marca da sua filosofia e do seu idealismo porque fruto do seu sonho e, sobretudo, a realização do seu ideal.

Ao completar 57 anos, um grupo cultural como o CEPA traz no seu bojo uma história que precisa ser contada para estímulo dos que iniciam uma jornada intelectual com seriedade. E o professor Germano já o fez. A avaliação quantitativa da produtividade do CEPA nestes 57 anos é notória e palpável, muitas vezes divulgada. De 1981 a 2001, o CEPA lançou seis números do Jornal Grande Salvador, 31 números da Revista CEPA Cultural, sete números do CEPA Poesia, oito números da Revista Logos, com textos de filosofia. Realizou também sete Concursos Nacionais de Poesia e Prosa e dois Internacionais em português, espanhol e inglês. O CEPA criou o GEFET, um Grupo de Estudos de Filosofia e Teologia.

No entanto, não é fácil uma avaliação qualitativa como o é a quantitativa. O que, na realidade, significou toda esta caudalosa produtividade concreta em face do que foi realizado em termos de produção de conhecimento, de postura ética, de valioso exemplo de idealismo, de criatividade, de desenvolvimento cultural, de intenso esforço em função de um ideal, da imensa faixa de oportunidades oferecidas aos jovens e àqueles que se propõem a imergir no mundo da cultura e do saber? Neste momento, a produção subjetiva imaterial é incomensurável, fala mais alto.

Que premiação será a mais condigna a tamanho e tão relevante trabalho? Que oferecer hoje ao CEPA, a estes denodados escritores, a esta plêiade de intelectuais que giram em torno da poesia, da filosofia, da arte, da crença?

Talvez um Koam indiano traga a nossa simbólica oferenda. É apenas uma pérola da sabedoria oriental.

Certa vez, na Índia milenar e distante, aqueles *sanyasins* usufruíam de alguns instantes de paz ao pé de um mestre que oferecia a sua presença para satisfazer os insopitáveis anseios dos

seus discípulos. Naquele momento lhes foi dito que haveria, naquele dia um festival importante, como soc acontecer na Índia. Era tradição os discípulos oferecerem dádivas aos seus mestres.

Um deles logo começou a refletir muito sobre a importância que devia atribuir àquele presente, desejando que fosse algo que agradasse muito ao coração do mestre. Dirigiu-se à floresta e foi colhendo as mais saborosas frutas daquela região e, com todo cuidado, colocou-as numa linda bandeja.

Aceitando aquela apetitosa dádiva com o maior carinho, disse o mestre:

— Meu filho, aprecio as frutas, mas, ao vê-las tão saborosas, penso nos caminantes que por aqui passam, às vezes tão famintos, e que nestes dias vão sentir falta delas. Em torno de mim, há abundância de frutas e eu posso saciar minha fome a qualquer momento.

Outro discípulo encontrou, na rara beleza de uma flor silvestre, toda a pujança do seu amor pelo mestre. A flor balouçava-se com o vento num despenhadeiro. Alcançá-la era difícil; iria requerer dele mais do que enfrentar um perigo numa atitude corajosa. Teria que arriscar perder sua vida nos penhascos. No entanto, dizia para si mesmo: — Que presente mais lindo poderia ofertar a seu mestre do que aquela flor engastada nas pedras dispostas perigosamente num abismo?

Lançou-se naquele despenhadeiro com o coração em festa! Aquela flor era o supremo presente que desejava oferecer a um mestre muito querido, que por certo aquilataria o quanto era amado pelo seu discípulo.

Lépido e de coração em festa entregou ao mestre o seu presente, considerando-o ser a mais bela e preciosa dádiva de um discípulo a um mestre amado. O mestre sorriu e lhe disse:

— Meu filho, a vida deve ser guardada como a maior preciosidade e nunca arriscada. A flor tem o seu mistério. Deve ser respeitada no seu recolhimento para que seja tocada pelo sol.

pela lua, pelas estrelas, apreciada pela natureza enquanto ali estiver. É o seu modo de Ser e Viver, que precisa ser sentido e vivido pelo homem que a admira e que gostaria de tê-la junto de si.

O outro discípulo estava entristecido, hesitante, sem saber o que oferecer. De repente, no bosque, um brilho singular despertou-lhe a atenção. Fixou o olhar naquele radioso brilhante. Era simplesmente uma gota de orvalho que numa folha se quedava ao abandono de si mesma, na sua plenitude de beleza ímpar. A folha recebia aquela dádiva como um presente dos céus. Naquele momento, aquela gota de orvalho significava a sua abençoada vida, que lhe permitiria existir.

O discípulo, encantado com aquela gota, recolheu-a num pequenino vidro e agradeceu à natureza ter-lhe ofertado tão bela jóia para entregar ao seu mestre. Sabe que é algo muito simples, mas, na sua humildade, pensa que nada tem de melhor para oferecer. Cuidadosamente, guarda a preciosa gota e, timidamente, vai oferecê-la ao mestre que, ao receber o presente, sorri e diz:

— Meu filho, a gota de orvalho permitiu a vida da folha e a minha felicidade deste momento.

Professor Germano:

Os frutos, já os colheu, a flor está em suas mãos, hoje, florindo, a gota de orvalho é o que agora lhe oferecemos com humildade, como estímulo para que o CEPA continue vivo e sempre presente.

HOMENAGEM AO PROF. DR. ROBERTO SANTOS NO TÉRMINO DO SEU MANDADO COMO PRESIDENTE DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO

Leda Jesuíno dos Santos

Cumpre-me o dever, altamente gratificante e sumamente compensador, de registrar, de modo especial, este momento da Academia Baiana de Educação, um momento marcado pelo seu vigésimo sexto ano de existência e, principalmente, pelo término de um mandato vitorioso, enriquecido por várias ações positivas, e o início de outro mandato que se vislumbra com todas as perspectivas otimistas de confiança, admiração e profundo respeito desta Academia.

O professor Roberto Santos, presidente deste sodalício, encerra hoje seu mandato de dois biênios, com muitas vitórias, frutos de dedicação, trabalho, determinação, vontade, competência, eficácia e eficiência. Passa a Presidência ao professor Rogério Vargens, que iniciará o seu mandato com toda a potencialidade da sua personalidade rica de um sem-número de características requeridas para assumir a presidência de uma entidade que se debruça sobre um dos segmentos mais complexos do conhecimento humano, que é a educação.

Acostumado às intempéries da gestão acadêmica na qual ficou bem delineada a sua capacidade de aceitar desafios, demonstrou o quanto de firmeza e determinação é capaz, com serenidade, discernimento e compreensão dos tumultos político-sociais da área educacional.

A Presidência da Academia passa das mãos de ex-reitor para as mãos de um outro ex-reitor, ambos da UFBA e

familiarizados com os problemas e as agruras que costumam estar impregnados – como ferrenhos marcos – na área da educação. Ambos conscientes de seus momentos: o professor Roberto Santos, de ter feito o máximo do seu possível, e o professor Rogério Vargens, consciente dos obstáculos que terá de vencer para que a Academia possa, seguindo em frente, atingir os seus objetivos, desempenhando o papel que lhe cabe no seu contexto social.

Ouso, neste momento, adentrar-me um pouco no campo de pesquisa do Dr. Jair Santos, nosso querido confrade e amigo – que tão sabiamente já presidiu esta Academia –, decodificando o momento emocional de ambos: professor Roberto, pela missão cumprida; professor Rogério, pela aceitação do desafio – a missão a cumprir.

Tais emoções engrandecem os homens que ainda guardam no seu interior o sonho de um mundo mais ajustado aos paradigmas axiológicos de uma educação que visa, como meta principal, o bem-estar subjetivo do ser humano no seu contexto existencial.

Vale a pena citar Morin: “o saber não nos torna melhores nem mais felizes. Mas a educação pode ajudar a nos tornarmos melhores, se não mais felizes e nos ensinar a assumir a parte prosaica e viver a parte poética de nossas vidas”.

Não foi sem razão que Nilton Sucupira, saudoso amigo do Dr. Roberto, e com o qual tive o prazer de conviver um pouco em Recife, quando elaborava o projeto do Colégio Universitário, afirmou, na década de 70: “ao longo do século passado, a Universidade assimilou o *logos* e o *ethos* da ciência moderna: neste século, com certo remorso, a Universidade pressurosamente procura encontrar o *ethos* da tecnologia; mas somente agora e com certa relutância, a Universidade começa a absorver o *ethos* da educação”.

Hoje, ela é considerada como o mais rápido elemento de mobilidade social e vem tendo altos níveis de repercussão na atual transformação do mundo.

Dr. Roberto Santos:

Pelo que tem realizado sobre educação, pelo que lhe foi possível realizar no seu mandato como presidente, a Academia lhe oferece uma placa. Faz poucos dias, meu bisneto de 5 anos perguntou-me o que era um diploma. Tentei explicar-lhe que se tratava de um papel escrito que ... Ele me interrompeu no pragmatismo do momento em que vivemos: – Pra que serve?

Levou-me à reflexão. Uma placa... para que servirá?

Como é de metal, se levada a um laboratório de alto nível tecnológico, ela se decompõe em átomos, o que vale dizer que se reduzirá a prótons, elétrons, e, por fim, será onda ou partícula, isto é, será **energia**, que é a essência desta **placa**, energia que lhe permitirá ir adiante na sua trajetória existencial.

Ela lhe trará para toda vida uma mensagem milenar que me permito enunciar: *Nacte anima sic itur ad astra* / Mantém o ânimo, assim irás até os astros...

Ela representa também o agradecimento dos acadêmicos, dos funcionários, dos amigos que co-participaram do seu trabalho.

Solicitei ao professor Edivaldo Boaventura para expressar este agradecimento. Sua palavra é a palavra consentânea a este momento, pela maneira peculiar com que sempre nos fala: algo intimista, sensível, falando à mente e ao coração de todos que o ouvem, com autenticidade e, muitas vezes, conseguindo traduzir o indizível.

Academia Baiana de Educação
Concessão do Título Educador do Ano 1997
Proposta para ser titulado
Prof. Divaldo Pereira Franco

Leda Jesuíno dos Santos

Ilmo. Sr. Dr. Jair Santos

DD. Presidente da Academia Baiana de Educação

Tendo a Academia Baiana de Educação concedido a dois eminentes educadores - O Dr. José Carlos Almeida e a Professora Zilma Parente de Barros - O honroso título de "Educador do Ano", correspondente aos anos de 1995 e 1996, esperamos que a Academia dê continuidade as suas iniciativas anteriores.

Em face dessa expectativa, estamos apresentando a V.as., para as providências cabíveis, o nome do Professor Divaldo Pereira Franco para ser agraciado com o honroso título já concedido anteriormente - Educador do Ano"- referente ao ano de 1997.

A nossa proposta fundamenta-se nas considerações que, como justificativa, nos parecem consentâneas às finalidades da Academia e contemplam as preocupações que dominam o momento político-social em que nós estamos inseridos e, portanto, de que somos participantes.

Agradecendo, antecipadamente, a acolhida que possa ter a nossa proposta, subscrevemo-nos,

Leda Jesuíno

Atenciosamente,
Leda Jesuíno dos Santos
Maria Augusta Cmz Abdon
Jorge Calmon
Olga Pereira Mettig
Germano Machado
Enock Souza
João Eurico Marta
Ieda Barradas Carneiro
Cícero Pessoa da Silva

"O processo deixa de ser solitário para se solidário e a comunidade não se fortalece com a capacitação".

(III Conferência Internamericana de Educação Comunitária, Brasília, março de 1980; livro-documento publicado pelo Mec, p. 18)

A educação comunitária é, sem dúvida, no momento um dos mais significativos segmentos do fato educacional do mundo contemporâneo e, principalmente, em nosso país, inserido no terceiro mundo.

Aqueles que a abraçam com a seriedade que se impõe como imprescindível pré-requisito para a atuação neste campo de trabalho - o que, aliás, se apresenta ao educador com inúmeras dificuldades -, merecem receber sempre, e cada vez mais", o estímulo necessário para o fortalecimento de seus esforços e o reconhecimento dos órgãos envolvidos na problemática educacional do nosso país.

Os princípios básicos que a norteiam estão cada vez mais sendo firmados e reafirmados em documentos que têm sido

reflexos da operacionalização dos ideais formulados pelos educadores.

Que "a educação comunitária é a ativação da Educação com um papel mais visível, mas prático, mais positivo, de forma a ajudar a comunidade a resolver seus problemas" é hoje um conceito universalmente aceito pelos que atuam na difícil área da educação formal e informal e foi amplamente definido na III Conferência Internacional de Educação, em Melbourne, Austrália, e na III Conferência Interamericana em Belo Horizonte, realizadas em 1979 e 1980, respectivamente.

A forte interação com a comunidade, a compreensão da educação como um processo de construção que se faz à base de cooperação, a melhoria da qualidade de vida das pessoas e do meio em que vivem e convivem, a racionalização de recursos e esforços decorrentes das instalações e equipamentos das obras educacionais e das escolas, o aproveitamento do potencial comunitário são requisitos preceps para implantação de qualquer programa de Educação comunitária.

A "Mansão do Caminho" é um marco significativo na comunidade de Pau da Lima. No enfoque pedagógico, pode ser considerada um complexo educacional bastante rico de atividades e iniciativas educacionais que passa pelo crivo mais rígido de qualquer educador consagrado.

Situada no bairro periférico chamado Pau da Lima, de grande densidade populacional, cerca de 25 quilômetros distante da área central de Salvador e bem próximo à penitenciária e ao aterro sanitário, a "Mansão do Caminho" ocupa uma área de 83 mil metros quadrados onde estão em plena atividade os mais variados serviços funcionando em 36 edificações, nas quais se instalam: uma Creche, jardins de Infância, Escolas de Primeiro Grau, bibliotecas, Museus, Escolas de Datilografia e de Auxiliar de Enfermagem, Oficinas de Sapataria, padarias, Marcenaria, costura e Tapeçaria, Livraria, o Instituto de Pesquisa Psíquica, os serviços de apoio - lavanderia Geral, cozinha Geral, Almoxarifado e as atividades como o Círculo de Leitura Espírita.

o grupo de Estudos Espírita Lis Morais, a Caravana Auta de Souza, atendendo às necessidades básicas da comunidade carente, e o Centro Médico J. carneiro de campos, por onde este ano passaram 10.586 pacientes, com 310 preventivos, pelo Pré-natal passaram 718 gestantes e 5. 667 pessoas foram atendidas no setor de Enfermagem. No Setor de Nutrição, foram atendidas 3.146 pessoa. O ambulatório Odontológico atendeu 2.548 pacientes e Laboratório de Análises Clínicas teve 14.353 atendimentos.

São 15 departamentos que interagem para operacionalizar a tão desejada integração saúde-educação com afeto, compreensão e amor, a qual se processa na "Mansão do caminho", permitindo atuar com administração de resultados, uma vez que as necessidades do que procuram a Instituição são atendidas dentro do mesmo espaço físico e em tempo hábil, pré-requisito essencial para evitar a evasão e dispersão de recurso humanos, materiais e financeiros.

Não sendo uma obra assistencialista por excelência e sim que desenvolve um trabalho técnico de Serviço Social, seu idealizador, Divaldo Franco, atingiu o tão sonhado equilíbrio entre o humanismo e a tecnologia, uma vez que seus técnicos, são impregnados da filosofia espiritualista, cristã, espírita, sob a ótica da inabalável crença na imortalidade da alma como todo espiritualista, nos ensinamentos de Jesus, como todo cristão e na reencarnação, como todo espírita.

Ao trabalhar com Lares Substituto sabia que dificilmente atingira seus objetivos se não contasse com voluntários totalmente envolvidos na inabalável FÉ no que pode conseguir o AMOR, o AFETO, na educação de crianças. E este foi o seu segredo. Os casais ou as pessoas que se dispuseram a assumir um lar com 6 a 8 crianças, vivendo na "Mansão" num esquema de Lar, eram voluntários, sem nenhum outro interesse senão servir. Assumir, naquele momento, um compromisso muito sério consigo mesmo, dentro de uma filosofia cristã-espírita, significou sempre um desafio que a FÉ e o AMOR enfrentaram.

Num ambiente ecológico rico de plantas e flores bem cuidadas e bem distribuídas a "Mansão do Caminho" é, sem dúvida, um recanto de Paz e Beleza que, também neste enfoque, se situa dentro das mais atuais recomendações pedagógicas. Recebendo a criança desde seu nascimento e educando-a até sua maioridade, integrando-a na força de trabalho ou encaminhando-a para uma escolaridade mais avançada, a "Mansão do Caminho" conseguiu até hoje atender 6 mil crianças e adolescentes. Respeitada e dignificada por vários governadores e prefeitos, e políticos, que lá estiveram e registraram seu depoimentos significa hoje uma obra a qual a Bahia pode e deve reverenciar e que, por si só, garante a Divaldo Franco o título da educação na Bahia.

Mas, como se não abastasse a sua obra edificante o seu talento de orador o leva à educação informal.

Fundamentada, portanto, nos princípios filosóficos que se consubstanciam no Cristianismo a "Mansão do Caminho", pauta-se pelo ensinamento de Jesus, sob a ótica de Kardec, discípulo de Pestalozzi, o grande educador de reconhecido mérito universal.

Deste modo, descende Divaldo Franco, filosoficamente em linha direta, do grande e inesquecível Pestalozzi. Como se não bastasse a sua obra, os serviços prestados à comunidade baiana, apresenta-se no plano filosófico pedagógico com uma mente voltada para a área educacional, internamente plena de uma filosofia educacional reconhecidamente válida, aquela que enfatiza a formação do caráter, ativando a compreensão cada vez mais necessária dos valores humanos.

Como Pestalozzi e Kardec, seus mestres, não se limita a uma educação cognitiva.

Ao optar pela educação através do sistema de Lares Substitutos, optou também por uma posição definida: a importância do afetivo como o efetivo, princípio que fundamenta a tão atual Educação Emocional. Talvez, por essa posição filosófica e pedagógica, tenha conseguido ser a sua obra

reconhecida como uma das ONG'S mais importantes no panorama sócio-educacional da Bahia.

Mas, pela educação informal, através de conferências, palestras, seminários, Workshops, vivências e publicação de livros, foi além da Bahia e se projetou no cenário nacional após ter atuado em três continentes alcançando, assim, o mundo ocidental. E o fez através da sua presença física, pois foram muitos os países em que tem estado para educar pela conscientização, através do desenvolvimento de um raciocínio lógico.

E, como não poderia deixar de ser, ele o faz usando dos eu indiscutível talento de orador que domina com tranqüilidade qualquer tipo de auditório. E, pela sua palavra, mais do que transmite, desperta o ouvido para o quadro mental do seu descortino intelectual que está vinculado filosoficamente às teorias evolucionistas dentro de uma posição monista, pois sua cosmovisão é global. Segue Kardec e sustenta que o homem chegará a compreender Deus em maior amplitude e profundidade, na proporção em que desenvolve as suas potencialidades espirituais. E, como Kant e Pestalozzi, dentro da filosofia espírita*, "aceita com tranqüilidade que a religião verdadeira é a da moralidade, a que leva o homem, não à santidade convencional, mas a sua realização como ser moral".

Todo seu esforço na educação informal tem sido no sentido de introjetar os valores éticos e transcendentais. Ao atuar na "Mansão do Caminho", dentro do sistema formal, segue B. Schwartz e Edgar Faure, nas suas incursões à educação informal:

.... recusamos circunscrever a educação ao sistema de ensino (systeme educatif proprement dit) e com mais forte razão ao sistema escolar (systeme edcatif proprement dit)"*

(*) apud PIRES, Herculano J. Introdução Filosófica Espírita. (*) SCWARTZ, Bertrand. A Educação do Amanhã.

A Filosofia na sala de aula. Qual o seu papel?

Leda Jesuíno dos Santos

Após um longo e tenebroso inverno, a Filosofia ressurgue agora no panorama caótico que vivenciamos com muita força, com uma presença acolhida e surpreendentemente positiva. Na verdade, a Filosofia está na moda, na mídia, no programa de televisão, nos DVDs, no rádio, no sistema educacional, atingiu o adolescente e as crianças, como no Projeto Filosofia para Crianças, surgido em Brasília, e outros a que gostaríamos de nos referir.

De natureza essencialmente polêmica, a Filosofia é um dos segmentos do conhecimento humano no qual o questionar, o duvidar, o problematizar, o confrontar idéias é o seu modo de Ser e o *modus faciendi* de afirmar a sua própria razão de existir. Está na essência da Filosofia ser um instrumento atuante de diálogo entre saberes. Mesmo sem a certeza de que a palavra *philosophia* surgiu na boca de Pitágoras ou de Platão, o fato é que ela implica amor à sabedoria, pela sua etimologia. Deve ficar bem claro, porém, que é à sabedoria, não ao saber. A sabedoria é **saber usar os saberes**. Aliás, quanto à sua etimologia, alguns autores ponderam que, significando busca e não posse do saber, ela deve ter sempre uma atitude humilde de busca, não arrogante de posse, de poder.

Negada como uma ciência com a qual ou sem a qual o mundo fica tal e qual, sua inutilidade foi muitas vezes proclamada no mundo pragmático por excelência onde o *primo vivere*

deinde philosophare, onde o filósofo é considerado um cego num quarto escuro procurando um chapéu preto que lá não está.

A complexidade dos temas que constituem o centro das elucubrações filosóficas que se firmam em abstrações para dar respostas aos grandes questionamentos do Homem enquanto Ser Racional, habitante deste planeta, deixa de fora os que só estão voltados para o concreto, o visual, o mensurável, o absolutamente certo, considerado como verdade plena, absoluta, definitiva, o cientificamente certo.

Tendo permanecido voltada para as questões que as ciências não responderam, pois foram tomando para si, como seus objetos de saber, temas menos transcendentais, a Filosofia assumiu o seu papel de busca incessante e contínua da Verdade, porém absolutamente convencida de que a verdade é mais a busca do caminho do que o encontro e que a verdade é uma dama esquiva que se esconde num poço extremamente fundo.

Chamada Ciência Mater, deixou que as suas filhas nascessem, batessem asas e fossem rumo ao infinito em busca das suas respostas, galgassem espaço próprio, delineassem seus rumos, fixassem seus métodos de trabalho, adquirissem uma terminologia específica e se tornassem ciências.

Ficou com ela — a mater —, como soe acontecer, o intrincado problema do Ser, para que explicasse de onde, como, quando, por que e para que o Homem está no Planeta, como chegou até ele e por que e para que aqui está, e mais do que isto: que rumo deve traçar para sua trajetória, e para onde vai após o seu desaparecimento físico. O Ser, o Destino e a Morte, a Vida, o viver e o estar no mundo são o seu tema; o certo e o errado, o belo e o feio, o bem e o mal, o profano e o sagrado, o Ser e o existir são os seus objetos de estudo. Os problemas ontológico, gnoseológico, teológico, cosmológico, étnico, estético resultam

nas disciplinas filosóficas: a lógica, a ética, a metafísica acham-se no dever de debruçar-se sobre as verdades que as ciências lhes apresentam como absolutas e submetê-las ao crivo severo da sua análise crítica para desfazer equívocos, apontar falhas e redefinir conceitos. Assim caminha a Filosofia que, no momento, ganha terreno mais sólido ao ser incluída, por determinação legal, em nosso sistema educacional, para levar os nossos jovens a pensarem, a refletirem na pauta dos grandes filósofos que até hoje pontificam no pensamento universal.

E então nos deparamos com a metodologia: como ensinar filosofia aos jovens pragmáticos do mundo atual, desejosos do que é prático, operacional, concreto e aplicável ao seu cotidiano? Algumas vias alternativas são apontadas e cabe aos professores, aos licenciados em Filosofia para os quais agora se apresenta uma oportunidade, decidir se pela lógica, como querem alguns, se pela história da Filosofia ou pelos problemas, como querem outros. E aqui as divergências existem.

Pelo Parecer 38/2006, o Conselho Nacional de Educação (CENE), no dia 11/8/2006, incluiu as disciplinas Filosofia e Sociologia no ensino médio. Do ensino médio, haviam sido retiradas pelo Ato Institucional nº 5, promulgado em 1968. Agora são 9 milhões de estudantes — 43% da juventude de 15 a 18 anos — que se encontram em 23.561 escolas do ensino médio e deverão estudar Filosofia e Sociologia.

Objetiva-se ensinar o jovem a pensar bem, a refletir, a repensar sobre o que já se havia pensado, a adquirir uma atitude crítica, construindo, avaliando, trocando e formando opiniões, a ser criativo, buscando novas alternativas e respostas, a discutir, analisar, exemplificar, comparar, relacionar, fazer ilações, para dar o “salto crítico analítico”, desenvolvendo assim as habilidades cognitivas necessárias para fazer uma leitura crítica da realidade e nela se situar com consciência crítica.

No Paraná, o Conselho Estadual já regulamentou o ensino da Filosofia no Estado. No entanto, parece-nos que, no resto do Brasil, a polêmica está acontecendo, dividindo os professores de Filosofia, que se colocam em posições antagônicas.

Os que estão a favor guardam receios e dúvidas. Alertam, porém, que a Filosofia não deve ser considerada como a disciplina **redentora**, que vai salvar o nosso aluno, resgatando o tempo perdido, e que não deve ser o carro-chefe do pensamento crítico, pois isto é tarefa de todas as disciplinas, não só da Filosofia. Alertam, também, sobre a necessidade de estar o professor devidamente preparado a ponto de ser declarado que, a ser mal ministrada, será melhor ser excluída.

A postura do professor de Filosofia é “tornar-se integrante do grupo, ser um deles, sob pena de não alcançar o objetivo proposto”. Além disso, advertem para a necessidade de estar atento o professor para a perspectiva do diálogo e do confronto, não se dispersar e tornar construtivo o debate dos problemas, sem o risco do **basismo** (tendência de considerar o pensamento popular como verdade), **populismo** ou, pior, a aula se tornar uma terapia de grupo ou ainda tomar os assuntos éticos como eixo prioritário.

Mesmo os que estão inteiramente a favor, considerando também a ampliação do mercado para os professores licenciados em Filosofia, estão atentos aos riscos que advêm se for a Filosofia reduzida apenas a dar soluções de auto-ajuda, minimizando assim a sua finalidade. Nenhum destes receios invalida a necessidade de estar a Filosofia ensinando os jovens a aprender a decidir.

A favor, estão muitos professores, aqueles que sentem, nas suas aulas, o quanto o aluno está disperso e confuso, sem

poder de argumentação lógica, sem rumo, em busca de um sentido para sua própria vida.

A Filosofia vai facilitar a interdisciplinaridade, em face da sua abrangência, e a flexibilidade conceitual. O que ensinar, como ensinar, qual a relevância do que se vai ensinar, quem vai ensinar? – é outro ângulo.

Como ensinar Filosofia é outro problema que surge inerente à sua própria natureza.

Como professora que fui de História da Filosofia, tenho uma posição baseada na minha experiência – como aluna e como professora. Concordo que estabelecer uma ponte entre reflexões teóricas e estratégias didático-pedagógicas não é uma tarefa fácil. Concordo também que conduzir o alunado para a inteligibilidade é tarefa árdua, sobretudo quando se está perdendo o hábito da leitura. Requer do professor competências bem definidas – para que possa oferecer aos alunos ferramentas conceituais para simbolizar a vida moderna e suas dificuldades afetivas, sexuais, existenciais. Conceitos são ferramentas para pensar e agir e não dados inquestionáveis; não são certezas, mas são instrumentos para buscar saber o que representamos no mundo.

Se a missão essencial da Filosofia é tornar viável a Felicidade, o Bem-estar subjetivo, ela é uma atividade do espírito humano formadora em si mesma, é essencialmente criadora.

Exatamente por isso volta-se agora para a área clínica. A Filosofia clínica desponta com muita aceitação até por psicólogos e terapeutas em geral, naturalmente com as restrições naturais dos psicanalistas, que partem de outros pressupostos.

Abre-se, pois, um campo de trabalho bastante significativo. Nesta mesma linha, Lipman, nos Estados Unidos, lança o programa Filosofia para Crianças.

Ensinei durante algum tempo no então chamado curso colegial, hoje ensino médio, em colégios famosos do sistema particular. Tentei mostrar-lhes como é importante se posicionar diante da vida e como faz diferença nas decisões do cotidiano a filosofia que se adote, se positivista, materialista, espiritualista, intuicionista, marxista, racionalista, etc. Acredito que textos filosóficos interpretados pelo aluno, sob a luz de uma boa análise crítica, possibilitará a este refletir e introjetar idéias e valores que poderão ajudar muito no seu caminhar acadêmico ou não.

Mas exatamente o como ensinar é o que o professor Dante Galeffi vai-nos dizer. Professor Dante nasceu no “colo da Filosofia”. Seu pai – o Prof. Romano Galeffi – um filósofo autêntico, com obras publicadas, estudioso de Bergson e Kant e de Pietro Ubaldi, foi professor da UFBA durante toda a sua vida. Sua esposa Gina Magnavita foi a minha grande professora de Filosofia, mestra por excelência, com quem aprendi a ler Platão, Aristóteles, Descartes, Kant e os grandes filósofos e quem deu o grande apoio ao Dr. Isaías Alves quando fundou a Faculdade de Filosofia de UFBA.

Impossível, neste momento, deixar de prestar-lhes a homenagem merecida de reconhecimento, gratidão por tudo que conseguiram construir no panorama intelectual da Bahia.

Entre nós, na sua simplicidade grandiosa, está o professor Pinheiro a quem desejo neste momento prestar uma homenagem para resgatar um débito de gratidão acadêmica pelo que foi e representa na Bahia como autêntico pensar filosófico dos nossos dias.

Duas palavras sobre Sociologia para destacar a figura de Zigmunt Bauman, sociólogo humanista, cujas informações considero extremamente felizes, corretas e pertinentes.

Estamos numa sociedade líquida, convivendo com “seres tangenciais” com a superficialidade dos contatos.

Não acredito mais na possibilidade e até no desejo de uma sociedade perfeita, mas acredito numa “boa sociedade”, como uma sociedade que se recrimina sem cessar por não ser suficientemente boa e não estar fazendo o suficiente para ser melhor.

Também não acredito em “salvação pela sociedade”. Devemos buscar soluções individuais para problemas produzidos socialmente, sofridos coletivamente.

A Sociologia, a ciência da sociedade, deve levar a sociedade a condições mais desejáveis a fim de ser “moderna”, ou seja, mais humana e mais bem estruturada para promover a felicidade e a dignidade humanas – a ciência que servirá ao Projeto da Modernidade.

A questão é que, como já disse antes, aproximando-me dos meus 80 anos, não mais acredito que possa existir algo como uma sociedade. A vida é como um lençol muito curto: quando se cobre o nariz, os pés ficam frios, e, quando se cobrem os pés, o nariz fica gelado. Mas insisto em que a sociedade que obsessivamente se vê como não sendo suficientemente boa, é a única definição que posso dar de uma boa sociedade.

Eu espero ter o direito de dizer que nunca abandonei essa crença. O mesmo se aplica ao meu socialismo, que, em meu entender, se resume à convicção de que, assim como o poder de carga de uma ponte se mede não pela força média de todos os pilares, mas pela força de seu pilar mais fraco, a qualidade de uma sociedade também não se mede pelo PIB (Produto Interno Bruto), pela renda média de sua população, mas pela qualidade de vida de seus membros mais fracos.

INAUGURAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFBA

Leda Jesuíno dos Santos

A presença de Vossa Eminência nesta casa nos traz, simbolicamente representada nas suas mãos que abençoam, aquela fé de que tanto precisamos - definida por São Paulo na sua Epístola aos Coríntios - a certeza das coisas que se espera. E tanto se espera da educação neste país que aos educadores se pede milagres e, como bom exemplo deles, cito apenas um: o de levar o homem a aprender a escolher **no mais dos mundos**, com a tecnologia aplicada à educação. Este é, sem dúvida, um grande milagre na difícil tarefa de educar o Homem.

Exmº Sr. Governador Dr. Roberto Santos, gostaríamos, *data venia*, que nesta Universidade, seio da sua família universitária, permita apenas ser hoje para nos o caríssimo professor Roberto Santos, sempre um pouco Reitor de nós todos, os pioneiros da Reforma universitária.

Que a sua presença nesta casa de educação simbolize sempre, não somente, hoje, neste instante festivo de alegria, mas naqueles outros momentos difíceis que virão, o grande desafio que se coloca neste país aos educadores, aos que se envolvem com a educação brasileira, ou seja: encontrar as suas próprias fórmulas, os seus próprios caminhos, suas inovadoras soluções num país em desenvolvimento, cuja sociedade é prismática, no dizer de Riggs, e, conseqüentemente, mimética - e a *mimesis* gera o formalismo e a norma, **para regulamentar** os aspectos mais detalhados do sistema funcional junto a práticas divergentes na realidade e a existência de normas muitas vezes contraditórias.

E o símbolo do desafio que sua presença nos impõe e historicamente compreensível. Ao estruturar a Universidade, **delegou-nos** a missão de - como coordenadora *pro tempore* - traçar as diretrizes e implantar esta Faculdade à **qual lançou** o maior de todos os desafios: nascer, desenvolver-se e afirmar-se no contexto universitário, com as tarefas de todas as demais unidades de ensino, pesquisa e extensão. Foi, sem dúvida, o desafio de viver, que é efetivamente o maior deles no contexto da Universidade brasileira. Hoje, o estar aqui e neste prédio, **com instalações apropriadas** e, sobretudo, com 92 professores, 52 deles concursados nestes seis anos, sendo alguns portadores do título de mestre, com 90 funcionários e uma biblioteca de 11 mil volumes, é uma pequena mas significativa resposta ao estímulo oferecido, nos idos de 1969, pelo nosso Magnífico Reitor Roberto Santos.

Para essa resposta, caro professor Roberto Santos, todos nós responsáveis e co-responsáveis desta Faculdade trabalhamos com afinco, pensamos com esforço e amamos com paixão. E, com estas três pedras angulares, construímos esta casa, **não direi** do saber, mas das preocupações contínuas, das reflexões constantes em torno da educação, que é, por si própria, no mundo contemporâneo uma perplexidade para os filósofos, um desafio para a tecnologia e uma **premência** existencial para os educadores.

Exmº Sr. Dr. Walmir Chagas, ilustre membro do Conselho Federal de Educação e, indiscutivelmente, o conselheiro para educadores, ou, melhor dito, para as Faculdades de Educação. Feito sob medida para os pareceres da Reforma, a presença do nosso Conselheiro deve significar para nós aquele princípio de Parmênides, na Grécia - **nada é tudo vem a ser (?)** - é a(?) dialética permanente das Reformas educacionais. Para que as Faculdades de Educação não permaneçam enquistadas em seus vícios e virtudes, o professor Walmir Chagas **tem avaliado criticamente as novas soluções e os novos desafios, e emitido**

seus pareceres a partir de sua experiência de mestre-escola. Muito se tem discutido e, conseqüentemente, refletido sobre as novas diretrizes da formação de educadores.

Agora, neste instante, sua presença nos honra e dignifica a despresticiosa cerimônia que reveste este ato simbólico neste fim de tarde.

Exmº Sr. Dr. Jorge Hage, Digníssimo Prefeito desta Cidade, mas que também gostaríamos, *data venia*, de chamar simplesmente Dr. Hage, o nosso adjunto de Reitor, cuja presença vem reafirmar o apoio recebido por esta Faculdade quando reivindicava dotação orçamentária para **equipa-Ia**.

A fé nos destinos desta Faculdade, a crença na seriedade dos seus propósitos foram definidas na sua ajuda incondicional junto ao MEC, o que se concretizou no equipamento desta casa.

A sua presença significa para nós o esforço premiado e o reconhecimento gratificado.

Limº Sr. Dr. Augusto Mascarenhas, Vice-Reitor da UFBA, representando o Magnífico Reitor Lafayette Pondé, ora em Brasília, par interesses da UFBA;

Dr. Alexandre Leal Costa, substituto eventual do Vice-Reitor

- à cúpula diretiva da UFBA, apresenta esta Faculdade um grande saldo devedor.

Ao Magnífico Reitor, Dr. Lafayette Pondé, que, após iniciativa da gestão anterior, tomou a si a responsabilidade de construir a sede da Faculdade de Educação, empenhando-se diretamente nesta tarefa e somando esforços para que, ainda sob

a nossa direção, fosse ela equipada em condições de seu funcionamento pleno, inaugurando uma Escola e não apenas um prédio, esta Faculdade agradece hoje e prestará significativa homenagem dentro em breve.

Ao Vice-Reitor, Dr. Augusto Mascarenhas, que, como presidente da Comissão de Pessoal Docente, possibilitou a qualificação de nosso pessoal docente, através da abertura de vagas para 51 concursos, sempre pronto a receber nossos insistentes apelos, demonstrativos ofícios. reivindicadores, para não falar dos telefonemas matinais que o interrompiam às vezes, ainda na toailete matutina, e para não relembrar as saudáveis discussões no Conselho de Coordenação, a Faculdade hoje lhe rende as homenagens devidas; e ao nosso querido professor Alexandre, o conselheiro dos momentos mais difíceis e mais cruciais, das horas de dúvidas e sofrimentos, o "ouvinte certo da hora incerta", o presidente do Conselho Técnico e Administrativo do PROTAP, cuja orientação, sempre sábia, prudente e silenciosa, nos deu a força do combate e definiu os propósitos da luta, nossos agradecimentos. À "Tríade Magnífica" do Reitor, a Faculdade agradece, lamentando a ausência do seu Reitor na hora em que ele mais se sentiria realizado e feliz, **aqui, nas instalações** que, entusiástica e placidamente, sem alarde, como é de seu feitio, construiu, consciente de que era indiscutivelmente uma de suas metas.

Aos ilustres secretários de Estado, professora Ivete Oliveira (**Atenção: falta um**) e Dr. Walter Sanches, amigo dos idos de 40, o agradecimento especial pelo prestígio que conferem a esta cerimônia, não pelos altos cargos que representam, mas pela amizade que reforça laços e ajuda a percorrer caminhos.

Ilmo Sr. Dr. Carlos Santana, Digníssimo Secretário de Educação: a sua presença deve ser, por princípio, o símbolo da Intercomplementaridade, ou seja, do perfeito ajuste de todos os organismos que tratam dos problemas educacionais. Sua

presença significa, pois, a reafirmação dos nossos projetos e convênios que ligam os propósitos da Educação na Bahia.

Essas palavras se estendem ao professor Fernando Brandão, Digníssimo Diretor do CETEBA, com quem a Faculdade de Educação conviveu na mais sadia comunhão de interesses e de quem recebeu a pronta ajuda nas horas certas.

Exm^{os}. Srs. Chefe de Gabinete, dirigentes dos órgãos pedagógicos, técnicos e administrativos da UFBA e presidentes das Câmaras de Graduação, Extensão e Pos-Graduação, ilustres Coordenadores Centrais de Pesquisa e Extensão, Procuradoria Geral, Superintendência Acadêmica e Administrativa, Superintendência de Pessoal, Serviço Médico, Gráfica, Contabilidade, Divisão de Material, Secretaria Geral de Cursos, aqui quase todos presentes ou representados por membros excepcionais das suas equipes de trabalho: nossos débitos **pela** compreensão com que foram tratados os nossos problemas, a prontidão empenhada por todos, para solucioná-los, **a** **presteza dos gestos** com que sempre nos abriram as portas da tramitação processual, **e estes débitos não são saldados** com simples palavras de agradecimento.

Esperamos que novos concursos sejam abertos para que uma plêiade de jovens, que no momento trabalham em alguns desses setores, possam vir a trabalhar nesta Faculdade para servir cada vez melhor a própria Universidade.

Aos senhores Diretores de Unidades universitárias, colegas bem próximos de luta quotidiana, o nosso mais vivo reconhecimento pelo agradável convívio, nos Conselhos Universitário e de Coordenação.

Alegra-se esta casa em recebê-los pobrementemente, como convém, sem champanha e sem muitas flores, mas com a alegria cordial do companheirismo universitário.

Aos ilustres professores e funcionários universitários aqui presentes, diretores de Centros e Órgãos da UFBA, o reconhecimento do apoio sempre renovadamente demonstrado.

Ao digníssimo Corpo Docente e Técnico desta casa, meus ilustres pares da Congregação e do Conselho Departamental, e Coordenadores de todos os Projetos de Cursos e Convênios, com quem nos entendemos durante seis longos anos bem mais difíceis do que este glorioso 1975 **em que se apresenta** a colheita dos primeiríssimos frutos de uma tempestuosa batalha, de trabalho sério para uma afirmação científica. A presença dos senhores - 92 ao todo - significa a própria Faculdade apresentada à Assembléia universitária aqui presente e aos amigos da comunidade. Com o corpo discente - infelizmente grande parte em férias -, corporificam os ideais permanentes dos educadores de todo o Terceiro Mundo, a decisiva convicção de que a educação é a grande e larga estrada que levará o homem à liberdade sem medo, numa sociedade na qual a economia terá fins e objetivos que girarão em torno do Homem. O estarem hoje aqui presentes **simboliza a união com** os funcionários desta casa, que conosco desenvolveram excepcionais trabalhos nesta tarefa de construção, de colocar pedra sobre pedra, de superpor horas e horas de trabalho não remunerado, de preocupações de fazer sempre o melhor, de atender humanamente aos problemas humanos trazidos; aos senhores, a palma da vitória, não da moeda de ouro, mas da alegria não identificada do coração, que significa a paz e a tranqüila serenidade do cumprimento do dever.

A esperança de todos significa a esperança de prosseguir.

Estas as palavras nesta data **tão significativa**, a serem proclamadas de público para que uma Faculdade de Educação não se conceba pura e simplesmente como uma unidade universitária a mais, porém para que se perceba que seis anos nada significam na categoria da temporalidade, para se realizar algo na formação de recursos humanos para a educação. E, no

momento, faz-se mister **recorrer às reflexões Nelson(Nilson?) Sicupira(?)** - "Ao longo do século passado - afirma o conselheiro -, a Universidade assimilou o *logos* e o *ethos* da ciência moderna; neste século, com certo remorso, a Universidade pressurosamente procura incorporar o *ethos* da tecnologia, mas somente agora e com certa relutância a Universidade começa a absorver o *ethos* da educação."

Desde algum tempo, as universidades vêm-se ocupando da formação de uma variada gama de técnicos e profissionais que exigem certa base científica, mas, com exceção da Universidade americana, até recentemente a universidade tradicional se recusava sobranceiramente a se ocupar do treinamento profissional dos educadores.

As universidades são escolas de pesquisas, de novos conhecimentos, escolas de formação profissional e também escolas de educação. Em certo sentido, a Universidade, ela própria, em sua substância e educação, e o seu grande paradoxo é que, muito tardiamente ,ela se tenha considerado sistematicamente **como o** processo de que ela é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto.

Ora, se a educação é vital para o destino dos povos e a sobrevivência da humanidade, como se costuma afirmar. e, se o exercício das tarefas educacionais, no mundo de hoje, atingiu tal nível de complexidade técnica que supõe uma formação científica altamente especializada, segue-se que a Universidade seria afetada em sua relevância para as sociedades modernas se não assumisse suas responsabilidades educacionais com clarividência e enérgica decisão.

Esse é justamente o problema crucial das universidades brasileiras na fase em que o País vive, o momento crítico do seu desenvolvimento, o desafio de participar ativa e criticamente da construção do novo sistema educacional..

Esse desafio não pode e não deve ser ignorado pelas Faculdades de Educação. A elas cabe a reflexão crítica de uma série de problemas eminentemente educacionais cuja busca de soluções deverá estar integrada nas suas preocupações e nas suas metas; um deles e importante é superar a contradição entre a massificação da universidade e o imperativo de criarem estruturas de excelência.

A universidade como um todo está envolvida no processo de educação e ela própria se apresenta como um todo em que as diferentes partes concorrem para um objetivo comum, que é o projeto de desenvolvimento nacional e, através deste, o projeto humano, pessoal, de cada um.

A idéia hoje predominantemente aceita entre os economistas, sociólogos e educadores é a de que, no interesse de uma sociedade condicionada pela ciência e por uma tecnologia que se transformam rapidamente, deve-se prolongar o caráter geral da educação

Mas o que caracteriza o pensamento científico contemporâneo é o conflito dos métodos, e o conceito do método está hoje reformulado. "Um método científico é um método que procura o risco". É o meio pelo qual o pensamento científico se arrisca por novas aquisições, pondo em jogo sua própria construção.

E o pensamento científico aplicado à educação é um risco duplo porque a problemática da educação é complexa. Educar é, em suma, ajudar o homem a assumir a vida, fazê-lo perceber a grande possibilidade que a vida é.

Nesta hora da Educação, recorramos a Anísio Teixeira, que faria, aliás, 72 anos neste mês se vivo estivesse, naquele seu dramático apelo: a escola de educação que ora se pretende criar, deve ser o ponto de encontro entre dois grupos, devendo o

educador de hoje ser um familiar da organização e processualística de toda atividade educacional, trabalhando na escola como o médico trabalha no hospital, dentro de um mesmo campo de saber unificado e harmonizado, embora servido por um sem-número de especialistas e técnicos de toda ordem.

A multiplicidade de saberes, envolvidos na educação decorre da extrema complexidade desta atividade, que compreende o Homem, a **sociedade** e todas as culturas dela participantes.

E como essa atividade se exerce sobre grupos e é, em essência, individual, a contradição ou distância entre o coletivo e o individual está sempre presente, dando duas dimensões à atividade e, por isso mesmo, **criando** maior dificuldade de controle e eficácia.

Mas **acreditamos** firmemente que, para superar a grande complexidade que envolve a educação, deve existir no educador aquela convicção de que o subdesenvolvimento é, sem dúvida, o fracasso na utilização adequada dos recursos humanos e que o principal instrumento para fazer com que o povo empreenda a tarefa do desenvolvimento de seu país, é o seu sistema educacional. Assim **o cremos**, desejando que cada homem grite como Kant – eu sou, por meu próprio impulso, um ser que busca.

DISCURSO RECEPÇÃO DE DIVALDO FRANCO NA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO, COMO “EDUCADOR DO ANO”

Leda Jesuíno dos Santos

Nas ágoras atenienses, cinco séculos antes de Cristo, um velho sábio, sempre acompanhado de jovens atrelados à sua extraordinária capacidade dialética e indiferente às reclamações de sua esposa Xantipa, tropeçava nas irregulares calçadas de Atenas, enquanto olhava as nuvens. Parecia pedir aos céus, as respostas para suas elucubrações em torno dos problemas transcendentais que até hoje atormentam os homens reflexivos e profundos, não acomodados à superficialidade predominante nos diálogos do mundo contemporâneo. Era Sócrates.

Repetia, assim, o Ocidente, um comportamento oriental ou seja, um hábito milenar no oriente, onde os **rishis**, os **sadhus** e os **sanyasins** perambulavam pelas ruas com seus discípulos, em busca da solução dos grandes enigmas do coração e da inteligência humana, que tanto afligiram Jesus, Buda, Lao-tsé, Confúcio e, bem mais adiante no tempo, Ramakrisna, Yogananda, o grande Vivekananda, Krisnamurti e os renomados filósofos do Ocidente.

Quando Platão, aquele jovem e amado discípulo de Sócrates, decidiu sistematizar os seus conhecimentos e transmiti-los formalmente, fundou a Academia Platônica nos jardins consagrados ao herói ateniense Academos, que era, na verdade, um bosque de oliveiras, às margens do rio Cephise. Transpôs, então, para a história, uma tradição que, até hoje, decorridos 25 séculos, mantém as Academias em prestigiosa situação em todas as culturas,

porque elas floresceram guardando sempre o espírito com que o jovem Aristóteles iniciou suas atividades, congregando uma plêiade de intelectuais entregues ao debate e à especulação de problemas nas mais variadas atividades intelectuais da época, desde os aritméticos de Alexandria, Speusipus e Aristóteles expondo seus trabalhos de história natural e de biologia, até Delíus e Xenócrates, os principais orientadores do grande Alexandre. Tentava-se uma unidade intelectual sem o preconceito castrador, estando, a Academia, aberta ao debate amplo, o que a tornou viva por cerca de 250 anos, levando Cícero a pontuar a tendência geral de o pensamento ter sido sempre de uma simplicidade prática, permitindo que "os escritos e métodos contivessem todos os pensamentos do aprendizado liberal da história, que encampassem uma tal variedade de arte, sem cujo conhecimento, ninguém poderia empreender uma carreira nobre. A Academia continua sendo a oficina de trabalho de todos os artistas" ¹.

Elas se multiplicaram, como ressalta Sextus Empiricus, conservando uma característica prática: a de nunca interpor-se ao discernimento individual, aprovar o mais provável, comparar opiniões diferentes, verificar o mais avançado em cada lado, mas deixar o julgamento livre, sem dogmatizar. E, exatamente por isso, se tornaram catalisadoras no processo de evolução do pensamento humano, congregando opiniões individuais e respeitando estes conhecimentos e opiniões na individualidade de cada um.

Na Academia Platônica ou Grega, como às vezes é denominada, superou-se o dogmatismo metafísico de Platão, cedendo lugar ao sincretismo ético, passando por várias fases, estimulando que novas academias fossem criadas, como a Academia Florentina onde pontificou Picolo de La Mirandola. Desde então, há cerca de 25 séculos, na área das Ciências, das Letras, das Artes, da Cultura, da Política e da Religião, congregaram-se as figuras mais representativas do mundo intelectual nas Academias, algumas

muito famosas e mundialmente respeitadas, tornando-se, às vezes, órgãos consultivos das Nações.

Preservaram, através do tempo, a liberdade de pensamento, de especulação e de debate, alcançando uma posição altamente prestigiosa e procurando ser, continuamente, uma instituição a serviço da comunidade, aberta ao debate amplo.

Com essas características, elas atuam no panorama intelectual brasileiro, cumprindo sua missão cultural, "definindo e marcando os traços da cultura que deve vigor, a serviço da comunidade", no dizer do acadêmico Raymundo Almeida Gouveia.

Ninguém melhor do que o confrade tão ilustre quanto respeitado, o jornalista e professor Edivaldo Boaventura para analisá-las e compreendê-las. No seu admirável discurso de posse na Academia Nacional de Educação, ele serpenteou os seus caminhos, desvendando-lhe os segredos, seus vários aspectos, suas sutilezas, sua realidade, com uma percepção que se torna cada vez mais aguçada e mais pronta para captar a essência dos fatos. Nesta oportunidade, considerou "o tempo acadêmico como o tempo que não faz parte da essência das coisas".

É com este espírito aberto e desprovido de preconceitos que a Academia Baiana de Educação, preservando a tradição como as suas co-irmãs e cumprindo norma estatutária, extrapolando seus muros pela primeira vez e indo além de seus quadros, alcança a "Mansão do Caminho", uma organização não governamental, situada em um dos bairros periféricos mais populosos de Salvador, para conferir o título de EDUCADOR DO ANO DE 1997 ao seu fundador, o professor Divaldo Pereira Franco, que atua na área da educação formal, informal e comunitária, não apenas em Pau da Lima, mas também nos auditórios do Brasil, do Canadá, da Suíça de Paris, do Peru, da Bolívia, de Londres, da Itália, de New York ou de Tóquio.

Após conferir este honroso título a dois eméritos educadores, ambos atuantes na macro educação, o acadêmico José Carlos Almeida, magnífico reitor da Universidade Católica do Salvador, e a professora Zilma Parente de Barros, que chegou a ocupar o alto cargo de Vice-presidente do Conselho Federal de Educação, esta Academia debruça-se, neste momento, sobre um dos mais complexos segmentos do panorama educacional, **a educação comunitária**, numa época em que ela toma forma mais definida, cor especial e valor mais específico em todo o mundo, como sinal dos tempos ou "espírito de época", no dizer de Einstein. E, dentro da educação comunitária, vai buscar, fora dos seus quadros e em uma das ONGs mais dinâmicas e organizadas que meus olhos críticos de assistente social puderam perceber, onde a fórmula de lares substitutos resistiu aos problemas que lhe são inerentes, e encontrar atuando numa obra que se reveste de peculiares características, todas elas adaptadas às necessidades da sua clientela, um educador ajustado ao perfil da sociedade contemporânea que se vem delineando nestas duas últimas décadas. É uma sociedade marcada por crises vitais que devem ser analisadas, além do enfoque sóciopolítico, como uma crise ontológica "deflagrada no âmago existencial manifestando-se dramaticamente como carência aguda do ser desafiado por ameaça ou paralisado por perplexidade".

Essa concepção, defendida por ilustre membro da Academia Nacional de Medicina, o nobre acadêmico Kaiser, não pode e nem deve ser ignorada por qualquer educador na macro ou na micro-educação, que, no momento, tenha como objetivo assumir a responsabilidade do que a educação se propõe, que é, sem dúvida, dar ao corpo e à alma tudo que podem receber, segundo Platão, para que possa o homem ser feliz - o supremo objetivo da vida.

A discussão do que seja felicidade, paz e amor com os jo-

vens de hoje deve ser a grande tarefa do educador, porque de informações, exposições e explicitações, os recursos tecnológicos, sob a sua segura e sábia orientação, podem desincumbir-se a contento.

Senhores acadêmicos:

É provável que, ao fazer recair sobre mim, a designação para saudar, hoje, o professor Divaldo Franco, tenha o Dr. Jair Santos, ex-presidente desta Casa, cometido "um **erro generoso** ou um mero **acerto casual**", no dizer do grande escritor Jorge Luís Borges. Erro ou acerto, consumado o fato, aceito a incumbência com o mesmo **élan** com que o fiz na oportunidade em que nossa querida confreira Zilma Barros foi agraciada.

Ao designar-me para homenagear o professor Divaldo Franco, concede-me a Academia a excelsa honra de enaltecer-lhe os méritos, com a plena convicção do justo título que o coloca no topo do que fazer educacional, honrando deste modo as suas raízes pedagógicas que estão no solo europeu com Pestalozzi e seu discípulo Allan Kardec, de quem hauriram o nosso homenageado toda a sua fundamentação teórica de modo informal, por seu próprio esforço e mérito pessoal.

Se o "preço da elevação é a responsabilidade", a honra de saudar um orador de tão elevado porte, que "não confunde os fulgores da eloquência com os fulgores da loquacidade", como disse mestre Calazans saudando Machado Netto na Academia de Letras da Bahia, torna-me responsável, nesta tarefa tão significativa quanto honrosa de destacar a figura singular de um educador que, atravessando o pórtico da educação formal e informal, onde atua com segurança a tranqüilidade, alcança mais além, penetrando no âmago do Ser Humano que o busca nas horas avançadas das noites de Pau da Lima, questionando a própria realidade da sua existência, na perplexidade do finito perante o infinito; um educador que, no Brasil, na Ásia, na Europa ou na América, não

se está limitando a falar para platéias de cem ou duas mil pessoas com sua oratória, mas a educar conscientizando o homem no Dasein de Heidegger, ou seja, o homem no seu estar no mundo, lançado na solidão cósmica, oferecendo-lhe o Amor "o peculiar antídoto da angústia".

Assim, ele vem abrindo uma via com o apelo de todos os horizontes, no registro de todas as sensibilidades: na **sensibilidade religiosa** na profética palavra bíblica - "Ama ao teu próximo como a ti mesmo"; na **poética musical** de Scheller e Beethoven, anunciando a comunhão fraterna da humanidade; na assertiva filosófica de Nietzsche - "Eu te amo, eternidade".

Ao cumprir o dever de fazer o destaque do professor Divaldo Franco, aceitando mais uma vez o conselho do meu particular amigo, professor Edivaldo Boaventura, "fujo das profundezas da Biografia e das sutilezas do Currículo"; sábio conselho, que me leva, neste momento, a apresentar o homem e a obra na sua admirável interação, onde se fortalecem ambos pela força imponderável da Fé e do Amor, dentro dos princípios filosóficos, pedagógicos e técnicos que regem a educação comunitária no mundo atual. Um mundo que sofre ao se deparar com a incorreta distribuição de riqueza no plano econômico, a violência no plano ético e, sobretudo, o desamor no plano filosófico, gerando os desequilíbrios no atendimento às demandas da educação, tão bem analisadas pelo acadêmico Edivaldo Boaventura.

Na contínua interação em que vivem, Divaldo Franco e a Mansão do Caminho realimentam-se e traduzem um empenho na construção de um mundo mais humano. Sem que seja preciso fragmentar o homem e a obra - nunca se percebe bem onde começa um e termina a outra, sendo ambos de identidade polifacetada -, podemos considerá-los desenvolvendo o básico princípio da educação comunitária, sem o assistencialismo ultrapassado: a cooperação, o envolvimento e a participação comunitária. Este

foi o princípio consagrado na III Conferência Internacional de Educação Comunitária, em Melbourne, Austrália, no ano de 1979, e reiterado na III Conferência Interamericana de Educação Comunitária, em Brasília, em 1980, onde se firmou o conceito fundamental de que "o processo deixa de ser solitário para se tornar solidário e a comunidade não se fortalece com a submissão mas com a capacitação".

A Mansão do Caminho é um marco significativo na comunidade de Pau da Lima, bairro periférico de grande densidade populacional, cerca de 25km distante da área central de Salvador e bem próximo à penitenciária e ao aterro sanitário, ocupando uma área de 83 mil metros quadrados. Ali, os mais variados serviços estão instalados em 36 edificações nas quais se desenvolvem as atividades múltiplas que, quantitativa e qualitativamente, representam para Bahia uma obra educacional que tem levado seus governadores a expressivos pronunciamentos como o Dr. Roberto Santos:

"Visitando a Instituição como temos feito em outras vezes, depois disso, pude testemunhar a excelente qualidade do trabalho que ali se realiza, num atendimento solidário e fraterno, oferecendo um ambiente sadio às crianças que, no seu começo de vida, não haviam sido favorecidas no meio social onde viviam. (...)

"Sente-se a liderança de Divaldo Franco que se colocou à frente de um conjunto de pessoas as quais se dedicam, com todo o coração, a essa obra. A inspiração de Divaldo, sem dúvida, é fundamental para o trabalho que ali se realiza. Ao lado dele, estão muitas pessoas que perceberam que ali havia uma forma mais elevada de satisfação de suas aspirações mais íntimas.

"O clima que ali se vive se transmite aos que visitam essa instituição porque logo se percebe que há uma orientação superior, capaz de estreitar os laços de amizade entre as pessoas e fazer prevalecer o que há de mais nobre no coração e na inteligência

dos homens e mulheres que ali convivem".

Esta Instituição que recebe sempre o entusiástico encômio dos políticos, dos intelectuais, dos sociólogos, dos assistentes sociais, dos juízes de menores, considerada "uma obra modelo e um exemplo para nosso país" e "uma das coisas mais notáveis que temos no Brasil, no campo social e espiritual", e que entra na agenda dos educadores como paradigma, se constitui de, aproximadamente, 40 unidades, todas elas impregnadas do carisma de seu líder, que se foram concretizando a medida que os indicadores comunitários se delinearam ao longo destes 50 anos de existência produtiva. Atendendo o recém-nascido e o idoso, a criança e o adulto, o sadio e o enfermo, o rico e o pobre, o analfabeto e o homem culto, sem qualquer discriminação cultural, erguem-se num espaço de uma beleza envolta em paz e serenidade, permitindo que sua estrutura física seja feita de construções diversificadas que não se amontoam e convidam os que lá trabalham a se movimentarem sem atropelos. Muito ao contrário, quotidianamente vivem todos entre pracinhas, jardins e avenidas nominadas significativamente. Transitam pela Avenida da Luz, pelo Largo da Esperança, pela Alameda da Fé, pela Rua Allan Kardec, pela Travessa dos Miosótis, pelo Largo da Meditação, pela Morada do Sol, pela Praça da Fantasia, no mundo mágico infantil.

Nesse oceano de paz desenvolvem-se as atividades da educação formal, tais como: a Creche A Manjedoura, que atendeu, em 1998, 200 crianças em seis berçários, com uma equipe técnica interdisciplinar; a escola regular Jesus Cristo, que matriculou 1.116 alunos e recebeu da comunidade o diploma de Honra ao Mérito, na categoria de Escola Pública; o Jardim de Infância, com 300 alunos e que se chama Esperança, como não podia deixar de ser; a Escola Alvorada Nova com 265 alunos matriculados; a Escola Allan Kardec, com 216 alunos; as Bibliotecas, com 5.304 leitores, com um acervo de 8.380 livros; a Escola de Auxí-

liar de Enfermagem Irmã Scheila; as Escolas de Informática e de Datilografia Joana de Angelis, com 96 alunos.

Das escolas, vai a juventude da Mansão para as Oficinas profissionalizantes que se diversificam: marcenaria, panificadora, tapeçaria, sapataria, mecânica, costura, artes gráficas, olaria, serigrafia, artesanato.

Na educação informal, estão incluídas as atividades de educação espiritual e difusão cultural - Instituto de Pesquisas Psíquicas, Grupos de Estudo e Eventos, Livraria Espírita Alvorada, Editora, Palestras, Cursos, Conferências, Círculo de Leitura Espírita ...

E a Mansão se completa dentro da Educação Integral porque oferece, à comunidade, a Assistência Médica, Odontológica e Assistencial. O Centro Médico J. Carneiro de Campos atendeu 8.244 pacientes, em ginecologia, clínica médica, homeopatia, pediatria e cardiologia. O pré-natal socorreu 828 gestantes, e 66 cirurgias plásticas foram realizadas. O Setor de Nutrição atendeu 2.966 pessoas e o Serviço de Enfermagem realizou 6.725 atendimentos. Em Puericultura, 200 pessoas foram atendidas. Com o Laboratório de Análises Clínicas e o Ambulatório Odontológico, o Centro Médico fez 55.521 atendimentos, mantendo cooperação técnica com a UFBA, dentro de projetos específicos.

Interagindo sempre com a UFBA, as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, de Educação e do Trabalho e Bem estar Social, dos quais recebe professores e profissionais de Saúde, além de técnicos, conta, porém, com expressivo quadro de voluntários que para lá se dirigem, levando dentro de si o firme propósito de servir para evoluir.

Mas a educação comunitária informal vai além: instala-se na área de assistência social, para atender a pobreza e a miséria localizada em volta da Mansão, com atividades diversificadas,

que se constituem em grupos de voluntários para o serviço. O mais antigo deles é a "Caravana Auta de Souza", com 50 longos anos de permanente trabalho de dar o pão e a amor e a orientação emergencial. Foram 7.250 cestas básicas distribuídas e 9.950 peças de roupas. São 383 pessoas cadastradas para assistência mais permanente, muitas delas portadoras de tuberculose, AIDS, cegueira, paralisia e problemas da velhice.

A gestante é assistida pelo grupo chamado "Lar de Enxovais Meimei", que a prepara para ser mãe com cursos teóricos e práticos, além de alguns programas educativos, tendo distribuído, no ano de 1998, 20.519 peças para recém-nascidos.

Na área da profissionalização, são desenvolvidas ações pelo grupo "Casa da Cordialidade" que atendeu 1.035 pessoas com orientação sócio-familiar e proporcionou, a 86 jovens, cursos de costura, sapataria, serigrafia. Há também o "Grupo Ação Comunitária Lygia Banhos", que atua além dos muros da Mansão e vai até os lares de Pau da Lima, para atender os idosos, enfermos, levando, com ações educativas através de palestras orientadoras, lazer, atendimento médico. Junta-se a esses grupos a Farmácia Comunitária que distribui, gratuitamente, medicamentos, mediante apresentação de receitas, e a Biblioteca comunitária.

Para sustentar este complexo sócio-educacional, as atividades administrativas precisam funcionar como pilares de sustentação: a cozinha geral (23.558 refeições) a lavanderia, o almoxarifado, o setor de pessoal (91 funcionários cadastrados) devem corresponder à expectativa das metas que a Mansão se propõe a atingir. E funcionam com recursos humanos e financeiros do Estado, do Brasil e do Exterior. Como todas as ONGs. Mas, como poucas ONGs, a Mansão do Caminho busca a auto-sustentação dentro das recomendações de todos os Conselhos de Assistência Social do País e enceta providências para se autofinanciar dentro de algum tempo, a fim de que fique assegurada a

condição econômico-financeira. Embora conte com a venda das obras de Divaldo Franco, do artesanato, da lojinha e da cantina, as doações e os subsídios governamentais, além das parcerias com outros órgãos, tenham, até então, sido fundamentais para sustentar o custo da Instituição, todo este esforço ainda significa preocupação com o seu futuro.

Por mais expressivos que sejam, esses números não significam a excelência da Instituição. O que a torna diferenciada é a dinâmica metodológica do seu trabalho, que reflete o comportamento do seu fundador e líder que tendo fundado com a colaboração inestimável de Nilson de Souza Pereira, seu admirável partner, e um grupo de espíritas entusiastas, após um "insight espiritual", vem, durante 50 anos, firmando-se como educador, através da sua administração, de resultados reconhecidos pela Bahia, por todo o Brasil e Pelos países onde atua, levando com a sua palavra o seu ideal de construção de um mundo melhor.

Por mais significativo que seja, esse montante quantitativo não expressa a qualidade do desempenho de técnicos e voluntários que dinamizam e movimentam os 15 departamentos que estão à disposição da comunidade de Pau da Lima, desenvolvendo uma educação comunitária do mais alto nível dentro dos parâmetros atuais recomendados pela UNESCO, desde 1983, que prioriza a profissionalização do jovem como forma de evitar sua marginalização, causada pela distância entre o ensino regular e sua realidade social e cuja meta deverá ser capacitar as pessoas para que possam ter um padrão de vida mais digno e que estimule a “substituição de conferências sobre o desarmamento das nações por mudança ao do “estado de espírito” dos jovens. E mais: uma mudança de prioridades nas escolas em favor da motivação. Um grande interesse ou uma paixão por uma atividade parece ser mais importante do que um alto grau de conhecimentos. Esta inversão de prioridades pode contribuir para maior concordância

entre o interesse individual e o interesse da sociedade”.

Todo este complexo educacional está sinergicamente orquestrado por um regente que conhece bem as partituras e se enfronha na harmoniosa música do Cosmos, aquela que eleva e enleva e pode revelar aos ouvidos que estão prontos para ouvir a Sinfonia do Amor Universal. Se, no enfoque social, o nosso grande educador está atento aos mais atuais destaques da educação comunitária, de promoção humana, no enfoque pedagógico, Divaldo Franco está embasado na linha direta de Pestalozzi e Kardec, seu discípulo que foi, até a Psicologia Contemporânea de Maslow, Assagioli e Rogers.

Na razão direta do desenvolvimento da sua obra, está a dinamização da vida do seu líder. Para que sua obra floresça, o seu labor assume a responsabilidade da educação informal, através da sua oratória, da sua pena e da sua orientação espiritual direta a milhares de pessoas no Brasil e em outros países, atuando como terapeuta. Nascido em Feira de Santana, como a padroeira da sua cidade Senhora Santana, um professor primário diplomado pela Escola Normal de Feira de Santana, com curso em datilografia, o instrumento com que, naquela época, o jovem pobre podia usar para conquistar um lugar ao sol. E ele o obteve em Salvador, como funcionário do IPASE, por concurso. Só que não era apenas um simples jovem do interior em busca de emprego na Capital.

Com o tempo, ele se revelou um homem singular, que se nutriu, ao longo dos anos, com a filosofia espiritualista na linha de Platão, Kant e Bérgrson, na pedagogia de Pestalozzi e Kardec, na Psicologia de Maslow e Assagioli, na fé dos “terapeutas de Alexandria”, nos postulados da ciência atual de Bohn, Sheldrake e Hamkig, na metafísica espírita de Léon Denis e, sobretudo, no Amor que Jesus pregou.

E o Amor Universal que Jesus pregou e ele assimilou, tem raiz egípcia e não latina, como possa parecer. Segundo o exímio

cronista Affonso Romano de Sant'Anna, os egípcios não usavam vogal: "Eles escreviam amor com duas consoantes MR e pronunciavam amo ou amer e era representada por um hieróglifo singular, uma espécie de pá ou cavadeira de camponês abrindo a terra. O fato de Amar implicava ação, investimento e semeadura, cavando e movendo a terra. E para grafar a palavra, os egípcios usavam seu alfabeto especial e não o popular, por que sabiam também que o amor é coisa para os iniciados".

Como iniciado no evangelho de Jesus desde pequenino, como coroinha ajudava as missas em Feira de Santana e vivenciava a fervorosa fé de sua família católica, Divaldo Franco envolve-se no Amor que impulsiona, vitaliza e constrói, que levou Max Marchan, ao escrever o seu famoso livro **Hygiene affective de 1º Éducateur**, a declarar que "o problema sentimental que se coloca ara cada educador é o de encontrar em si mesmo as condições de um amor autêntico".

E defende a afetividade com base angular do sei êxito profissional. E este amor levou Divaldo Franco a fazer da Mansão do Caminho um espaço de cantos, recantos pelas árvores que lá medram, pelas flores que lá florescem, pelas crianças que lá crescem e se confundem com o verde das plantas e a esperança que mora nos corações dos homens e mulheres que lá trabalham, mas sobretudo pelo anseio de levar cada ser a sua transformação interna, não como um guru, mas como um verdadeiro mestre que nos leva a descobrir o nosso próprio mestre interior.

Foi também este amor à humanidade que o levou para fora dos muros de sua obra, para além das suas próprias raízes atravessando as fronteiras do seu país para fundar os núcleos de trabalho e serviço espíritas. O seu élan por levar a quem desejar aqui, lá ou acolá, em qualquer parte do mundo, o que hauriu em suas leituras de um autêntico autodidata, o que absorveu com a sua aguçada perspicácia no seu quotidiano conviver com os pro-

blemas humanos mas, sobretudo, através da inspiração alentada como paranormal que é, com o mundo espiritual que o circunda e o eleva até onde sua capacidade de Ser pode suportar. E é neste amor que o homem e a obra estão envolvidos, estimulando ambos a nunca admitirem o medo de Ser.

Tendo realizado, ao longo dos anos, centenas de conferências, palestras, seminários, workshops, em 61 países da África, das três Américas, da Ásia, da Oceania e da Europa, em Câmaras Municipais, Assembléias Legislativas, Teatros, Cinemas, Organizações Maçônicas, Lions, Rotary Clubes e em Universidades como Sorbonne e Lion na França, na Duk University, nos Estados Unidos, Turabo e Arendó, em Porto Rico, dentre outras, teve a honra de, por várias vezes, falar na ONU, no Setor de Nova York e da Áustria (Viena), e no programa "Voz da América", de Washington. E fez de sua palavra um dos mais valiosos instrumentos do seu trabalho de educador, tornando-se, então, não simplesmente um orador sacro mas um tribuno consagrado através de demonstrações as mais expressivas.

Na sua obra, esta evidente a influência filosófica educacional do grande educador que foi Pestalozzi e do seu amigo, aluno e seguidor, o pedagogo e professor Hippolyte Leon Denizar Rivail, que se notabilizou com o pseudônimo de Allan Kardec. Foi este o notável codificador do Espiritismo na Europa, que escreveu cerca de 20 obras sobre pedagogia e didática, algumas adotadas na Universidade de França e ainda dirigiu o Liceu Polimático, ensinando Fisiologia, Astrologia, Química, Física, Anatomia Comparada. Não se desligando intelectualmente do que pôde haurir em Iverdon com o grande Pestalozzi, adotou os princípios básicos que o tornaram sempre próximo, em contato íntimo com seus alunos, vivendo na prática as teorias que o mestre e amigo desenvolveu, ao enunciar a validade das suas concepções pedagógicas. Ninguém melhor que Paul Natorp para explicitar

estes princípios no seu alentado livro Pestalozzi sua vida e seus ideais, sobre o qual me debrucei, aos vinte anos, para escrever um artigo na célebre revista dos estudantes, *Presença*, que foi atuante na década de 40.

Estes os grandes princípios de Pestalozzi que, nos textos pedagógicos de Kardec, se encontram tão presentes e, em linha direta, como é natural, na mente de Divaldo Franco e no coração da *Mansão do Caminho*:

- o princípio da **espontaneidade** - a educação deve ser uma ajuda para a própria ajuda;

- o princípio da **autonomia** – o homem se forma de acordo com as próprias leis de sua essência; a criança deve atuar e achar por si só tudo quanto seja possível;

- o princípio do **equilíbrio de forças**, ou seja, primeiro iluminar o interior para que seja claro o exterior.

Fica evidente a relevante importância da educação do caráter, e a prioridade dada a uma visão axiológica da formação do cidadão, através do constante convívio, quando a presença do exemplo é o condutor do processo ensino-aprendizagem.

O exemplo chega de onde deve: do líder que educa pelo diálogo, pela presença física e psicológica e pelo contínuo conviver com a problemática do educando.

Residindo na *Mansão* desde jovem, pôde senti-la e também o pulsar da Instituição determinar-lhes o ritmo de trabalho e, mais do que isso, com o seu carisma, impulsionar os seus colaboradores a novas iniciativas e à atualização contínua dos serviços lá instalados, sempre em prol da educação do homem integral. Suas horas de sono, apenas quatro por noite, são diminuídas disciplinarmente para que possa atender o volumoso número de consultas a ele encaminhadas que, totalizando, chegam ao signi-

ficativo número de 5.000 anuais e são oriundas de várias partes do mundo. A sua pena está sempre no papel que será o livro de amanhã ou a carta que orienta, estimula e consola, e transmite a força necessária para prosseguir, ou o documento que vai proporcionar o crescimento do movimento espírita no Brasil e em várias partes do mundo.

Quando, por solicitação do deputado Wilson Falcão e do Senador Heitor Dias, Divaldo foi convidado a comparecer à C.P.I. do menor, na Câmara Federal, em Brasília, que investigava o problema do menor no Brasil, a fim de levar sua contribuição com insigne educador, impressionou a casa com seu pronunciamento, demonstrando a excelência de sua obra e o conhecimento atualizado da problemática em pauta de análise.

Caracteriza-se pela sua simplicidade que pode ser captada quando, sorridente, caminha pelas arborizadas ruas da Mansão com as crianças, a acariciá-las como a dizer a cada um daqueles corações que se abrem para ele em alegria: "Tu és luz e a luz voltarás". A sua humildade o guia no sentido de saber, de cada um dos seus colaboradores, o que é realmente necessário modificar, ampliar e evoluir, e a discutir com eles a solução.

Em 20 de abril de 1998, no seu arquivo, já havia o registro de 23.950 documentos oficiais, ofícios, cartas e cartões recebidos e, de 61 países de todos os continentes, estavam registrados correspondentes que lhe solicitaram orientação.

A sua palavra e a sua pena estão prontas para lutar pela humanização da sociedade e se propõem não só a difundir as idéias construtivas que combatem, com a Terapia do Amor, a egoísmo, a injustiça, a violência, a irresponsabilidade, como também a disseminar os valores que consubstanciam a educação que se espera venha a amenizar o sofrimento humano.

Inseriu-se na Global Education no momento em que de-

sencadeou um movimento comunitário. “Você é a PAZ”, em dezembro último, combatendo a violência e propugnando a paz interior, congregando em Salvador, na Praça do Campo Grande, 4.000 pessoas.

Em viagens, que são constantes – 230 dias por ano, já tendo percorrido 52 países –, o seu interesse se concentra no trabalho evangelizador de fundar núcleos de estudos e centros espíritas.

Dentro da educação informal, a sua ação, portanto, é tão externa quanto intensa, no tempo e no espaço pois atua seja no pequenino município brasileiro, seja nas grandes capitais do mundo ocidental e oriental, como Paris, Londres, Roma, Havaí, Tóquio, Singapura, Malásia, abrangendo todos os continentes.

A temática de suas conferências, workshops, seminários, mesas-redondas, palestras, entrevistas abrange um leque amplo que vai do simples comentário do fato corriqueiro e cotidiano, pra torná-lo educativo, até os mais complexos assuntos da filosofia, da ciência hodierna, dentro do enfoque psicossocial e da filosófica concepção espiritualista genericamente falado.

Ao falar na Sorbonne, o fez na cadeira de Sociologista, e ao receber no Canadá, o título de Dr. Honoris Causa em Humanidades pelo Science Spiritual of Fellowship of Canadá, reconhecido pela ONU, surpreendeu-se com tão excelsas honras.

Sua palavra está a serviço das concepções filosóficas na linha de Platão, Kant e Bérqson, que Kardec e Léon Denis sustentaram. É, pois, uma filosofia evolucionista monista e procura responder não só ao problema gnosiológico, mas também e principalmente ao ontológico, cosmológico, teológico e ético que são as grandes questões transcendentais sobre as quais se debruça Divaldo franco para esclarecer e conscientizar o significativo número de questionadores que o convidam para proferir palestras e conferências, participar de seminários, mesas-redondas, Work-

shops e entrevistas sobre os mais complexos conflitos da atualidade tais como transplantes de órgãos, existência de UFOs, significado da AIDS, Espírito e matéria, o destino da Alma humana, a Vida além da Vida, a clonagem e sua repercussão, o futuro da humanidade e o problema da violência e do suicídio na infância. Seu pensamento está contido em seus 156 livros (com 5 milhões de exemplares), em suas palestras e conferências (cerca de 9.000) e, sobretudo, em suas entrevistas nos meios de comunicação nacionais e internacionais.

Quando interrogado sobre os problemas mais palpitantes da atualidade, jamais tergiversa, demonstrando então a firmeza de sua convicção que está sustentada numa concepção evolucionista que acompanha a ciência hodierna.

Adotando a concepção filosófica de Kardec e seus seguidores, o seu pensamento segue a linha aberta e sua estrutura é dinâmica, sem ossatura dogmática, como diz bem Herculano Pires: ela é constituída de princípios de razão e não postulados da Existência. Nem o existencialismo de Kierkegard, de Heidegger, nem de Sartre ou Jaspers, nem mesmo o de Gabriel Marcel de La Senne, mas coloca-se contra o hedonismo materialista ou existencialista e o absenteísmo religioso ou místico, postulando a obediência à leis naturais, o respeito à existência e seus fins. A essência é a realidade última, mas só através da existência conseguimos atingi-la; existindo, portanto, um monismo fundamental e declarado.

Vivemos na existência, evoluímos através das existências sucessivas, vemos todas as coisas na perspectiva existencial, mas buscamos em tudo a sua essência, pois sabemos que somente nela iremos encontrar o real.

Com Teilhard de Chardin, não aceita que nenhum ser fique excluído da ordem divina. E Deus, como ser, é **Essência** que se projeta como existência no mundo fenomênico.

Sendo Evolucionista, acredita que o homem chegará a compreender Deus em maior amplitude e profundidade, na proporção em que desenvolver as suas potencialidades espirituais. Mais uma vez, a Lei da Evolução domina o seu pensar.

Procura tornar evidente o que é, para Kardec como para seu mestre Pestalozzi, a religião verdadeira, que é a moralidade como sendo aquela que leva o homem não a santidade convencional, mas à sua realização como Ser moral. E está perto de Kant: Age de tal maneira, dizia o filósofo de Königsberg, que seus atos possam ser seguidos por toda a humanidade.

Desenvolve, pois, Divaldo como Kant uma moral autônoma, mostrando enfaticamente os efeitos antiéticos de uma moral heterônoma. Dentro desta concepção filosófica, os termos dos seus livros não apenas tocam mas aprofundadas, sob vários ângulos, a problemática do homem, em face de fé, da Vida e da Morte, do Amor, da Felicidade, da Paz, da Consciência de Deus, do Auto-Conhecimento, da Reencarnação, da Imortalidade da Alma, que recebem, às vezes, títulos poéticos e sugestivos, tais como: **Sol da Esperança, Quando voltar a primavera**. Outras, vezes, títulos densos e corajosos, em torno da bioética, do avanço da tecnologia, que sua palavra torna viva e flamejante, e os princípios definidos pela trilogia espírita – Ciência, Filosofia e Religião. A sua palavra escrita está difundida e mais de uma centena de livros traduzidos em inglês, francês, alemão, albanês, esperanto, castelhano, italiano, húngaro, polonês, sueco, turco e checo. Para que esteja ao alcance do deficiente visual, também em Braille.

Talvez estejais a perguntar: - um místico na Academia? Ouçamos o grande Jorge Luiz Borges, a quem todos nós reverenciamos;

“Porque os filósofos ocidentais como o grande Wittgenstein acabam falando das possibilidades do místico ou do divino depois de todo o circuito cumprido pela razão ao longo dos sécu-

lo?

“Quando se pratica exclusivamente a razão, chega-se a se cético dela”.

Sabe que as interrogações sobre seus livros se derramam sobre sua personalidade, que deu título ao livro do nosso querido jornalista Fernando Pinto: **Divaldo, médium ou gênio?** Sabe que as dúvidas sobre suas idéias pairam no ar, mas tem certeza de que sua obra educacional é respeitada, admirada, sem restrições.

Tratando da vida após a vida, da psicologia da morte do encontro da Ciência com as concepções espiritualistas, vai até onde Maeterlinck atingiu, afirmando com ele que “os mortos são vivos que não vemos mais”. Só que, sendo um paranormal, ele os vê.

Percebeu com profundidade, por isso mesmo, a sutileza da resposta de Krisnamurti quando lhe indagaram: - Mestre, por que ensina? – Por que as florescem? Respondeu interrogando. Ao usar a palavra como instrumento básico para conscientizar, esclarecer e transmitir as teorias de Kardec, que se consubstanciaram na doutrina espírita, ele o faz com invejável beleza. E, ao falar, lida com símbolos e com a racionalidade da filosofia, de mãos dadas com a espiritualidade. Acredita como Chopra, que é um equívoco pensar que o caminho da espiritualidade seja oposto ao da racionalidade. A racionalidade tem apenas uma estrutura mais ampla na qual a espiritualidade se encaixa como uma peça entre muitas.

Divaldo, como o grande Rubem Dario disse de São Francisco de Assis, "opôs-se com quantas energias teve, à poesia mundana do exibicionismo, dos caprichos, da dissipação e do luxo". Percebe-se a sua simplicidade porque é um dos que compõem o exército de Madre Tereza de Calcutá. Ao fazer o seu diálogo interno, a pergunta que coloca para si mesmo não é:- O

que eu ganho com tudo isto? Mas aquelas:- Como posso ajudar tudo isto? Pergunta que vai além do ego.

Como Charles Peguy, "jamais deixou de exigir de si o seu máximo e o seu ótimo". Quantas vezes, ao voltar de viagens cansativas, de dezenas de horas de vôo, ainda estão pronto a fazer a sua palestra costumeira, para a qual pessoas o esperam, ansiosas por ouvi-lo, e se amontoam num auditório de 800 pessoas.

No entanto, sempre soube que as homenagens fortificam a sua obra, que precisa se reafirmar no contexto sociocultural em que está inserida. E elas chegam em forma de placas douradas, prateadas e de bronze, medalhas, troféus, pergaminhos, moções de congratulações, diplomas, títulos de Cidadão Honorífico, Benemérito, vindos das mais variadas organizações, das mais diversas partes do mundo, que constituem o Acervo Técnico da Mansão do Caminho, que se situa um prédio, para cuja construção colaborou o Banco do Brasil.

Ao falar, exprime, às vezes, uma realidade etérea, permeada de romantismo e magia, que combate o desumano e o antiético e que nos leva a um reinado imaginário de muita luz e instigante paz. Dessa paz de que é feita a sua estrutura psicológica e dessa paz que Jesus doou ao mundo.

Sabe, ao falar, como o grande Sathya Sai Baba, a quem visitou na Índia, que "aquilo que a cabeça pensa deve ser criticamente analisado pelo coração para poder sair pelas mãos".

Sem dúvida, é um terapeuta como os terapeutas de Alexandria. Ele "**cuida do outro pela oração** e isto não deixa de ter ligação com a reorientação do desejo, já que rezar é estar religado à Fonte do Real, recentrar-se nele"¹⁰. E um terapeuta é uma pessoa de quem se supõe, mais do que qualquer outro, que saiba **escutar**. Podemos encontrá-lo sempre na "escuta", após as suas conferências, em Pau da Lima, de ouvido atento e coração aberto,

na função de terapeuta, como o grande Filon de Alexandria entendia ser a verdadeira terapia, pare conscientizar dezenas de pessoas que lhe solicitam orientação e conselho.

Em Pau da Lima, essa escuta segue noite adentro, atravessando a sua "racionalidade diurna", permitindo-lhe instruções e **insights** que estão além das suas faculdades lógicas. Escutar é ser capaz de sofrer as alegrias e as penas do outro, na busca da empatia, numa atitude menos científica e mais experimental, pressupõe uma abertura de ordem verdadeiramente ontológica.

Grande parte de suas noites ele as passa a escutar o outro, estando disponível, atento e lúcido para captá-lo em seus fantasmas e suas angústias. E, para isso, aperfeiçoa, cada vez mais, a sua humildade, para o "sair de si mesmo", criar um vazio dentro de si, para estar disponível para o Outro, sem a cabeça cheia de teorias preconceituosas. Esta, a sua grande tarefa de Educador, que inseriu o Amor na sua concepção terapêutica. Seu **Workshop sobre Amor, Imbatível Amor** atraiu mais de mil pessoas a Pau da Lima.

Foi este amor que levou um dos mais sábios homens do planeta, Sócrates, a declarar: "De todas estas belas e felizes Ciências, eu nada sei, embora queira saber, mas de amor eu sei. **Nesta ciência sou o mais profundo dos homens do nosso tempo**" ¹¹. E sabia o suficiente para atravessar 26 séculos ensinando, a humanidade, humildade e grandeza de caráter, somente através da palavra e da velocidade do seu *amor*.

Este modelador comportamento ainda é seguido pelo nosso homenageado de hoje. Como Orientador Espiritual que é, realiza o seu Mestre interior e que induz a todo ser humano a despertar, através de sua palavra. Como Terapeuta, através da reflexão e do estudo, pôde ultrapassar a fase do **conhecer** e se tornar um buscador, com real sede do infinito, a fim de lograr a auto-iluminação. só, assim, pode o homem confiar nas indicações do

seu próprio coração pois o que se deseja "jamais ultrapassará as fronteiras da justiça".¹²

Das 3.809 pessoas que procuraram a Mansão do Caminho, em 1998, para receber orientação, através de um dos seus serviços que é o Atendimento Fraterno, 619 estiveram pessoalmente com Divaldo Franco nas noites em que permaneceu em Salvador, pois esteve 230 dias em viagens no Brasil e no exterior, a serviço do seu ideal espírita de conscientização, de educação espiritual, criando núcleos de centros espíritas em varias partes do mundo, na tarefa do sementeiro, esperando talvez, no seu íntimo, que a Mansão do Caminho, tenha efeito multiplicador jogando pois a semente e a cultivando, para que frutifique através de suas viagens contínuas e exaustivas.

Oito corajosos jornalistas, advogados, escritores, Já se debruçaram sobre sua vida e sua obra para biografá-lo. Os títulos dos livros publicados atestam o magnetismo de sua personalidade: **o Peregrino do Senhor, o Sementeiro de Estrelas, o Jovem que escolheu o Amor, A Mansão do Caminho, uma história de amor na educação**, que é um documentário de excelente nível, do jornalista de São Paulo, Washington Luiz Nogueira Fernandes. Todos conviveram, na Mansão, com Divaldo Franco e sentiram de perto a sua liderança, e o retratam como um homem simples, brincalhão, de uma firmeza doce, de "sorriso alegre e de olhos tristes", na visão de um dos seus biógrafos, participativo, encorajador, generoso, sensível aos problemas humanos, um inato líder espiritual.

Professor Divaldo Franco:

A Academia, neste momento, vos abraça, estendendo para vós os seus dois braços: um deles e o seu braço racional, o da sua mente, que contempla a vossa intelectualidade expressa no orador brilhante, acostumado a magnetizar as grandes platéias nas mais importantes cidades do mundo, o estudioso permanente dos temas

transcendentais, o educador discípulo de Pestalozzi e Kardec, atualizado com as recentes pesquisas científicas de Hawking e de Groft.

Com o outro braço, que é o do seu coração, compreende a vossa opção de vida, a autêntica vocação de doador, a dedicação ao homem sofrido que vos pede ajuda e, sobretudo, a profunda religiosidade que vos torna o terapeuta que, neste momento, me faz lembrar Einstein quando bradou: "Eu quero conhecer Deus, o resto é detalhe".

Estou absolutamente certa de que diríeis: "Eu quero amar profundamente Deus, o resto é detalhe".

Senhores acadêmicos, meus senhores e minhas senhoras:

Este é o Educador do Ano de 1997 que a Academia Baiana de Educação consagra nesta noite outonal de maio.

Resta-me, neste momento, e lhes peço licença para tal, seguir o exemplo de García Lorca, ao apresentar, na década de 30, Pablo Neruda à Universidade de Madri, este que seria, em 1971, o terceiro escritor latino-americano a obter o Prêmio Nobel da Literatura¹³: "Digo-vos que vos prepareis para ouvir um homem autêntico de sentidos adestrados para um mundo que não é o nosso e que pouca gente percebe. Um homem verdadeiro mais perto da morte que da filosofia; da dor, que da inteligência; mais próximo do sangue que da tinta (...); de um homem verdadeiro que já sabe que o junco e a andorinha são mais eternos que a face dura da estátua".

Professor Divaldo Franco:

Este abraço espiritual que vos trago em nome da Academia Baiana de Educação, que tem a força do Amor, peço que o transmuteis, pela vossa fé, numa Oração, que eu não ousaria pronunciar.

DISCURSO NO TÚMULO DE BÁRBARA VASCONCELOS DE CARVALHO

Leda Jesuíno dos Santos

A Academia Baiana de Educação perde hoje um dos seus mais ilustres membros. O fato da inadequação das nossas palavras para exprimir o que representa esta ausência, não invalida o que ela significa para a Instituição que agora represento.

Membro emérito, Bárbara Carvalho foi participante muito ativa e proativa do núcleo fundador da Academia Baiana de Educação junto a Hermano Gouveia, Adroaldo Ribeiro Costa, Edivaldo Boaventura, Remy de Souza e tantos outros que, corajosamente, em outubro de 1982 – faz quase 27 anos –, iniciaram os trabalhos para realizar o sonho de uma Academia em que educadores tivessem um espaço consentâneo aos seus ideais. Bárbara esteve sempre pronta a colaborar.

Escritora, além de notável professora, manejava sempre a língua portuguesa com harmonia, veracidade e beleza. E no “todo” da sua personalidade, foi sempre maior uma sensibilidade extraordinariamente voltada para a alma infantil. Foi, pois, Bárbara o cerne da Literatura Infantil no Brasil. Seus trabalhos literários, publicados em São Paulo onde atuou com Esther Ferraz, então Secretária de Educação daquele Estado, representam no seu conjunto tudo que lhe foi possível em prol da cultura do seu país.

Hoje, neste domingo de inverno, ela parte para outras dimensões ainda por nós desconhecidas, mas sempre, e cada vez mais, consciente de que desempenhou o seu papel de mãe, esposa, mestra e amiga, com o maior empenho em **ser** e **existir** com autenticidade e grande capacidade de enfrentar corajosamente as dificuldades. Assim era e continua **sendo** Bárbara Carvalho, a dama da Literatura Infantil no Brasil.

Salvador, 27 de julho de 2008.

ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO
DISCURSO DE RECEPÇÃO AO EDUCADOR
DO ANO PROFESSORA
ZILMA PARENTE DE BARROS

Leda Jesuíno dos Santos
Salvador 1993

O sentimento, asseverava Spinoza, possui dimensão fenomenológica, quando manifesta um modo de existir, e um sentido ontológico, quando imprime um modo de ser.

No momento em que o Calendário registra o início da primavera, a Academia de Educação da Bahia, ao conferir a um dos seus mais ilustres membros, a professora Zilma Parente de Barros, o honroso título de Educador do Ano, exprime, de certa maneira, seu modo especial de ser, que se tem caracterizado, até então, pela clareza de seus objetivos com o afã da juventude dos seus verdes anos e a responsabilidade da maturidade.

“Cumpre às Academias, o reconhecimento e a proclamação dos valores daqueles que se distinguiram no trato da cultura, na elaboração do pensamento, na profundidade e filosofia do saber, sem que isso todavia conduza os seus membros à inércia do conservadorismo, ou pior ainda do reacionarismo”.

Esse conceito emitido pelo ilustre membro da Academia de Medicina da Bahia, Dr. Sá Menezes, parece que tem sido a dimensão fenomenológica desta Academia, o seu modo de existir, atuando no cenário educacional da Bahia com uma significativa presença.

“Obsoletas e ultrapassadas serão aquelas instituições que pretenderem conservar imutáveis, através dos tempos, seus objetivos e suas funções produtivas, e prestantes serão as organizações dinâmicas e irrequietas que se atualizarem, ajustando-se às solicitações contemporâneas e ecológicas”, afirmava Macedo Costa, ao proferir o seu discurso de posse na presidência da Academia de Medicina da Bahia.

O existir, ainda incipiente, da Academia de Educação da Bahia impõe-lhe o esforço cada vez maior para ajustar-se às solicitações importantes de um mundo em busca de equilíbrio e de paz. Ao instituir o prêmio Educador do Ano, marca a sua dimensão fenomenológica estimulando a respeitabilidade do que fazer pedagógico e da pesquisa educacional.

Ao convite do seu presidente, Dr. Edivaldo Boaventura, para ser a intérprete do seu consenso em torno do nome da insigne professora Zilma Parente de Barros para receber o título que hoje lhe é conferido, o sentimento no qual me sinto envolvida é meio indefinido, pois oscila entre o regozijo de glorificar a colega e amiga, reconhecendo-lhe os altos méritos e o receio de não ser, entre todos, a mais categorizada para fazê-lo.

No conflito interior entre a alegria de louvar e o receio de não poder concretizá-lo devidamente, à altura dos méritos da homenageada, venceu naturalmente o imperativo categórico do dever que nos impulsiona a abrir o livro da verdade no qual se registra o percurso, a trajetória, da insigne Academia, no controverso e adverso campo da educação, no qual atuar não foi, não é e nem será jamais uma tarefa amena e tranqüila. Muito ao contrário, a estrada se reveste de óbices, de dificuldades as mais diversas, e as paisagens sofrem as mais variadas gamas de emoções que desorientam o caminhante e, na maior parte das vezes, o desencorajam.

No entanto, esta é uma verdade muito nossa – a difícil caminhada representa, para alguns, o grande desafio do educador. E este desafio é a tônica que, sistematicamente, se acha presente na sua caminhada axiológica, quando estão nítidos, na sua

temática, os valores que devem nortear a sua conduta profissional. Estes valores atuam como projeto de vida e se incorporam, definitivamente, ao seu cotidiano atropelado por circunstâncias quase sempre desconcertantes.

Esse desafio é aceito por aquele educador que sofreu o mágico acordar de que nos fala Rubem Alves, no seu trabalho “O preparo do educador” (da obra *O educador: vida e morte*).

A Educadora do Ano despertou cedo para o desafio que a vida lhe apresentou. Transitou, nestes últimos tempos, pelo território nacional. Do Amazonas ao Rio Grande do Sul, a ex-conselheira do Conselho Federal de Educação efetivamente desempenhou o seu papel de orientadora na área tumultuada da macroeducação, justificando assim o título que hoje lhe é outorgado. Do Oiapoque ao Chuí, percorreu o Brasil, consolidando, em várias capitais do País, o ensino do 3º grau, estimulando as instituições a se estruturarem como Universidades mais organizadas a fim de enfrentarem as dificuldades inerentes à situação do ensino superior no Brasil.

Nos últimos anos, tem atuado como Consultora Educacional das Faculdades São Camilo, em São Paulo, das Faculdades Veiga de Almeida, no Rio de Janeiro, das Fundações Educacionais de Santa Catarina, das Faculdades Castelo Branco, das Faculdades Duque de Caxias e da Faculdade Tuiuti em Curitiba, entre outras, tendo sempre se destacado como Professora Visitante de Programas de Pós-Graduação em Administração Universitária.

A sua argumentação segura e convincente colocou-a face a face com os convites para conduzir seminários sobre Administração e Organização Universitária, Avaliação Institucional, Gestão Acadêmica. A Bahia a reverenciou neste ano de 1993, convidando-a a participar como debatedora no II Congresso Nacional de Direito Educacional, como Consultora das Faculdades Ruy Barbosa, como participante do Seminário sobre a Estatuinte da UCSal. e como Consultora do Centro de Aperfeiçoamento de Professores Anísio Teixeira para a

implantação da Escola de Aplicação. A Universidade Estadual de Feira de Santana a prestigiou convidando-a para proferir a Aula Magna do 2º semestre,

Esse ápice que atingiu até o momento, representa a culminância de uma longa trajetória na qual colocou tijolos para a construção de sua carreira profissional.

Tendo nascido em Salvador, estudou em Ilhéus, Barbacena e Niterói, por força das transferências de seu pai, alto funcionário do Banco do Brasil, obrigado às mudanças. Na adolescência, porém, foi no cenário baiano que sonhou, amou e viveu o seu caminhar.

“Os homens, diz Jaspersen, cantam suas emoções antes de enunciar suas idéias”. Suas emoções primeiras a levaram à Faculdade de Filosofia para o bacharelado e a licenciatura em Letras Anglo-Germânicas, em que pontificou como aluna brilhante de Gabriela Sá Pereira, passando pelo crivo de suas exigentes mãos.

Não podia saber que, na UFBA, galgaria degraus que a levariam ao cargo relevante de Pro-Reitora de Ensino de Graduação, já na década de 80. Gradativamente, preparava-se, ao assumir a chefia dos Departamentos de Letras da UFBA e da UCSal. e do Colegiado do Curso de Mestrado em Letras.

Nesse passo a passo, percebe-se nitidamente que se acentua o pendor para a administração acadêmica. Extrapolando o ambiente estadual, Zilma galga o Ministério de Educação e Cultura como Secretária do Ensino de 1º e 2º Graus, tendo nesse período participado de vários Conselhos – SENAC, SENAI, FENAME, FNDE – como representante do MEC.

Com títulos universitários tais como Mestre em Educação pela UFBA e cursos de Pós-Graduação *lato sensu*, realizados na Alemanha (Curso de Germanística, Curso de Alemão para Estrangeiros, e muitos outros), penetrou no Conselho Federal de educação, com aceitação plena de seus membros.

Totalmente integrada ao C.F.E., inserida num contexto identificado com as suas qualidades de excelente argumentadora e gosto pelos assuntos jurídicos, absorveu a legislação vigente e colocou-se a seu serviço. Nesse momento de sua vida profissional, embora acumulasse as funções de Pro-Reitora da UFBA, achava tempo para debruçar-se sobre os processos de criação e reconhecimento de novas Universidades e presidir as respectivas Comissões de Acompanhamento. A Universidade Regional de Blumenau, a Universidade Estadual de Feira de Santana, a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, a Universidade Estadual de Pernambuco, e muitas outras, encontraram na conselheira Zilma todo o apoio e a dedicação necessários ao crescimento de suas potencialidades. Identificou-se de tal modo com o Conselho Federal de Educação que se tornou sua vice-presidente.

Recebeu, concomitantemente a seu desempenho nos cargos que ocupou, várias honrarias. No seu currículo, constam muitas medalhas concedidas por várias Escolas Técnicas do Brasil e o título de Cidadã Honorária da Cidade de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul. No Estado da Bahia, recebeu a medalha Barão de Macaúbas do Mérito Educacional. O Governo português, em 1981, conferiu-lhe o grau de Comendadora da Ordem de Instrução, e o Governo do Estado de Santa Catarina, a Medalha do Mérito “Anita Garibaldi”.

Dos seus trabalhos publicados, destaca-se a sua dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Educação pela UFBA, que se intitulou *A redefinição conceitual dos Colégios de Aplicação*, além de muitos trabalhos na área de Línguas e de Administração Universitária.

Apesar dessa brilhante trajetória acadêmica da qual apenas destacamos algumas páginas soltas, o que realmente importa não é a grandiosidade dos cargos que ocupou, nem a honraria dos títulos que recebeu. O que me sinto no dever de destacar, neste momento, é a sistemática axiológica que serviu sempre de fundamento para as atividades múltiplas, os princípios

filosóficos que nortearam sua conduta e fortaleceram seus propósitos. Seu projeto de vida esteve sempre baseado em valores de alto teor espiritual e cristão no sentido mais metafísico que estes conceitos possam ter.

Zilma compreendeu muito cedo que o grau do saber de um homem está em função do grau do seu ser. A compreensão desta verdade levou-a a não confundir o saber e o ser. O homem que, vaidoso e egoísta, mesquinho e invejoso, vingativo e negativo, se torna um cientista eminente, um professor brilhante merece da sociedade que o cerca, honrarias e palmas, porque se divulga, no Ocidente, a sua intelectualidade, fruto de uma educação intelectualista por excelência, em detrimento da educação afetiva e, sobretudo, da educação da vontade.

Indagado sobre qual seria o propósito da educação, o professor Harmut van Heusig respondeu: “Penso que se precisa de tudo, de habilidades, de conhecimentos, mas, sobretudo, de atitudes de coragem, honestidade e senso de propósito”.

Dotada dessas três características de personalidade, Zilma conseguiu o difícil equilíbrio num momento em que os americanos estão chamando de “O crepúsculo das metas”, em torno da necessidade de uma descoberta de um objetivo básico educacional. Como uma bailarina do circo na corda bamba, de sombrinha na mão, a mulher profissionalizada, esposa, mãe, companheira, amante, irmã, amiga, tem de cultivar o que Harold Shane definiu como a “A aprendizagem da sobrevivência”. Ela o fez através da humildade.

Lao-Tsé nos ofereceu três verdades, ou seja, os três tesouros que o homem precisa amealhar: o primeiro é a compaixão. Por ela, o homem torna-se corajoso. O segundo é a economia e por ela o homem torna-se generoso. O terceiro é a humildade, e por ela torna-se líder. Tendo optado pela macroeducação, Zilma teve dificuldades que lhe exigiram penetrar no caminho da fé. Compreendeu, então, que era sua hora de crer na força interior que transforma o homem de dentro para fora, crer que o início de uma nova humanidade começa em

cada um de nós e que mudar o mundo não é uma utopia, mas uma filosofia de vida e um modo de ser fundamentado na crença de que nós podemos mudar a nós mesmos.

DISCURSO DE POSSE NA PRESIDÊNCIA DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO

J. Rogerio C. Vargens
10.09.2008

No decurso da história é o reconhecimento que realiza a harmonia entre as sucessivas gerações.

Assim é que, no meu próprio e em nome de todos os confrades que compõem esta nova Diretoria, a minha primeira palavra é de agradecimento dirigido a todos aqueles que nos antecederam, nominando seus respectivos presidentes.

Reverência precedente, entretanto, a Hermano José de Almeida Gouveia Neto que liderou a iniciativa de reunir educadores em Academia, juntamente com Raymundo Nonato de Almeida Gouveia, seu tio, e José Newton Alves de Souza, hoje Acadêmico Emérito. Nove professores fundadores instituíram este Sodalício, em 9 de setembro de 1982, sendo eles os três já referidos e Adroaldo Ribeiro Costa, Antonio de Oliveira Dias, Antonio Pithon Pinto, Edivaldo Machado Boaventura, Raimundo José da Matta e Remy Pompilho de Souza.

Coube a Raymundo Gouveia presidir a Academia nos seus primeiros anos, de 1982 a 1986. Médico e Educador, ocupou pela primeira vez a Cadeira que tem como patrono Paulo Fábio Dantas e que, atualmente, me esforço por honrar.

Foi um dos cinco melhores alunos da famosa turma de 1927, ao lado, entre outros, de Antônio Simões, Bráulio Xavier Filho, Carlos Moraes, Hosannah de Oliveira, Jorge Valente, José Silveira, Luiz Rogério de Souza e Thales de Azevedo. Conceituado professor do ensino básico e superior, produziu intensa atividade intelectual sobre temas ligados à Literatura, Poesia, Medicina e Educação.

Sucedendo seu tio e padrinho, Hermano Gouveia exerceu a Presidência de 1986 a 1990. Com acentuada capacidade de liderança e singular espírito gregário, ativo e diligente, prestou inestimáveis serviços à construção desta Academia, à causa do ensino e à Educação. Tendo iniciado a carreira como simples mensageiro da Secretaria de Educação, exerceu a docência em todos os níveis do ensino e dirigiu diversos estabelecimentos, entre os quais a Escola Parque, criada por Anísio, Patrono da sua Cadeira. Foi ainda o primeiro Presidente do Conselho Municipal de Salvador.

Ninguém melhor que o próprio Raymundo Gouveia, seu tio, padrinho, médico obstetra que lhe trouxe ao mundo e parente amigo que lhe conduziu ao túmulo, para o definir:

“Hermano vivia a paixão do ensino, fazia culto à educação, a escola era seu templo, a sala de aula seu oratório, encontrava-se na lição que proferia.”

Foram estes dois grandes vultos da família Almeida Gouveia que conduziram a instalação da Academia ao longo dos anos oitenta, atraindo para a mesma ilustres educadores e completando o provimento de suas 40 Cadeiras.

É Edivaldo Machado Boaventura quem preside o sodalício de 1990 a 1996. Com merecida credibilidade junto à comunidade acadêmica, graças à sua alta qualificação e intensa atividade intelectual, exerce suas funções com o desembaraço da experiência acumulada em muitas outros cargos anteriores.

Cuida em institucionalizar a Academia, promovendo a reelaboração do Estatuto e Regimento e o correspondente Registro Público. Institui a Revista, publicando seu 1º número em setembro de 1991. Institui, igualmente, o prêmio “Educador do Ano”, que passa a ser conferido, anualmente, a Educador Notável da nossa atualidade. Promoveu a realização de debates e seminários, abordando temas de relevância na época.

Tendo prestado importante colaboração nas realizações acima referidas, a Jair de Oliveira Santos coube a Presidência

entre 1996 e 1998. Médico Educador, cuja inteligência percorre trajetória dos princípios da Física aos saberes da Filosofia, tem prestado contínuos serviços à Academia.

Na sua gestão promove a reforma do Estatuto e do Regimento, atualizando-os, nos quais foi criado o quadro de Membros Eméritos. Mantém a publicação periódica da Revista sob seus auspícios e realiza o Fórum de Educação Emocional, sua mais recente preocupação.

Engenheiro e Professor, Hilderico Pinheiro de Oliveira, ingressou para o mundo dos educadores pelo feliz encontro entre o construtor de escolas e Anísio Teixeira. Estabeleceu-se uma convivência estreitada por mútua e profunda admiração.

Assimilou tanto o pensamento do grande educador, que sempre que se reverenciava sua memória, a palavra tinha que ser de Hildérico. De tal sorte que Edivaldo costumava dizer que Hildérico se considerava o “dono” de Anísio!

Reuniu-se em um mesmo espaço, o palacete Bernardo Martins Catarino, três organizações a que pertenceu: o Conselho Estadual de Educação, esta Academia e a Fundação Anísio Teixeira. Considerava a bela casa o “Shopping da Educação”! Tão freqüente era a sua presença, que quase mora lá. Não chegou a realizar semelhante proeza, mas presidiu as três! Quanto à Academia o fez, proficuamente, no biênio 1998 a 2000.

Coube a Alírio Fernando Barbosa de Souza presidir o sodalício no período de 2000 a 2004. Educador nato, instrumentado por substancial formação acadêmica, manteve a Academia, tal como Hildérico, nos rumos do crescimento e da afirmação.

No rol desses agradecimentos, deve se incluir a figura notável de Jorge Calmon Moniz de Bittencourt. Costumo dizer que se Leda Jesuíno é a grande Dama da Educação na Bahia contemporânea, Jorge Calmon, enquanto viveu, foi o Príncipe da Cultura – tal se fez ativamente presente em todos os grandes momentos e movimentos culturais desta terra.

Acadêmico assíduo e participante, não chegou a presidir esta nossa agremiação, mas fez como último gesto, um grande bem: sob o aplauso unânime de todos os confrades, elegeu Roberto Figueira Santos, Presidente.

Senhor de um patrimônio intelectual notável, enriquecido pela experiência do exercício de altas funções como Reitor, Presidente do Conselho Federal de Educação, Governador e Ministro de Estado, Roberto Santos presta no quadriênio 2004 a 2008, relevante contribuição.

Eleva a Academia e imprime grande dinamismo às suas atividades.

Traz à pauta a questão da formação de professores em nível superior, destinados a atuar nos níveis de ensino fundamental e médio. Tema que, de longa data, dele se preocupa e que, em favor do qual, em diversas outras oportunidades, prestou contribuição.

Dessa forma, realiza um concorrido e bem sucedido programa de seminários, destinados a discutir a problemática das licenciaturas oferecidas pelos estabelecimentos de ensino superior. O primeiro ciclo de seminários é oferecido ao longo do ano de 2005, abordando as questões genéricas dos cursos de licenciatura. O II Ciclo, realizado em 2006, tratou das licenciaturas destinadas às Ciências Exatas e Naturais. Enquanto em 2007, um III Ciclo contemplou os cursos de Licenciaturas em Letras.

Já se encontra planejada a realização de um novo Ciclo, que se espera oferecer dentro dos próximos meses, desta vez no formato de oficinas, contemplando a área de professores de Educação Física, com foco em três segmentos: a Educação Formal, as Atividades de Recreação e Lazer e a Promoção da Qualidade de Vida.

Vê-se, pois, como será difícil suceder Roberto a contento.

Mas, é uma honra!

Sempre afirmei que um dos grandes benefícios que o destino me ofereceu, ao longo da vida, foram as oportunidades de trabalhar e conviver com algumas pessoas, muito singulares, dotadas de extraordinária capacidade de realização e elevadíssimo padrão intelectual, moral e ético. Roberto Santos foi um deles!

A Diretoria que se instala dará continuidade ao seu programa de trabalho.

A Academia não é apenas espaço de honrarias. Tem que interagir com a realidade no campo dos seus domínios. A qualificação, a experiência e a independência dos titulares de seu corpo acadêmico a credenciam especialmente apta a fazê-lo.

A inclusão social se constitui em tema de muita atualidade. Inclusive as chamadas políticas afirmativas aplicadas ao ingresso no ensino superior.

Vale salientar, entretanto, que nenhuma sociedade foi capaz de promover adequada e universal inclusão social, se não o fizer nas etapas da educação básica – onde se forma a cidadania.

Jamais será possível realizar esta tarefa, sem oferecer educação básica de qualidade.

Neste particular, o papel do professor é fundamental e sua boa qualificação é indispensável. O que recomenda que a linha temática do aprimoramento da formação de professores deverá ter a justa continuidade.

Não obstante, outras questões, de natureza não necessariamente pedagógica, podem ser contempladas com a atenção e o serviço desta Academia.

As avaliações realizadas sobre os estabelecimentos escolares do ensino básico revelam, como se sabe, a acentuada influência de nossas diferenças regionais.

Entretanto, encontram-se igualmente grandes diferenças entre escolas, notadamente as públicas, situadas no mesmo espaço geográfico, subordinadas à mesma esfera de poder e, portanto, aos mesmos órgãos de administração e dispendo, assim, de recursos operacionais equivalentes.

Da mesma forma, escolas situadas no mesmo bairro, sujeitas, portanto, à frequência de mesma clientela e que tenham, também, o mesmo tempo de instalação ou reforma, apresentam, por vezes, condições físicas gritantemente diferenciadas.

Esta realidade aponta, claramente, para questões de gestão escolar, com reflexos muito evidentes na qualidade do ensino aí ministrado.

Este problema constitui matéria sobre a qual a Academia pode se debruçar.

Por outro lado, há uma questão da mais viva e generalizada atualidade: a violência nas escolas!

Trata-se de tema da maior importância, pois que a violência tem atingindo professores, alunos e servidores, com tal gravidade e frequência, que assume contornos de verdadeira tragédia.

Esta realidade se constitui em fator absolutamente limitante, uma vez que impede qualquer compromisso pedagógico regular. Ademais, embora já ocorra em todo espaço urbano, incide, sobretudo, nas zonas de periferia, justamente aquelas onde maiores razões há para desenvolver os processos de inclusão social.

Diante de tão grave e penosa realidade, a Academia não pode se eximir.

Dir-se-á que o problema da violência não é da alçada dos órgãos de educação e que há estruturas encarregadas do mesmo.

Todavia, nenhum problema, independentemente da sua dimensão, se resolve se não for adequadamente enunciado – o que se faz mediante análise objetiva, especialmente quando se dispõe de referenciais externos, como a Academia.

Ao sugerir este desafio, para ser tratado em debate organizado, sob forma adequada e com o concurso de outras instituições, é que tenho em elevada conta a inteligência, a multiplicidade de experiências, a capacidade criativa e o espírito público deste notável conjunto de confrades.

Quando o desafio é grande, não é menor a dimensão do possível êxito!

É justamente com esta convicção que a nova Diretoria abraça o mandato com que é honrada!

Inicialmente, ao me dirigir a esta Assembléia, registrei a presença muito especial e pranteada da senhora dona Juvenil, viúva do saudoso Acadêmico Hildérico Pinheiro de Oliveira.

Ao concluir, desejo saudar a presença de Luiza, minha filha de apenas três anos, para referir que, quando aos 62 anos de idade, me dispus, deliberadamente, a tê-la, é porque acredito no futuro!

Acredito no futuro porque acredito nos moços, acredito nos sonhos dos educadores e acredito que todos nós seremos capazes de fazer um mundo melhor!

Muito obrigado.

Saudação na Solenidade de Entrega dos Títulos de Personalidade Educacional 2008 Prêmio Amélia Rodrigues

J. Rogerio C. Vargens
21.10.2008

A Academia Baiana de Educação tem a satisfação de participar, juntamente com a Associação Baiana de Imprensa, desta iniciativa da Folha Dirigida em conceder anualmente o Prêmio Professora Amélia Rodrigues a três educadores e uma instituição, eleitos para receberem o Título de Personalidade Educacional do Ano, no caso presente “Personalidade Educacional 2008”.

O processo de escolha dos agraciados recorre ao voto, secreto e espontâneo de um conjunto amplo e diversificado de algumas centenas de pessoas, habilitadas pelas funções que exercem, e que inclui titulares de órgãos da estrutura da Secretaria de Educação, dirigentes de escolas públicas e algumas particulares, membros das instituições parceiras, dirigentes de universidades e faculdades, diretores de sindicatos e de associações educacionais.

O fato do voto não ser estimulado resulta em numerosa variedade de indicações, eleitos, naturalmente, aqueles que somam as maiores quantidades.

Qualquer Premiação se constitui sempre em instrumento de reconhecimento e estímulo, todavia, a natureza deste processo e a amplitude do universo permitem acrescentar sabor especial a cada uma das escolhas.

À do Secretário Adeum Sauer é possível inferir manifestação de apreço e admiração dos que convivem próximos ao cotidiano de suas atuais atividades.

Jorge Portugal têm se credenciado ao longo do tempo, como professor e como apresentador de um programa semanal de televisão, em emissora de grande audiência, alcançando e beneficiando um contingente muito expressivo de adolescentes e jovens em fase crucial de suas vidas: na porta de entrada para o ensino superior!

Todavia, não há manifestação direta deste universo - porque os alunos não votam!

Portanto, o Professor está agraciado com o veredicto favorável de educadores que, não necessariamente coadjuvantes, são observadores do bem de suas realizações.

O Conselho Estadual de Educação possui duas características que o singularizam: a impessoalidade, como órgão colegiado, e a natureza ampla, porém difusa de seu alcance, como órgão normativo.

Ao longo desta última década, desde a sua reestruturação em 1998, este centenário Conselho tem experimentado um profundo processo de atualização, modernização e descentralização.

Afirmou-se positivamente em todo o território estadual, quer pelo estímulo à criação e desenvolvimento dos conselhos municipais, através da realização de encontros sistemáticos em todo o interior, quer por sua atuação junto às universidades estaduais. Da mesma forma, inequivocamente, destacou-se no cenário nacional entre todos os demais congêneres.

Sua eleição como Instituição Homenageada reconhece o êxito destas transformações e gratifica a todos os que neste sentido contribuíram.

Roberto Santos, que tem e sempre terá acolhida especial neste Salão Nobre, pois que aqui ainda ecoam sua origem e trajetória de vida, exerceu cargos de elevada estatura. No exercício dessas altas funções, atingiu centenas de milhares de pessoas. Incontáveis foram suas realizações no campo da educação.

Mas o tempo é passado. Foi Ministro há vinte anos! Governador ou Reitor ainda mais distante! Sua primeira grande realização em favor da formação dos médicos nesta Universidade, a implantação da Residência Médica no Hospital que tem o nome de seu pai, por exemplo, já completou cinco décadas – 1956!

A distância desses cenários não desbota a honraria, ao contrário, o manto do tempo realça e dá brilho ao significado desta atitude.

Independente e descomprometido, este resultado decorre da composição casual de lembranças individuais, desconexas, mas coincidentes, em universo que é ainda mais disperso pela pulverização implacável dos ventos, que costumam varrer o tempo e dispersar as cinzas!

É justamente deste magnífico acaso que brota a força, a consistência e a propriedade desta escolha! Ela aponta, Professor Roberto Santos, para a antevisão do julgamento da História!

À Folha Dirigida as nossas saudações pela iniciativa. Aos homenageados o nosso aplauso!

Muito obrigado!

Pronunciamento na Instalação do Ciclo de Oficinas para Professores de Educação Física

J. Rogerio C. Vargens

28.10.2008

A Academia Baiana de Educação tem desenvolvido um programa de seminários destinados a contribuir com o aprimoramento da formação de professores que, ao longo dos últimos três anos, contemplou a discussão da problemática das licenciaturas de um modo geral e, em particular, das licenciaturas em Letras e em Ciências.

Nesta oportunidade, instalando a Mesa Redonda que tem como tema “A Educação Física e os Desafios da Modernidade”, tem início o Ciclo de Oficinas para Professores de Educação Física que, procurando aprimorar a metodologia até então utilizada, abordará a atuação dos professores de Educação Física na Educação Formal, nas Atividades de Esporte e Lazer e nos Programas de Promoção da Qualidade de Vida.

Os eixos temáticos que serão tratados vão ao encontro das grandes transformações que, sobretudo nas últimas quatro décadas, têm ocorrido no comportamento dos brasileiros em relação à Educação Física e à prática de exercícios físicos. O que no passado era uma obrigação escolar a que muitos estudantes ofereciam resistência passou a se incorporar, com vitalidade e prazer, no cotidiano das pessoas, independentemente de faixa etária ou condição social. Deste modo, este comportamento se faz presente na paisagem brasileira, quer nos espaços urbanos dos centros mais desenvolvidos, quer até mesmo em pequenos aglomerados de interior, onde, pela falta de espaços mais adequados, as pessoas recorrem às margens das rodovias adjacentes, nos ambientes rurais.

Igualmente, é apreciável, nesse mesmo período, a multiplicação de academias, centros de lazer e de treinamento desportivo, bem como centros de reabilitação física. Tem crescido, portanto, os campos de atuação e as oportunidades para os profissionais de educação física que, entretanto, devem estar melhor preparados para corresponder adequadamente a estas demandas.

É ao encontro desta realidade que a Academia Baiana de Educação promove este nosso encontro!

Nesta empreitada a Academia não está só. Conta com a parceria e o apoio da Abames, do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, do Conselho Regional de Educação Física, da Fametring, das Gráficas Bureau e Jograf, do Isba, da Sociedade Brasileira de Cardiologia e da Unime.

Desejo ressaltar e agradecer o Patrocínio da Fundação José Carvalho, a Consultoria Técnica e o Apoio Operacional da Consultec, sem os quais não estaria viabilizada esta iniciativa.

Desejo, ainda, de modo muito especial, agradecer o indispensável trabalho de Coordenação da Acadêmica Adelaide Rogério de Rezende.

Aos palestrantes e professores, antecipo os melhores agradecimentos.

Considero oportuno, também, reconhecer o mérito daqueles que, lá atrás, contribuíram decisivamente para a evolução da Educação Física em nosso meio. Assim, desejo destacar a figura do Professor Alcyrr Ferraro que, no início dos anos setenta criou e instalou, na Universidade Católica, o primeiro curso de Educação Física do Estado da Bahia e, a meio dos anos oitenta, quando eu próprio era Presidente da Câmara de Ensino de Gradu-

ação, criou e instalou o Curso de Educação Física da Universidade Federal da Bahia.

São estas as razões que me levam a dedicar ao Professor Alcyrr Ferraro a realização deste Ciclo de Oficinas para Professores de Educação Física.

A todos as boas vindas e os votos de muito bom proveito!

SAUDAÇÃO AO PROFESSOR ROBERTO SANTOS

Edivaldo M. Boaventura

A Academia Baiana de Educação está profundamente agradecida ao seu presidente, professor Roberto Santos, que a conduziu a plena realização dos seus objetivos de 2004 a 2008.

Durante a sua gestão, a nossa companhia exercitou-se em laborioso programa de formação de professores, tonificando o sentido das licenciaturas nas mais diversas áreas. A Academia, como espaço enriquecedor da comunidade baiana, constitui-se em um apoio à educação em um momento em que ela precisa do concurso de todos os associados. Além de reverenciar os vultos do ensino – Abílio César Borges, Isaías Alves de Almeida, Anísio Teixeira, Edgard Santos – estabelece o fio condutor da tradição pedagógica.

Educação é passado, mas é sobretudo futuro e projeção de novos cenários como foram apresentados na gestão que hoje se encerra.

As funções do sodalício se concertam com as necessidades da educação. Necessidades que são elos que se prendem em cadeias que se comunicam e acompanham o crescimento da criança, do jovem adolescente, do adulto e do idoso.

A Academia recepcionando gerações de professores repete o ciclo formativo enriquecido de experiências. É uma nova escola? É uma nova universidade? Não. É um encontro pela prática da convivência para a construção e a disseminação do conhecimento.

Como associação acadêmica, é uma parcela da comunidade na luta pela educação com toda amplitude, contando com a participação dos seus ilustres membros.

Com o professor Roberto Santos à sua frente, congregamos colegas, professores e educadores, com a participação estimulante dos alunos, para o debate da formação dos professores abrindo sendas mais equânimes para o presente e o futuro do magistério baiano.

O companheirismo é uma predisposição para realizarmos juntos um útil e meritoso trabalho. A Academia com Roberto Santos promoveu a formação do professor, ultrapassou o formalismo das regularidades, alcançando as aberturas das aprendizagens.

Os problemas do ensino estão em face de uma Constituição que privilegia os direitos educacionais, pois bem, sob a sua liderança, a Academia empreendeu esforços que conduziram a passagem do discurso à ação.

Durante a sua gestão, a Academia transformou-se em um espaço democrático e sugestivo, atendendo a convivência acadêmica que cresce cada vez mais.

Estamos reunidos não em um sindicato, que tem a sua função específica, mas em uma Academia que se caracteriza pelo companheirismo. Gostaria de ressaltar o seu espírito de compreensão, de acolhimento e de aceitação dos nossos propósitos.

Somos todos profundamente gratos ao professor Roberto Santos que marcou com a sua gestão um momento de crescimento e de alto prestígio para a nossa agremiação.

Ao colega e reitor José Rogério Vargens e à diretoria, os melhores votos à frente do nosso Sodalício.

Salvador, 10 de setembro de 2008

CIÊNCIA RELIGIÃO CULTURA E VIDA

Germano Machado

1 – Todos os fenômenos seriam como um redemoinho – A ordem explicada - e se realizariam dentro da correnteza – A ordem explicada. Embora sejam distintos, não há separação nítida entre o redemoinho e a correnteza. Mas é a correnteza que permite o redemoinho. As “ordens visíveis” remetem a uma “ordem subjacente” da qual são expressão.

Essa unidade de fundo faz com que o Universo seja UNO dentro da imensa diversidade das coisas, dos seres e de ordens. Isso abrange a suma de Ciência e Religião e, na variedade também a cultura que focaliza os hábitos, os costumes, as maneiras de ser em todas as partes.

2 – O grande poeta e artista William Blake exemplifica a ordem científica implicada em sua visão Religiosa, Científica Cultural e Vital:

“Ver o mundo num grão de areia.
E o paraíso numa flor do campo
Segurar o infinito na palma da mão
E a eternidade numa hora”

3 – Articular essas ordens é situar-se na dinâmica do Universo. O que esse místico capta por uma experiência espiritual, o cientista detecta por uma experiência laboratorial.

4 – Descobrir o Ser – Coração de Deus ou do Cristo como dizia Chardin, descobrir no coração da matéria o que ele “permitiu” existir e desdobrar-se. Chardin: “O meu interesse real na vida é mover-se irresistivelmente para uma mais intensa “concentração”

sobre a questão básica das relações entre: Deus-Cristo-Criador e a Hominização. Isso tornou-se para mim uma questão de To Be Or Not To Be”.

5 – No final da vida, perto de partir, em sua última profissão sobre Ciência e Religião diz: “Há muito tempo que na minha obra a Missa sobre o Mundo e no Meio Divino tentei (...) fixar minha admiração e minha preocupação...” E as últimas palavras escritas na Quinta-Feira Santa, antecedendo a Páscoa quando morreria, indo ao encontro daquele que vem, no domingo da Ressurreição, dá-nos a conhecer seu Credo Final e Essencial: “Eis os dois artigos do meu credo: O UNIVERSO é centrado evolutivamente no ontem e no amanhã, no agora e no avante. Cristo é o centro desse: Fenômeno, Noogênese = Cristogênese = Paulo” (A quem constituiu herdeiro de tudo, por quem fez também o mundo. Hb 1:2)

6 – Noogese/Cristogene: Não se trata mais de um UNIVERSO, de um Homem e um Deus apenas acreditado ou crido, mas pensado e amado dentro de uma cosmovisão, dinâmica, movente e comovente, vitalizante. O Universo, o Cristo, o Homem, a Religião, a Vida só se forem capazes de abranger e de centrar nosso Universo de fora e nosso Universo de dentro: “Tudo foi criado por Ele, nEle e para Ele e tudo possui nEle sua consistência Cl 15:17”.

Acima de todo o principado, e poder, potestade e domínio, e de todo o nome que se nomeia, não só neste século, mas também no vindouro; (Ef 1:21)

“De tornar a congregar em Cristo todas as coisas, na dispensação da plenitude dos tempos, tanto as que estão nos céus como as que estão na terra” (Ef. 1:10)

7 – Desenvolver uma correta física e metafísica da evolução. Análise e compreensão dessa Física e dessa Metafísica leva a descobrir cientificamente um princípio espiritual na astrofísica, na astronomia, na biologia molecular e genética e na ecologia integral (Ver Einstein, no livro de Huberto Rohden).

8 – Universo todo é naturalmente adaptado por Deus para a vida do homem e assim possibilitar a cultura dos povos sem contradição entre elas. Tal fazer consiste na potencialização da Energia e, assim da Matéria que deriva da Energia. Temos então um centro orgânico fundamental do Cosmos para a Vida, para a Ciência, a Religião e a Cultura.

9 - Chardin: “Eu creio que o Universo é uma evolução. Eu creio que a evolução caminha em direção ao Espírito. Eu creio que o Espírito no ser humano, chega a perfeição no Pessoal. Eu creio que o Pessoal Supremo é o Cristo Universal.

Germano Machado

Escritor – Fundador do CEPA e Vice-Presidente da Academia Baiana de Educação.

Um Psiquiatra Fala da Profundidade do ser Humano

Germano Machado

No Meeting de Rimini (Encontro para amizades entre os povos) realizado pelo movimento Internacional Comunhão e Libertação, que é o maior Movimento Cultural da Europa no verão, um dos participantes, Eugenio Borgna, psiquiatra, pertencente a esse movimento declara à Revista Passos: “Segundo as avaliações mais recentes em nossa sociedade uma pessoa em cinco (alguns até dizem 1 em 4) passa pela dolorosa experiência da depressão. E os números, infelizmente, crescem vertiginosamente”.

Mais adiante, o psiquiatra se expressa de modo inusitado, afirmando: “Se olharmos a superfície dos fatos, o sofrimento psíquico revela um abandono, uma perda da esperança e portanto, das demandas que a expressam.”. Entretanto, ele explica que: “Se lançarmos o nosso olhar mais em profundidade à essência da depressão e não à sua mera manifestação patológica, descobriremos que a depressão e o sofrimento psíquico podem ser também fontes de grande criatividade”. Perguntado se este fato tem relação com o uso das tecnologias: PC, Internet, Telefones Celulares e assim por diante, ele responde: “Ver-se-á que o uso indiscriminado destes recursos, leva ao enfraquecimento e esvaziamento da personalidade. São cada vez mais numerosas as pessoas que, em nossos dias, falam quase que exclusivamente via computador. Perderam as outras formas de comunicação e as reencontram deformadas, no relacionamento com a tecnologia...”

Perguntando ao psiquiatra se a amizade online, amor online, trabalho online é o que ele se refere, pontuou: “Também. Contudo a deformação a que me refiro se concretiza na incapacidade de escutar. A esse propósito, é uma coisa que, como

médico, me preocupa bastante. Eu noto que, quanto mais a tecnologia avança, mais os médicos vão deixando de ouvir e de examinar, tocando os seus pacientes. Tudo se faz através do computador. Os pacientes, frustrados com médicos que não os escutam mais, vivem a própria doença como uma coisa completamente insensata. Isso acontece, hoje, em todos os níveis da medicina, inclusive na psiquiatria”. Para o Doutor Eugenio Borgna, “O sofrimento é uma linguagem que revela algo de nós mesmos: se nos limitamos a sua manifestação superficial é como isolar a pessoa numa redoma: e a vida exterior corrói cada vez mais a interior”.

E explica por quê: “Nossa vida só se realiza em profundidade quando escapamos das garras das aparências: o mito do sucesso, o culto de si próprio. A esperança nos convida inclusive através de modos que podem parecer dolorosos ao ultrapassarmos essa barreira da falência do humano que não é tanto a depressão quanto o esvaziamento da capacidade de ouvir e de dialogar”...

A reportagem de Passos que participará do Meeting de 2008 quis saber dele se tais assuntos da psiquiatria se relacionam entre fé e razão. Respondeu: “Para começar, é melhor deixar de lado aquela idéia de razão baseada apenas em sofismas que tenham alcançado grande sucesso na TV italiana. A razão só pode existir numa contínua dialética com o homem todo, com a sua vida emocional, com as suas paixões e, sobretudo, com a sua fé. A fé é um ato cognoscitivo alicerçado no conhecimento, afirmado também por importantes cientistas. Fé e razão convergem num comum horizonte cognoscitivo baseado na experiência, nem são antinômicos...”

Terminando sua entrevista, citando pessoas como o fundador do Movimento Comunhão e Libertação Dom Giussani, e Chiara Lubich, mostra o caminho que leva a um diferente modo de entender que o permitir que os outros, em seu âmbito, realizem até o fim a própria vocação, faz desabrochar em cada pessoa a

ânsia de infinito e promovendo a vida no plano de uma continua participação. O sentido da personalidade humana é o dom de si.

Esse é o verdadeiro sentido que um psiquiatra de nível internacional demonstra para cada um de nós.

Germano Machado

Escritor - Fundador do CEPA – Membro da Academia Baiana de Educação

O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

Professor Manoel J. F. Barros Sobrinho

Para os fins deste artigo entendemos “globalização” como a integração sócio-econômica mundial que caracteriza a nossa época e que resultou da utilização em larga escala das tecnologias de transporte e comunicação para fins econômicos e sociais, resultando em um grau de desenvolvimento crescente e em uma interdependência entre os países do mundo.

Estas condições também afetam as atividades de educação superior em termos de projeto pedagógico, base tecnológica, escala de operação e fontes de financiamento. Este artigo analisa as modificações destas variáveis e mostra as implicações que os educadores devem considerar.

Do ponto de vista do projeto pedagógico nos concentraremos em avaliar dois aspectos. O primeiro diz respeito à economia tecnológica e o segundo às novas condições do mercado de trabalho.

A realidade sócio-econômica moderna constitui-se de uma super-estrutura que é denominada Sociedade do Conhecimento baseada em uma infra-estrutura que se caracteriza como uma Economia Tecnológica. Os principais traços deste conjunto são uma sociedade que sofre contínuas transformações derivadas da introdução de novas tecnologias, como aconteceu com o aparecimento da Internet e do telefone celular, e uma economia onde os conhecimentos têm valor econômico e a sua produção é a principal atividade em termos de geração de emprego e renda.

Neste contexto a educação e, particularmente, a educação superior passam a ser condições essenciais para o desenvolvimento econômico e a competitividade dos países e regiões.

Além disso, a capacidade produtiva da economia moderna permite a sustentação de grandes contingentes populacionais e, ao mesmo tempo, tem um poder de transformação dos espaços físicos que tanto permite o crescimento rápido da malha urbana, como afeta globalmente as condições do ambiente natural.

Estes fatos precisam ser refletidos nos projetos pedagógicos do ensino superior, principalmente acrescentando à formação profissional a compreensão da atividade de produção científica e a experiência da sua realização. Igualmente é necessário que o aluno tome consciência do impacto da tecnologia sobre o mundo físico e social nos seus aspectos positivos e negativos mencionados no parágrafo anterior.

No quadro econômico social que descrevemos o mercado de trabalho tende a sofrer alterações com a diminuição do emprego formal e o aumento dos desafios no local de trabalho.

* Reitor da Universidade Salvador – UNIFACS, membro da Academia Baiana de Educação.

Os futuros profissionais, além da visão de mundo acima descrita, precisam ser equipados com novas habilidades e competências que incluem o domínio de pelo menos uma língua estrangeira, a capacidade de trabalhar em grupo, a adaptabilidade a novas tecnologias e condições de trabalho e a mobilidade geográfica, tanto em termos do país como do mundo.

Em termos de base tecnológica, todo o novo instrumental tecnológico que transforma as condições da vida social também afeta a Pedagogia.

Se nos concentrarmos, por exemplo, só no impacto da Internet, basta destacar a sua condição de enciclopédia infinita, com resposta para, praticamente, todas dúvidas e os instrumentos que ela oferece para o trabalho colaborativo no estudo e na produção científica.

Torna-se preciso, então, que os professores compreendam o alcance destes instrumentos e passem a utilizá-los no dia a dia do trabalho educacional. Na verdade, os professores precisam, de saída, perceber que no uso destes meios eles começam em desvantagem em relação aos seus alunos que, já desde bem jovens, são aculturados nestas tecnologias.

Outro ponto que merece destaque é o fato de que a tecnologia moderna oferece meios de pesquisa muito poderosos que estão levando a avanços do conhecimento científico a um ritmo incrivelmente acelerado e com isso exigem uma atenção constante dos docentes com a sua atualização em suas áreas de conhecimento.

Tudo o até aqui discutido implica em um aumento da escala das atividades de educação e, mais especificamente, no ensino superior. Ou seja, a economia tecnológica necessita dele para a formação dos recursos humanos que utiliza e o aumento da população e de suas necessidades demanda uma quantidade crescente de pessoal qualificado para fazer a economia funcionar.

Um exemplo ilustrativo disto é a quantidade de estudantes que cursam o ensino superior no Brasil. Temos, hoje, mais de 4 milhões de universitários. Este número, imensamente grande em relação ao passado recente, representa apenas cerca de 10 % da população do país que tem entre 18 e 24 anos de idade, um número insuficiente pelos padrões internacionais, já que os países

desenvolvidos têm mais de 50 % desta faixa de população no ensino superior e mesmo na América Latina vários países têm percentuais maiores que o Brasil.

O Plano Nacional de Educação para o decênio que termina em 2010 pretende que o Brasil chegue àquele ano com 30 % de estudantes daquele grupo populacional no ensino superior. Esta meta, quando formulada, parecia factível. No entanto, o crescimento populacional do país foi tão rápido que manteve o percentual em 10 % apesar da contribuição dada pelo crescimento do setor particular do ensino superior que, hoje, possui mais de 80 % do alunado universitário.

No momento, o setor particular tomou consciência desta enorme demanda reprimida e começa a se reestruturar para atendê-la. As principais soluções são o crescimento da oferta de ensino a distancia, que cresceu nos dois últimos anos a taxas de mais de 1.000 % ao ano, experiências no aumento do tamanho de turmas no ensino presencial e consolidação do setor com o aparecimento de grandes grupos educacionais que vêm incorporando rapidamente instituições de menor porte.

Um indicativo desta tendência é o domínio pelas universidades particulares dos primeiros lugares na relação das maiores universidades do país, com o tamanho das primeiras já ultrapassando a centena de milhar de estudantes.

Por fim, estas novas condições implicaram na modificação do padrão de financiamento da expansão do ensino superior. No setor estatal cresceram os recursos para a educação superior, com grande aumento do número universidades federais e de centros federais de educação tecnológica e do número e tamanho das universidades estaduais. Apesar disso as estatais continuam a ser minoritárias por qualquer parâmetro, seja número de alunos ou de instituições.

No caso do setor particular o crescimento continua acelerado, com as instituições conseguindo formas de atender o alunado das classes D e E, seja reduzindo os valores das mensalidades, seja estabelecendo planos de financiamento acessíveis.

Estas formas de financiamento da expansão, baseadas na receita advinda de mensalidades, estão atualmente sendo acrescidas por duas outras. Investimento externo por empresas internacionais e entrada no mercado de capitais pela abertura do seu capital por algumas grandes empresas educacionais.

Nestes últimos casos, a pressão da lógica financeira tem levado as instituições à oferta de ensino em condições massificadas (que não significa necessariamente de baixa qualidade) empregando pedagogias padronizadas, baseadas no modelo clássico de ensino-aprendizagem da aula magistral. É provável, porém, que estes grupos passem a inovar em termos de novas formas de ensino presencial para grande número de alunos.

Concluindo, reiteramos a nossa intenção inicial de chamar a atenção dos educadores, sejam eles dirigentes, gestores ou docentes, para estas novas condições da atividade educacional de nível superior que certamente se refletirão em novos desafios profissionais e na necessidade de capacidade de adaptação.

O TUPINAMBÁ DE RUÃO

Remy de Souza
(conto inspirado no escritor francês Brantôme)

Vou lhes contar, meus amigos, como me veio o gosto pelas aventuras amorosas e caça às damas galantes que ocupam o melhor da minha vida, por Deus! Mal entrara eu na adolescência quando a bela e leal cidade de Ruão entendeu de oferecer grande festança a suas majestades o rei Henrique II, a rainha Catarina de Médicis e toda a sua Corte, por ocasião da primeira visita dos soberanos àquela cidade, visando ofuscar, em pompa e brilho, a que pouco antes lhes ofertara a não menos leal cidade de Lião. Sendo entrão por natureza, achei jeito de intrometer-me como jovem pagem na comitiva de um nobre senhor, de pouca idade e menor juízo – fidalgo festeiro, dos meus! – que por nada no mundo queria perder aquela imponente festa em honra ao casal real e toda a sua luzidia comitiva.

Vesti-me dos melhores trajes que tinha e, prestativo ao máximo por interesse, tornei-me indispensável aos olhos do verde cortesão, meu amo.

No fundo, ambos tencionávamos nos divertir a valer, sendo ele de idade próxima da minha.

Não deu outra. De primeiro a dois de outubro de 1550 – jamais olvidarei a data – nossa folgança foi contínua. O que os homens bons de Ruão ofereceram à mais fina nobreza de França foi deveras singular. O ápice das diversões, pelo ineditismo, constou de uma festa brasileira, isto é, uma simulação nunca antes aqui vista, de meu conhecimento, da vida e usanças nas matas

daquele longínquo país de selvagens que dizem ser sempre verde por não conhecer nem neve nem inverno.

A impressão que me ficou do espetáculo inusitado, o qual teve por palco quase a cidade inteira, foi dessas que a gente jamais esquece.

Imaginem vocês um combate entre indígenas sul-americanos, provenientes de nossa França Antártica, tão bem simulado que parecia verdadeiro, o qual reproduziu uma luta de morte entre tupinambás e tamoios, tal como sói acontecer por aquelas bandas virgens e inóspitas, segundo nos garantiram os que andaram por lá.

Para morigerar os efeitos da peça e não terminasse a encenação em um banho de sangue, decidiram os seus atores misturar aos cinquenta silvícolas autênticos – trazidos dalém Atlântico pelos audazes corsários, nossos patrícios de Dieppe, Honfleur, e outras vilas marítimas – uns duzentos e cinquenta marinheiros franceses, afeitos aos usos e costumes daqueles selvagens pelo trato com eles através de longas viagens pelas costas daquelas terras novas que disputamos aos iberos – lusos e espanhóis – e onde vão buscar o que chamam de pau brasil, pela sua cor de brasa, ótimo para tinturaria, ao que parece, além de animais exóticos como papagaios, periquitos, sagüis, cotias e sei lá mais que bichos.

O cenário da festa, a beira do Sena, era realmente vasto e suntuoso.

Simulava uma floresta tropical na qual armaram ocas autênticas de índios tudo com inexcelável realismo. Sua majestade a rainha Catarina de Médicis, embora afeita às miríficas festas Florença natal, chegou a confessar as suas aias mais chegadas nunca ter assistido em sua vida espetáculo tão grandioso e original. Sentia-se ali como transportadora Às latitudes tropicais que só conhecia de leitura e testemunho de viajantes ilustres.

Até quis saber se, por acaso, fora de um italiano a idéia daquele estilo de celebração jamais dantes visto em França. Algum leitor assíduo de Marco Pólo, talvez...

Ninguém lhe soube dizer.

O apogeu da festa consistiu em combate entre tribos hostis. Era de ver o frêmito dos guerreiros instigando-se mutuamente à luta.

Muitos anos já decorridos, parece que ainda os estou a ver e ouvir, tal a indelével impressão que deixaram em mim e em quantos foram os felizes assistente do inédito espetáculo que envolveu Ruão inteira.

Algo, porém, que lhes quero contar, bons amigos meus, e que de certo escapou aos cronistas do memorável acontecimento, foi singular e picante aventura ocorrida naquela ocasião com uma jovem dama, fina e galante, uma das aias da sempre bela Diana de Poitiers, favorita do rei Henrique II, como sabeis na certa para não desmentir o sangue de Agnes Sorel que lhe corria nas veias.

Por discrição, calo o nome da gentil senhorita, compreensível pudor meu de gentil-homem em não manchar a honra de uma dama que, talvez, ainda hoje viva recolhida em algum castelo de suas terras, cercada de filhos, netos e muito respeito da vizinhança, quem sabe.

Vamos ao caso. Em meio ao reboliço de tanta festa, que ao todo durou dois dias sem parar, espicçou-me a curiosidade e cupidez o faiscante olhar de uma das aias da nobre duquesa de Valentinois, a onipotente pela beleza: Diana de Poitiers. Talvez pela pouca idade, era a mais assanhada das meninas com tudo o que lhe entrava pelos olhos, mui particularmente o festival de homens nus, uns trezentos ao todo, em grande maioria bonitos e bem acabados, a capricho, algo dantes por ela nunca visto, na certa. Notei que a atraía sobremaneira a máscula beleza de um dos guerreiros, verdadeiro herói de bronze, mais alto e melhor

modelado que os demais, sem favor um Apolo dos trópicos sul-equatorianos.

Entendeu ela seguir-lhe os passos medusada, como a ver até onde iam as faanhas daquele a quem chamavam os demais companheiros de morubixaba. Um negócio!

Os olhares da Corte – todos convergindo para o combate sob o fascínio do espetáculo de grande gala e impacto, pelo realismo e ineditismo – não deram na pequena aia da duquesa, que dessa distração se aproveitou para esgueirar-se sem ser vista a fim de acompanhar, a curta distância, os passos do apolíneo silvícola cujo cocar, uma coroa de penas mui vistosas, ainda mais lhe aumentava o porte elegante e a majestade viril.

Eu, curiosos de saber em que ia dar tudo aquilo e fingindo a mim mesmo de protetor da donzela seduzida pelo aspecto do selvagem (teria ele algum filtro mágico de amor que eu lhe pudesse disputar, quem sabe lá?) achei de segui-la de longe para ver até onde iria a sua imprudência.

O guerreiro, percebendo por fim a moça que lhe ia ao encalço, começou a interessar-se mais por ela do que pelo combate e fingindo sempre, gritava alto e brandia seu tacape, seu arco e suas flechas como se fosse fulminar qualquer adversário que se lhe deparasse pela frente.

Sem dúvida era terrível mas belo naquela aparência de titã e compreendendo o seu enorme poder de sedução sobre uma moça que reputo, até então, donzela. Mais experiente, não seria tão atrevida, por certo, nem tão ingênua.

Confesso que nunca pensei um dia sentir ciúmes de um silvícola, mas que querem meus amigos? – havia ali um macho a atrair qualquer fêmea no cio.

Andando um pouco mais, chegou o índio à porta do hotel de Bourgthéroulde, onde entrou rápido como para tomar alento. A aia o seguiu e eu sempre atrás dos dois.

Eis senão, quando no interior do edifício, mal iluminado e deserto àquela hora, pois, a cidade em peso se achava aglomerada na praça em festa convertida, para a ocasião, em floresta tropical, vi a mão possante do guerreiro segurar a da jovem e arrasta-la mais para o fundo do casarão. Temi pela sorte de minha linda patrícia, que o medo deve ter emudecido, e um santo furor patriótico (teria sido mesmo?) me impeliu a adentrar nos corredores e quartos para salva-la. Demorei de encontra-los na semi-escuridão do prédio vazio mas, qual não foi o meu assombro (e digo hoje decepção) quando ouvi gemidos que eram mais de espanto e prazer do que de pavor e socorro.

Julguei prudente afastar-me do local esgueirando-me pelos cantos: uma flechada não era propriamente o que eu viera buscar em Ruão! Mesmo porque um macaquinho – mascote do selvagem- passara grunhindo pelo meu nariz, atirado do quarto como importuno: era um aviso! Retirei-me rápido daquele recinto e só fui me deter, por um bom tempo, perto da praça do Velho Mercado debaixo do Grande Relógio – única testemunha a registrar, impassível no seu quadrante, a minha apreensão – e aguardei curioso o desenrolar dos acontecimentos. Eu não era notado em meio ao tumulto da peleja indígena cujo ardor envolvia a cidade toda, tanto da parte aos combatentes fictícios quanto da dos espectadores atônitos.

Depois de quase uma hora de relógio saíram os dois, ele a gritar mais alto que dantes, erguendo as armas com maior determinação (apenas o cocar lhe ficara inclinado e murcho, sem dúvida devido À recente refrega amorosa) e ela a recompor, já recatada, as saias machucadas. Ninguém, salvo eu, notou a entrada e saída dos dois amantes. Cada qual em seguida tomou seu rumo depois dos secretos instantes de sublime enlevo que me deixaram sonhador concupiscente. Fui atrás da mulher, é claro (cherchez la femme, toujours!) e ela, enlevada pelo que acabara de lhe acontecer, parecia andar leve, nas nuvens, excelente razão para nem notar que eu a seguia como sombra distante.

As damas de companhia e todo o séquito da nobre Diana de Poitiers, do qual a minha heroína se desgarrara em silêncio e da mesma forma a ele retornara, nem deram pelo fato dela se reintegrar ao grupo, frenética a multidão ante o final épico do combate pela vitória dos tupinambás a incendiarem com incrível realismo as choças dos vencidos.

O mais curioso é que minha história, absolutamente verdadeira, pode crer, meus amigos, não termina aqui. O extraordinário vem depois. Marquei a fisionomia de minha jovem beldade, de certo a mais linda de todos as aias bonitas de Diana de Poitiers.

De volta a Paris, espicaçado pela curiosidade, procurei seguir-lhe os passos, saber-lhe da vida e carreira.

Tornei-me amigo de vários serviçais da casa da ilustre duquesa de Valentinois e foi fácil acompanhar na sombra o destino da minha formosa heroína.

As camareiras contavam aos fâmulos o diário miúdo das Corte e eles o retransmitiam a mim a troco de algumas moedas e sempre com algumas pinceladas de humor masculino e naturais exageros de criados, enciumados da condição dos grandes deste mundo que a fatalidade do nascimento humilde lhes vedara alcançar.

Soube assim que, de retorno dos inesquecíveis dias de Ruão, a jovem começou a sentir fortes enjôos que a sua patroa, mui experimentada nas artes de Vênus, logo diagnosticou como gravidez.

Mui afeiçoada, porém quase maternalmente, a sua bela aia, entendeu protege-la da maledicência da Corte arranjando-lhe mais que depressa um casamento dentro dos conformes da nobreza. É aqui que começa propriamente o inverossímil da novela que lhes desejo contar.

Com um bom dote arranjado pela solícita e ainda toda poderosa senhora do coração do rei, apesar dos inúteis ciúmes da rainha Catarina de Médicis que, ao casar, já a encontrara dona dos afetos e cama reais, foi fácil um pequeno nobre remediado aceitar a negociação do esposório.

O menino nasceu de sete meses e o pai crédulo, por burrice e conveniência, deixou-se persuadir pela consideração dos médicos do Paço que himem complacente via de regra produz filhos prematuros! Como gosta o ser humano de enganar a si mesmo para manter as próprias ilusões! A suspeita de marido enganado lhe foi varrida da mente após um encontro particular com a protetora de sua esposa, no boudoir a que só tinham aceso os muitos íntimos, durante o qual a senhora Diana se fez fiadora ardorosa dos bons costumes daquela moça de excelente família, séria e bem criada, a qual fora buscar ainda novinha, na casa dos pais, velhos e distintos conhecidos dela, duquesa, para seu serviço exclusivo. Que ele, portanto, não tivesse a menor dúvida quanto à paternidade do bebê!

As coisas complicaram mais ainda quando, em pouco tempo, se verificou não ser a cor da pele da criança exatamente a da brancura de leite de ambos os pais. Como explicar o singular fenômeno?

Os olhos azuis da mãe passa que o filho não tivesse herdado, já que o pai também não os tinha daquela cor, mas a melanina diferente do garoto, de onde teria vindo?

Outras rodadas de altas consultas médicas se sucederam na antecâmara da solícita e providente duquesa.

Consta que ela teria chegado a pôr em confissão sua aia dileta, em um tête a tête sem testemunhas.

Desse dia em diante redobraram os cuidados da nobre protetora, experimentadíssima nas artes de Cupido, em favor de sua menina. Curiosidade científica? Amarga lembrança do que

lhe custara salvar, na flor da juventude, a vida do pai, condenado por conspirador, ao ter de alcançar o perdão do rei Francisco I às custas de sua virtude, como corria à boca pequena na Paris toda? Sei lá ! o certo é que se tornava imperiosa uma cabal e convincente explicação, aos olhos da boa sociedade, quanto à pele estranha e ao nariz meio achatado do inocente garoto.

O pai, cuja burrice tinha limites, preso ao dote generoso e benesses palacianas que o haviam atraído para as malhas do casamento, não continha nem disfarçava seu desajuste, sua intranquilidade, sua quase angústia com toda aquela conjuntura enervante!

Que não estariam a dizer dele, à boca pequena, no Louvre, nos salões refinados de Paris e até nas províncias?

A própria jovem mãe, fulcro de drama, se sentia também mui desconfortável com aquela situação ímpar. Como ela sair incólume das fofocas e maledicências da desocupada nobreza, cujo passa tempo predileto era justamente tesourar a vida alheia?

Foi quando um bom franciscano, confessor habitual da alta roda, vendo o quase desespero da pobre aia, cheio de piedade e unção lhe veio explicar que as fortes impressões, mui especialmente as recebidas na juventude, têm o singular poder de penetrar no cerne das pessoas.

Ele também acompanhara a Corte a Ruão nas festas inescrutáveis oferecidas aos soberanos pelo bom povo daquela fiel cidade às margens do sena e ficara vivamente impressionado com tudo quanto vira. Tinha mesmo ouvido de missionários de sua ordem, que se haviam arriscado à aventura dos trópicos com ardor de apóstolos, as coisas mais singulares e incríveis que mal se podiam imaginar.

Era natural, portanto, que, vivamente impressionada com tantos selvagens nus, vistos, pela primeira vez, de tão perto e em tão grande número, por uma recatada e pudica donzela, a impres-

são ficasse indelével na sua mente e a passasse ao filho gerado naquelas circunstâncias, sob o impacto da forte imagem.

Não ensinam as escrituras que a mandrágora de Rubem, filho de Lia, tornara fecunda a Raquel, antes estéril? Explicava ele.

- Será que foi isso, padre? Gemia a moça...

- De certo, filha, vai ver que comeste nas festas de Ruão de alguma mandrágora ou coisa semelhante lá do Novo Mundo. Eu também provei daqueles pratos exóticos dos índios do Brasil e seu sabor até hoje está na minha boca. Nunca mais os meus intestinos se restabeleceram plenamente do que lá comi, valha-me Deus! Pontificava o seráfico franciscano para consolo de sua confessada, toda desorientada com o que lhe acontecia.

A explicação bíblica do santo frade parece haver convencido o jovem casal que resolveu aceitar a sina do filho diferente com divina fatalidade.

Mas, daí por diante, quando o pai ralhava com o rebento, chamava-o de longe de “filho de uma mandrágora tropical”! O certo é que foi este o primeiro brasileiro a falar francês sem sotaque...

Brantôme

Pierre de Bourdeilles, Senhor de Brantôme (1540? – 1614) escritor francês, cavaleiro de vida aventureira, brilhante militar na Itália, Espanha, África e durante as guerras de religião na França, acabou-se retirando no seu castelo de Richemond em 1571.

Aí escreveu então numerosas obras que só foram publicadas em 1665 como, entre outras, Vida de Grandes Capitães Franceses, Vida de Damas Galantes, etc...

Conheceu as grandes personalidades de seu tempo que faz reviver, com seus defeitos e vícios, nos retratos que nos deixa deles.

Ele não é um historiador mas um excelente contista.

DISCURSO DO PROF. DIVALDO FRANCO

Cícero teve oportunidade de dizer que a História é a pedra de toque que desgasta o erro e faz brilhar a verdade. Quando fomos honrado com a elevada distinção que nos foi concedida pela digna Academia Baiana de Educação, conferindo-nos o título de Educador do Ano de 1997, pelo transcurso do 50º aniversário da instituição "Centro Espírita Caminho da Redenção", fomos tomado de uma grande surpresa. A generosidade da nobre acadêmica, Profª Leda Jesuíno dos Santos, e dos seus pares, os nobres acadêmicos dessa Entidade que honra a comunidade baiana e brasileira, chegava até nós como um prêmio que reconhecemos não merecer. E nossa vida, destituída de atavios, e dedicada ao ministério do serviço, por amor a Jesus Cristo, jamais aguardou qualquer compensação ou reconhecimento, porquanto o prazer de servir e a honra de amar são-nos as diretrizes de segurança.

No momento em que nós recebíamos a notificação, deixamos que o pensamento voasse até os dias já recuados da nossa infância e encontramos a figura inolvidável da professora primária que nos havia dado os primeiros passos na arte e na ciência do conhecimento. A professora Antônia Barreto volta à tela da imaginação como sendo a real merecedora da homenagem que a Academia Baiana de Educação me encaminhava, num gesto de nobreza e de abnegação.

E, logo, depois, deixei-me arrastar pelas evocações da grande saga da Educação, lembrando-me que, em Atenas, na época em que Licurgo fascinava o Areópago, foi convidado oportunamente para entretecer considerações sobre a Educação, que já preocupava os atenienses. E o notável orador, para surpresa geral, solicitou àqueles que o convidavam, que lhe

concedessem um prazo de três meses para que ele pudesse preparar um discurso. Naturalmente, essa proposta de Licurgo causou uma certa espécie, se não um desencanto, já que, para ele, qualquer tema a ser abordado, além de fácil e encantador, era sempre enriquecido do seu pensamento filosófico, da sua alma de esteta, da sua realidade de poeta. Não havendo outra alternativa, foi-lhe concedido o prazo solicitado e, no dia adrede determinado, Licurgo compareceu ao verdadeiro santuário que era o Areópago, acompanhado por alguns servos que traziam em pequenas jaulas alguns animais.

Um deles carregava, em ambas as mãos, duas jaulas pequeninas, contendo convencional estão na cidade de Creta, sete séculos antes de Jesus, procurando preparar o cidadão, sob a luz do Estado, para o desenvolvimento das atividades que deve cada um deles exercer no inter-relacionamento pessoal, no clima social. Mais tarde, Atenas compreende que a Educação é a base essencial do Estado e estabelece uma doutrina que prepara as crianças, nas quais estão os pés do futuro, para que se tomem cidadãos inspirados pelos deuses. Esparta, devorada pelo senso belicoso, entregou a sua educação às nutrizas, principalmente às mães, que recebiam carinho especial, para que pudessem procriar soldados, de que tanta necessidade tinha.

A Educação passa, mais tarde, a Roma, por ocasião dos séculos III e II antes de Jesus. Exatamente quando floresce a célebre Escola de Alexandria, a Biblioteca dos Ptolomeus, o Museu, que teriam as mesmas características, hoje, das nossas Universidades o seu **campus**, a sua biblioteca, as várias salas de estudo, de exercício, as salas para banhos. E a qual, na época em que o Bispo vai levá-la à incineração, por volta de 390, contava com 400.000 volumes, ensinando e criando, nas criaturas, o ideal de bem servir e de melhor construir uma sociedade feliz. Novamente refeita, ela voltará a ser destruída pela intolerância religiosa dos maometanos, por volta de 640, porque um dos maiores adversários da cultura, do bem-estar e, por extensão, da educação, há sido sempre o fanatismo, sob qualquer aspecto que se apresente.

A Educação em Roma, então, pelos séculos III e II antes de Jesus, já ensaiava os seus passos para criar uma mentalidade que pudesse servir ao povo e que pudesse servir à humanidade, que Roma lentamente ia absorvendo. Foi no período de Adriano que a Educação passou a pertencer, essencialmente, ao Estado, quando este apresentou as suas primeiras escolas públicas e a Educação vem desempenhar um papel fundamental na construção de uma criatura que se liberta da ignorância profunda para poder ensaiar passos na direção de uma vida feliz.

Mas, nesse ínterim, a humanidade conhece Jesus. Recordava-me, no instante em que havia recebido a comunicação de que fora homenageado com o título de Educador do Ano de 1997, que Jesus, dialogando com os discípulos, celta feita recebeu a visita de um jovem que lhe disse: - "Bom Mestre, que é necessário fazer para entrar no Reino dos Céus?" Ao que Ele redargüiu: "A ninguém chameis de bom, porque bom somente é o Pai; Mestre, sim, porque Eu o sou". O grande Paradigma da humanidade, Jesus, a quem Ernesto Renan considera a personagem mais notável de todos os tempos, porquanto foi Ele o único que dividiu a História - o seu berço representa o encerrar de um ciclo para o amanhecer de uma Nova Era -, esse Educador tomou da Natureza como sendo o lugar ideal para sua Cátedra e, utilizando-se das imagens mais simples - as redes de pescar, um grão de mostarda, as aves dos céus e as pérolas do mar -, compôs o mais extraordinário Hino de Educação de que a humanidade tem notícia. E, quando na Montanha, abriu os seus braços e cantou a Epopéia das Bem-aventuranças, os historiadores são unânimes em reconhecer que este é o mais extraordinário ensinamento de Amor que o mundo jamais pôde sentir, na homenagem grandiosa da exaltação do Bem.

Mas, partindo Jesus da Terra, a sua doutrina irá renascer numa obra de educação fascinante que é a Escola dos Neoplatônicos de Alexandria, quando homens extraordinários, estimulados por Amônio Sacas, no ano de 170, resolvem abrir em Alexandria uma Escola que irá competir com o pensamento grego, e, ali, personalidades ilustres vão erguer a Patrística:

Orígenes, que oferece à humanidade a doutrina dos princípios; Tertuliano, com a sua Apologética; o pensamento admirável de Santo Agostinho, nas **Confissões e na Cidade de Deus**; Jâmblico, Proclo, Eusébio e tantos homens notáveis que estabeleceram as bases de um ideal neoplatonista, firmados no ensinamento do amor e na proposta grandiosa da informação socrática. Sobrevivendo até, aproximadamente, o século IV e meio, a Escola Neoplatônica de Alexandria cerra suas portas e a humanidade adentra-se pela noite medieval.

A Educação passa a ser serva dos interesses dos totalitários, que preparam a nobreza para poder governar e que levam, àqueles que vão ser os escravos, a noção de subalternidade, de inferioridade, de condição de ser menos expressivo do que uma animália de carga. Por ocasião do feudalismo, a proposta da Educação é ainda dos senhores, através da subserviência dos servos. O pensamento de Jesus está encarcerado no dogmatismo, a doutrina da Religião estabelece as bases da Educação, e o pensamento catedrático rege os destinos da humanidade. O latim é a língua oficial do pensamento educacional, mas, à medida que os séculos avançam e o progresso é inestancável, a Igreja e os clérigos compreendem, a partir do ano 1000, a necessidade de elastecer o seu pensamento educacional, já que os movimentos particulares abriam as perspectivas das futuras Universidades, sem que fosse possível manter, sob o tãco da soberania da ignorância, a humanidade, a serviço das paixões humanas.

A Igreja abre novas perspectivas e educadores admiráveis entre os próprios clérigos ampliam a grade do ensino, facilitando uma visão mais ampla do pensamento universal. À medida que esse pensamento avança - recordava-me -, chegam os dias gloriosos dos séculos XV, ao apagar as suas luzes, e do amanhecer do XVI. A expansão dos horizontes da Terra, a Escola de Sagres, a viagem de circunavegação, a descoberta da América por Colombo e a do Brasil por Cabral, e a humanidade jamais será a mesma, particularmente quando Nicolau Copérnico apresenta o seu livro **De Revolutionibus Orbium Celestium**,

apresentando horizontes dantes jamais imagináveis, destruindo a tradição ptolomaica para apresentar a visão heliocêntrica do nosso sistema e a grandiosidade do Cosmo, cujas estrelas não tinham apenas a finalidade de iluminar as noites terrestres.

A Educação, que ainda estava encarcerada, agora parece explodir com a proposta de Lutero que, fascinado pela maneira de educar, tenta criar uma nova mentalidade, mas cai no mesmo erro ancestral. A Contra-Reforma, o Renascimento italiano alargam os horizontes do mundo, e os novos educadores apresentam a técnica da educação verbalista, que será duramente criticada por Montaigne, logo depois, que sente a necessidade da transformação do homem e de novos programas educacionais para a humanidade. Observaremos que, nesse momento, a palavra Educação é idéia considerada em linhas secundárias até aparecer o pensamento admirável de João Amos Cornelius, o tcheco-eslovaco que apresenta uma proposta dignificadora da Educação, promovendo o jovem, o educando em geral, o que vai ajudar Locke, em uma visão muito grande, para dignificar o educando, libertando-o das amarras convencionais.

Entra o momento admirável em que Jean-Jacques Rousseau apresenta o seu **Do Contrato Social**, o seu **Emílio** e propõe a Educação em contacto com a Natureza. Alargam-se os horizontes da Educação e a proposta de Rousseau, extraordinária, deverá servir de base para uma Nova Era, embora o eminente filósofo da Revolução Francesa, um dos Pais da Enciclopédia, não tenha deixado de ser apenas educador teórico, porquanto seus filhos, ele os encaminhou a um orfanato, o que é profundamente lamentável.

Mas, nesse momento - ainda recordávamos -, após a proposta do **Emílio**, do **Contrato Social**, a Educação se faz mais larga, e o pensamento filosófico liberta-se das velhas tradições, as dúvidas a respeito de Deus, a necessidade de um Deus Razão. Logo depois, na Catedral de Notre Dame, no dia 23 de outubro de 1793, Piene Gaspar Chaumette terá ocasião de gritar: "Ciência e Razão, eis os meus deuses! A França que sabe pensar, não

necessita de Deus", enquanto um simulacro de procissão, carregando a bailarina Candeille, do Teatro da Ópera de Paris, faz o contorno da igreja gótica gloriosa, dizendo que esta é a nova Deusa Razão, que irá governar os destinos da França e, por extensão, os destinos da Humanidade.

Raia o século XIX e, nessa oportunidade em que Paris se torna a "Cidade Luz", o pensamento agiganta-se e homens e mulheres notáveis dedicam-se à obra da Educação, particularmente Henrique Pestalozzi, em Iverdun. O eminente pedagogo compreende que educar e criar hábitos saudáveis. Ele percebe, através da psicologia empírica, que a criança não é um adulto em miniatura. A formação cerebral encarrega-se de captar o ensinamento à medida que haja um desenvolvimento psicológico. Ele se dá conta de que o conhecimento não entra na razão direta que sai o sangue e inaugura a sua Escola de Iverdun que serve de modelo para os dois continentes - o europeu e o americano. O trabalho extraordinário de Pestalozzi fascina a alma da França, e, da cidade de Lion, a família Rivail leva o seu menino, Hippolyte Léon Denizard Rivail, para estudar com o insigne mestre, para com ele beber, nas fontes da Educação de uma Escola nova, as bases da verdadeira felicidade.

A Educação prossegue e vemos o Século XIX florescer-se de líderes extraordinários da obra do pensamento educacional, particularmente quando a psicologia se liberta do formalismo filosófico e se toma um ramo da biologia, com o concurso extraordinário de Herbart, com a sua valiosa contribuição da Educação intuitiva, ainda apoiada no pensamento de Comenius; ou quando a colaboração marcante vem da Rússia, através do Behaviorismo, da visão admirável de Pavlov, com a sua proposta dos reflexos condicionados; ou através da colaboração de Makarenko; ou da grande colaboração de Maria Montessori; da Suíça, de Piaget; da América do Norte, de Carl Rogers; do Brasil, mais recentemente, de Anísio Teixeira, alargando os horizontes do pensamento educacional, para criar uma mentalidade saudável, recordava-me.

Recordava-me que Kilpatrick teve ocasião de dizer que "educar é preparar para a vida", ao que John Dewey, o pedagogo americano, redargüiu: "Educar é dar vida". Não apenas preparar o indivíduo para viver mas, sobretudo, dar-lhe vida, dar-lhe essa oportunidade de desenvolver os grandes sentimentos e encontrar a realização.

E, hoje, quando a Educação é a mola mestra das grandes Nações, infelizmente desdenhada em Nações do Terceiro Mundo, percebemos que esta saga extraordinária de homens valiosos e mulheres corajosas ainda não atingiu a sua plenitude porque aí estão as respostas dolorosas da violência, da agressividade, da toxicomania, da sexolatria, da vulgaridade, do despudor, da ausência de valores éticos; quando a Educação, que dignifica o indivíduo, é posta à margem, diante de todas as questões perturbadoras que atingem os sentidos, especialmente os instintos primários de que somos herdeiros.

Recordava-me e reconhecia não merecer o honroso título porque o nosso trabalho, praticamente anônimo nos arredores da cidade, convivendo com as faixas mais abandonadas da vida socioeconômica, não poderia merecer da nobre Academia Baiana de Educação um título que nos caracterizasse porque, ademais, éramos um grupo e o somos; ali estamos apenas como alguém que sonha e que marcha à frente, convidando outros educadores do amor e da fraternidade. Então, recordei-me, nobre acadêmica Profª Leda, nobres acadêmicos, de como tudo começara.

Fora uma visão psíquica. No mês de outubro de 1948, viajava com Nilson de Souza Pereira, entre Plataforma e Salvador, num antigo vagão da Ferrovia Leste-Brasileiro. E, quando passávamos na área do Lobato, jovens ambos, eu fui acometido de um estranho torpor que, periodicamente, me sucedia e tive uma peculiar sensação que, por primeira vez, me apresentava um mundo panorâmico diferente do mundo objetivo.

Naquele lugar onde era a pedreira abandonada, eu me sentia presente diante de uma área arborizada, construída,

movimentada por muitas crianças, e um homem de costas, já avançado em anos, brincava com elas. Nesse estado muito peculiar, acerquei-me daquele homem e, quando ele se voltou, eu escutei uma voz que estava a dizer-me: - "É o que farás da tua vida. Dedicar-te-ás à tarefa de Educação".

Tomado de espanto, retomei ao mundo sensorial, ao mundo da consciência objetiva, e narrei ao Nilson esse fenômeno, que ignorava completamente, e ambos sorrimos, acreditando tratar-se de uma alucinação, de qualquer natureza, uma alucinação visual, um transtorno psicológico. Éramos praticante da mediunidade, mas não éramos espíritas. Ainda não havíamos tido a oportunidade de estudar a ciência espírita codificada por Allan Kardec. Ainda não havéramos penetrado nos meandros da sua filosofia nem nos deixado arrebatar pela sua proposta de religiosidade. Mas, narrando o fato a amigos, eis que eles acreditaram ser um fenômeno premonitório, derivado de um desdobramento da personalidade, de uma viagem astral como dizem os teosofistas, os esoteristas e também os espiritistas.

Assim, nasceria o que seria, mais tarde, a "Mansão do Caminho", que primeiro estive numa casa de três pisos à Rua Barão de Cotegipe, para que um dia, nos idos de 1955, um amigo nos dissesse *ipsis verbis*: - "Eu estava passeando pelos arredores da cidade e vi aquela área da tua percepção psíquica". Levado ao local, quando chegamos a uma fazenda velha, na antiga Estrada do Aeroporto, fomos acometido, por segunda vez, daquele mesmo fenômeno especial e vimos toda a área arborizada, várias construções, crianças a brincarem, adultos, uma azáfama, um movimento muito grande de veículos, a luminosidade das lâmpadas elétricas e, ao recobrar a serenidade, eu disse a Nilson: - "Que coisa curiosa, eu tenho a impressão de que me adentrei no futuro". E, graças a esforços ingentes e a colaboração de amigos da Cidade de São Paulo, adquirimos a área em duas oportunidades, onde instalamos a Comunidade "Mansão do Caminho".

Descreveu-a a nobre acadêmica, a Profª. Leda Jesuíno

dos Santos. Acreditamos construir um Santuário ao Amor, a verdadeira Escola, a Escola da Educação Integral, aquela a que se refere Allan Kardec em **O Livro dos Espíritos**, na Questão 586, letra A, uma Educação que não se restringe à transmissão de informes, que não tem apenas o caráter de instruir, mas, sobretudo, de criar hábitos saudáveis, que têm a ver com a realidade moral do educando, para que ele se possa precatar contra as ciladas da impiedade, da perversidade e dos desequilíbrios. Essa visão de Allan Kardec salta do ano de 1857 para a atualidade, na visão contemporânea da proposta da Educação apresentada pela UNESCO.

Então, nobres acadêmicos, digna mesa que dirige os trabalhos, senhoras e senhores, voltamos à realidade e somente pudemos curvar-nos ante o gesto de nobreza e de bondade, aceitando essa deferência que, repito, reconheço não a merecer, para repartir com todos os amigos que mourejam na "Mansão do Caminho", construindo uma sociedade nova na qual acreditamos. A grande verdade é que nós acreditamos no homem e na mulher, acreditamos na criatura humana, pesem os 68 pontos de guerra detectados pela UNESCO neste momento. Apesar da tragédia de Kosovo, apesar da ferocidade de Serra Leoa, apesar de todos os crimes que ora nos aturdem, nós continuamos acreditando na criatura humana que, a pouco e pouco, se liberta dos atavismos, e saturando-se das paixões deste momento de libertinagem, confundido com os ideais de liberdade, fará sua viagem de volta aos ideais do Bem, aos ideais do Amor, aos ideais da Solidariedade.

Desejo agradecer, profundamente comovido, aos nobres membros que, na gestão passada, votaram para que fôssemos homenageado com este título. Gostaríamos de agradecer, profundamente, à nossa querida benfeitora, a acadêmica Prof Leda Jesuíno dos Santos, por uma homenagem que nos servirá de estímulo para levar adiante esse trabalho de educar, educando-me, de propor a Educação espiritual, trabalhando pela transformação moral do indivíduo à luz do Evangelho de Jesus, a peregrina Luz que, há dois mil anos, clareia a noite dos

sentimentos humanos e aponta rumos de felicidades futuras.

Este é um momento muito grave da sociedade, todos o sabemos. Vivemos encarcerados em nossos lares, enquanto o crime vive a solta no meio das ruas. A cultura parece defasada, o conhecimento intelecto-moral vem sendo colocado à margem pelas distrações aberrantes da mídia, pela valorização do anti-ético, pela valorização dos paradoxos, da agressividade e do horror. Mas, os educadores, não nos devemos preocupar. Antes da madrugada, sempre há uma meia-noite, o clímax da sombra. Mas o primeiro segundo depois dela já é amanhecer e amanhece dia novo. Nós, aqueles que acreditamos num mundo melhor, não nos deixemos desanimar ante as circunstâncias arbitrárias que nos aturdem. E é porfiando de mão dada, cada um oferecendo o seu melhor contributo, que iremos edificar uma sociedade melhor.

Senhor!

Que, neste momento de alegria,
Gostaria de dizer-Te:
Que eu amo a Vida
Que, para mim, é bela e é consentida.
Muito obrigado, Senhor,
Por tudo quanto me deste,
Por tudo quanto me dás.
Obrigado pelo ar, pelo pão, pela paz.

Obrigado pela beleza
Que os meus olhos vêem no altar da Natureza.
Olhos que fitam o céu, a terra e o mar,
Que acompanham a ave ligeira,
Que voa fagueira pelo céu de anil.
E se detém na terra verde, salpicada de flores,
Em tonalidades mil.
Muito obrigado, Senhor,
Porque eu posso ver meu amor,
Mas, diante da minha visão,
Eu detecto os cegos
Que se debatem na escuridão,

Que tropeçam na multidão,
Que choram na solidão.
Por eles, eu oro.
E a Ti imploro comiseração
Porque eu sei
Que, depois desta lida,
Na outra vida,
Eles também enxergarão.
Muito obrigado pelos ouvidos meus,
Que me foram dados por Deus;
Ouvidos que ouvem o tamborilar da chuva no telheiro;
A melodia do vento nos ramos do salgueiro
E as lágrimas que vertem pelos olhos do mundo inteiro.
Ouvidos que ouvem a música do povo,
Que desce do morro,
Na praça a cantar;
A melodia dos imortais,
Que a gente ouve uma vez
E não esquece nunca mais;
A voz melodiosa, canora, melancólica do boiadeiro
E a dor que geme e que chora
No coração do mundo inteiro.
Pela minha faculdade de ouvir,
Pelos surdos, eu Te quero pedir.
Eu sei que, depois desta dor,
No teu Reino de Amor,
Eles voltarão a ouvir.

Obrigado pela minha voz,
E pela sua voz,
Pela voz que ama,
Que ensina,
Que alfabetiza,
Que declama,
Pela voz que canta,
Que legisla,

Que educa,
Pela voz que trauteia uma canção
E o Teu Nome profere com sentida emoção.
Diante da minha melodia,
Eu Te quero rogar pelos que sofrem
De afasia,
Os que não falam de noite,
Os que não cantam de dia.
Oro por eles.
Eu sei que, depois desta prova,
Na vida nova,
Eles também cantarão.

Obrigado pelas minhas mãos,
E pelas suas mãos,
Pelas mãos que semeiam,
Que agasalham,
Mãos do amor,
Mãos de ternura,
Que libertam da amargura,
Mãos de caridade
Que apertam mãos,
De solidariedade,
De poesias,
De cirurgias,
De sinfonias,
De psicografias;
Pelas mãos
Que atendem a velhice,
A dor, o desamor;
Pelas mãos
Que, no seio, embalam
O corpo do filho alheio,
Sem receio.
E pelos pés
Que me levam a andar,

Sem reclamar,
Muito obrigado, Senhor,
Porque eu posso caminhar.
Diante do meu corpo perfeito,
Eu Te quero louvar,
Porque eu vejo, na terra,
Aleijados,
Impossibilitados,
Atormentados,
Paralisados,
E eu posso bailar.
Oro por eles.
Eu sei que, depois desta expiação,
Na outra reencarnação,
Eles também bailarão.

Obrigado, por fim,
Pelo meu lar.
É tão maravilhoso ter um lar!
Não é importante
Se este lar é uma mansão,
Ou uma tapera,
Um ninho,
Um grabato de dor,
Um bangalô,
Uma casa no caminho,
Seja lá o que for.
Mas é importante
Que, dentro dele,
Exista a figura do amor:
O amor de mãe, ou de pai,
De mulher, ou de marido,
De filho, ou de irmão,
A presença de um amigo,
Alguém que nos dê a mão,
Pelo menos, a companhia de um cão,

Porque e muito triste
Viver na solidão.
Mas, se eu a ninguém tiver
Para me amar,
Nem um teto para me agasalhar,
Ou uma cama para me deitar,
Nem aí reclamarei,
Nem blasfemarei,
Pelo contrário, Te direi:
Obrigado, Senhor,
Porque eu nasci.
Muito obrigado,
Porque creio em Ti.
Pelo Teu Amor,
Obrigado, Senhor!

Pela sua atenção,

Muito obrigado, Senhores!

DISCURSO DO ACADÊMICO LUIZ HENRIQUEDIAS TAVARES

(Apresentado na Sessão da Academia Baiana de Educação realizada em 6 de agosto de 2008, quando recebeu o Título de Membro Emérito)

“Eu deveria ficar calado depois das palavras da nossa querida Consuelo Pondé de Sena. A minha única posição seria ficar calado, agradecer e considerar tudo quanto ela disse.

Tocou-me imenso, não porque eu tenha sido realizador de tantas coisas, mas porque foram compreendidas as minhas decisões e as minhas atividades por uma pessoa de alta competência como é a nossa querida Consuelo Pondé de Sena.

Eu estou aqui numa situação de quem ao viajar e voltar, passa pelo fenômeno dos fusos horários. Eu não me encontro na hora que aqui está marcando, 17:42h, mas sim, 10:42h, hora de Lisboa, o que deixa-me cheio de sonho e um pouco atrapalhado para realizar o que coloquei nesse pequenino papel, para agradecer com muita emoção, tudo que está sucedendo no pedaço desta noite de hoje.

Dirijo-me a todos os Acadêmicos, muitos meus amigos e conhecidos de muitos anos, Acadêmicos aos quais sou ligado por diversos laços. Aqui está nesta situação Edvaldo Machado Boaventura. Numa condição que eu saliento pela minha permanente gratidão, Doutor Roberto Figueira Santos. Por tudo que a liga a história da educação na Bahia, Leda Jesuíno dos Santos, que foi da primeira turma da Faculdade de Filosofia fundada pelo inesquecível Isaias Alves, foi colega de Alberto

Vita, foi colega também de Mário Alves e foi, e é educadora, ainda hoje.

Dirijo-me, portanto, a todos os Acadêmicos com a minha gratidão, e agora faço uma referência a prima Laureta que aqui está, muito bonita e jovem, a Luiz Guilherme, filho único, querido do pai, Vilela e Paulo que aqui se encontram e são muito amados, à irmã Márcia Pontes, que ainda hoje tem uma longa entrevista mostrar a sua capacidade e o seu entendimento da educação universitária e ao amigo Luiz Viana Neto.

Muito especialmente, quero recordar Hermano José de Almeida Gouveia, era interino quando trabalhou na Secretaria da Educação do Estado da Bahia, na gestão da administração de Anísio Teixeira, foi um educador, eu não tenho toda história da vida de Hermano, mas foi ele que me trouxe para Academia Baiana de Educação, convidou-me, mais do que, consolidou-me, colocou-me nela, e eu disse, *meu querido Hermano, eu não sou educador, eu sou apenas um Professor de História, que cumpre o seu dever e considera que o trabalho da educação, o trabalho de ser Professor é a maior honra que alguém pode conseguir.*

Mas Hermano era muito especial, menino ao lado de Anísio Teixeira, e a propósito disso, se me perguntarem o que é ser educador, é muito difícil responder, mas mesmo assim, lembro-me porque foi Hermano que me contou que ele acompanhava o Mestre Anísio Teixeira em diversas atividades e em certa feita, Anísio Teixeira subiu numa cadeira para mostrar as Professoras como ele colocava um quadro na parede, um martelo na mão e bateu na parede para sustentar o prego e o quadro que ele estava apresentando. Eu quero acrescentar, que Hermano foi um exemplo de Professor, de Historiador, de Homem dedicado. Ele teve um Colégio na Ribeira, do qual eu não me lembro exatamente o nome, mas onde ele esteve, deixou saudade e com saudade é que refiro-me a Hermano, falecido muito cedo. Ele trabalhou com Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito, grande Secretário da Educação, e com Edivaldo Machado Boaventura construiu a Academia Baiana de Educação.

Educadores e Educadoras eu estou lembrando Anísio Teixeira, estou lembrando o Mestre Caldas, estou lembrando a minha prima Denize Tavares, estou lembrando muitos outros e não posso deixar de colocar o nome da minha colega Celeste Azevedo Amaral, nós fizemos vestibular juntos, fizemos a prova, quem disser que era muito fácil ser aprovado no vestibular da Faculdade do inesquecível Isaias Alves, eu posso afirmar, no nosso caso, que não é verdade, conosco fizeram o mesmo vestibular para História, mais quatro pessoas, quatro candidatos, passamos os três, Solange, Celeste e eu. No meu caso, muito curioso é... vou contar.

Na condição de Jornalista, eu estava na Praça da Sé para cobrir o último Comício de Jocondo Dias. Este Comício foi terminado com uma escuridão repentina e uma distribuição de balas que levaram um jovem bancário à morte. Eu o vi, e vi caído no chão.

Dias muito duros porque o Brasil estava mostrando que ele ainda não tinha altura democrática, como ainda hoje não tem. Quero somente dizer que eu fiz este vestibular três dias depois de ter passado pelo episódio da Praça da Sé.

Henrique Lima Santos e eu, ambos jornalistas profissionais, com carteira de jornalistas profissionais, cumprindo a missão de jornalista, fomos presos e espancados.

Eu entrei na Secretaria de Segurança Pública sobre cassetadas e apanhando de cassete de borracha, e assim continuei até certa altura da noite porque recusei-me a ir lavar as latrinas da Secretaria de Segurança Pública. Um pouco difícil de explicar como foi que eu consegui ser aprovado com a minha dedicação a História que eu sempre estudei e continuo estudando e digo com sinceridade *que não sei nada*.

Doutor Roberto! Doutor Roberto! É para dizer que uma nova Academia Baiana de Educação toma providência com trabalho, com atividade, mais do que admirável, completa dedicação. Doutor Roberto foi como Reitor maravilhoso na

reforma da educação na Universidade Federal da Bahia e ela iniciou sob o eleitorado de Doutor Roberto Santos. Quando Governador, excepcional, em fase muito má para o nosso País, Doutor Roberto conseguiu fazer uma Bahia nova com muitas possibilidades de ser também um Estado industrial.

Peço a todos que acreditem na minha gratidão, estou emocionado porque eu pertencço a essa raça dos homens que choram.

Muito obrigado.”

SAUDAÇÃO AO *DOUTOR HONORIS CAUSA* DIVALDO PEREIRA FRANCO

*(Salão Nobre da Reitoria da UFBA, em 08 de
maio de 2002)*

Pelo Professor Emérito da UFBA,
JOÃO EURICO MATTA

Magnífico Reitor da UFBA, Dr. Heonir Rocha; Sr. Secretário Municipal representante do Prefeito de Salvador, Antônio Imbassahy; Sra. Secretária Municipal da Educação, Profa. Dirlene Mendonça; Sra. Conselheira representante do Conselho Estadual da Educação; Sr. Dr. Conselheiro do Conselho Regional de Medicina, Prof. Antônio Jesuíno Neto; Senhores Professores e colegas Servidores da UFBA; Senhores Estudantes Universitários; minhas Senhoras e meus Senhores; Senhor Professor Divaldo Pereira Franco, que, nesta solene sessão, receberá do egrégio Conselho Universitário da UFBA, através de seu presidente e Magnífico Reitor, o título de *DOUTOR HONORIS CAUSA*:

De antemão me declaro humildemente honrado e grato por esta missão que me foi confiada pelo Magnífico Reitor Heonir Rocha e seus ilustres pares de Conselho Universitário, entre estes o que encabeçou a proposição inicial, o Dr. Nelson De Luca Pretto, Diretor da Faculdade de Educação da UFBA (FACED), que teve a nímia gentileza de enviar-me carta oficial, de 13 de março de 2002, declarando: “Tenho uma grande satisfação em subscrever a sua indicação, em nome da Congregação desta Faculdade, para saudar o Prof. **Divaldo Pereira Franco**, por ocasião da outorga ao mesmo do título de Doutor *Honoris Causa* pela UFBA...” Pois na ocasião que é

hoje, peço ao distintíssimo auditório vênua para ressaltar que o agraciado vai receber seu título honorário de *Doutor* nesta data em que se vêm comemorando, faz três dias, seus 75 anos de idade.

Está datada de 19 de abril, do ano 2000, a petição inicial, com doze páginas de *justificativa* para a outorga desse título honorífico ao notável educador baiano, e, na forma legal da Resolução no. 2, de 1998, do próprio Conselho Universitário, é um documento firmado por cinco eminentes professores, naquela data -- em virtude de seus cargos -- membros natos do colendo colegiado superior da UFBA, nomeadamente: o já citado Diretor da **Faculdade de Educação (FACED)**, Nelson De Luca Pretto; o Diretor da **Faculdade de Medicina**, José Antônio de Almeida Souza; o Diretor do **Instituto de Geociências**, Francisco José Gomes Mesquita; o Diretor da **Escola de Administração**, Osvaldo Barreto Filho; e o Diretor da **Escola de Música**, Oscar Nascimento Dourado. Estou aqui sublinhando os nomes destas cinco fâculdades obviamente para caracterizar a maravilhosa interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade, a transprofissionalidade, a multiversidade -- ampliada com a unânime decisão do Conselho, de todos os Diretores das diferentes unidades universitárias -- dos que aprovaram a proposta inicial.

Eis aí, -- senhores, -- uma bela decisão, ajustada a idéias e ideais que hoje podemos considerar *clássicos*, porque permanecem atuais, embora expressos há quase 75 anos, em 1929, num famoso livro, intitulado **Os Propósitos da Educação** (*The Aims of Education* (1^a. ed. N.Y.: *The MacMillan Company*), por um dos maiores educadores do século XX, -- o professor (inclusive de Teologia, em seus primeiros anos de magistério no *Trinity College, Cambridge*), o clérigo (pastor anglicano), o matemático, o humanista latinólogo e grecólogo, o homem de ciência e o filósofo inglês, radicado nos EUA desde 1924 (aos 63 anos), como professor de filosofia em Harvard, até sua morte aos 87 anos, em 1947, Alfred North Whitehead. --Que

idéias e ideais são esses?, -- tão diferentes daqueles de seus quatorze anos de vida londrinos, de 1910 a 1924, durante os quais foi professor da *London University* e publicou, em co-autoria com Bertrand Russel, os três volumes celebérrimos dos **Principia Mathematica** (1910 a 1912) -- obra de expressiva contribuição à lógica simbólica, no século XX. (Lembremos que a obra principal de *Sir Isaac Newton*, publicada faz 315 anos, intitulava-se **Philosophiae Naturalis Principia Mathematica** !)

Respondo, de modo esquemático, mas fidelíssimo ao texto de Whitehead, recorrendo à 10ª. impressão, de 1960 (ed. de bolso da *Mentor Books*) , -- que li e anotei, pág. por pág., no inverno de 1962, em Los Angeles, EUA, como aluno mestrando de Administração, na Universidade do Sul da Califórnia (USC), minha segunda *alma mater*, -- há 40 anos, portanto. Mas o fiz prazerosamente, não apenas por deveres acadêmicos, e *pari passu* com minha leitura de três outros, também por mim adquiridos, dos seis grandes livros publicados em seu período de vida nos EUA: **Science and the Modern World** , 1925 (9ª. impressão, de 1959); **Adventures of Ideas**, 1933 (3ª. impressão, de 1959); e o póstumo **The Dialogues of Alfred North Whitehead** (*As recorded by Lucien Price*) , 1ª. edição da *Mentor Books*, 1954. Os outros dois livros: **Process and Reality** , 1929, -- o mais denso, mais profundo e nos anos 1930 considerado de linguagem obscura, no mínimo difícil, por apresentar sua crítica veemente à visão filosófica materialista da ciência moderna , e que o mestre e pastor declarou ter sido “o que mais desejou escrever” (“*most wanted to write*”); e **Modes of Thought** , de 1938, a ambos tive que compulsá-los na amada Biblioteca da USC (*The Edward L. Dohenny, Jr., Memorial Library Building*), um monumental templo sagrado então vizinho, a 200 passos, do apartamento residencial estudantil onde eu e minha mulher, Geísa, vivíamos, no depois demolido conjunto *Bacon Hall*.

As idéias e ideais de Whitehead em 1929, no **The Aims of Education**, estavam muito ligados à sua “filosofia do

organicismo”, algo semelhante ao que se fez moda acadêmica ocidental, --- desde a fundação, em meados dos 1950, da “ong” internacional *General Systems Research Society* (entidade consultora da ONU para a realização da 1ª. Conferência Mundial ECO 1972, em Estocolmo), --- portanto, nas últimas quatro décadas do século passado, sob as denominações “abordagem de sistemas”, ou “pensar sistêmico”, ou “enfoque holístico”, e que o professor de filosofia de Harvard defendeu eloqüentemente naquele citado livro do mesmo ano, 1929, **Process and Reality**. A crítica da ciência moderna e a cosmologia filosófica de Whitehead tratavam do conceito de “holon” como *todo* (“*whole*”, “*organism*”) e “universo como uma túnica inconsútil” (“*the seamless coat of the universe*”). Desde que se estabeleceu em Harvard, em 1924, ele propugnava por “uma compreensão da interdependência do pensamento, idéias, disciplinas e instituições” universitárias, e falava em “maldição da departamentalização acadêmica”—ou divisão do saber em compartimentos estanques. Alfred Whitehead advertia que a formação universitária e cultural devia orientar-se para a ação. Cito-o:

“Os poderes da iniciativa devem ser fortalecidos... Há iniciativa no pensamento, iniciativa na ação, e a imaginosa iniciativa da arte; e essas três categorias requerem muitas subdivisões” (**The Aims of Education**, p. 57). E adiante (p. 97): “A justificativa para uma universidade está em que ela preserve a conexão entre o saber e o gosto pela vida, -- (“*the zest of life*”) -- por meio da união do jovem e do idoso na consideração imaginativa da aprendizagem. A universidade busca e oferece informação, mas deve fazê-lo de modo imaginoso... Esta atmosfera de excitação, que emerge da consideração imaginosa, transforma o saber. O fato não é mais apenas o mero fato: está investido de todas as suas possibilidades... A imaginação não deve divorciar-se dos fatos: ela é uma maneira de iluminá-los...”

Tal maneira curiosa e sábia com que Whitehead, em 1929, buscava superar o dilema do velho provérbio francês: “*si jeunesse savait et si vieillesse pouvait*”, --- semelhante ao modo como certa vez, dez anos mais tarde Albert Einstein reafirmou que “em ciência, a imaginação é tão importante quanto a razão” (v. **The World as I see it**, London, Watts & Co., 1940), bem como ao modo como o igualmente saudoso Karl Jaspers, célebre psiquiatra e filósofo existencialista alemão, sugeriria 25 anos mais tarde, em 1954, numa conferência sobre “Universidade e Multiversidade”, --- nos remete a duas obras-relatórios encomendadas pela UNESCO à chamada Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI e publicadas em Paris, 1998 e 1999.

A primeira, sob coordenação do *scholar* Jacques Delors e sob o título **Educação – um tesouro a descobrir**, propõe que o processo educacional tem quatro pilares básicos, como segue: *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver*. A segunda, sob responsabilidade de um professor francês que em 1929 tinha sete anos de idade, Edgar Morin, e sob o título, na edição original, de **Les sept savoirs nécessaires à l'éducation du futur** (ed. br. de 2000), repete as dissociações ou disjunções geradas pelo “grande paradigma do Ocidente”, conceitualmente formulado por René Descartes, a saber: Sujeito/Objeto; Alma/Corpo; Espírito/Matéria; Qualidade/Quantidade; Sentimento/Razão; Liberdade/Determinismo; Existência/Essência. O relatório argui que a visão unilateral iluminista e do início do século XX, definidora do Ser Humano em vários tipos estanques de *Homo*, deve agora substituir-se pela concepção do *Homo Complexus*, que traz em si, de modo bipolarizado, caracteres antagônicos, a saber: *Homo sapiens e demens* (sábio e louco); *faber e ludens* (trabalhador e lúdico); *empiricus e imaginarius* (empírico e imaginário); *oeconomicus e consumans* (econômico e consumista); *prosaicus e poeticus*. E propõe que há *sete saberes necessários à educação do futuro*, como segue: *as cegueiras do conhecimento – o erro e a ilusão; os princípios do conhecimento*

pertinente; ensinar a condição humana; ensinar a identidade terrena; enfrentar as incertezas; ensinar a compreensão; a ética do gênero humano.

Intrometo-me aqui, senhoras e senhores, para louvar, salvo tópicos discutíveis – como certa ingenuidade e vêzo na antinomia *oeconomicus e consumans* e na conceitualização de *egocentrismo, etnocentrismo e sociocentrismo* -- para louvar a qualidade dos dois relatórios e o fato de que suas formulações, em geral, são consentâneas com as idéias de Whitehead, 70 anos antes, sobre os propósitos superiores da educação, salvo no que concerne ao corajoso ideal *deísta* e à religiosidade do filósofo anglo-americano, comparável ao do historiador inglês Arnold Toynbee --- um *Doutor Honoris Causa* pela UFBA, como revelarei adiante.

Mas Edgar Morin, muito francesmente, --- ainda que adotando a expressão cunhada pelo sábio jesuíta Teilhard de Chardin, *hominização*, para obviar que “*a antropologia pré-histórica mostra-nos como a hominização é uma aventura de milhões de anos*”(p. 51 da ed. br.); ainda que reconhecendo, logo no capítulo das “Cegueiras do Conhecimento” (p. 28), que “*desde o alvorecer da humanidade, encontra-se a noção de noosfera – a esfera das coisas do espírito*”, que “*está em nós e nós nela, produto de nossa alma e mente*”; ainda que imperativamente “inscrevendo em nós” quatro níveis de *consciência* --- *a antropológica, a ecológica, a cívica terrena e a consciência espiritual da condição humana*; e ainda que, no capítulo do “Enfrentar as Incertezas”, impossibilitado, por ucrônia, de incluir, em relatório de 1999, nos seus dramáticos questionamentos de “quem teria pensado, imaginado ou sonhado com que?” (p. 81), os ataques aéreos terroristas e suicidas às torres gêmeas de Nova Iorque e ao Pentágono, de 11 de setembro de 2001, tenha usado como epígrafe esta sentença teatral impactante do tragediógrafo grego Eurípedes: “*Os deuses criam-nos muitas surpresas: o esperado não se cumpre, e ao inesperado um deus abre o caminho*”: --- o eminente Edgar

Morin, no capítulo final sobre o sétimo saber, o da “Ética do Gênero Humano”, não nos consegue recomendar mais do que o que chama de uma **antropo-ética**. Trata-se de uma ética *antropocêntrica ateista*, e não por acaso ele vai rebuscar a bimilenar sentença de um personagem do teatro romano de Terêncio: “**Homo sum, humani nihil a me alienum**” (“Sou homem, e nada do que é humano me desinteressa”), acrescida das virtudes ocidentais da tolerância e da dialógica democrática. Não é, portanto, uma ética cristã, *deísta e teocêntrica*, embora o professor Morin afirme, hesitantemente, que sua proposta **antropo-ética** “*foi minimizada pelas éticas culturais diversas e fechadas, mas não deixou de ser mantida nas grandes religiões universalistas e de ressurgir nas éticas universalistas, no humanismo, nos direitos do homem, no imperativo kantiano.*”

Uma ética cristã, *deísta e teocêntrica*, é a que o educador e pregador Divaldo Pereira Franco adota, -- sem titubear, -- tanto em toda a sua numerosa obra que apresenta como *psicografada*, quanto nos ensinamentos de suas conferências e “*workshops*” através do Brasil e por todos os 52 países que tem visitado em missão. Essa atitude filosófica se verbaliza, inclusive, quando ele eloqüente e entusiasticamente prefere, à advertência do *memento homo* do Antigo Testamento (“Lembra-te, homem, de que és pó e em pó te tornarás”), a luminosidade mística de Jesus Cristo e o apelo esperançoso do Evangelho segundo o espiritismo, na sentença de Allan Kardec: “Lembra-te, homem, de que és luz e à luz tornarás!”

Em nossa UFBA, desde o reitorado magnífico de seu imortal criador Edgard Santos e nesses 56 anos de sua existência, o título de Doutor *Honoris Causa* sempre foi reservado a Chefes de Estado e a políticos, intelectuais e artistas de nomeada internacional. Lembro-me das solenidades neste Salão Nobre da Reitoria para outorga do título honorífico de Doutor, em 1958, ao presidente brasileiro Juscelino Kubitschek de Oliveira; em 1965, ao então presidente do Senegal, o poeta afro-francês Leopold Sedar Senghor (há poucos anos falecido em

Paris como *Académicien*, da *Académie Française*); em 1967, ao historiador inglês Arnold Toynbee, saudado neste Salão Nobre pelo Antropólogo e Professor Emérito desta UFBA, Dr. Thales de Azevedo, nosso mestre de tão saudosa memória; ou em 1970, outro Chefe de Estado, o então presidente do Chile, Eduardo Frey. Mais recentemente, nos anos 1980 e 1990, foram agraciados o romancista Jorge Amado, o artista plástico Hector Bernabó Carybé, o compositor e cantor, poeta e *entertainer* Caetano Veloso, e dois ilustres afro-brasileiros: o ex-senador e teatrólogo Abdias do Nascimento (hoje aos 88 anos) e o intelectual baiano de carreira universitária no estrangeiro e em São Paulo, *scholar* internacionalmente laureado, filósofo da geografia Milton Santos, também de saudosíssima memória.

Nesta oportunidade, o título será conferido, pela primeira vez, a um educador consagrado por sua formidável obra social e de educação comunitária e serviços assistenciais às comunidades carentes de um bairro de Salvador, Pau da Lima e adjacências, mundialmente conhecida como *A Mansão do Caminho*, e pregador internacionalmente respeitado da doutrina kardecista, um terapeuta espiritual e autor de produção copiosa e fecunda de mais de 100 publicações por ele apresentadas como *psicografadas* ou *através de psicofonia*. Destas, numerosas já foram traduzidas para o espanhol, o francês, o inglês, o tcheco, o sueco, o alemão, o italiano, o albanês, o polonês, o húngaro, o turco, o holandês, o catalão, o russo, e 6 vertidas para o esperanto e 14 para o braile. Divaldo Franco é um educador orientado para a pregação e para a ação. Ao exemplo de sua vida se aplicam dois preceitos evangélicos da dialética de Jesus de Nazaré: tanto o *“Non in solo pane vivit homo, sed in omne verbo quod procedit de ore Deo”* (“Não só de pão vive o homem, mas de toda palavra que procede da boca de Deus”), quanto o *“In operibus credite, non in verbis”* (“Acreditem na obra – na ação, não na palavra”). Conjugam-se numa só pessoa o orador e o operoso benfeitor, o que pensa e fala e o que faz e ensina, o *“thinker”* e o *“doer”* dos anglófonos, num processo metabólico e psíquico de integração de contrários aceito, tanto em antigas filosofias da Índia e da

China, como o *taoísmo* de Lao-Tzé, quanto na mitologia helênica e na filosofia grega. Nesta, interpenetram-se *logos* e *pathos* (*eros* / *thanatos*) com o que Sócrates chamou de *pragma*, tudo sob o influxo de *nous* (o *espiritual*) – um processo vital de união de opostos para o qual o mestre Carl Gustav Jung cunhou uma palavra estranhíssima, senão travessa: ENANTIODROMIA. Por imaginação e ação de pedreiro/construtor do próprio Jung, a idéia desse processo foi gravada em epígrafe no portal de sua famosa casa-residência no campo, entre jardins e à beira de um dos mais belos lagos da Suíça, hoje um museu fascinante, com o impactante brocardo latino: “*Vocatus atque non vocatus, Deus adherit.*” (“Quer seja invocado, quer não o seja, Deus está sempre presente”).

Foram considerações dessa natureza em torno da vida do professor Divaldo Franco que fundamentaram a justificativa para que os confrades da Academia Baiana de Educação lhe tenham outorgado o título de Educador do Ano de 1997, ao ensejo do cinquentenário de seu apostolado da doutrina espírita e de fundação, em 1947, com Nilson S. Pereira e outros amigos, do Centro Espírita Caminho da Redenção, a partir do qual se desenvolveu, em 45 anos de devotado trabalho coletivo (hoje 50 anos) sob a liderança carismática de Divaldo, a ação assistencial e educativa da *Mansão do Caminho*, há pouco referida. Esse título lhe foi entregue neste mesmo Salão Nobre, lotado e engalanado, no dia 7 de maio de 1999, ocasião em que foi saudado pela Acadêmica Leda Jesuíno dos Santos, grande educadora e Professora Emérita de Educação da UFA, num discurso erudito e comovente, em que se dá conta cuidadosa do expressivo *curriculum vitae* de Divaldo Pereira Franco. Por sugestão dela e de outro Professor Emérito, de Economia, Paulo Brandão, subscrita pelo Diretor da FAGED, em nome de sua congregação, de onde originariamente partiu a proposta de outorga do título, sou o Professor Emérito – de Administração -- da UFBA escolhido para esta honrosa incumbência de saudar, em nome do Conselho Universitário, o mais recente agraciado Doutor.

Pelas afinidades intelectuais e semelhança de orientações para o estudo aprofundado da mente ou do espírito, do comportamento humano e dos mistérios de sua religiosidade, em nossas formações, cumpro essa incumbência com grande satisfação e motivações pessoais que peço vênica para partilhar com esta generosa e culta assembléia, num parêntese em que ressaltarei um depoimento do próprio Divaldo Franco, antes de concluir esta fala de recepção com um sumário de seu *curriculum vitae*.

Conheci Divaldo Pereira Franco em 1955, pregando o evangelho segundo **O Livro dos Espíritos** de Allan Kardec (**Le Livre des Esprits**, Paris, 1857), sentado e em pé à mesa dirigente de seções doutrinárias do centro espírita *Casa de Emanuel*, no bairro de Santo Antônio Além do Carmo, sob a liderança espiritual dos saudosos jornalista Abel Mendonça e professora Raquel Ribeiro, um lugar onde se desenvolvia notável obra assistencial e de caridade. Entre parênteses, lembro que Abel Mendonça fora o assessor jornalístico, e também colaborador com escritos seus, da importante revista **América**, na fase de janeiro de 1939 a março de 1943 em que os baianos ilustres e irmãos Pitangueira, especialmente meu saudoso amigo João de Souza, lançaram 18 números, --sobre os quais publiquei um estudo, na **Revista da Academia de Letras da Bahia**, n. 38, 1992, pp. 63 a 72. No exemplar n. 17 se encontra um curioso conto de Abel Mendonça sob o título "*Quando o expresso corria...*"— o que nos pode remeter ao seguinte episódio, lembrado por Divaldo Franco em seu admirável discurso de Educador do Ano de 1997, proferido sem texto, mas gravado em vídeo e publicado depois, naquela solenidade de 7 de maio de 1999, neste mesmo Salão Nobre. Ouçamos a transcrição do segmento confessional (v. a publicação **Divaldo Franco, o Educador do Ano**, *Academia Baiana de Educação*, 2000, p. 39-40):

"Fora uma visão psíquica. No mês de outubro de 1948, viajava com Nilson de Souza Pereira, entre Plataforma e

Salvador, num antigo vagão da Ferrovia Leste-Brasileiro. E, quando passávamos na área do Lobato, jovens ambos, eu fui acometido de um estranho torpor que, periodicamente, me sucedia e tive uma peculiar sensação de que, por primeira vez, se me apresentava um mundo panorâmico diferente do mundo objetivo.

“Naquele lugar onde era a pedreira abandonada, eu me sentia presente diante de uma área arborizada, construída, movimentada por muitas crianças, e um homem de costas, já avançado em anos, brincava com elas. Nesse estado muito peculiar, acerquei-me daquele homem e, quando ele se voltou, escutei uma voz que estava a dizer-me: - ‘E’ o que farás da tua vida. Dedicar-te-ás à tarefa de Educação’.

“Tomado de espanto, retornei ao mundo sensorial, ao mundo da consciência objetiva, e narrei ao Nilson esse fenômeno,..., e ambos sorrimos, acreditando tratar-se de uma alucinação visual, um transtorno psicológico. Éramos praticantes da mediunidade, mas não éramos espíritas. Ainda não havíamos tido a oportunidade de estudar a ciência espírita, codificada por Allan Kardec, ... sua filosofia, nem nos (tínhamos) deixado arrebatado pela sua proposta de religiosidade. Mas, narrando o fato a amigos, eis que eles acreditaram ser um fenômeno premonitório, derivado... de uma viagem astral, como dizem os teosofistas, os esoteristas e também os espíritas.

*“Assim nasceria o que seria, mais tarde, a ‘Mansão do Caminho’, que primeiro esteve numa casa de três pisos à rua Barão de Cotegipe, para que um dia, nos idos de 1955, um amigo nos dissesse **ipsis verbis**: ‘Eu estava passeando pelos arredores da cidade e vi aquela área da tua percepção psíquica’. Levado ao local, quando chegamos a uma fazenda velha, na antiga Estrada do Aeroporto, fomos acometido, por segunda vez, daquele mesmo fenômeno especial e vimos toda a área arborizada, várias construções, crianças a brincarem, adultos, uma azáfama, ... veículos, ... lâmpadas elétricas e, ao recobrar a serenidade, eu disse a Nilson: - ‘Que coisa curiosa, tenho a*

*impressão de que me adentrei no futuro'. E, graças a esforços ingentes e à colaboração de amigos da cidade de São Paulo, adquirimos a área em duas oportunidades, onde instalamos a comunidade 'Mansão do Caminho'. ... Acreditamos construir um Santuário ao Amor, a verdadeira Escola da Educação Integral, aquela a que se refere Allan Kardec em **O Livro dos Espíritos**, uma Educação que ... não tem apenas o caráter de instruir, mas, sobretudo, de criar hábitos saudáveis, que têm a ver com a realidade moral do educando..."*

Em 1957, no imenso espaço coberto do então Cinema Tupy, ao ensejo dos 10 anos do Centro e 5 anos da Mansão, os então namorados comprometidos, Geísa e eu, já ouvíamos a retórica empolgante, a memória prodigiosa de um orador de escol e conferencista facilmente fluente diante de multidões: era Divaldo nos seus 30 anos. Em 1997, 40 anos depois de tê-lo ouvido no Cinema Tupy, Geísa e eu, -- agora marido e mulher desde 1960, pais de cinco filhos amados e avós de quatro adoradas netas, -- participamos de um dos seus *workshops* de uma jornada dominical de duração, no maior dos salões-auditórios do Centro de Convenções da Bahia, inteiramente lotado e o público respeitosa e comovido, senão eletrizado, com o pregador-conferencista: era Divaldo aos 70 anos.

■ Por que aquela minha pertinaz motivação, --- entre 1950: o adolescente orador dos ginasianos concluintes diurnos do Severino Vieira, seccional de bairro, e 1960: o orador dos Bacharéis em Direito de 1958, pela UFBA, cursando o Doutorado em Direito Público, criatura de mestre Orlando Gomes, e que suspenderia para dois anos de estudos pós-graduados nos EUA, - -- movendo-me a acompanhar sessões doutrinárias de espiritismo kardecista na *Casa de Emanuel* e a ouvir o *médium* Divaldo Pereira Franco, no lapso de tempo de 42 anos, entre seus 28 anos e seus 70 anos de idade? Naquela primeira década de aprendizagens seminais, eu estava inebriado e desafiado pela biblioteca de meu pai, Edgard Matta, -- não tanto os livros de Direito, quanto os de filosofia, literatura e religião/religiosidade --

desde a **Bíblia** e uma volumosa tradução francesa do **Talmud**, passando por sisudas encadernações de obras de Doutores da Igreja Católica, entre eles São Bento, como do esoterismo de Helena Blavatsky e da “Ciência Cristã” de Annie Besant, lado a lado com os livros de combate do Padre Leonel Franca, S. J. e o clássico de Lourenço Lumini, **O Sobrenatural nos Evangelhos Sinópticos**, oferecido por outro grande sacerdote, este uma jóia de nossa família, o então Cônego, depois Monsenhor Anníbal Maria Lopes da Matta. E nesse estado de graça intelectual comecei a pesquisar as coisas do espírito humano, o que continuo fazendo aos 66 anos, mas, naqueles anos 1950, era também o assíduo e contumaz leitor da Biblioteca Pública do Estado.

Comecei então, numa compulsão juvenil – diria, mesmo, bem-humoradamente, quase psicográfica -- que perdurou de 1950 a 1954, a escrever, datilografar e ilustrar com um sem-número de *bicos-de-pena a nankin*, em preto-e-branco e cores, os originais de uma obra jovialmente ambiciosa, por certo também presunçosa, sob o título “Comentários à Literatura”, textos inéditos a que chamo de meus *juvenilia*. São 879 páginas datilografadas, 12x18 cm e um espaço entre as linhas, com “prólogo” – com título “Literatura, Educação e Vida” -- e “conclusão”, esta versando temas de formulação bombástica: “prelúdio a uma filosofia da síntese” e “filosofia da história como síntese cultural fenomênica”. Mas é aí que se encontra um cuidadoso ensaio, de 14 páginas, do calouro de Direito de 19 anos, 1954, sobre a filosofia *deísta* de Alfred North Whitehead. Minha preocupação séria, -- e de estudo o mais possível, autodidaticamente, sistemático, -- era com o tema religiosidade e religião. Ela permeia toda a Parte I (dita “Livro I”), intitulada “Literaturas do Antigo Oriente”, com seus oito capítulos sobre – e nesta ordem – literatura chinesa, japonesa, hebraica, indu, egípcia, assírio-babilônica, persa e árabe, como também a Parte II, intitulada “Literaturas Clássicas”, a grega e a latina, que aparecem itemizadas no sumário, chamado “Índice da Matéria”, têm um bom número de ilustrações, mas não foram

datilografadas (estão em manuscritos incompletos, em cadernos arquivados). Desnecessário dizer que nessas páginas se encontram anotações de estudo sobre os livros sagrados dos Orientes Extremo e Próximo, e secções dedicadas a vultos como Gautama Buda até Ramacrixna, Vivekananda, Rabindranath Tagore e o *Mahatma* Ganhi, os reis Salomão e Daví, ou uma seção somente dedicada a O Livro de Jó, outras a Zaratustra, Maomé e os filósofos árabes e judeus, a poetas persas como Omar Kháyyám ou Hafiz de Chiraz, poetas japoneses como Matsuo Bashô, para não falar em gregos e romanos.

Em 1957 e 58, os números 12 e 13 da revista Ângulos, do CARB, Faculdade de Direito, publicavam meus ensaios sobre “*Augusto Comte e a crise da Física Contemporânea*” e “*Os intelectuais soviéticos e a luta ideológica em Física.*” Eletrizavam-me os impactos de avanços da microfísica e da macrofísica sobre a teoria do conhecimento científico, bem como o polêmico *idealismo* de físicos da primeira metade do século passado, como Arthur Eddington e James Jeans, o que a todos os terráqueos lembrava o personagem do *Macbeth* de Shakespeare exclamando “Há mais coisas no céu e na terra do que pode imaginar a nossa vã filosofia!”, bem como fatos sérios e cômicos, que exemplifico. Vejam o matemático deísta Whitehead, no seu *A Ciência e o Mundo Moderno*, dedicando os capítulos 7 e 8 à teoria da relatividade e à teoria dos *quanta*, e os capítulos 11 e 12 a Deus e a Religião e Ciência. Reouçam o velho trocadilho chistoso dos jovens *dons* de Oxford em torno de “espírito” e “matéria”, de tanto gozo para o matemático cético e irônico Bertrand Russel, em suas “memórias” de 1942 : “*What’s mind? It does not matter! And what’s matter? Never mind!*” (“O que é o espírito? Não é matéria que interesse! E o que é matéria? Nunca inquiete teu espírito!”). E recordemos outra velha *piada* acadêmica em torno do *princípio da incerteza*, do cientista Hermann Heisenberg, e do *princípio da complementaridade*, do cientista Niels Bohr: “*Que é, afinal, a LUZ? Segundas, quartas e sextas, a LUZ é um fenômeno corpuscular; terças, quintas e sábados, é um fenômeno ondulatório; e no domingo Deus*

descansou... que ninguém é de ferro!" Daqui podemos saltar para os anos 1970 e 80, em direção aos livros do astrofísico Fritjof Capra, **O Tao da Física –Um Paralelo entre a Física Moderna e o Misticismo Oriental** (1075 e 1983) e **O Ponto de Mutação** (1982), e para os anos 1990 e 2001, em direção aos livros do ocupante da cadeira de Isaac Newton, a figura singularíssima e genial de homem biônico que é Stephen Hawking, **Uma Breve História do Tempo** e **O Universo numa casca de noz**. Aqui podemos recordar Einstein dizendo, em 1940, que *"a ciência sem a religião é manca; a religião sem a ciência é cega"*, uma paráfrase da antiga advertência de Immanuel Kant: *"A razão sem a intuição é manca; a intuição sem a razão é cega."* Mas uma crítica dos avanços da ciência contemporânea aparece no livro controvertido **O fim da Ciência** (S.P., Companhia das Letras, 1996), de John Horgan, um ex-editor da revista de divulgação *Scientific American*.

No campo da mente e da religiosidade, nos anos 1950 me eletrizavam as idéias do pensador católico Michele Federico Sciacca, especialmente nas suas obras **L'Uomo, questo squilibrato** e **L'Ora di Cristo**, que me inspiraram a defesa do humanismo cristão teocêntrico, que fiz no discurso de orador na formatura de 1958, publicado com o título *Direito, Humanismo e Liberdade*. O mesmo encantamento ocorreu com as experiências de Aldous Huxley, em 1954, com o peyote (a mescalina e o ácido lisérgico), narradas no livro **As Portas da Percepção** e seu anexo **Céu e Inferno**, tanto quanto com seus livros **O Macaco e a Essência** e **A Ilha**, de 1963: o grande místico inglês do **Admirável Mundo Novo revisitado** morreu serenamente no seu refúgio de deserto norte-americano, docemente assistido por sua mulher pintora, em 1963, mas no mesmo dia do assassinato do presidente Kennedy, -- de modo que este fato, na imprensa mundial de todo tipo, deixou obscurecida sua lembrança.

Todavia, o médico pesquisador tcheco Stanislav Grof deu prosseguimento às experiências de Huxley, já com o LSD-25, sintetizado pelo laboratório Sandoz, desde 1956 na

Universidade de Praga, e a partir de 1967, depois de radicado nos EUA, seja em Baltimore, no Centro de Pesquisas Psiquiátricas de Maryland, seja no célebre Instituto Esalen, em Big Sur, Califórnia, de 1973 a 1987, e inventou as técnicas do que chamou de respiração holotrópica, para facultar experiências de transcendência, do que deu conta seu livro revolucionário de 1985, **Beyond the Brain: Birth, Death and Transcendence in Psychotherapy** (ed. br. da McGraw-Hill, 1988), tornando-se, com Ken Wilber (com **O Espectro da Consciência**, 1977, e **O Paradigma Holográfico e outros paradoxos: explorando o flanco dianteiro da Ciência**, 1982), um dos próceres da Psicologia Transpessoal. Esta foi uma evolução da Psicologia Humanística de, entre tantos outros, Abraham Maslow, o professor de Harvard que fez escola da pesquisa da motivação e que inspirou ao consultor Deming, no Japão, a tecnologia da moda há duas décadas, a chamada *Qualidade Total*. Maslow é um autor clássico do campo das ciências da administração, da formulação e operacionalização das decisões, e da dinâmica de grupo, a que me dediquei desde 1962 até hoje. Lembro, porém, que , no início dos anos 1970, antes de falecer, ele publicou dois livros de idéias também revolucionárias, nenhum dos quais traduzido para nossa língua: **Eupsychian Management** (ou “Gerência Eupsíquica”, ou “psiquicamente saudável”) e **The Farther Reaches of Human Nature** (“Os alcances mais altos da natureza humana”). A terapia *holotrópica* de Stan Grof estimula “experiências de culminância”, ou processos psíquicos extraordinários , muito próximas de vivências espirituais milenares, que resgatam a dimensão sagrada da existência, -- como afirma Grof, que há tanto tempo se interessa por *experiências de quase-morte* (“*near-death experiences*”), em seu livro mais recente, **Psicologia do Futuro** . Aqui se abre espaço para as pesquisas mais recentes de evidências da reencarnação, desde as dos Dres. Elizabeth Kubler-Ross , Edith Fiore e Brian Weiss, até o psiquiatra canadense Dr. Ian Stevenson.

Uma última conexão decorre de que a teoria e *práxis* da tomada de decisões, -- que deu no século passado, em 1978, um Prêmio Nobel de Economia (por não existir um para Administração ou "*Management Sciences*") a Herbert A. Simon, um cientista político que fez mestrado em serviço social na municipalidade e doutorado em administração, mas é um dos papas da "Inteligência Artificial", por seu trabalho no *Carnegie-Mellon Institute of Technology*, -- dependem muito dos progressos de pesquisa da chamada **neurociência**, que estuda a mente/cérebro ("**brain**") e o sistema nervoso articulado com os outros seis sistemas que compõem o corpo/ser humano. Como opera o sistema da mente humana, saudavelmente ou não, é um tema que os professores e estudantes de tomada de decisões administrativas temos que aprofundar. No entanto, apesar do progresso extraordinário dos últimos vinte anos, desde a publicação do **Janus** (1978), de Arthur Koestler, até os dois livros recentes do neurocientista Antônio Damásio, **O Erro de Descartes** (1994) e **O Mistério da Consciência** (2000), o cérebro, ou a mente humana, permanece o que os romanos chamavam de "*mysterium tremendum*". Perguntado em 1997, pouco antes de sua primeira visita ao Brasil, quanto o ser humano já aprendeu sobre a mente, Oliver Sacks, o eminente neurocientista e escritor inglês radicado em Nova Iorque, -- autor de **Tempo de Despertar** e de **O homem que confundiu sua mulher com um chapéu** (que já resultaram em dois excelentes filmes de Hollywood), e de **Um Antropólogo em Marte**, respondeu: "imagino que ainda desconhecemos 99 % sobre o funcionamento do cérebro."

Sabemos que parece um milagre o processo cerebral saudável de construção do chamado *eu neural* e da identidade que leva cada um de nós à consciência. Não tanto para compreender, mas para pelo menos *sentir* esse processo (note-se que o título da edição original americana daquele último livro de Damásio é **The feeling of what happens**), os neurocientistas recorrem a analogias e metáforas, ora mecano-cinemáticas -- como a da bicicleta em movimento, ora orgânico-musicais --

como a formosura de um cântico coral ou uma orquestra vocal perfeita: trata-se de uma encantadora cooperação e integração de “centenas de áreas minúsculas cruciais para cada aspecto da percepção e do comportamento”, que constitui o “*binding*”, a costura invisível da não obstante túnica inconsútil que é o *eu neural* de cada um de nós. A expressão “inconsútil” é a mesma do “*seamless coat*” de Whitehead, que já no seu **Processo e Realidade**, de 1929, afirmava que o universo só pode ser objeto de “sentimento” -- “*feeling*” -- e não de “*comprehension*”, ou “*understanding*”. Em seu último livro, Antônio Damásio desenha, didática e simbolicamente, a evolução para o alto de cada um de nós, do estado de vigília do *proto-self* em direção superior à *consciência moral e outras criações (do self autobiográfico e da consciência ampliada)* sob forma de uma espiral que passa, na metade do trajeto, pelo *self e consciência centrais*. Mas não a faz afunilando no topo, nem terminando com a cruz de Cristo, como parece ter sido imagem de um sonho de Irmã Dulce, posta no cimo da torre-campanário única pelo projetista da anunciada Igreja da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, em que se vai transfigurar o antigo Cinema Roma, no espaço urbano onde se encontram o Hospital Santo Antônio e as Obras Sociais da santa Irmãzinha.

Observe-se que a festança de otimismo que anima os arraiais da cibernética, dos inventos da chamada “Inteligência Artificial” e da nanotecnologia, como o MIT (*Machassusets Institute of Technology*), depara com as precauções e a crítica de alguns de seus maiores entusiastas, do que faz relato o recente livro daquele mesmo John Horgan, **A mente desconhecida; por que a ciência não consegue replicar, medicar e explicar o cérebro humano**, S. P., Companhia das Letras, 2002 (a ed. original é de 2000).

Para verificar-se a consciência filosófica aguda que tem Divaldo Franco desses problemas humanos aqui metaforicamente recenseados a partir de 1950, -- e levando-se em conta sua afirmação: “*Tudo o que sei devo aos espíritos*”, -- tome-se um só,

apenas um, dos 48 livros que publicou “*pelo espírito Joanna de Angelis*”: **O Homem Integral**, Salvador-Bahia-Brasil, Livraria Espírita Alvorada Editora, 8ª. ed., 1996 (a 1ª. ed é de 1990, *copyright* do Centro Espírita Caminho da Redenção...). Leiam-se todos os 9 capítulos, especialmente o 3 – A busca da realidade. *Autodescobrimento. Consciência Ética. Religião e religiosidade*; o 8 – O homem perante a consciência. *Nascimento da consciência. Os sofrimentos humanos. Recursos para a liberação dos sofrimentos. Meditação e ação*; e o 9 – O futuro do homem. *A morte e seu problema. A controvertida comunicação dos Espíritos. O modelo organizador biológico (o perispírito). A reencarnação*. Joanna de Angelis assina o prefácio do livro, sob o título do mesmo, aludindo ao surgimento, em 1966, nos Estados Unidos, da *quarta força* em Psicologia, “que é a Transpessoal, ampliando o campo de investigação além do Behaviorismo, da Psicanálise e da Psicologia Humanista, fornecendo mais amplos esclarecimentos sobre o homem integral... Os seus pioneiros vieram dos quadros da Psicologia Humanista, facultando a introdução de alguns ensinamentos e experiências orientais, graças aos quais abrem espaços para uma visão espiritualista do ser humano em maior profundidade”(p. 8). Mas logo expressa suas lealdades ao Espiritismo que, “por sua vez”, sintetiza várias correntes “estudando o homem na sua condição de Espírito eterno”, propondo “um comportamento filosófico idealista, imortalista” e oferecendo auxílio “sem violência e com base na reencarnação” e “terapias de fácil aplicação, fundadas na análise do homem à luz do Evangelho e do Espiritismo,” ... “tendo sempre como ser ideal Jesus, o Homem Integral de todos os tempos.”

Com essa filosofia educacional e religiosa que aspira à formação de um ser humano integral, Divaldo Franco, o “semeador” – como a ele se referiu Francisco Cândido Xavier -- trabalhando em grupo, como ele próprio sempre ressalta, partiu para a *ação* através de 21 setores e divisões de atividades, em numerosas edificações no espaço da MANSÃO DO CAMINHO, a saber: SETOR MEIMEI (Campanha do Enxoval -- para

assistência, inclusive médica, a gestantes pobres), iniciado em 1950; CRECHE A MANJEDOURA, para crianças carentes de 2 meses a 3 anos, das 7 às 17 h, inaugurada em 1983; JARDIM DE INFÂNCIA ESPERANÇA, desde 1971; ESCOLA DE 1º. GRAU JESUS CRISTO, de 1951, reformulada em 1979; ESCOLA ALLAN KARDEC, ensino fundamental, de 1964; ESCOLA ALVORADA NOVA, ensino fundamental, de 1957, reestruturada em 1989, para atendimento a meninos de rua, em tempo integral, com profissionalização; ESCOLA DE DATILOGRAFIA JOANNA DE ÂNGELIS, de 1969; ESCOLA SUPLETIVA DE ENFERMAGEM IRMÃ SHEILA, de 1989; CURSOS DE INICIAÇÃO PROFISSIONALIZANTE; CARAVANA AUTA DE SOUZA, de 1948, atende a fam'lias carentes, velhinhos, cancerosos, tuberculosos, hansenianos, etc.; CASA DA CORDIALIDADE, de 1971, em convênio com o Lar Fabiano de Cristo, do Rio de Janeiro, atende a famílias socialmente recuperáveis; CENTRO MÉDICO J. CARNEIRO DE CAMPOS, de 1952, assim designado em 1991 (incorpora gabinetes odontológicos e o Laboratório de Análises Clínicas Dr. Bezerra de Menezes; GRUPO DE AÇÃO COMUNITÁRIA LYGIA BANHOS, de 1974 (com esse nome desde 1991); ESCOLA DE EVANGELIZAÇÃO NIZE MOACYR – para orientação evangélica das crianças; JUVENTUDE ESPÍRITA NINA ARUEIRA; CURSOS DE DOCTRINA ESPÍRITA, SERVIÇOS DE PASSES, REUNIÕES DOCTRINÁRIAS, ATENDIMENTO FRATERNAL; INSTITUTO DE PESQUISAS PSÍQUICAS; e LIVRARIA ESPÍRITA ALVORADA EDITORA, à qual se incorporaram o *Círculo de Leitura Espírita*, a Revista *Presença Espírita*, a *Gráfica* e o *Estúdio Alvorada*.

Na bibliografia psicografada, além dos 48 de Joanna de Angelis, há 77 outros livros, por diversos espíritos, entre estes dois Prêmios Nobel de literatura, em vida: Rabindranath Tagore (três coletâneas de poesia) e Selma Lagerlöf (dois textos em prosa); e cinco textos do gênio literário francês do século XIX, Victor Hugo.

Em parceria com outros autores, inclusive Chico Xavier e Nilson S. Pereira, há 18 publicações, muitas com participação de espíritos.

Quatro peças de teatro, baseadas em livros, novelas e poesia psicografada.

Cinco volumes de entrevistas, com autores e com espíritos.

Dez autores publicaram livros sobre a vida e obra de Divaldo Franco.

São numerosos os discos, fitas-cassetes (áudio e vídeo) e CDs, inclusive de workshops, Seminários, relatos de viagens e conferências.

São incontáveis as placas, medalhas, troféus, objetos outros, pergaminhos e moções de congratulações, procedentes de todo o Brasil e de várias cidades de países estrangeiros.

Diplomas honoríficos emitidos por entidades espíritas de todo o Brasil e de vários países; comendas e condecorações de ordens do mérito estaduais e municipais. Entre aqueles diplomas, ressaltem-se os seguintes: 1979, Master Honorary and Meritorious, da *Real Academia Mundial de Parapsicologia Investigadora y Docente, Miami, Florida, USA*; *Doctor in Parapsychology, Cyberam University, Miami, Florida, USA*; 1991, *Association des Amis d'Allan Kardec, Lyon, France (Membre d' Honneur)*; 1991, Governo e Faculdade do Colégio Internacional de Ciências Espirituais e Psíquicas da Cidade de Montreal e Província do Quebec, Canadá – *Doctor of Humanities Honoris Causa in Spiritual and Psychic Sciences*.

No Memorial da Mansão do Caminho há 30 decretos de declaração como Hóspede Oficial de Municípios brasileiros.

Entre 1972 e 1998, são 79 os títulos de Cidadão Honorário de Municípios brasileiros.

E entre sete outros títulos, como o sócio benemérito de sociedades espíritas de Santos – SP, Curitiba –PR e Lagos-

Portugal, assinalem-se o de Cidadão Benemérito do Estado do Rio de Janeiro e o de Presidente de Honra do II Congresso Mundial de Espiritismo, Madrid – Espanha.

Ecce homo, eis o homem que dentro em pouco receberá o merecido título de *Doutor Honoris Causa*, pela **Universidade Federal da Bahia**.

SAUDAÇÃO A LUÍS HENRIQUE DIAS TAVARES

Consuelo Pondé de Sena

Meu caro Amigo Acadêmico Historiador Luís Henrique Dias Tavares

Reconheço não ser o prezado Confrade por temperamento e formação, afeito a louvações. Não chega, todavia, a compor o perfil do rebelde obstinado, desses que resistem às manifestações de apreço e consideração.

Por isso, aqui me encontro para manifestar-lhe, em nome desta Casa, em meu nome pessoal e dos confrades aqui reunidos, as expressões da nossa estima e do nosso apreço.

Convocou-me para cumprir a nobre missão, o ilustre presidente desta Academia Baiana de Educação, Professor e Acadêmico, Roberto Figueira Santos.

Cabe-me, pois por conta desse convite, pronunciar algumas palavras em homenagem ao Acadêmico Luis Henrique Dias Tavares que, neste instante, passa à categoria de Emérito desta agremiação.

Esta é, pois, a segunda vez que me é conferida a honrosa incumbência; a primeira, quando no Conselho de Cultura do Estado, por ocasião do seu 80^o aniversário. Esta por irrecusável deferência, que agradeço desvanecida pela oportunidade de reiterar-lhe o meu apreço e admiração.

Dou início a essas abreviadas considerações com uma afirmativa: Luís Henrique é um ser movido pelo idealismo, o mesmo idealismo que tem marcado a sua vida, desde quando, fugindo às regras do seu tempo, não enveredou pelos cursos das Escolas tradicionais:

Medicina, Direito e Engenharia. Sem se deixar contaminar pelo preconceito daquela época, que considerava a Faculdade criada por Isaías Alves um "reduto das moças burguesas", ingressou na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde se diplomou em Geografia e História, em 1951. O mesmo idealismo também o submeteria à prisão pelo Regime Militar em mais de uma ocasião.

Por idealismo também militou na imprensa, estreando no jornal O Momento, o perfil comunista periódico que, por conta da inclinação política, foi perseguido e algumas vezes empastelado. Luis Henrique militou ainda em outros jornais baianos, tendo sido cronista do Jornal da Bahia e de A Tarde.

Seria por demais fastigioso relacionar todos os cargos e trabalhos que o prezado Confrade ocupou e produziu durante sua operosa existência. Vou poupá-lo, e aos demais companheiros de Academia, de escutarem uma longa longa, limitando-me a breves considerações sobre a sua rica personalidade e seu amplo currículo.

Vida e Obra - Luís Henrique Dias Tavares nasceu em Nazaré das Farinhas aos 25 de janeiro de 1926. Filho de Luís Dias Tavares, comerciante e Elza Dias Tavares, das prendas domésticas, fez seus primeiros estudos na cidade natal, o ginásio e o colegial em Salvador, ingressando no curso superior em 1948. Diplomou-se em Geografia e História, pela então Faculdade de Filosofia, em 1951.

No Ensino Médio ensinou de 1952 a 1980. Tomou-se professor mediante concurso público (1953) de títulos e provas, no qual obteve o primeiro lugar.

Lecionou História Antiga no Curso de Geografia e História da FFCH (1955).

Em 1961 tomou-se Livre-Docente pela Universidade Federal da Bahia. Desempenhou funções públicas nos Governos de Juracy Magalhães, Lomanto Junior e Luiz Viana Filho. Nas

três gestões foi diretor do Arquivo Público do Estado, sendo que no governo de Luiz Viana Filho acumulou a função com a chefia do Departamento de Ensino Superior e da Cultura da Secretaria de Educação, embrião do que se tomaria Fundação Cultural e Secretaria de Cultura.

Foi professor de História do Brasil do mesmo curso e de Geografia. Catedrático e depois Titular de História do Brasil, de História da Faculdade de Filosofia da UFBA (1965-1991).

Em 1967-1969, ao lado das tarefas de ensino, chefiou o Departamento de História da FFCH as Ufba.

Não se limitou apenas ao ensino tendo, entre os anos 1980-1982 coordenado o Mestrado na FFCH, de 1984 e 1985, e desenvolveu atividade de direção e administração da Câmara de ensino e Pós.

Em 1987, voltou à Inglaterra, tendo realizado outro Pós-Doutorado na mesma instituição onde fizera o Doutorado. Na Faculdade de Filosofia lecionou, durante muito tempo, tanto na Graduação quanto na Pós Graduação a disciplina História do Brasil.

Vocação de professor, foi lente concursado do Colégio da Bahia (Central) e da Universidade Federal da Bahia, nela atuando principalmente no Departamento de História.

Obras - Não pretendo alongar-me nas referências acerca de suas atividades. Antes importa fazer alusão a algumas das suas incontáveis publicações, tanto as de natureza literária quanto as da História. A primeira obra delas é: "História da Bahia", Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1959.

No campo da ficção edita um livro de contos, em 1960, intitulado "A Noite do Homem"; no mesmo ano, outro de crônicas: "Moça sozinha na sala"; "Menino Pegando Passarinho" (Crônicas), "o Sr. Capitão/a Heróica morte do combativo guerreiro (Novela); "Homem deitado na rede", 1969; "Almoço

posto na mesa" (contos), 1991; "Não foi o vento que a Levou (Novela), 1999.

Na área de História: "As idéias revolucionárias de 1798"; "Manuel Vitorino: um político de classe média".

Fiel aos temas de sua predileção, edita: "História da Sedição Intentada na Bahia em 1798"; "O Fracasso do Imperador"; "Abdicação de D. Pedro I"; "Comércio Proibido de Escravos"; "A Conjuração Baiana"; "Nazaré, Cidade do Rio Moreno"; "Da Sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia".

Destaco, por último, a 10ª edição da História da Bahia (revista e ampliada), e a premiada obra: "Independência do Brasil na Bahia", editada pela Edufba, 2005.

Sobre este importante livro, na sua orelha, entre outras considerações, escreve o historiador Carlos Guilherme Motta: "Esta abrangente e crítica "História da Bahia" constitui uma das chaves importantes para a compreensão do Brasil contemporâneo. Primeiro, porque a região sempre desempenhou papel de relevo nos diferentes períodos da nossa história, do chamado Descobrimento aos dias atuais. Segundo, porque na Bahia e em sua hinterlândia se formaram alguns dos quadros e reflexões mais importantes que deixaram contribuição significativa sobre nossa existência como povo, de Gregório de Mattos e Antônio Vieira a Cipriano Barata e, já no século XX a Anísio Teixeira. Terceiro, porque foi escrita por um dos historiadores mais lúcidos de nossa historiografia".

Seu último e consagrado livro: "Independência do Brasil na Bahia", premiado pela Academia Brasileira de Letras, foi prefaciado pelo historiador Marco Morel que, em determinado trecho assim anota: "O livro do Professor Luís Henrique Dias Tavares leva-nos a uma fascinante viagem ao coração da guerra da Independência do Brasil na Bahia, com suas articulações, personagens, idéias e interesses apresentados em estilo límpido, fluente, num texto bem fundamentado, com pesquisas originais, reflexões instigantes e notável poder de

síntese. Trata-se de obra clássica sobre o assunto e que interessa não apenas à Bahia, mas ao Brasil: embebida de documentação (de arquivos europeus e brasileiros) e nos tradicionais mestres da historiografia, apresenta-nos uma visão atualizada, renovada e crítica sobre tema tão envolvido em mitologias e ocultações ou tratado de forma nas "histórias gerais".

Títulos - Luiz Henrique Dias Tavares tornou-se membro da Academia de Letras da Bahia em 1968.

Na Casa de Arlindo Fragoso ocupa, desde 14 de julho de 1968, a Poltrona número 1, tendo como patrono Frei Vicente do Salvador, o primeiro historiador brasileiro, nascido na Bahia em, aproximadamente, 1567.

Sucedeu ao historiador santamarense, José Wanderley de Araújo Pinho, numa poltrona sempre ocupada por historiadores. Naquela noite de gala, foi saudado pelo fraternal amigo, o também conceituado historiador, José Calasans Brandão da Silva.

Durante muitos anos foi membro do Conselho Estadual de Cultura. Entre outros títulos é membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1955), Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1976). Assessor da Área de História do Comitê de Ciências Sociais do CNPq (durante os anos de 1983 e 1984). Assessor ad hoc do CNPq (1985- 2000).

Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia, em 1992. Sócio de Mérito da Academia Portuguesa de História (2002) e desta Academia Baiana de Educação desde a sua fundação.

Tão produtiva existência de conceituado e respeitável mestre, pesquisador e homem de Letras merece a homenagem dos confrades desta Academia, da qual passa, por mérito e competência, à categoria de Acadêmico Emérito.

Salvador, 6 de agosto de 2008 Consuelo Pondé e Sena

Presidente do IGHB
A UNIVERSIDADE MEDIEVAL E SUA BASE
FÍSICA DE FUNCIONAMENTO

Élsior Moreira Alves

1. Quando a Universidade foi fundada, na Idade Média, é interessante notar que a mesma não dispunha de prédio próprio. A preocupação inicial era organizar o programa de estudos e a existência de pessoal qualificado para o desempenho de suas respectivas funções. Com seus estudos organizados e pessoal adequado, estava formada a “corporação”, daí seu nome de “Universitas” ou, levando-se em consideração sua finalidade intelectual, era chamada de “Studium”, que significava estudo de ensino superior. Para completar seu caráter de corporação, a Universidade devia estar protegida por um Santo protetor, tendo, portanto, sua confraria religiosa.
2. Uma vez instituída como corporação, a Universidade, pelo menos no que diz respeito às principais, podia desempenhar suas funções, em qualquer lugar. Vejamos alguns exemplos significativos.
3. A Universidade de Bolonha, que surgiu “espontaneamente”, e considerada a “alma mater studiorum”, nos seus primeiros momentos, tudo indica, funcionou na Igreja de São Prócolo. Era uma antiga sede da Ordem Beneditina. A Igreja atual, na rua D’Azelio, é reconstrução da metade do século XI, sobre o túmulo de São Prócolo, um dos primeiros mártires, pela fé, da comunidade local cristã. Foi aí que, nos fins do século XII, se torna sede das reuniões das organizações estudantis universitárias. Por isso mesmo, ganhou o apelativo de “culla dell’Università”, berço da Universidade. Inclusive, ressaltando seu caráter de vocação universitária, é aí que estão sepultados Martino e Búlgaro, dois dos quatro célebres mestres do direito. Os dois, aí sepultados, eram cognominados por Irnério, o

primeiro, como “os aureum”, o segundo, como “copia legum”, ou seja: o boca de ouro e o conhecedor de grande quantidade de leis.

Como os estudantes eram organizados por “nações”, aí se reuniam os “ultramontanos”, compreendendo quatorze “nações”.

A Universidade funcionou, também, na Igreja de São Domingos, hoje, na praça de São Domingos. No início, no ano de 1219, o que havia, aqui, era a Igreja de São Nicolau da Vinha, tendo em vista que os frades pregadores, sob o comando do beato Reginaldo d’Orleans, para aqui vieram, onde estavam vinhedos e hortas, que circundavam, à época, os casarios de Bolonha. São Domingos, que, também, aí, morou, quando faleceu em 6 de agosto de 1221, foi, aí, sepultado. Somente em 1251, após reconstrução total, é que essa Igreja veio a se chamar São Domingos, quando foi consagrada pelo Papa Inocêncio IV e dedicada àquele Santo. Como a Igreja estava dividida em duas partes, uma reservada aos frades e a outra aos fiéis, os estudantes de direito passaram a se reunir aí, abandonando, gradativamente, a Igreja de São Prócolo, que ficava perto, mas considerada, já, insuficiente para abrigar tantos alunos. Até hoje, ainda existem recordações daquela época, quando a Igreja de São Domingos abrigava os estudantes universitários. Na praça, em frente à Igreja, está a tumba de Rolandino Passaggeri, célebre mestre de direito e corregedor da Companhia dos Notários, datada de 1305. No convento, conserva-se uma coleção de documentos de história e de arte sacra, verdadeiramente extraordinária, tanto pelo número, como por sua qualidade. Dentro da Igreja, na nave esquerda, no terceiro altar, encontra-se uma pintura de São Raimundo Peñafart, que preparou as Decretais de Gregório IX, promulgadas em 1234, e, no vestibulo lateral, a tumba de Alessandro Tartagni, também jurista, datada de 1477.

Também funcionou a Universidade na Igreja de São Francisco, hoje, na praça Malpighi. Esta Igreja começou a

ser construída em 1235 e terminada em 1254. A Igreja era vasta e articulada como uma catedral, em estilo gótico, logo passou a abrigar os alunos de Medicina e Artes. Como lembrança universitária, temos, aqui, várias sepulturas de mestres do “Studium” bolonhês. Convém, entretanto, assinalar que, apesar de ser centro de alunos de Medicina e Artes, os túmulos mais célebres, aqui, são os dos três glosadores, mestres, portanto, de direito romano: Acúrsio e seu filho Francisco, Odofredo e Rolandino dei Romanzi.

Somente em 1563 é que a Universidade de Bolonha passa a ter um prédio próprio, o “Archiginásio”, reunindo, aí, os alunos de Artes, Medicina e Direito.

4. A Universidade de Paris não fugiu à regra. As escolas encontravam-se, sobretudo, nos contrafortes da colina Sainte Geneviève, na rua do Fouarre, no “Clos Bruneau”. Os cursos, à semelhança de Bolonha, eram dados em Salas alugadas pelos mestres e as assembléias, os debates solenes, os exames, as cerimônias realizavam-se em Igrejas ou Conventos, sobretudo, nos Conventos cirtercienses e dominicanos. A Universidade, em Paris, usava, normalmente, a Igreja Saint Julien-le-Pauvre, a Igreja dos Mathurins, a grande Sala do bispado.

E já que estamos falando de uma Universidade francesa, convém acrescentar o que aconteceu com a Universidade de Montpellier, no sul. Ali, as três “Universidades” concentraram-se, cada uma, ao redor de uma Igreja, que servia para suas assembléias. Os médicos reuniram-se na Igreja de São Firmin, no coração da velha cidade. Já os alunos da Faculdade de Artes reuniam-se na Igreja de Sainte Foy. Enquanto que os juristas ficavam na Igreja de Sainte Eulalie, no bairro do Peyrou. Como se vê, mais um testemunho significativo, por se tratar de uma Universidade antiqüíssima e que nasceu “espontaneamente”.

Mas, interessante mesmo é a maneira como a Universidade de Paris atingiu sua unidade física, se é que podemos dizer que, realmente, conseguiu, pois, até o século

XIX, a situação continuava semelhante à medieval, com estudos itinerantes. Pelo menos, no que diz respeito à Teologia, que era a principal parte dos estudos, naquela Universidade, começou a haver um local fixo, para estudantes e professores. Tudo começou com um fazendeiro de um pequeno vilarejo das Ardenes, região setentrional da França. O nome do fazendeiro era Robert, proveniente de Sorbon, daí, Robert de Sorbon. Robert estudou na Universidade de Paris, chegando mesmo a se tornar clérigo. Durante seus estudos viu a dificuldade que enfrentavam os estudantes, sobretudo, quando na fase de cursar a Teologia, devido ao longo tempo ali expendido. Por isso mesmo, Robert, por volta de 1254, já, portanto, concluído seu curso, teve a idéia de fundar um “colégio”, isto é, uma casa para abrigar estudantes pobres, justamente para enfrentar o longo tempo de estudos teológicos. Nessa época, já havia quatro ou cinco “colégios” semelhantes. Assim, ele se tornaria um benfeitor, instituindo um local e rendas suficientes para esses estudantes, daí o nome de “Sorbonne”. Robert comprou uma propriedade na rua Coupe-Gueule, hoje rua da Sorbonne, paralela à rua Sainte Jacques, sendo que a propriedade, casas e granjas, vinham do fundo do convento Saint Jacques indo até ao Palácio das “Thermes”, hoje as termas, ditas romanas, de Cluny, portanto, na margem esquerda do Sena. Robert aproveitou outra propriedade contígua, com várias casas, já que o Rei Luís IX havia desistido de construir, aí, um Convento ou, talvez, um hospital. O fato é que, por volta de 1257, embora ainda inacabado, começava a funcionar o “colégio”, sendo Robert seu primeiro provedor, até sua morte em 15 de agosto de 1274. Como se vê, o Colégio de Sorbonne, inicialmente, era, apenas, uma residência para estudantes pobres, não pertencia à Universidade. Mas, tendo em vista suas ótimas instalações, inclusive excelente biblioteca, esta última podendo ser consultada pelos estudantes da Universidade, mesmo não sendo residentes do “Colégio”, fez com que, ao longo do tempo, as aulas de Teologia passaram a ser ministradas nas dependências do Colégio e, mais tarde, por volta dos

séculos XIV e XV, o “Colégio de Sorbonne” irá se constituir, apesar de independente da Universidade, o centro permanente dos estudos teológicos, sendo, portanto, a primeira parte física daquela instituição, passando, depois, a se confundir com a própria administração da Universidade. De fato, somente em 1809, quando Napoleão Bonaparte, querendo acabar com a influência religiosa dentro da Universidade, em vez de fortalecer a posição do “Colégio”, a essa altura, abrigando, praticamente, a administração central e vários estudos, além dos teológicos, como se pensava à época, Napoleão optou pela construção de um “palácio” para a “Universidade Imperial”, sendo escolhido o local chamado Chaillot, ao longo do cais, formando uma fachada de quatrocentos metros de comprimento, situado entre a Escola Militar e os Inválidos. Estava previsto que esse “palácio” acolheria as faculdades acadêmicas, mais a Escola Normal, a Academia de Belas Artes, uma “casa” para os Aposentados e os serviços acadêmicos.

Não vingou esse projeto. O fato é que as Faculdades continuaram no quarteirão latino, tendo o “colégio” como centro, a essa altura, confundindo-se com a própria Universidade, apesar da organização nova, dada por Napoleão, à Universidade. Enfim, o que podemos dizer é que a base física da Universidade de Paris, sem falar nos prédios espalhados pelos arredores da cidade, continua sendo o antigo Colégio de Sorbonne, que, na realidade, sofreu uma reconstrução, a partir de 1885, considerada a “primeira pedra” da sede acadêmica e de todas as faculdades existentes, agora com o nome definitivo de Universidade da Sorbonne e, assim, continua até hoje.

5. Outro exemplo interessante, para se verificar como surgiu sua base física, é a Universidade de Salamanca. Esta Universidade foi fundada, em 1218 ou 1219, por Alfonso IX. Como houve a reunião dos reinos de Castela e Leão, e como desaparece o “Studium” fundado em Palência, nesse mesmo século XIII, Salamanca se torna o centro universitário por excelência de toda a Castela, e, podemos dizer, de toda a Espanha, quando sobrevém a unidade nacional com os reis católicos, Fernando

e Isabel. Sendo uma Universidade “criada”, isto é, sua existência é posterior ao ato de fundação, era de se supor que, ao ser fundada, houvesse já um local destinado a seu funcionamento. Mas, apesar de Alfonso IX dizer que, no tempo de seu pai, as escolas foram estabelecidas com casas e outras coisas, o que se sabe é que, também, em Salamanca, nos séculos XIII e XIV, a Universidade se serviu de Igrejas e Conventos, para seu funcionamento. Nesses dois séculos, como Bolonha e Paris, a Universidade utilizou, para seus fins, dependências eclesiásticas, especialmente catedralícias, e, em algumas delas, celebravam-se, desde a segunda metade do século XIV, importantes cerimônias, como, por exemplo, colação de graus, na Capela de Santa Bárbara, que estava situada no claustro da Catedral Velha, contígua, hoje, à Catedral Nova. Somente por volta de 1411 é que vai começar a construção de um local que abrigue todos os estudos universitários. O local escolhido foi em terrenos próximos à Capela de Santa Bárbara, portanto, próximos à Catedral Velha, atravessando a rua do Cardeal Plá y Daniel, frente à portada da Catedral Nova, levantada esta no século XVI. A construção deste edifício somente se efetivou por volta de 1415 e 1433. Trata-se do famoso edifício cuja fachada plateresca está voltada para a rua dos Livreiros e reconhecida, pelo mundo inteiro, como magnífica obra de arte. Nesse famoso edifício, depois de se atravessar o saguão gótico, deparamo-nos com as salas das “aulas gerais”, isto é, Direito Civil, Direito Canônico e Sacra Teologia e Medicina. Além dessas salas, aí, também, no andar térreo, se encontram, a antiga capela e o claustro. No andar superior está a belíssima biblioteca antiga. Além desse prédio, que é conhecido como das “Escolas Maiores”, existe, também, em frente, o prédio das “Escolas Menores” e o do Hospital do Estudo. As Escolas Menores foram construídas por volta de 1611 e o Hospital, logo depois de 1413. Como se vê, somente com essas construções é que se dá a unificação dos estudos universitários Salamanquinos, concretizando uma base física para eles.

6. Por último, gostaríamos de fazer referência à Universidade de Oxford, na Inglaterra, por nos parecer uma das mais típicas, no que diz respeito a sua base física de funcionamento. Nenhuma referência se conhece a respeito do lugar onde funcionava essa Universidade. Apenas se sabe que, por volta de 1167, muitos estudantes, expulsos de Paris, dirigiram-se a Oxford. E, por esse mesmo tempo, o rei Henrique II proibiu a todos os clérigos cruzar o Canal da Mancha, o que fez crescer o número de estudantes em Oxford. Sabe-se, também, que a Universidade de Oxford organizou-se à maneira da de Paris e com Inocêncio IV, 1243-1254, ficou sob sua proteção apostólica. Todos os caminhos nos conduzem a pensar que, jamais, a Universidade teve um local unificado para seus estudos. De fato, fazendo o rastreamento histórico desses estudos, verificamos que, desde sua fundação, em 1250, somente existiram, em Oxford, seus famosos Colégios. Assim, dentre os mais antigos: Balliol (1250), Merton (1262), University (1249), Trinity (1286), Exeter (1314), Oriel (1326), The Queen's (1340), New College (1379), Lincoln (1427), St. Johns (1437), All Souls (1438), Magdalen (1458), nenhum deles acusa ter servido como principal centro de funcionamento da Universidade, ainda que parcialmente. Todos eles são independentes, inclusive o "University College", sendo este igual, em "status", a todos os outros, não podendo seu nome induzir que seria a "Universidade", como, às vezes, se acreditou. Isto nos leva a crer que cada Colégio tinha, e continua tendo seus estudos, como se fosse uma "Studium Generale" independente, enquanto a "Universidade", desde o início, não passava, e não passa até hoje, de um corpo que examinava e conferia graus.

Por isso, até hoje, quando se está em Oxford, à pergunta que se faz: "onde está a Universidade?", a resposta é: "em lugar algum e, ao mesmo tempo, por toda parte".

Fontes bibliográficas

1. **ÁLVAREZ, Fernandez Manuel; Luís E. Rodríguez San Pedro; Julián Álvarez Villar – La Universidad de Salamanca;** Ediciones Universidad; Salamanca.
2. **CROSBY, Alan – Seeing Oxford;** Leo Book Ltd.; Oxford.
3. **ESPOSTI, Giancarlo Roversi; Oriano Tassinari Cló; Fábila Zanasi – Bologna – Alma Mater Studiorum.** Edizioni Italcards – Bologna – Italy.
4. **GONZÁLEZ, José Ramón (Nieto) – Universidad de Salamanca – Escuelas Mayores;** Ediciones Universidad; Salamanca.
5. **HAYTER, William – Oxford, the Golden Heart of Britain – Thomas Photos;** Oxford.
6. **VILLOSLADA, Ricardo Garcia – História de la Iglesia Católica Edad Media;** BAC; Madrid.
7. **PITTE, Jean Robert (dir.) – La Sorbonne au Service des Humanités – PUPS;** Paris.
8. **VERGER, Jacques – As Universidades na Idade Média;** Editora UNESP; São Paulo; 1990.
9. **VILLAR, Julián Álvarez – El Patio de Escuelas de La Universidad de Salamanca;** Ediciones Universidad; Salamanca.
10. **VILLAR, Julián Álvarez – La Universidad de Salamanca – Arte y Tradiciones;** Ediciones Universidad; Salamanca.

DISCURSO DE POSSE DE
ADELAIDE ROGÉRIO DE REZENDE
NA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO,
em 09/07/2008.

Prezadas confreiras, prezados confrades, senhoras e senhores

Ao compartilhar com todos aqui presentes este momento tão singular na minha vida, devo dizer que me sinto honrada em passar a conviver com tão ilustres personalidades do meio educacional, ciente do compromisso que ora assumo de, cumprindo a Missão da Academia Baiana de Educação, "cooperar com o crescimento da educação baiana".

Quero expressar o meu melhor agradecimento a todos os Acadêmicos que acolheram o meu nome para ocupar a cadeira nº. 02, sucedendo ao prof. Dr. Jair de Oliveira Santos, alçado à condição de Membro Emérito desta Academia, cujo patrono é o Dr. Alfredo Britto.

O Professor Alfredo Thomé de Britto, conhecido como o Apóstolo das Ciências Médicas, segundo o Dr. Antonio Carlos Nogueira Britto, Vice-presidente do Instituto Bahiano de História da Medicina e Ciências Afins, até hoje ilumina a medicina baiana.

Na sua trajetória acadêmica, cujo ingresso no Curso Médico se deu em 1880, foi interno de Clínica Cirúrgica; Adjunto da Primeira Cadeira de Clínica Médica, ambos por

concurso; Lente substituto da Sétima Seção; Lente catedrático de Clínica Propedêutica (1893 a 1909).

Na sua passagem pela Faculdade de Medicina da Bahia, da qual foi Diretor no período de 1901 a 1908, deixou exemplo de abnegação e de dedicação ao lado de marcantes realizações.

- Organizou o Serviço Clínico de Psiquiatria, promovendo a construção de um pavilhão especial, no Asilo S. João de Deus, que mais tarde tomou o nome de Pavilhão Alfredo Britto.
- Autorizou a construção dos pavilhões necessários para o serviço de clínica obstétrica, em terreno nas vizinhanças do Hospital Santa Izabel, hoje a Maternidade Climério de Oliveira.
- Equipou uma sala de hidroeletroterapia na antiga enfermaria de tuberculosos do Hospital Santa Isabel.
- Criou o Instituto Clínico, ao lado do Hospital Santa Isabel, onde eram realizados exames, pesquisas e trabalhos práticos.
- Implantou o Serviço Médico Legal da Polícia que passou a ser feito no Pavilhão de Medicina Legal, posteriormente Instituto “Nina Rodrigues.

Quando, no dia 02 de março de 1905, um grande incêndio devorou grande parte das instalações da Faculdade de Medicina, incluindo a Biblioteca, o dinamismo e o prestígio político e social do Dr. Alfredo Britto possibilitaram que o processo de reconstrução se iniciasse logo no dia seguinte.

Estudioso e de mente inquieta, Alfredo Britto foi um pioneiro na medicina brasileira ao empregar, no Brasil, em 1897, a radioscopia para o diagnóstico em cirurgia, após ter instalado o primeiro aparelho de raio-X, na cadeira de Propedêutica Médica, da qual era catedrático, e que passou a funcionar no Hospital Santa Isabel.

Foi também pioneiro no mundo ao utilizar o exame radioscópico em cirurgia de guerra, na epopéia de Canudos, em 1897 e quem primeiro fez o diagnóstico de apendicite em doentes, no ano de 1898.

Mas Dr. Alfredo Britto era um homem voltado, também, para a produção científica, tendo deixado uma extensa bibliografia, iniciada, quando ainda estudante em 1884, teve seu primeiro trabalho publicado na Revista de Beneficência Acadêmica sob o título “Ação terapêutica do ferro e seus compostos”. Os arquivos registram 37 outros trabalhos, extraordinariamente ricos em conteúdo médico-científico, alguns dos quais abordando temas bastante atuais nos dias de hoje, a saber: “Apoplexia histérica”; “Frequência dos aneurismas da aorta na Bahia”; “Cremação dos cadáveres”; “Ensaio crítico sobre os principais processos de cardiometria clínica”, “Os raios-X em medicina e cirurgia. Seu valor clínico atual”, dentre outros.

Pesquisador, estudioso, preocupado com as questões médicas, teve participação efetiva nos movimentos, eventos e organismos representativos da classe médica, entre os quais podemos nominar:

- Presidente da recém-constituída Sociedade de Medicina da Bahia, em junho de 1908.
- 2º Secretário da Liga Bahiana contra a Tuberculose, fundada por Ramiro de Azevedo, em 1900.

- Presidente do 6º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, realizado em São Paulo, em setembro de 1907.
- Presidente do 4º Congresso Médico Latino Americano, realizado no Rio de Janeiro, de 1º a 8 de agosto de 1908.
- Patrono da cadeira nº 32 do Instituto Bahiano de História da Medicina, da cadeira nº 38 da Academia de Letras da Bahia e da cadeira nº 02 da Academia de Medicina da Bahia.

Dr. Alfredo Thomé de Britto faleceu ainda jovem, aos quarenta e três anos de idade, em Itaparica, onde se encontrava em tratamento de saúde.

E, citando mais uma vez Dr. Antonio Carlos Nogueira Britto “..... Alfredo Britto não morreu. Vive nas tradições de sua vida notável; vive na sua grandiosa e afamada obra da ressurreição da sua Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus; vive no monumento das suas virtudes e dos seus ideais; vive no reconhecimento dos seus pósteros, pois Alfredo Britto passou na terra como um justo e como um estóico e, gloriosamente, alou-se para a imortalidade. – A noite da morte não extinguirá as irradiações desse luzeiro”.

Nesta noite, com muita honra, sucedo ao prof. Jair de Oliveira Santos, Membro Emérito desta Academia, 1º. Titular da Cadeira nº. 02.

Médico, Pedagogo, fundador desta Academia Baiana de Educação; condecorado com a Medalha de “Honra ao Mérito” concedida pela FAMED/UFBA e com a de “Thomé de Souza” concedida pela Câmara de Vereadores de Salvador; “Educador do Ano 2002” por esta Academia; Diretor Fundador do Instituto Educacional Águia, hoje Colégio Versailles; Diretor Fundador da Faculdade Castro Alves; conferencista; autor de vários livros.

Ao falar sobre o prof. Jair de Oliveira Santos, me reporto a um estudioso que abraçou duas vocações para realizar-se, plenamente, como profissional e como pessoa: a Medicina e a

Educação e que, não satisfeito em tratar das questões docentes e de gestão acadêmica, buscou aprofundamento na Inteligência Emocional, cujos conceitos vem utilizando e aplicando nos seus centros de ensino.

Evidenciando, desde cedo, um acentuado perfil de gestor, o prof. Jair de Oliveira Santos ocupou as mais diversas funções acadêmicas junto à Faculdade de Medicina da UFBA, célula-mater da sua formação. Como Assessor Pedagógico, Vice – Coordenador e Coordenador do Colegiado de Curso teve destacada participação no Projeto de reestruturação Curricular do Curso de Medicina, de cuja Comissão de Currículo do Colegiado foi presidente no período de 1979 a 1981.

Mas a vocação educacional nunca abandonou o prof. Jair que, ainda acadêmico de Medicina se submeteu a concurso público para ser professor de Física no Ensino Médio, com total êxito. E já Bacharel em Medicina, paralelamente às atividades médicas desempenhadas, foi instrutor de ensino superior, auxiliar de ensino, professor assistente e professor adjunto.

Enquanto docente, o prof. Jair Oliveira dos Santos continua aprendiz, realizando uma série de pesquisas de cunho científico, participando de conferências, congressos, simpósios, culminando com a graduação em Pedagogia e subsequente pós-graduação em Administração Escolar.

Decide-se formalmente pela Educação.

Utilizando como campo de observação e de experimentação o Colégio Águia, desenvolve estudos sobre Educação Holística, Qualidade em Educação e Educação Emocional.

Ao instalar a sua Faculdade Castro Alves, projeto exitoso de educação superior, o Prof. Jair Santos adota, de forma pioneira, a Educação Emocional como eixo de referência para o Curso de Administração, estendida, em seguida, para os demais cursos, entendendo a importância da competência emocional no perfil do profissional deste século.

Como embasamento para a implantação da Educação Emocional no seu espaço educativo, e com o objetivo de subsidiar os educadores e a sociedade, em geral, sobre o autoconhecimento na busca da felicidade, pesquisou e publicou Manuais sobre as estruturas psicológicas do medo, do estresse, do controle da raiva, da tristeza, da autoconsciência, da comunicação, do relacionamento e, mais recentemente, os “Fundamentos da Ciência da Felicidade” que nos ensina “Podemos aprender a ser felizes se aprendermos a nos conhecer melhor e se desenvolvermos a capacidade de identificar e clarificar nossos valores”.

Meus amigos:

Vivencio esta solenidade com o coração cheio de alegria, mas também cheio de saudades de todos aqueles que fizeram parte do meu processo de crescimento pessoal e profissional e hoje se encontram em outra dimensão.

Faço uma especial referência a meu pai – Luiz Rogério -, que, abdicando da profissão glamorosa de médico e da atuação irretocável de político, optou por dedicar-se à educação para “cumprir o destino”, como bem o disse no seu Livro “O que tem de ser traz força”.

A ação educacional preenchia seus anseios de realização.

A vocação política de servir se traduzia na prática da Educação de Base, “que ensejava o contato com o povo e a realização de programas coletivos” (1982).

Campanha Nacional de Educação Rural, Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, Associação dos Municípios da Bahia, Colégio Santa Bernadete, Secretaria Municipal da Educação de Salvador, Conselho Estadual de Educação, Escola Baiana de Medicina, Departamento Cultural da UFBA, Faculdade de Educação da UFBA foram alguns dos projetos educacionais por ele desenvolvidos e que, pela estreita convivência que mantínhamos, se constituíram motivadores da minha opção profissional e

no “currículo oculto” que enriqueceu minha formação educacional.

Homenageio, portanto, aquele que foi “singular por ser múltiplo” e que, na sua integridade, nos legou valores tão caros nos dias de hoje: honradez, firmeza de caráter, respeito e solidariedade.

Assumo uma cadeira nessa Academia com a expectativa de muito contribuir, mas também de continuar me aperfeiçoando na companhia de muitos mestres que aprendi a querer bem, dentre os quais destaco minha querida D. Leda Jesuíno, nossa Presidente de Honra, Educadora Emérita da UFBA, uma das maiores lideranças educacionais da Bahia.

Pela liderança de D. Leda, como aluna do Colégio de Aplicação da UFBA, no qual ingressei pela via do exame de admissão, vivenciei uma das melhores e mais ricas experiências de minha vida, sob a prática de uma pedagogia da autoridade sem autoritarismo. Da liberdade sem licenciosidade. Do respeito com amorosidade. Da autonomia com responsabilidade. Da ética da solidariedade. E cujo objetivo central era educar para a liberdade, para a felicidade, para uma vida melhor e mais equilibrada.

Devo fazer referência àquelas pessoas e instituições que contribuíram com a minha formação e que, por consequência, são responsáveis pela minha trajetória no campo da Educação e pelos aprendizados construídos.

Devo, também, agradecer aos muitos amigos que venho conquistando no decorrer desses anos de lida com a Educação e com os quais continuo “aprendendo a conhecer”, “aprendendo a fazer”, “aprendendo a viver juntos”, “aprendendo a ser”.

Início fazendo um agradecimento especial à querida Maria Augusta Abdon, Educadora do Ano 2007, Acadêmica Titular da cadeira 17 que, na sua peculiar generosidade, fez a indicação de meu nome para ocupar uma cadeira nesta Academia Baiana de Educação.

Minha convivência com Maria Augusta, ou melhor, Tia SOE, como carinhosamente era chamada pelos seus alunos, começou quando, ainda estudante de Pedagogia, ingressei como estagiária junto com minha colega Nilza Maria, aqui presente, na equipe da Coordenação Pedagógica das Classes Experimentais do Colégio Central da Bahia, projeto de vanguarda da educação baiana, dirigido pela Mestra Leda Jesuíno.

Reencontrei Maria Augusta, alguns anos depois, na Faculdade de Educação, à frente do Núcleo de Orientação Educacional e Profissional e daí em diante estreitamos nossa convivência, que se fortaleceu após a transferência das atividades do Núcleo para o Centro de Informação Profissional – CIPRO, do Serviço de Seleção, do qual era Diretora. E se solidifica a cada dia.

Os dois anos nas Classes Piloto foram de profícuo aprendizado onde participei de ricas experiências metodológicas.

Onde vivenciei a prática de uma educação libertária - humanista, cujos princípios basilares se constituíam em oferecer aos alunos da escola pública “iguais oportunidades para se tornarem homens livres e capazes de pensar livremente, refletir, criticar, equilibrar-se entre o bem individual e o bem comum e capazes, sobretudo, de descobrir o significado de suas próprias vidas, num esquema de comportamento não meramente tecnológico, mas enfrentando as questões humanas fundamentais”(1988).

Hoje posso dizer que, nas Classes Experimentais, fiz uma Especialização antes de concluir a Graduação, tantas e tão importantes foram as aprendizagens na convivência de profissionais, como Terezinha Guimarães, Pedro Sarno, Judth Miranda, Jolândia Serra Villa, Judite Endraos, Alice Costa!

Ah! Alice Costa! A grande mestra da Psicologia! Enquanto ensinava as Teorias da Inteligência, as Tipologias de Kretschmer nos ensinava, também, a conviver! A entender o mundo e a entender o outro.

Não posso deixar de, neste momento, prestar a minha homenagem à D. Alice e de evidenciar a minha gratidão. Pelas

suas mãos ingressei nas Classes Experimentais e no SENAC - Regional Bahia, também como estagiária na Coordenação Pedagógica dos Cursos Profissionalizantes, assumindo, em seguida, a Coordenação Pedagógica do Centro de Formação Profissional, depois a Direção do Colégio Silvino Marques e, posteriormente, a Direção do Centro de Formação Profissional Artur Fraga.

O SENAC foi uma grande Escola!

Paralelamente à atividade no SENAC, iniciei minha atividade docente na Faculdade de Educação da UFBA, onde ingressei à convite da querida Dilza Atta, para substituí-la na disciplina Currículos e Programas. Agradeço a Dilza por ter me imposto este desafio quando, com apenas 21 anos de idade, me vi diante de uma turma de 53 jovens irrequietas, contestadoras, muitas até mais velhas que eu, que me obrigavam a adotar as mais diversas metodologias para mantê-las motivadas e participantes. Fiz amizades que permanecem até hoje.

É desta época, também, a minha rica experiência como assistente técnica e como professora dos cursos promovidos pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino – PREMEN -, sob a competente coordenação da profa. Maria Anália Costa Moura, titular da Cadeira 8.

- No percurso da minha atividade docente, fui aprendendo que ensinar não é só transferir conhecimentos e conteúdos.
- Que, respeitando a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos alia-se à formação moral do educando.
- Educador e educando detêm saberes diferentes e são parceiros no esforço de aprender e construir conhecimento.
- Descobri, com Paulo Freire, que “quem ensina aprende ao ensinar e que quem aprende ensina ao aprender”.

- E que Educar é, também, formar, e que como “formador”, o respeito à autonomia, à identidade e à dignidade do educando é um imperativo ético da prática docente.
- E que a prática educativa ética deve se constituir o exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos.
- Que tão importante quanto o ensino dos conteúdos é a atitude coerente do docente na classe. A coerência entre o que diz, o que escreve e o que faz.
- Que cada pessoa constrói, durante sua trajetória de vida, um saber que integra sua bagagem. Essa diversidade de “saberes” é uma riqueza a ser compartilhada.
- Percebi que aprender é uma aventura criadora.
- É construir, reconstruir, constatar para mudar, e que o processo de ensino só se concretiza efetivamente, quando o aprendiz se torna capaz de recriar, de refazer o ensinado e de ter um novo olhar sobre os fatos e as coisas, intervindo e transformando a realidade.

Sou também grata à Profa. Maria Stella Pitta Leite – Bibliotecária por graduação acadêmica, mas Humanista de formação, que, nos idos de 1976, sem me conhecer, confiou na indicação de duas ex-alunas minhas da FAGED, e me convidou, recém-chegada de Belo Horizonte onde cursei o Mestrado em Planejamento e Administração do Ensino Superior, para chefiar a Seção de Seleção do Serviço de Seleção, Orientação e Avaliação da UFBA e, posteriormente, para substituí-la na Direção deste Serviço, quando assumiu a Secretaria de Educação do Município de Salvador, à convite do então Governador do Estado, nosso presidente Prof. Roberto Santos.

Esse foi o começo do meu envolvimento com os processos de seleção e com a gestão acadêmica.

Devo reverenciar, ainda, os Magníficos Reitores Augusto Mascarenhas, Luis Fernando Macedo Costa, Germano Tabacoff, Rogério José da Costa Vargens, com os quais tive a honra e o privilégio de trabalhar. Aos dois primeiros, reverencio as memórias. A Dr. Germano e a Rogério, companheiros nessa Academia, o meu muito obrigada pela confiança e pelo respeito sempre demonstrados ao trabalho que desenvolvemos à frente do SSOA.

Foi também à frente do Serviço de Seleção que tive a oportunidade de conviver com duas figuras humanas singulares: Dr. Orlando Figueiras Sales e Prof. Fernando Fonseca e de usufruir do carinho e da amizade de Adelaide Mussi Santos, Lícia Regina Moreira e de Ana Helena Hiltner de Almeida, “minhas Superintendentes Acadêmicas”, às quais sou também grata não só pelas orientações recebidas, mas pelos apoios irrestritos no enfrentamento de alguns dos grandes desafios profissionais vivenciados: implantação de novos modelos de concurso vestibular, passeatas de pais de alunos, insatisfação de professores dos cursinhos, correção de resultados de Concurso....

E foi durante essa trajetória de 16 anos à frente do Serviço de Seleção, Orientação e Avaliação da UFBA que estreitei minha convivência com a Profa. Nadja Viana. Com a simplicidade dos competentes e a serenidade dos sábios, Nadja é hoje uma referência nacional em Educação Superior e uma das mais lúcidas lideranças educacionais da Bahia.

Quero, nesta oportunidade, externar o meu especial apreço a esta amiga fraterna com cujos valores éticos e morais compartilho e em quem confio minhas inquietações em relação às políticas educacionais brasileiras e onde busco o aprendizado que me falta. E agradecer, de coração, pela saudação de acolhida nesta Academia Baiana de Educação, permeada de tanto carinho, e que muito me sensibilizou.

No Serviço de Seleção, entendi que a autoridade se fortalece e se torna melhor aceita pela evidência do conhecimento,

da competência técnica, e da habilidade em lidar com a área de conhecimento trabalhada e com as pessoas envolvidas.

Nesse sentido, aprofundei estudos sobre os processos de seleção, as escolhas profissionais, o mercado e o mundo do trabalho. Sobre a formação, o desenvolvimento e a gestão de equipes de trabalho.

A equipe, melhor que o grupo, trabalha por um projeto coletivo, reconhece as contribuições individuais e vibra com o resultado total.

Constituindo uma equipe de profissionais tecnicamente capacitados, e comprometidos com o seu trabalho, e de professores altamente competentes nas suas áreas, foram possíveis as muitas experiências educacionais ligadas à Avaliação, ali concretizadas.

Embasados numa concepção de educação transformadora, os modelos de seleção implantados consideravam o processo seletivo parte do processo educacional e, como tal, fortemente influenciado pela prática educativa do Ensino Médio e igualmente comprometido com a prática educativa do Ensino Superior.

Rompendo paradigmas, implantamos novos modelos e novas formas de seleção de alunos, criando uma outra cultura avaliativa na qual os resultados dos processos seletivos, ao serem socializados, forneciam informações sobre os processos pedagógicos.

Os processos seletivos passam, então, a se constituir um instrumento referencial à tomada de decisão e de apoio às definições de natureza pedagógica, administrativa e estrutural das Escolas de Ensino Médio, principalmente da Rede Privada.

Mas as mudanças também precisam ser aprendidas. E eu aprendi a lidar com trabalhos gráficos; com os processos de logística, com as questões tecnológicas e de segurança do vestibular e todos os seus desdobramentos; a lidar com os diversos públicos interessados: alunos/candidatos e suas famílias; diretores

e professores de escolas; professores e donos de cursinhos, criando nova forma de relacionamento com a comunidade de ensino pautada no diálogo e na transparência, e tendo, como consequência o respeito dessa mesma comunidade.

Respeito que foi essencial quando, ao me aposentar das atividades da UFBA, pude me lançar em um novo empreendimento educacional - a CONSULTEC, para desenvolver consultoria educacional e realizar processos de avaliação.

Quero evidenciar, neste momento, o apoio do Prof. Manoel Barros, titular da cadeira n^o 31, que foi o conselheiro que muito contribuiu com sua experiência empresarial para a implementação desse meu novo projeto de vida, e que sempre confiou os processos seletivos da sua UNIFACS à nossa empresa, estendendo, também, o meu agradecimento aos professores Antonio de Pádua e Marcelo Rocha, confrades titulares da cadeira 38, clientes/parceiros desde a primeira hora.

A CONSULTEC representa a continuidade do meu encantamento e da minha identidade pela Educação, se constituindo a oportunidade de pôr em prática os aprendizados incorporados e as vivências absorvidas, de buscar novas aprendizagens e disseminar os princípios educacionais de valorização do indivíduo e de promoção da igualdade de oportunidades.

Sintonizada com as exigências da contemporaneidade, no grande Laboratório, que é a CONSULTEC, buscamos fundamentar nossa prática pedagógica nas recomendações do Relatório para a UNESCO, da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, cujos quatro pilares do conhecimento permeiam o marco teórico conceitual dos projetos realizados, sejam de seleção de alunos e de pessoas, sejam de estruturação de instituições de ensino, sejam de avaliação de aprendizagem, ou de cursos de capacitação profissional.

Nessa prática, não perdemos de vista que a Educação tem um papel essencial no desenvolvimento contínuo, tanto das pessoas como das sociedades e deve criar as possibilidades e

oportunidades para que o indivíduo, implementando a construção do seu projeto pessoal, contribua também para a construção do projeto mundial, participando efetivamente na obra coletiva e na vida em sociedade e da construção dos ideais de paz, de liberdade e de justiça social.

Agradeço a Itana Marques, minha sócia, pelo seu companheirismo e efetiva participação nesta jornada de descobertas e de crescimento pessoal e profissional, e a toda a equipe da Consultec pelo apoio nestas conquistas!

Ao encerrar esta saudação, quero fazer um agradecimento especial aos meus irmãos pelo estímulo permanente e a meu núcleo familiar, onde me fortaleço e encontro aconchego, ternura, compreensão, solidariedade, enfim, felicidade: Mário, companheiro de mais de quarenta anos; meus filhos Bernardo, Gustavo e Mariana pela cumplicidade e pelo cuidado permanentes; à Juliana e Fabrícia, minhas noras e a meu genro Marcelo pelo carinho que me dedicam, e aos amados Maria Luiza e Bernardo Filho, meus netos, que me encantam a cada momento. A eles, agrego minha mãe, Maria Amélia, que, na lucidez de seus 91 anos, continua me dando lições de vida.

Vocês sabem quanto são importantes na minha vida!

Como bem disse o prof. Edivaldo Boaventura, nosso Acadêmico Emérito: “Academia é honraria, mas é também serviço, que pede assiduidade, trabalho, produção....” E eu estou aqui para servir à Academia e continuar servindo à Educação!

Muito obrigada!

PALESTRA DO PROF. DR. ÂNGELO LYRIO ALVES DE ALMEIDA, no Instituto Central de Educação ISAIAS ALVES (ICEIA), no dia 31 de agosto de 1988, em comemoração ao 1º Centenário de Nascimento do Prof. Dr. ISAIAS ALVES DE ALMEIDA, transcorrido a 29 de agosto de 1988. TAMBÉM DISCURSO DE POSSE DO MESMO PROFESSOR, ÂNGELO LYRIO ALVES DE ALMEIDA, COMO ACADÊMICO DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO.

Atendendo à designação do Presidente da ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO, PROF. DR. HERMANO JOSÉ DE ALMEIDA GOUVÊIA NETO, Professor desta Casa, dirige-vos o desataviado verbo, nesta sessão solene, comemorativa do 1º CENTENÁRIO DE NASCIMENTO, do PROF. DR. ISAIAS ALVES DE ALMEIDA, ao ser recebido, com muita honra, como membro dessa ilustrada Agremiação cultural de Educadores. Ferindo, sem dúvida, os ditames regimentais, que me indicavam, tradicionalmente, analisar a personalidade do Patrono da Cadeira, em que, nesta mesma data, sou investido, o saudoso e eminente Professor de Medicina, Dr. Antônio Pacífico Pereira deixou de fazê-lo, de comum acordo, para que tal se dê, em uma próxima sessão ordinária da ACADEMIA.

Hoje, dedicar-me-ei à pessoa do Pai, jamais olvidado, educador emérito, nome tutelar deste grande INSTITUTO, padrão de formação educacional e profissionalizante, voltado para o magistério de 1º grau, o mais abundante educandário baiano. Falarei sobre aquele que, ao assumir a Secretaria da Educação e Saúde do Estado, em março de 1938, na Interventoria LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA, encontrou o então “INSTITUTO NORMAL DA BAHIA”, sucessor da ESCOLA

NORMAL, ainda implantado no velho casarão da Av. Joana Angélica, antes da “garganta” existente, denominada “Caquende”. A atual sede, ao Barbalho, planejada, programada e iniciada, em sua construção, pelo GOVERNO JURACY MAGALHÃES, estava no meio do caminho. Concluiu-a. Equipou-a. Contratou professorado, pessoal técnico e de apoio. Inaugurou-a, juntamente com a Escola modelo “GETÚLIO VARGAS”, destinada à aplicação dos estudos normais que, no Instituto, se abeberariam. Seu catedrático efetivo, desde 1931, por nomeação do próprio interventor JURACY MAGALHÃES para a cadeira de “PSICOLOGIA EDUCACIONAL”; o “INSTITUTO”, em 1957, por proposta majoritária de sua Congregação, encabeçada pelo inesquecível Amigo, professor, historiógrafo e jornalista, LUIZ MENEZES MONTEIRO DA COSTA, passou a intitular-se “INSTITUTO NORMAL ISAIAS ALVES” (INIA), mediante Decreto do GOVERNADOR ANTÔNIO BALBINO DE CARVALHO FILHO, lavrado no 70º aniversário de nascimento do Professor-patrono, a 29.08.57, faz, portanto, 30 anos, quando, por implemento de idade, caiu ele na aposentadoria denominada “compulsória”. Posteriormente, viria a chamar-se INSTITUTO DE EDUCAÇÃO e finalmente, por força da LEI ORGÂNICA DO ENSINO (nº 1.963-A, de 20.08.63) teria a atual designação, como órgão-padrão, para todo o Estado.

Os amáveis presentes ouvirão breve e simples depoimento, sob o título de “ISAIAS, MEU PAI”, provavelmente, o cerne de trabalho de fôlego mais alentado, a ser produzido e editado. Conto com vossa bondosa tolerância, para esta despretenhosa biografia e sumária análise, porquanto, indubitavelmente, a data centenária mereceria melhor cronista.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Primogênito, numa estirpe de nove (9) irmãos, sendo sete varões e das meninas, nasceu ISAIAS ALVES DE ALMEIDA, em Santo Antônio de Jesus, Bahia, a 29 de agosto de 1988. Em período tumultuário de nossa história, quando, após a Guerra do Paraguai, iniciada, também, para reafirmação do prestígio e a hegemonia política do Império do Brasil, nas plagas platinas; acelerava-se o processo sócio – político – econômico das mudanças que o final do século XIX representaria, para esta Nação. O manifesto Republicano de 1970; os espíritos liberais e tolerantes de D. Pedro II e da Regente Isabel; as justas reivindicações, em prol da manumissão dos escravos; o grave abalo sócio-econômico, decorrente da IMPREVISÃO com que os Governos imperiais e provinciais, bem assim as classes produtoras, trataram o problema, facilmente calculável, da alforria geral da mão-de-obra servil. Para cumular, a existência de fatores outros, de natureza política, militar e religiosa, gerou o clima propício à grande mudança do novembro de 1889. Pouco ou quase nada se programara, no tocante à MOBILIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA, urgente, que se deveria ter encetado, nas proximidades do evento histórico de 13 de maio de 1888. Medida necessária, porque retardada, inexplicavelmente, de décadas, desde quando se proclamara a INDEPENDÊNCIA, ou logo após. Mesmo antes de a Inglaterra, doublé de sócia no tráfico e de “rainha dos mares”, procura alterar as regras do jogo e impor, militarmente, o Bill Aberdeen. No entanto, a tradicional IMPREVIDÊNCIA brasileira, aliada a cupidez dos Senhores feudais, mesmo diante do acirrado debate nacional, no anquilosado Senado Vitalício, na Assembléia Geral do Império, nas provinciais; os embates da “Campanha Abolicionista”, na grande imprensa e dentre os meios ditos intelectuais – poetas, escritores e artistas – ainda assim, a

medida libertária pegava de surpresa os proprietários de imóveis rurais – sobretudo esses. O experimento imigratório era ainda trôpego e incipiente. Não se tem notícia de plano ou programa destinado a assimilar o elemento escravo, aculturá-lo, dar-lhe condições razoáveis de vida, para o exercício do labor cotidiano. Seria demais, esperar por isto...

Daí o caos em que este país se engolfou, no término da década de 80 e no início da de 90, agravado pela política econômica e a financeira, do início da República, quando se pensou que a mera permuta de regime político haveria transmutado a face do Brasil produção... Seria impossível alterar as regras das leis do Mercado, sem sensíveis lesões econômicas e sociais. Os reflexos da IMPREVISIBILIDADE estão registrados, no que toca ao meio rural nordestino, nas páginas memoráveis de um baiano ilustre, XAVIER MARQUES, Membro das Academias de Letras do Brasil e da Bahia, em seu primoroso e emocionante livro, “AS VOLTAS DA ESTRADA”.

Pois ISAIAS ALVES veio ao mundo, exatamente, em etapa de tal conturbação, assistindo à destruição parcial dos negócios paternos e nas fazendas de engenhos de açúcar e de café, dos parentes mais chegados e de outros... Tudo marcou-lhe, quem sabe, profundamente, o modo de ser. Amoroso, dadivoso; primogênito, porém com muitos irmãos, cedo compreendeu o valor e a necessidade da autonomia de movimentos e a contenção de gastos. Vida interior rica, era um aparentemente tímido, conquanto dotado de enorme coragem e aptidão para o trabalho diuturno e os estudos, aos quais se debruçou, por inteiro, no afã de lapidar aquela excelente matéria prima, da qual Deus e a natureza o dotaram. Viva inteligência, capacidade invulgar, no apreender e no elaborar os assuntos, não só as matérias didáticas, mas aquelas outras, nas quais enveredava, graças a sua extraordinária capacitação verbal e no uso da expressão lingüística, sobretudo. Tendo,

ao longo de sua vida, aprendido a ler, falar, e escrever, além do Português: francês, inglês, alemão, italiano, castelhano, russo e tendo conhecimentos extensos de Latim e de Grego antigo. No background daquela aparente carência afetiva, latente, por multiplicitude de fatores, estava, de quando em quando, certa dose de agressividade, como que um mecanismo de defesa, elaborado, inconscientemente, para não exhibir, com inteira transparência, a bondade d'alma de que, por igual passo, era portador. Era uma época em que os “homens de responsabilidade”, assim ditos, deveriam ser soi disants “austeros”, “severos”. Como se a doçura do espírito, por exemplo, de um buddha, não edificasse, muito mais do que carradas de “austeridades”... Provavelmente, esses aspectos mais profundos de personalidade tenham sido mais acarretados, pelo fato de não haver abraçado, em verdade, a profissão do Direito; mas se entregue, por inteiro, de corpo e alma, à educação e ao magistério, no trato com a juventude, como um AUTODIDATA. Muito jovem, tendo que dirigir outro jovem, alguns quase de sua idade e professores, muitos deles, em faixa etária bem mais avançada do que a sua. Os esforços de ajustamento, eram, portanto, dentro do autodidatismo – titânicos.

Tanto tal nos parece fato, que ele, ao ir, nos idos de 1928, às próprias custas, estudar no TEACHER'S COLLEGE (FACULDADE DE EDUCAÇÃO) da UNIVERSIDADE DE COLUMBIA, em Nova York, e ao retornar, já em 1931, portador da pós-graduação em Educação – MASTER OF ARTS (MESTRADO) e o Diploma de Professor de Psicologia (INSTRUCTOR IN PSYCHOLOGY) tinha-se transformado, visivelmente. Deixara de ser um AUTODIDATA, na integralidade da palavra. Inexistia, ainda, no Brasil, Faculdade de Educação, pelas quais se batera, em 1909, em São Paulo, representando seus colegas da Faculdade de Direito da Bahia, em Congresso Nacional de Estudantes. Propugnara pela criação de Universidades, no

Brasil, onde maior espectro de oportunidades educacionais en-
jasse aos jovens estudantes, egressos dos “preparatórios” ou da
escola secundária, mais perfeita adequação vocacional. Além de
desenvolver, social e culturalmente, este país.

O quase menino ISAIAS, ainda rapazola, além de le-
cionar, competentemente, na escola primária do Ginásio Ipiranga,
desde 1904, ano de fundação desse colégio, já escrevia artigos
para o jornal de Santo Antônio de Jesus, “O PALÁDIO”, sendo
de recordar a bela e impressionante página, em que percorreu e
comentou a tragédia da explosão das caldeiras, seguida de nau-
frágio, com perda de 300 oficiais e marinheiros, do encouraçado
“Aquidaban”, capitânea da Esquadra Brasileira”, belonave-
símbolo, com referência a diversas passagens, inclusive a Revolta
da Armada, de 1983.

Suas primeiras palestras públicas, foram feitas, em
Santo Antônio de Jesus, Amargosa (cidade, onde, há esse tempo,
chegavam as pontas dos trilhos da E. F. de NAZARÉ) e outras
localidades da circunvizinhança; quando, ainda, Acadêmico de
Direito, entre 1906 e 1910. Tratava de problemas de elevado
interesse público.

Aos 23 anos incompletos, ou seja, a 27 de junho de
1911, já diplomado, mediante carta-circular conjunta, com o anti-
go proprietário, DR. ALEXANDRE PORPHIRIO DE
ALMEIDA SAMPAIO, comunicava aos diversos segmentos da
Sociedade Baiana a aquisição do Ginásio Ipiranga. Então, a esco-
la funcionava no “Corredor da Vitória”, nº 64, tendo sido, poste-
riormente, pelas injunções da conjuntura, transferido, em 1914,
para a Rua do Sodré, nº 43 – o “SOLAR DO SODRÉ” – trans-
formou-o, sem favor algum, no mais famoso estabelecimento de
ensino de Salvador; dotando-o de internato que chegou a ter mais
de 200 jovens, provindos de recantos vários da Bahia, Sergipe,

Piauí, Alagoas, Rio Grande do Norte e outras Unidades da Federação. O Externato, mais numeroso, era bem freqüentado, possuindo boa parte de estudantes contemplados, com bolsas, dadas pelo próprio Colégio. O Prof. Isaías, desapegado a dinheiro, fazia rigorosa questão de conservar sigilo, em torno de tais concessões.

O professorado era dos mais categorizados; aí se incluindo professores das Faculdades de Medicina, Direito, da Politécnica e os mais renomados, dos estabelecimentos oficiais. Ele próprio, professor e depois, livre docente de Inglês, em 1922, do Ginásio da Bahia.

Dentre seus ex-alunos, citaremos pouquíssimos, por óbvias razões:

HERMES LIMA – 1º Ministro do Presidente João Goulart; Ministro do Supremo Tribunal Federal; Catedrático da Faculdade Nacional de Direito e Membro da Academia Brasileira de Letras;

ALIOMAR BALEEIRO – Ministro e Presidente do Supremo Tribunal Federal; Deputado Federal e estadual; Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia;

JORGE AMADO e ADONIAS FILHO – Consagrados escritores, ambos, Membros da ACADEMIA DE LETRAS DO BRASIL;

ALOYSIO DE CARVALHO FILHO, NELSON DE SOUZA CARNEIRO, RUY SANTOS, LOURIVAL BATISTA, LANDULPHO ALVES (SENADORES);

ELMO SEREJO (Governador de Brasília, Distrito Federal);

CLEMENTE MARIANI, ANTÔNIO FERREIRA DE OLIVEIRA BRITO, VIEIRA DE MELO, NESTOR DUARTE, RÔMULO ALMEIDA e muitos outros – Ministros de Estado, Secretários do Estado, Deputados Federais e Estaduais;

NORBERTO ODEBRECHT – empresário e engenheiro;

LAYETTE PONDE – Reitor da UFBA, Presidente do Conselho Federal de Educação e Diretor das Faculdades de Direito e de Administração da mesma Universidade, e tantíssimos outros, de grande projeção, atual e passada, cuja enumeração, nesta solenidade, conquanto honrosa, para a memória do Mestre saudoso, e para nós, tornaria esta fala, ainda mais enfadonha.

Nos anos 20, mais e mais intensificou suas leituras, afeiçoando-se à literatura pedagógica e didática, aprofundando seu saber nessas áreas, contactando e apaixonando-se pelos testes, não só os projetivos, mas, especialmente, os de Inteligência, acerca dos quais tornou-se um expert. Pesquisou assuntos modernos e científicos, dentro nas centenárias paredes do Ginásio Ipiranga; criou um “CENTO DE PESQUISAS PSICOPEDAGÓGICAS”, no qual foi coadjuvado por alguns ex-alunos, que se tornaram seus grandes Amigos, sendo justo destacar: ANTÔNIO PITHON PINTO, depois médico, pedagogo, Diretor – Geral do Departamento de Educação. Na Interventoria Landulpho Alves; Master Of Arts em Educação, pela Universidade do North Carolina, nos

Estados Unidos da América e Catedrático da Faculdade de Filosofia e do ICEIA e Diretor deste. E FERNANDO PINTO DE QUEIROZ, Advogado conceituado, em Feira de Santana e Salvador e Secretário da Faculdade de Filosofia, em seus primórdios.

Em 1924, pelo transcurso do Centenário de nascimento de ABÍLIO CÉSAR BORGES, BARÃO DE MACAÚBAS, médico e educador baiano, lançou a 1º edição da “VIDA E OBRA DO BARÃO DE MACAÚBAS”, mestre de tantas exponenciais figuras de nossa história. Conceituado, inclusive, na Corte, onde D. Pedro II dedicava-lhe respeito e admiração. Tendo, no entanto, Raul Pompéia tentado caricaturá-lo, em seu “O ATENEU”.

A MATURIDADE

A partir desse 1º tomo, não mais estancaria a criatividade literária e científica do biografado. Desde 1927, quando divulgou, em “TESTE INDIVIDUAL DE INTELIGÊNCIA”, suas pesquisas, com test. de BINET e a mensuração do Q I de seus discípulos, até a fundação da Faculdade de Filosofia da Bahia; sua demorada liderança à frente da Secretaria de Estado da Educação e Saúde, serão outros prismas, acerca dos quais, ainda vos falarei, à guisa de pequeno ensaio, por determinação da Presidência da ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO e na esperança de, no futuro, poder formular trabalho mais metódicos e profundo, a ser impresso.

Embora o autodidatismo fosse uma das linhas mais flagrantes de sua imaginativa personalidade, como dito atrás, por contingência da conjuntura educacional, então existente, suas tomadas de posição e enfoques conceituais são, também, nitidamente, influenciados pelas reflexões e leituras efetuadas, na América do Norte. Para o “Colosso do Norte” seguira, já homem

feito, na plenitude de sua maturidade etária, aos 40 anos, porém, mais que tudo, de mente formada, se bem que aberta à indagação, à observação, à meditação. Seus conhecimentos teóricos sobre PSICOLOGIA e a prática, nas Técnicas da Ciência Aplicada, levaram seu Professor, no TEACHER'S COLLEGE, Dr. GATES, a dizer-lhe "O SENHOR NÃO DEVERIA ESTAR AQUI COMO ALUNO, PORQUE JÁ NÃO TEM MUITO QUE APRENDER". Sem dúvida, estimulante e bondosa a afirmação do mestre americano, porém, continente de grande lastro de verdade...

Retornando à Bahia, sua estada, na província, seria por curto lapso de tempo. Aqui chegado, em 1931, logo o interventor JURACY MONTENEGRO MAGALHÃES, além de nomeá-lo Catedrático efetivo de Psicologia Educacional, deste respeitável Instituto Normal, fê-lo Diretor Geral da Instrução na Bahia. Num período histórico, no qual ainda estávamos, neplíticamente, em termos de Educação, visto como o Órgão Educacional, presente-mente, a maior Secretaria de Estado, àquele época, era um Departamento da Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública. Como se ainda nos encontrássemos, no período da Proclamação da República, em que existia um "Ministério da Instrução Pública e Correios e Telégrafos", dirigido por Benjamim Constant Botelho de Magalhães... E – note-se – a, "EDUCAÇÃO" ainda era cognominada de "INSTRUÇÃO PÚBLICA"...

Logo, a amizade e a recíproca admiração, entre ISAIAS e ANÍSIO SPÍNOLA TEIXEIRA, no início de 1932, fez com que o primeiro aceitasse o convite para, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, exercer 2 importantes cargos: a Subdiretoria Técnica da Instrução Pública e a Chefia dos Serviços de Testes e Escalas; como segunda pessoa, na linha hierárquica, logo após DR. ANÍSIO.

A ambiência educacional era, então, totalmente dominada pelos influxos do PRAGMATISMO, das teorias de JOHN DEWEY, estas dotadas de íntimo paralelismo, com a doutrina da “apercepção” de HERBART, filósofo alemão, do século anterior. O pedagogo e filósofo da educação americano, DEWEY, nascido, em 1859 e falecido, em 1952, era doutor em filosofia pela universidade de John Hopkins e Chefe do Departamento de Filosofia, da Universidade de Colúmbia, em Nova York, desde 1904. Desejou rever os erros do naturalismo e do empirismo, dando-lhes orientação dialética e historicista. Seguiu a Darwin, quanto à Biologia e a WILLIAM JAMES, no campo da PSICOLOGIA pura. Criou o “INSTRUMENTALISMO”, como um meio de coadunar o dualismo, entre o Homem e o Mundo; espírito e natureza; Ciência e Moral. Afirmou que “o sentido da vida é sua própria continuidade”, a qual deve ser incessantemente renovada, a fim de que tal continuidade não feneça. A educação seria processo de permanente renovação de experiências, de renovação de heranças recebidas, de uma geração, pela que a sucede. A escola seria o agente da melhoria crescente, do meio social futuro; não cerceando o indivíduo, pelas limitações ou pressões, de seu grupo social. Defende o abandono dos estudos, puramente intelectuais; propugna, como declarado, pela “EXPERIÊNCIA”, por um “PROCESSO ATIVO”, da “ESCOLA ATIVA”. A experimentação propugnada, resulta em um “PRODUTO DE AÇÃO, fazendo com que os períodos subseqüentes se insiram na experiência vivida, ou vivencial. O que, na linguagem de hoje, poderia ser dito, a retroalimentação, ou “feed back” do sistema, do processo global.

ISAIAS ALVES não concordava com todos os termos da equação e muito menos, com fórmula de sua solução. Defendia o HUMANISMO e sua prática, em termos; balanceadamente, de modo que as matérias “experimentais” ou “profissionalizan-

tes” ou, ainda, “préprofissionalizantes”, convivessem, no currículo global, com as denominadas “acadêmicas”, de natureza indispensável, para a formação da “PERSONALIDADE INTEGRAL DO EDUCANDO”.

É comum no âmbito das Ciências, sobretudo as não exatas, a formação de “correntes de opinião”, com tendências ao exagero, à exacerbação das idéias, até, mesmo, ao paroxismo. Há quem compare o nascimento, o desenvolvimento e o apogeu das ESCOLAS LITERÁRIAS, ARTÍSTICAS (musicais, de artes plásticas, etc.) como também do âmbito da PSICOLOGIA, da PSIQUIATRIA e outras ciências, ao movimento pendular, oscilatório ou vibratório. A decadência, parece à grande maioria dos doutos, a extrapolação, o exagero. Tanto não faltavam razões e ISAIAS ALVES, no diagnostico e no prognostico, por ele efetuados, que, por exemplo, em torno da década de 1950, as Universidades soviéticas, as européias, tanto do Ocidente, como do leste e as Americanas, com reflexos, a níveis de “college” e de “high school”, tinham repensado seus currículos globais, renovando os olhares para as matérias “humanistas”. Como educar, meus senhores e minhas senhoras, o HOMEM, para seu RELACIONAMENTO SADIO e COMPREENSIVO, COM OUTROS SERES HUMANOS, SEM OS SUBSÍDIOS HUMANISTICOS? O ser humano não deve, nem pode, estar alienado dos problemas das gerações que o antecederam; como, obviamente, da problemática de sua geração e o pensamento voltado para o futuro, sob pena de transformar-se, puramente, e cada vez mais, em uma peça de engrenagem da Sociedade-máquina em que viva... O HOMEM INTEGRAL não pode cingir-se ao micro-orbe de sua casa, de sua rua, de sua fábrica, de sua simples associação de bairro. Tem que objetivar ser um Cidadão do Mundo.

Porém, creio ser possível a CONCILIAÇÃO, entre as duas filosofias educacionais, o que, afinal, vem antecedendo, salvo nos lugares onde as novidades chegam 50, 30, 20 anos depois... Como aconteceu, no Brasil, com o sistema de “Guindance” em 1934, foi experimentado, na Escola Amaro Cavalcanti, no Rio de Janeiro; e apenas, a partir da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1962, começou-se a levar o problema a sério, neste país.

Afastados os radicalismos intoleráveis e intoleráveis, negação do espírito científico; que são indesejáveis, em todos os compartimentos humanos, inclusive os políticos e sociais... Ainda, agora, o mundo presencia, perplexos, a PERESTROIKA soviética e as ratificações de bússola dos chineses, um verdadeiro “aggiornamento”, às avessas... Mercê de Deus... Ainda me lembra em 1948, o notável criminalista NELSON HUNGRIA, alçado, posteriormente, às alturas do egrégio Supremo Tribunal Federal, como seu Ministro. Apontava ele, para o futuro, que é hoje, 36 anos após, a OCIDENTALIZAÇÃO DO LESTE E A ORIENTALIZAÇÃO DO OCIDENTE, como provável traço de união entre os 2 mundos desavindos, do Após guerra.

Inexistia, destarte, uma “briga”, entre ISAIAS e ANÍSIO TEIXEIRA. Apenas um DESCOMPASSO filosófico, que o tempo, os eventos e os rumos da Ciência aplicada vieram a corrigir... As idéias caminham, evoluem e não raro, pessoas, deixando de ler, com frequência, se desatualizam...

Quando estudante da Fundação Getúlio Vargas, no Instituto de Seleção e Orientação Profissional, (ISOP), sob Emílio Mira y López, entre 1953/54, obtendo, Dalí, do primeiro Curso feito, no Brasil e reconhecido, pelo MEC, o registrado de ORIENTADOR EDUCACIONAL, tive oportunidade de receber de ANÍSIO TEIXEIRA, então Diretor Geral do INEP, bolsa de

estudos, que me foi oferecida, gentilmente, tendo daquele mesti tratamento cordial, ameno e estimulador.

Aliás, 2 homens bem dotados, intelectualmente, de vastos conhecimentos gerais e específicos; ambos titulares de Mestrado, em educação; professores Catedráticos de Faculdades de Filosofia, na área pedagógica, não poderiam divergir, senão no campo das definições filosóficas, da sistematização, da metodologia de trabalho; facto este amplamente lícito, quando se vislumbra, acima de tudo, estrutura e mecânica democráticas. Da divergência, a luz. Da luz, quase sempre, a confluência, a convergência.

Ainda, no Rio de Janeiro, ao deixar os cargos, em comissão, que ocupava, em 1933, encarou algumas dificuldades, porque decidiu não retornar, logo, à Bahia, donde saíra há 2 anos, apenas. Editou, uma 2ª vez, o livro “A VIDA E OBRA DO BARÃO DE MACAÚBAS”, o que lhe proporcionou a solução das pendências. Logo, em 34, foi nomeado Assistente Técnico da Divisão de Ensino Superior do Ministério da Educação, continuando no Conselho Nacional de Educação, continuando no Conselho Nacional de Educação. Enquanto isso, preparava-se para concurso de Catedrático, em História Medieval, da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, certame ao qual acabou não concorrendo, por voltar às plagas de origem, como logo veremos.

Ao curso desse período histórico, de planos “bouleversement” mundial, conhecia-se quadra assaz tempestuosa. No sentido universal, as inabilidades do Tratado de Versailles, com o qual se pensou haver terminado a 1ª Grande Guerra; os inconfessáveis interesses do capitalismo, que, então, já adquiria contornos “multinacionais” e, portanto, APÀTRIDAS; a luta entre o capitalismo privado e o capitalismo de Estado, sobretudo, voltada con-

tra a União Soviética e desta, pela 2ª internacional, destinada às nações do Ocidente; os abalos econômicos financeiros, desde a Alemanha, do Anos 20, até o generalizado “cracking” de 1929/30; que, em muitos países se prolongou, até a eclosão da 2ª Grande Guerra, e, 1939; darão, como RESULTANTES: o nascimento, na Itália, do FASCISMO, em 1922, sob o onírico MUSSOLINI; na Alemanha, dos anos 30, sob HITLER e sua “estourage”, o cruento e cruel NAZISMO. Até o pequenino Portugal, ao qual nos unem laços mui tradicionais, em 1926, viu ser entronizado um “rei” civil, sob a curiosa denominação de 1º Ministro, o Prof. OLIVEIRA SALAZAR, chefiando um regime chamado “ESTADO NOVO”. A Espanha foi sacudida e quase arrasada por vários anos de guerra civil, na qual os países desenvolvidos da Europa fizeram experiências militares... Ficando, em 1938, sob a chefia ditatorial de FRANCO.

Em nossa Pátria, após a frustrada Revolução de 0, que se pensava poder consertar os defeitos do Ancien Regime de 1891; assistimos a Revolução Constitucionalista, de 32, iniciada em São Paulo, porém, no fundo, com alguns aspectos restauradores, no sentido da política, resguardada pela Velha Constituição de 1891; Como mais um passo de movimentos anteriores, da Coluna de 1924 a 1926, em que marcharam cerca de 25.000 km, por grande parte do interior conhecido e ignoto do Brasil, terminando na Bolívia; LUÍZ CARLOS PRESTES e seus companheiros levantaram tropas, em 4 Estados, em novembro de 1935, na tentativa de dominar o Poder político. Contra as esquerdas, cujas idéias vinham as avolumando, desde a greve geral, no Rio de Janeiro, em 1905 e na SEMANA DE ARTE MODERNA, de 1922, fundara-se, sob a liderança de PLÍNIO SALGADO, o partido ou movimento, chamado AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA; que chegou a ter cerca de 1 milhão de Associados, do sexo masculino, em todo País. ISAIAS ALVES, entre

1935 e 37, levado por intelectuais amigos, militou nessa grei política. É um problema para ser mais longamente dissecado, em livro futuro. Contudo, não poderia omitir o fato, ao gizar os lindes de sua personalidade e pequena notícia histórica de sua vida. Além de omissão, seria covardia: Contudo posso depor acerca de seu eficaz arrependimento. Ainda, em 1941, em-entrevista ampla ao jornal “Diário de Notícias”, de Salvador, da cadeia dos “Diários Associados”, de página inteira, ele explicou: “PORQUE ABJUREI O INTEGRALISMO”. Dele jamais se poderia colocar em dúvida o NACIONALISMO, o extremado PATRIOTISMO. Eram gritantes traços de sua individualidade, que lhe vieram da meninice e que persistiram, até o último alento.

Coube-lhe, por sinal, por designação presidencial reservada, anterior ao Golpe de 10 de novembro de 1937, ainda no período de constitucionalização, de 34/37, efetuar uma viagem de observações, a São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a fim de verificar os problemas gerados pelo uso das línguas maternas de imigrantes, nas escolas primárias, EXCLUÏDA, TOTALMENTE, A LÍNGUA PORTUGUESA: Em vários pontos desses Estados, eram hasteados, apenas os pavilhões dos Estados e tocados os respectivos Hinos; ficando os símbolos nacionais, federais, inteiramente postergados. Era um lento e gradual trabalho de substituição, com intenções políticas internacionais e de domínio. Apresentado o relatório reservado à Presidência da República, tornou-se a diretriz inflexível de exigir o ensino primário, em língua portuguesa, exclusivamente, além de providências outras, para o resguardo da soberania nacional, no tocante a nossos Símbolos legais e nacionais. Ora, se ISAIAS ALVES tivesse qualquer conotação “entreguista” ou “quinta colunista”, no escopo do Eixo Roma/ Berlim/ Tóquio, não teria prestado este assinalado serviço ao governo Federal e dado o Parecer enérgico, que deu, no âmbito do CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.

Homem de ampla cultura e de preocupações intelectuais multiformes, lembra-me de outra feita, de visita feita pelos beaguins de Sr. FILINTO MULLER, a nossa casa, na Rua Professor Gabizo, 335, no Rio de Janeiro, quando eu estava pelos 10 anos de idade. Procuravam livros de fundo ideológico, ligados ao Integralismo, ficando perplexos, ao encontrarem diversos, na vasta biblioteca, com divulgação socialista e mesmo marxista-leninista. Levaram vários livros, visto que um dos traços marcantes dos regimes, como das pessoas totalitárias, é a intolerância cultural.

Porém, a vida estava prestes a dar-lhe uma outra guinada de rumo, importante. Outorgada a Carta Positiva de 10/11/1937, LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA, 6 meses após, era convidado pelo Presidente a assumir a Interventoria Federal, neste Estado. Trazendo, para a secretaria da Educação e Saúde, o Prof. ISAIAS ALVES.

Foi, sem dúvida alguma, um Governo de Reformas. Governo de abrir estradas, como propugnara Washington Luiz, há um decênio; de agricultura, no sentido de amparar e de ensinar ao homem do campo, de trazer o agave, a fruticultura, de melhorar a cacau cultura e outras lavouras, sobretudo de subsistência, além de trabalhar, no objeto da adubação e da defesa vegetal, bem assim da irrigação; de importar matrizes ES reprodutores de todas as espécies de gado – até o caprino, abundante no sertão baiano, porém aprimorado com espécimens africanos; de uma inigualável coorte de medidas.

Contudo, no Setor educacional, para um Estado pobre, que, como os demais, não contava com os favores de Plano Trienal ou de qualquer outro, federal, de Educação, criaram-se centenas de escolas novas, sem o abandono das antigas; mantendo-as todas a funcionar, na Capital e no Interior, sendo de ressaltar-se

que, há esse tempo, não havia o problema de depredações, tão agudo quanto atualmente; quando os próprios usuários demolem as carteiras, que os comportarão e chegam ao cumulo de arrancar instalações hidráulicas, hidrossanitárias, elétricas e carregar, para casa ou alhures, os móveis das escolas. Na calada da noite, contam com a conivência de elementos marginais dos bairros, que retiram portas, janelas, quebram vidros e praticam toda sorte de vandalismo, no interior das casas, que deveriam ser o “santuário” de cada rua, de cada bairro. Quando exerci a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Salvador, pude sentir, desolado, esse grave fenômeno, essa anomalia sócio-cultural de nossa gente...

Além do atual ICEIA, o DUQUE DE CAXIAS, outra importante Unidade escolar, nos Barris e tantas outras, de menor porte, foram construídas, concluídas, postas a funcionar, ampliadas. A obra de real valorização do Professorado, da Educação Física, do Canto Orfeônico e dos Trabalhos e Artes, com pessoal sendo mandado estudar, por conta do Governo estadual, no Rio de Janeiro; com Helena Antipoff, em Belo Horizonte; e em outros centros mais avançados; bolsas para os Estados Unidos, para obtenção de pós-graduação; cursos para professores, aqui, em Salvador e no interior; concurso público para provimento das vagas. A Reforma do Ensino Normal, mercê do Decreto-lei, que se convencionou chamar de “Lei ISIAS ALVES” em 1939.

No Setor da Saúde, que compunha a mesma Secretaria, cujo Departamento era dirigido pelo eminente fisiólogo CÉSAR DE ARAÚJO, além da construção, conclusão, equipamento e inauguração do PRONTO SOCORRO, “HOSP. GETÚLIO VARGAS”, um grande avanço, para 50 anos atrás; inaugurou-se o HOSPITAL SANTA TEREZINHA, para tuberculosos, no bairro do “Pau Miúdo” e melhoraram-se os restantes, além de se prontarem e equiparem 58 Centros de Saúde, no Interior e na Capital.

Tudo isto foi realizado em um Governo, ao qual era proibido tomar posições políticas, no sentido comum da palavra. Esta a recomendação de Getúlio Vargas ao Interventor. Governo que iniciou suas atividades, encontrando um Estado, do tamanho da França, que arrecadava, anualmente, 70 mil contos de réis, isto é, em torno de 3,5 milhões de dólares americanos, para o enfrentamento de toda a despesa pública; e que, ao cão de 4 anos, e 8 meses de administração, deixou a Secretaria da Fazenda rendendo, anualmente, perto de 10 milhões de dólares, isto é, quase o triplo, em período de 2ª Guerra Mundial, de dificuldade de exportações, de insegurança de comércio internacional e sobretudo, numa época que a inflação, comparada com a de hoje, era ridícula. Poderíamos compararmo-nos a países de economia estável, pois um aumento de 10%, no preço da carne verde, no início da participação do Brasil, nesse 2º conflito, em agosto de 1942, gerou passeata, quebra-quebra e baderna, nas ruas do Cabeça, Av. Sete e Carlos Gomes, que presenciei. A carne passava de 2.000 réis o quilo, para 2.200 réis...

A FACULDADE DE FILOSOFIA DA BAHIA

Desiludido de poder obter mais recursos oficiais, para vôos mais altaneiros, talvez o de criar e de implantar uma faculdade, junto ao Instituto, cuja estrutura o permitia, ISAIAS ALVES, desejosos de materializar seu acalentado ideal, como ele o dizia, “DE UMA NOITE DE INSÔNIA”, cuida de planejar, de colocar no papel a FACULDADE DE FILOSOFIA DA BAHIA; claro, louvando-se, como a lei vigente o exigia, na organização média de suas congêneres de São Paulo e Rio de Janeiro, criadas, na década anterior.[Foi reativada a LIGA DE EDUCAÇÃO CÍVICA, da qual era Presidente e AGNELLO DE CARVALHO

BRITO, Tesoureiro, um comerciante lídimo, do mais alto conceito, na Bahia. Instituição esta, aliás, da qual o SENADOR JUTAHY MAGALHÃES me fez o guardião de documentos valiosos, pois se encontra, novamente, desativada. Criou-se, então, em 1941, a JUNTA MANTENEDORA da FACULDADE DE FILOSOFIA DA BAHIA e logo o Estatuto desta, uma SOCIEDADE CIVIL, sem fins lucrativos. Assim, uma instituição sem donos, isto é, pertencente ao povo baiano. Aprovou-se o Regimento original e outras medidas foram adotadas, como a composição inicial de Corpo Docente fundador, integrado de 63 catedráticos, todos eles radicados, na Bahia, sejam baianos; brasileiros, de outros Estados e poucos estrangeiros, de há muito vinculados a nossa dadivosa terra, como o americano, Dr. PETER BAKER; a alemã ABIAH REUTER; o frade KARL BOROMEUS OTT e outros. Com as contribuições financeiras de grupos econômicos, de pessoas físicas e de colônias estrangeiras, nesta Capital, constituiu-se o “FUNDO DE FINANCIAMENTO”, o qual mediou a quantia de 500 CONTOS DE RÉIS, cerca de 25.000 dólares americanos; a esta importância vieram somar-se dídivas de profissionais liberais, autônomas, comerciantes e industriais menores, pessoas do povo, ex-alunos, parentes, amigos, totalizando-se a arrecadação de 1.200 contos de réis, aproximadamente, 60.000 mil dólares. Muito pouco, evidentemente, para empreitada tão vasta. Para se ter uma pequena idéia, cumpre lembrar que, à época, o mil réis, nossa oficial valia tanto que, com 20 mil réis se comprava um dólar. O Interventor Federal assinou, na lista, em nome do Governo, 20 contos; a Prefeitura de Salvador, 50 contos; a Secretaria da Educação, 10 contos; os grupos econômicos de maior vulto e as pessoas mais abastadas, 50 contos; a colônia espanhola, 71 contos; a empresa americana-canadense, que explorava a energia elétrica e os bondes, a LINHA CIRCULAR E CARRIS DA BAHIA, apenas, 05 contos

de réis. Porém o Governo da Bahia doou o antigo prédio da Escola Normal da Bahia, em Nazaré.

Vale a pena salientar os nomes dos professores-fundadores, com ISAIAS, que ainda se encontram, graças a Deus, vivos. Muitos deles, felizmente, para a Bahia, em plena atividade: ANTONIO DE OLIVEIRA DIAS, ANTONIO BALBINO DE CARVALHO FILHO, ANTONIO PITHON PINTO, AFRÂNIO COUTINHO, ELOYWALDO CHAGAS DE OLIVEIRA, JORGE CALMON MONIZ DE BITTENCOURT, JOSÉ HYGINO TAVARES DE MACÊDO, JOSÉ MOREIRA PINTO, LUÍS DE MOURA BASTOS, RENATO ROLLEMBERG DA CRUZ MESQUITA, PEDRO TAVARES FILHO, THALES OLYMPIO GÓIS DE AZEVEDO, TRÍPOLI GAUDENZI, GUIOMAR DE CARVALHO FLORENCE, LUIZ VIANA FILHO, MARIA LUÍGIA MAGNAVITA GALEFFI.

Os primeiros tempos da Faculdade foram levados avante, com muito amor, muita luta e dedicação total. Havia professores que recebiam o salário e logo o doavam à própria Faculdade, para conservá-la viva e atuante. Entretanto, mediante Lei Federal, sancionada pelo Presidente EURICO GASPAR DUTRA, para cuja aprovação foi decisiva a participação do Deputado MANUEL NOVAES e de toda Bancada Federal baiana, na Câmara e no Senado, federalizou-se a Instituição, reconhecendo-se o tempo prestado, na Faculdade, enquanto particular. Quase Ato contínuo, criava-se a UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, ato este possível, por definição legal, mercê da existência de uma FACULDADE DE FILOSOFIA...

A Faculdade, pela diversificação de seus 12 Cursos de preparação para o magistério de nível médio, por forças das “licenciaturas”, hoje ditas “plenas”; ou mediante a opção da ciência e da pesquisa pura, a nível superior, sob a modalidade de “Bacha-

relato”, vinham preencher graves e sentidas lacunas, no seio dos altos estudos e do pensamento livre de nossa Bahia. Este o grande sonho de ISAIAS, desde 1909, bastante acariciado, como vimos. A criação do INSTITUT DES HAUTS ÉTUDES, incluída a ÉCOLE NORMALE SUPERIEURE, já que a França ainda primava, dentre nós, como foco de irradiação cultural. Desejava-se fomentar e fortalecer as raízes HUMANISTICAS DE NOSSA GENTE; reverter às expectativas; publicar maior quantidade de livros, pesquisas; relatórios; nos quais e para os quais a juventude universitária participasse, decisiva e entusiasticamente. Ao lado de trabalhos específicos de cunho científico, base da pesquisa tecnológica, em cada uma das áreas; de molde a fortalecer o País, em campo sensível, que vai, passo a passo, porém rapidamente, designando quais os países que, realmente, ficarão como grandes potências, ou não. São a ciência e a tecnologia que, provavelmente, irão colocar o JAPÃO, como 1ª potência econômica, ao final do século XX ou por volta do ano 2010; como já o fizeram suplantando o colosso da União Soviética, com 22,5 Km² (afora as ações continentais e satélites) e cerca de 280 milhões de habitantes.

A FACULDADE catalisaria; como levedou a massa, a ser trabalhada. Estímulo poderoso, apesar dos empecilhos, de toda ordem, máxime os de natureza econômico-financeira, para pesquisar-se e publicar-se; notadamente, considerado o fato de a publicação ser de nosso próprio meio...

A Reforma Universitária, com seus acertos e equívocos, multipartiu a faculdade dos 63 fundadores e dos milhares de contribuintes, que deram, na demarcação do processo, seu óbolo, de bom grado, para o nascimento e o vertedouro do novo caudal dos estudos baianos. O nome Faculdade de Filosofia, ficou adstrito à área de Ciências Humanas. Sua sonhada Faculdade de Educação (o inicial Curso Superior de Pedagogia), qual filho dileto,

que se emancipa, ganhou autonomia técnica e administrativa. Tornou-se sui iuris. Cuidava-se, na Reforma, da adoção de novas mentalidades de trabalho, de redução de gastos, a nível global das Universidades, como um todo; mudavam-se as nomenclaturas dos Cursos, das próprias Faculdades, das Escolas, de carreiras e da titularidade docente; numa experiência que já vai para mais de 20 anos e cujos produtos ainda não podem ser perfeitamente aferidos, definitiva e concludentemente. Principalmente, no tocante à existência de pesquisa inédita, à produção cultural inovadora; às publicações e também, quanto à qualificação do Pessoal docente, diplomado, para os ensinos de 1º e de 2º graus. Além de problema mais largo e profundo – a formação, a nível de pós-graduação, para o magistério superior. Será que as mentalidades mudaram?

O PERÍODO APÓS A MOLÉSTIA E A APOSENTADORIA

Aos 53 anos de trabalho e quase 70, de vida, teve seu primeiro momento de vilegiatura, embora parcial. A bordo de navio, viajou para Europa, integrando Delegação da Universidade Federal da Bahia. Iria, também, percorrer o “ROTEIRO DE DANTE ALIGHIERI”, isto é, as cidades onde o grande vate italiano vivera, pois se aprestava, após longa pesquisa, a escrever acerca do poeta florentino que, entre o meado do século XIII e o 1º quartel da 14ª centúria, deixou obra filosófica, sócio-política e lingüística, cuja relevância se projetou sobre os séculos porvindouros, nas obras de outros eminentes literatos. Iria fazer conferências, em universidades alemãs e buscar, por igual modo, as “origens hispano-árabo-judaicas” da OBRA DE DANTE – o que seria o título de outro livro seu, infelizmente, não escrito. Mas, os fados não quiseram que aquela viagem se completasse, como se

previra. Desceu de maca, em sua sonhada Lisboa e dela teve ínfima amostragem, pela janelinha da ambulância, 30 e poucos dias após, ao sair, já um tanto recomposto, física e psicologicamente, do INSTITUTO DE ONCOLOGIA, para tomar o quadrimotor da SCANDINAVIAN AIR SYSTEM e retornar aos pagos... Uma nota curiosa do Destino, entretanto. A bordo, onde foi estocado pela enfermidade, encontrava-se o Prof. DEOLINDO COUTO, piauiense, radicado, no Rio de Janeiro, considerado o maior neurologista brasileiro e o prof. HÉLIO SIMÕES, baiano, seu Amigo e Colega, da Faculdade, neurologista, embora Catedrático de Literatura Portuguesa, por merecimento e fulgurante Orador. De modo que, Deus, uma vez mais, prodigalizou o remédio imediato, em pleno infortúnio; o Pai teve uma assistência eficaz, imaginando-se o que poderia ter sido, com um médico inglês, de bordo...

Recuperado, graças, também, à notável competência do Prof. DIOGO FURTADO, em Lisboa, eminente neurologista europeu, veio convalescer e concluir seus tratamentos, na Bahia. Em razão de sua extrema força de vontade, disciplina, noção de ordem e conhecimentos do sistema nervoso e sua fisiologia, pode melhorar, crescentemente e escrever, ainda, 3 livros, os quais não são, propriamente, ligados a temas pedagógicos; e segundo o depoimento de vários professores universitários e intelectuais outros, sem perda de qualidade. Mercê de Deus, seu raciocínio não se obnubilou, nem se desqualificou, com os insultos circulatórios, de que foi vítima. Na realidade, além da trombose cerebral. De 1957, sofreu mais 3, tendo sobrevivido, airoso, às 3 primeiras. Voltou, até a estudar o idioma russo, que aprendera, aos 65/6 anos, com o Prof. BELOV, pai do grande navegador solitário. Quando lhe sobreveio a doença, traduzia a obra do educador soviético, ANTON SEMIONÓVITCH MAKARENKO, intitulada “POEMA PEDAGÓGICO”. Autor este, por sinal, com ISAIAS, nascido em 1888. Professor de história e, em seguida,

pedagoga de renome, dedicou-se à reabilitação e à readaptação de adolescente problema, tendo falecido, em Moscou, em 1939. MAKARENKO projetou suas idéias sobre o pensamento educacional soviético, ofuscando, por inteiro, as propostas de ANATÓLI LUNATCHARSKI, este, o Comissário do Povo para Instrução Pública, entre 1917 e 1929, o primeiro ideólogo da educação comunista e que, paradoxalmente, adotara o PROGRESSIVISMO, a total liberdade disciplinar e curricular, nas escolas, o abandono do humanismo e a profissionalização prematura. Em 1931, os Soviéticos, em relatório, depois publicado, diziam que um médico russo conhecia menos, de seu ofício, do que uma enfermeira do Ocidente europeu. Vieram, então, inexoravelmente, as mudanças de 1932/33, sob os influxos de MAKARENKO, E O RETORNO ÀS ORIGENS: VOLTOU-E A DAR VALOR AO HUMANISMO, TEMPERANDO-SE SEUS ESTUDOS, COM OS PROFISSIONALIZANTES. ISAIAS nutria grande admiração pela energia de MAKARENKO, em quem percebia, também, um patriota, nacionalista, disciplinador e cultor das HUMANIDADES.

Seu livro “DANTE, O EDUCADOR DO MILÊNIO”, sobre a tese, duramente pesquisada, em italiano medieval, inclusive, segundo a qual a obra dantesca, projetando-se e espraiando-se, no tempo, transformara o grande florentino, em UM EDUCADOR DE 10 SÉCULOS; seus aspectos filosóficos, filológicos e estéticos – tornara-o uma edição, talvez, atingível, apenas, a algumas camadas intelectuais, afeitas, estas, à perquirição filosófica e histórica e conhecedora das formas lingüísticas ancestrais. É, em verdade, trabalho profundo, que atraiu a atenção do Prof. Dr. ROMANO GALEFFI, italiano de nascimento, doutor em filosofia e que o enviou à SOCIETÀ CIVILE DANTE ALIGHIERI, na península, onde foi objeto de apreciação lisonjeira.

A “VOCAÇÃO PEDAGÓGICA DE RUY BARBOSA”, publicada, em 1959, pela “CASA DE RUY BARBOSA”, do Ministério da Educação e Cultura, no Rio de Janeiro, com prefácio do Dr. GUERREIRO RAMOS, sociólogo de renome internacional, procurou demonstrar uma perspectiva pouco explorada, do consagrado jurista, advogado e político baiano, talvez o maior ideólogo da República Brasileira, como jornalista e tribuno. ISAIAS estudou o Relatório de Pai, JOÃO BARBOSA, documento este assaz conhecido por educadores, e os PARECERES do filho, o CONSELHEIRO RUY BARBOSA, Senador, Vice – Chefe do Governo Provisório de DEODORO DA FONSECA, em 89; candidato a Presidência da República, por 2 vezes, com verdadeiro Apostolado cívico, sobretudo, na Campanha contra HERMES DA FONSECA, conhecida como CAMPANHA CIVILISTA, em que, lamentavelmente, foi derrotado, em sua querida Bahia.

“AS MATAS DO SERTÃO DE BAIXO”, seu último livro, dado a lume a 29 de agosto de 1968, portanto, postumamente, quando estaria completando 80 anos de vida e sete (7) meses depois do passamento; prefaciado por PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT, em outubro de 1967, é um estudo da faixa da terra, onde veio ao mundo. Apreciam seus aspectos fisiográficos, sociológicos, históricos e sobretudo, HUMANOS e SENTIMENTAIS. Nazaré, Santo Antônio de Jesus, Castro Alves, Amargosa, São Felipe, Maragogipe, Cachoeira, Areia (Ubaíra) e tantos outros centros de concentração e de dispersão demográficas. Além de lembrar-se de ramos familiares. Que se deslocaram para bem longe: Ruy Barbosa e Itaberaba, na Bahia; Almenara, Pedra Azul e grande parte do restante Norte de Minas Gerais; Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Belo Horizonte, Paraná e demais rincões, indeterminados, deste Brasil continente, aos quais, a licença geográfica nos leve, côm descendentes de portugueses,

espanhóis, holandeses, franceses, africanos e índios... Livro este, longamente maturado, cujas primeiras anotações, informais, receberam-as, por volta de 1910, no ano de sua formatura, das mãos respeitadas de um presente, de Santo Antonio de Jesus, FÉLIX GASPAR DE BARROS E ALMEIDA, ministro da Justiça e do interior do 5º Presidente da República, FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES, no quadriênio de 1902/06. Substituindo a outro baiano genial, Dr. JOSÉ JOAQUIM SEABRA, que governou esta Bahia, em 2 períodos. FÉLIX GASPAR chamou ISAIAS e disse-lhe “VOCÊ, DENTRE ESSA RAPAZIADA NOVA, PARECE QUE É O MAIS SÉRIO E COM JUÍZO. VOU ENTREGAR-LHE UM TRABALHO E UMA MISSÃO. E desse modo, passou-lhe os originais dos apartamentos, que já possuía, com cerca de 20 anos de labor, sobre a genealogia da família. ISAIAS pesquisou e esquadrinhou, ainda, durante mais de 55 anos, até que escreveu o estudo. Li-o, em 1968 e reli-o, agora, para sentir-me senhor dos assuntos. Foi um longo trabalho, de 11 lustros, de viagens, visitas, cartas, conversas com idosos, entrevistas outras, coleta de documentos em arquivos; o preparo de seu último trabalho impresso; a meu ver, como poucos, em termos de encadeamento histórico, riqueza de dados e beleza de informes naturais e humanos.

HOMEM DE FÉ, MÍSTICO; HOMEM DE MEDITAÇÃO

Quando não tinha compromisso social ou de solidariedade humana a cumprir e nos dias destinados ao repouso, nos quais não comparecia à Faculdade de Filosofia, dedicava cerca de 8 horas à leitura. Mesmo após a moléstia circulatória, após os largos períodos de sua superação, vencidos os longos e pertinazes trabalhos, que desenvolvia, exemplarmente, para recuperar os

movimentos da destra; utilizando-se da mão esquerda, com a qual escrevia e assinava, já que era, insuspeitadamente, um ambides-tro; de lapiseira em punho, deitado à rede ou sentado à sua cadeira de balanço; lia, anotava e comentava, quase incansavelmente. Além de escrever, diariamente, uma crônica, pelo seu sentimento, acerca do que lia e ouvia, nos jornais e emissoras.

Profundo conhecedor da BIBLIA, em suas versões mais disseminadas, sabedor das doutrinas mais importantes das religiões ditas orientais; homem crente na existência, no poder e no potencial do Espírito; se bem que tivesse sido ateu, enquanto estudante e até 1911, no dia do funeral de seu futuro sogro o meu avô materno, FRANCISCO ANTÔNIO DE ALMEIDA LYRIO, e que deixava minha mãe com 17 anos incompletos.

Houve quem dissesse, em artigo assinado, ter sido ele ateu e conseqüentemente, Maçom. Um equívoco. Ninguém pode ser Maçom, sendo ateu. Tem que crer em Deus, seja de que religião for. A Maçonaria Brasileira, da qual foi grau 33 e só não foi Venerável Mestre de Loja ou Grão Mestre, porque não o aceitou, jamais hostilizou a Igreja Católica, à qual ISAIAS se vinculava. Don Augusto, Arcebispo Primaz da Bahia e depois, Cardeal, e ISAIAS mantinham cordiais relações, tendo aquele ilustre Prelado oficiado muitas missas, em homenagem ao nosso biografado. De igual modo D. Eugênio Salles, atual Cardeal do Rio de Janeiro. D. Avelar Brandão Vilela, em sua infinita Bondade, reconhecia o valo dos Maçons de boa cepa e fiéis a Cristo, tendo em 1966, comparecido a sessão solene da Assembléia Geral da Grande Loja unida da Bahia, quando benzeu o estandarte da Loja Maçônica Liberdade, de Salvador. Cerimônia histórica esta, testemunhada pelas esposas dos Maçons, pela Imprensa toda e a TV alemã que fez “takes”, dentro do Templo Maçônico.

ISAIAS era devoto de NOSSA SENHORA, a qual tem tantos nomes; do Senhor o Bonfim, de Santo Antônio, de São Lázaro e São Roque; conhecia os traços biográficos de grande número dos canonizados pela Igreja Católica e Romana; como possuía, de outra parte, largo saber, acerca dos reformadores evangélicos e de suas teses, conquanto não as professasse; além dos demais grandes pensadores religiosos e filósofos, de todas as procedências.

Dentre os livros de sua grande admiração e que estava a citar, constantemente, destacaria alguns, para não maçar a paciência dos nobres presentes:

1) “O CULTO DA INCOMPETÊNCIA E O HORROR À RESPONSABILIDADE”, de ÉMILE FAGUET, professor e crítico francês, que viveu entre 1847 e 1916. Como um verdadeiro asceta e misto de espartano, pelo gênero de vida, sem luxo, que levava; e de ateniense, pela incessante atividade intelectual, ISAIAS tinha este livro, como um fanal; formulando, vez por outra, críticas à incompetência reinante, à falta de amor aos estudos e ao labor, que cansa, mas dignifica; e à irresponsabilidade, nesta “era de descontinuidade”, como tão bem a definiu o grande PETER F. DRUKER, ex-professor da Universidade de Nova York e atualmente, na Califórnia, um dos pais da Administração organizada.

2) SAMUEL SMILLES, didata escocês, que viveu entre 1812 e 1904, autor de algumas obras, porém de fundo admiravelmente otimista. Mas que decepcionou, afinal, seus admiradores e prosélitos, com ISAIAS, por haver terminado seus dias, num gesto, contra a própria vida, desmentindo toda sua pregação moral e filosófica.

3) ERNERST B. TRATTNER, em “ARQUITETOS DE IDÉIAS”, depois editado, em português, pelo “GLOBO”, era

livro que a via compulsar. Retrata 15 personalidades da História científica, que eram prazerosamente lidos e relidos; desde Nicolau Copérnico a Albert Einstein.

4) Observador, politicamente, de HAROLD J. LASKI, O RENOVADOR SOCIALISTA, DO Partido Trabalhista Britânico, logo após a 2ª Guerra Mundial, tendo derrotado, eleitoralmente, a Winston Churchill, o grande herói da Guerra. ISAIAS leu-lhe os principais livros: “INTRODUÇÃO À POLÍTICA”, “A CRISE DA DEMOCRACIA”, “O SISTEMA PRESIDENCIAL AMERICANO” e o “ESTADO MODERNO”, dentre os que conheço. Àquele momento, não sendo, como não era, “UM HOMBRE MEDÍOCRE”, no dizer do JOSÉ INGENIEROS, tendo mudado parte de suas idéias, sobretudo as de natureza política, evoluído, era um homem “aggiornado”. Quando Diretores da FACULDADE, grupos de universitários, desconhecendo essa sua postura e suas novas leituras, pensavam prová-lo, no tocante a Integralismo e assuntos correlatos. Ele, ISAIAS, paciente, e impávido, debatia as teses, os autores socialistas, deixando os jovens estudantes perplexos...

5) Estudioso de NIKOLAI ALEKSANDROVICH BERDYAEV, nascido na Ucrânia, em Kiev, 1ª Capital da Rússia, em 1874 e falecido, em Paris, em 1948; converte-se ao CRISTIANISMO, em 1908 e luta contra o materialismo e o ateísmo, sob a influência de WLADIMIR SOLOIEV. BERDYAEV critica a cúpula da Igreja Ortodoxa Russa, que era estatal, no regime czarista. Foi expulso, entretanto, da URSS, em 1922, após ter lecionado Filosofia, na Universidade de Moscou, já no regime comunista, sob Lênin. Criou o CRISTIANISMO SOCIAL, do qual ISAIAS era leitor; por eu BERDYAEV, inclusive, invoca pensadores europeus, com os quais o Pai era extremamente familiarizado: SCHOPPENHAUER, KANT e NIETZSCHE, os quais liam, na língua materna; e escritores, por ele estimados, como

DOSTOIEWSKI, TOLSTOI e CHESTOV: BERDYAEV, sem usar esse adjetivo, foi uma das primeiras vozes contra o CAPITALISMO “SELVAGEM”, responsável pela CRESCENTE DESUMANIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA CULTURA. Fez a crítica do MARXISMO, naquilo que desconsiderava, ele, BERDYAEV, como CAPITAL ESTATAL, “HAVENDO HERDADO TODO O CARÁTER DESUMANISTA, ANTIPERSONALISTA, DA ECONOMIA CAPITALISTA”. Considerava isto um verdadeiro “CHANGER DES PLACES”. Considerava que o MARXISMO criava, no Estado, uma NOVA RELIGIÃO, SEM ÍCONES. O QUE A PERESTROIKA E A GLASNOT de MIKHAIL GORBACHEV está demonstrando... 60 anos depois.

6) Outro Autor a receber a merecida atenção, foi um prosélito de BERDYAEV, EVGENII LAMPERT, responsável por um dos mais importantes livros deste século, lançado, em Londres, em 1945, ao fim da 2ª Guerra Mundial, sob o título “NICOLAS BERDYAEV AND THE NEW MIDDLEAGES”(Nicolau BERDYAEV e as novas Idades Médias). Ancestral literário de ALEXANDER SOLJENÍTSIN, o acatado autor de “ARQUIPELAGO GÚLAG”, um dos escritores que, provavelmente, inspirou ou fortaleceu as idéias do atual líder maior soviético, nas aberturas, que se observam, com satisfação, nas Repúblicas daquela Confederação. Movimento de franquias internas, contrário às regalias limitadas e limitativas, a “NOMENCLATURA”, que podem reumanizar a ação do Partido Comunista da União Soviética e seus congêneres, não raro satélites, de todo o globo terrestre. Fenômeno, também, já visualizado, na China Vermelha. Fatos estes que poderão produzir o clima indispensável à PAZ INTERNACIONAL, a nível das 2 Superpotências. Nosso biografado jamais acreditou em holocausto da Humanidade ou hecatombe final.

7) Um dos Autores que impressionou, vivamente, a ISAIAS, foram o sociólogo e educador francês, EDMOND DEMOLINS, que viveu, entre 1852 e 1907, participantes do movimento em torno da Ciência Social e da DOUTRINA SOCIAL CATÓLICA; tendo se vinculado à corrente do sociólogo FRÉDÉRIC LE PLAY. Dentre as várias obras de DEMOLINS (“LE MOUVEMENT COMMUNAL ET MUNICIPAL AU MAYEN ÂGE”; “HISTOIRE DE FRANCE”, em 40 volumes: “L’ÉDUCATION NOUVELLE”; “A-T-ON INTÉRÊT À S’EMPARER DU POUVOIR”; “LES FRANÇAIS D’AUJOUR-D’HUI”; “LES GRANDES ROUTES DES PEUPLES”), ISAIAS guardou um interesse muito especial por um outro livro, desse mesmo escritor: “Á QUOI TIENT LA SUPÉRIORITÉ DES ANGLO-SAXONS?” (A QUE SE DEVE A SUPERIORIDADE DOS ANGLO-SAXÕES?). Falava nele, com freqüência. A evolução da Segunda Guerra Mundial estaria, entretanto, a demonstrar a suposta veracidade de tal proeminência. Contudo, os passos da História, a nosso modesto ver, são irreversíveis. Se os Estados Unidos da América terminaram aquele infausto período da História e cruento embate; como Potência de 1ª Grandeza e logo se tornaram, numa das duas Superpotências do orbe, forçoso é reconhecer que a Grã-Bretanha, antiga “Senhora dos Mares e do Mundo”, COMO LIDERANÇA DO Império Britânico; nascedouro da genuinidade anglo-saxã e de sua pretensa SUPERIORIDADE, logo comprovou haver descido um degrau, pelo menos, no “podium” das nações ou seus conglomerados; mesmo com a criação do “British Commonwealth of Nations”... E os próprios Estados Unidos da América, vencidos quase 45 anos do término da 2ª Guerra, a despeito de seu vasto poderio, dividem, a cada dia que passa, o prestígio, a força, o poder político e de mando internacional... Perguntaríamos a DEMOLINS: OÙ EST LA SUPÉRIORITÉ? (ONDE ESTÁ A SUPERIORIDADE?) Aliás, ISAIAS tinha consciência desses

fenômenos e conhecia a surgência eslava, a amarela e o crescente fortalecimento do poder nacional de outros países de origem e de fala românica, inclusive, da Europa. Contra os quais a possível profecia de DEMOLINS se colocava...

Vou ficar por aqui, porque a intenção não é de escrever, senão, um pequeno e despretensioso discurso, cuja matéria, contudo, nos empolgou e levou-nos, quem sabe, a algum desbordamento, que não era desejado. Perdoai-me por tentar prender vossa atenção, por tanto tempo. Cumpre concluir.

Aos ilustres, eminentes e prezados confrades da ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO, agradeço, assaz sensibilizado, o fato de me honrarem, imerecidamente, forçoso é dizê-lo, em receber-me, no seio deste Sodalício. Constitui, para o menos credenciado dos atuais Titulares, motivo de satisfação, muito grande, esta recepção e este acolhimento, principalmente, pela circunstância do 1º Centenário de nascimento de ISAIAS ALVES DE ALMEIDA e a honra de fazer-lhe o panegírico. Um agradecimento, muito especialmente, a nosso ínclito Presidente, DR. HERMANO JOSÉ DE ALMEIDA GOUVEIA NETO, pela insistência, para que apresentasse, como fiz, a petição de meu ingresso, na ACADEMIA; como por sua atenciosa saudação, proporcionando-me falar, neste Centenário Instituto, de tão largas tradições históricas, a cuja Diretora, Prof. MAÍTA ANDRADE, por seu intermédio, a todos os Professores, Alunos e Funcionários, rendo minhas mais comovidas homenagens, lembrando-me daquele que lhe inaugurou o belo e enorme prédio de hoje o Secretário da Educação, ISAIAS ALVES DE ALMEIDA. Recordemo-nos, sempre, dele, pelas lições de vida que nos legou, a todos. Seu desprendimento, seu patriotismo, seu espírito nacionalista, a mística do dever, da disciplina e da ordem; seu despojamento, pelo que de material; pelo seu desprezo ao luxo, vão e efêmero. Por seu constante pensar, volvido para o bem estar da Humanidade,

por seu amor à Faculdade de Filosofia da Bahia e ao Instituto Normal; seguro de que “AS INSTITUIÇÕES NÃO ALÇAÇAM MATURIDADE, ANTES DA CONSCIÊNCIA DE SEU DEVER SOCIAL, QUE SE ORGANIZA, AO ENTRECHOQUE DAS FORÇAS PROPULSORAS E DAS RESISTENCIAS DEFENSIVAS, QUE A SOCIEDADE PÕE EM JOGO, PARA SEGURANÇA DE SUA TRADIÇÃO EXTÁTICA E ESTÁTICA”.

Que seu paradigma possa ajudar essa juventude, que vai chegando, ao magistério médio e superior – a não se quedar, estática, apenas, “NA ILUSTRAÇÃO E NO BRILHO ERUDITO – como dizia o Pai e Mestre – MAS ESTIMULE, SOBRETUDO, A DISCIPLINA MENTAL, A COOPERAÇÃO CIENTIFICA E SOCIAL, A CONSTRUÇÃO DA NACIONALIDADE QUE SE ERGUE”. E se afirma, acrescento.

Muito Obrigado.

Salvador, 31 de agosto de 1988.

ÂNGELO LYRIO ALVES DE ALMEIDA

BREVE REGISTRO DA PRESENÇA ALEMÃ NO PANORAMA ARTÍSTICO DA BAHIA NOS ÚLTIMOS ANOS

Zilma Gomes Parente de Barros

Embora se reconheça que em nenhuma época da história da arte brasileira, a influência alemã – direta ou indiretamente – tenha estado ausente ¹, todavia, ainda está por fazer-se um estudo que possa apontar, de maneira sistemática, como a presença de artistas alemães se fez notar no desenvolvimento de nossas artes.

Tal pesquisa – que, diga-se de imediato, foge inteiramente aos propósitos deste nosso trabalho – conduziria à identificação, através do tempo e dos diversos estilos de época, daqueles elementos formadores e informadores que, embora de origem alemã, aqui tomaram feição nacional, deixando sua marca diferenciadora em determinadas manifestações artísticas locais.

. Nosso estudo prende-se ao presente. Aqui pretendemos recensear a contribuição de artistas alemães que, direta ou indiretamente, vêm fecundando a criação de um novo mundo cultural na Bahia, nestes últimos anos, cujo centro polarizador foi e continua a ser, inegavelmente, a sua Universidade Federal.

O marco inicial desse movimento renovador é, sem dúvida alguma, a criação das escolas de arte, que foram integradas como unidades universitárias – Seminários Livres de Música, Escola de Teatro e Escola de Dança - fruto do espírito clarividente do então Reitor Edgar Santos.

Para termos uma visão bem nítida das vertentes da cultura baiana no terceiro quartel do século XX, basta lembrar que, até

1955, a única unidade de arte que integrava a Universidade era a Escola de Belas Artes. Tendo surgido em 1877, como instituição particular, a então Academia de Belas Artes começou a oferecer cursos de pintura, escultura, gravura e, posteriormente, também arquitetura, passando, já em 1891, a chamar-se Escola de Belas Artes². Quando, finalmente, em 1946, se criou a Universidade da Bahia, a Escola de Belas Artes foi, de imediato, incluída no conglomerado de escolas superiores que se agregaram para possibilitar a sua existência.

Curioso observar que, depois da Faculdade de Medicina, que surgiu em 1808 e foi o núcleo pioneiro do ensino superior no Brasil, a Escola de Belas Artes é a segunda mais antiga instituição a oferecer cursos superiores na Bahia, antecipando-se, no seu funcionamento, à Faculdade de Direito, que surgiu em 1891; ao Instituto Politécnico – criado em 1891 e à Escola Comercial (mais tarde Faculdade de Ciências Econômicas), que data de 1905.

Durante muitos anos, por conseguinte, a Escola de Belas Artes foi o centro polarizador da vida artística baiana, realizando, ainda que dentro de possibilidades bastante limitadas, o que viria a constituir-se na pedra de toque de uma nova visão de política universitária: a atividade de extensão integrada à atividade de ensino.

Sobre a influência alemã na Escola de Belas Artes, podemos dizer que já em 1895 lá estivera o pintor russo MAURICIO GRUM, que fora, porém educado na Alemanha, permanecendo ligado à Escola por cerca de dois anos, lecionando Desenho e Pintura. Muito superior aos que lá trabalhavam, marcou profundamente seus discípulos, dentre eles, OSEAS DOS SANTOS, OTÁVIO TORRES, MANUEL QUERINO³. Acadê-

mico muito correto, sofreu influência dos artistas alemães que, paralelamente ao impressionismo francês, criarem um estilo lírico, concebido dentro de uma temática pastoril, muito relacionado com os pré-rafaelitas, que desenhavam com grande perfeição.

Posteriormente, outros alemães por lá passaram., dentre os quais podemos destacar quatro nomes: AUGUSTO ADOLF BUCK, ADAM FIRNEKAES, UDO KNOFF e HANSEN BAHIA.

O PROFº BUCK nasceu em Pfortheim, em 1909, originário de uma cidade famosa pela ourivesaria que ali se desenvolve. Emigrou pra o Brasil em 1924, fixando-se na Bahia a partir de 1931, onde se diplomou em Escultura, pela Escola de Belas Artes, onde, a partir de 1946, até sua aposentadoria, lecionou Escultura, Modelagem e Gravura de Medalhas.

UDO KNOFF, também alemão, lecionou Cerâmica durante 12 anos. Dotado de muita sensibilidade, dedicou-se à pintura de azulejos, nos quais deixou a marca do seu extremo bom gosto.

KARL HEINS HANSEN, que acrescentou BAHIA ao seu nome, é outro mestre alemão que passou pela Escola de Belas Artes, tendo lá ensinado Xilogravura...HANSEN-BAHIA contribuiu não só pra melhor formar nossos artistas plásticos, ensinando-lhes novas técnicas de trabalho, como também intensificou a própria atividade artística, no âmbito da gravura, valorizando-a com uma fecunda produção.

ADAM FIRNEKAES viveu seus últimos anos na Bahia. Nasceu em Wurzburg, em 1909 e veio pra o Brasil em 1950, primeiro fixando-se no Rio e, posteriormente, mudando-se para Salvador, a convite do Maestro KOELLREUTER, para lecionar e tocar fagote nos Seminários Livres de Música. Tendo estudado Música no Conservatório Benedetto Marcello, em Veneza, e Pin-

tura com XAVIER FUHR, na Academia de Belas Artes de Munique, FIRNEKAES conseguiu extrair da fusão das duas artes, a ordem e o equilíbrio que disciplinaram o seu universo mental. Professor de Aquarela na Escola de Belas Artes e de Pintura em curso livre do Goethe Institut, ADAM FIRNEKAES soube ser o artista didata que ensinou aos seus discípulos novas técnicas de pintura, gravura e colagem, levando-os a descobrir novas formas de utilização do espaço pictórico.

A presença alemã na Escola de Belas Artes não se limitou ao trabalho docente dos que acabamos de citar. A divulgação da arte alemã foi feita através de exposições de artistas radicados na Bahia ou dos que por aqui passaram, bem como através de cursos e conferências.

O programa “Artistas em Residência”, realizado pelo convênio Ford Foundation, Senado de Berlim e D.A.A.D., permitiu que artistas baianos permanecessem um ano em Berlim, como bolsistas, tendo sido beneficiados, entre outros, MERCEDES KRUCHEWSKI, MARIO CRAVO JR. e ANTÔNIO REBOUÇAS.

Deve-se ao Reitor Edgar Santos a iniciativa pioneira de levar a nossa Universidade a ocupar-se com estudos superiores em áreas até então negligenciadas ou relegadas a plano secundário, estendendo, simultaneamente, seus benefícios diretamente à comunidade.

Com efeito, cumprindo-se o cronograma de expansão da Universidade da Bahia, elaborado para a década de 50, foram criadas novas Unidades para o ensino da Música, da Dança e do Teatro, acompanhando-se, porém, o seu funcionamento, desde o início, da formação de conjuntos musicais (a Orquestra Sinfônica da UFBa., um Madrigal, um Coral, o Colégium Musicum, um Quinteto de Sopro e vários pequenos conjuntos: trios, quartetos,

etc), bem como de grupos específicos de teatro (A Barca) e dança (Grupo de Dança Contemporânea)⁴

Um acontecimento da maior repercussão dentro da vida cultural do próprio país assinala, de maneira marcante, o início desse movimento de integração da Universidade com a comunidade: a realização, em julho de 1954, dos “Primeiros Seminários Internacionais de Música”.

Idealizados pelo maestro HANS JOACHIM KOELLREUTER, alemão de nascimento, mas já radicado no Brasil desde 1937, os Seminários tiveram, de pronto, o entusiástico apoio do Reitor Edgar Santos que, pessoalmente, se empenhou para que voltassem a realizar-se, o que de fato ocorreu, sucessivamente, durante o mês de julho, até 1959.

Estava lançada a semente que viria a produzir toda uma geração de artistas, com alto nível de cultura musical e com uma apreciável soma de conhecimentos correlatos, consequência bem sucedida de um processo de formação eficiente e atualizado.

Outro grande resultado da realização dos “Primeiros Seminários Internacionais de Música” – este de efeito bem mais duradouro – foi a criação das novas escolas de artes: em 1955, a própria unidade de ensino musical, chamada significativamente de Seminários Livres de Música, a que se seguiram, em 1956, a Escola de Teatro e a Escola de Dança.

As três escolas de artes começaram a desenvolver intensa atividade, não só aperfeiçoando o pessoal existente, como também preparando novos profissionais, através dos cursos que foram criados, mas, sobretudo, levando sua ação à comunidade através da apresentação dos concertos e espetáculos que passaram a oferecer a um público sempre crescente.

Além de coordenar o ensino com as atividades artísticas no meio profissional, as três escolas desenvolveram um notável esforço de integração inter-arte, objetivando expandir sua participação sócio-cultural.

Igualmente no âmbito da pesquisa e criação, é extraordinária a produção que se vem acumulando, e a sua divulgação tem contribuído para projetar e consagrar seus autores e a Universidade Federal da Bahia.

Nos dias de hoje, quando já foram decorridas mais de cinco décadas, desde a sua criação, não podemos deixar de reconhecer, ao analisar criticamente o processo de revitalização que se operou no nosso meio cultural, que dois fatores contribuíram, de maneira decisiva, para o estágio a que pudemos chegar.

1º - A integração de atividade artística na constelação ensino-pesquisa-extensão, o que é equivale dizer a interdependência necessária do binômio criador-intérprete;

2º - A organização de um corpo docente de alto nível, que teria de ser inicialmente constituído de professores provenientes de outros centros de nível cultural mais avançado do que o nosso, até que pudessem ser substituídos pelas novas gerações por eles formadas.

É no âmbito deste processo de efeito multiplicador planejado, que vamos encontrar a influência marcante da cultura alemã.

Iniciemos pelo primeiro deles, o maestro HANS JOACHIM KOELLREUTTER, que nasceu em Freiburg em 1915, estabeleceu-se no Brasil a partir de 1937, permanecendo na Bahia de 1954 até 1962. Fez seus estudos musicais na “Akade-

mische Hochschule für Musik” em Berlim e no Conservatório de Música em Genebra. Estudou Composição e Direção de Coro com KURT THOMAS, dedicando-se à regência de orquestra sob a orientação de HERMANN SCHERCHEN. Flautista, regente, compositor, professor de música, antes de vir para Bahia foi diretor dos Cursos de Férias da Pró-Arte, em Teresópolis, da Escola Livre de Música de São Paulo, fundador do grupo Musica Viva, do Rio, além de ter participado de vários cursos internacionais.

Na Bahia, não só idealizou e coordenou a realização dos Primeiros Seminários Internacionais de Música, e dos que os sucederam, como foi o responsável pela criação e organização didática da nova unidade de formação profissional, da qual foi diretor até 1952. Durante a sua gestão, estruturou a escola como unidade de ensino–pesquisa–extensão e constituiu o seu corpo docente com artistas que fez vir de outros Estados do Brasil e do exterior, todos com a dupla função de atuar como professor e instrumentista.

Os primeiros vieram já em 1955: os irmãos BENDA (SEBASTIAN e LOLA) pianista e violinista, respectivamente; MAX YRTH, pianista; WALTER SMETAK, violoncelista e luthaio; MAYA SMETAK, pianista; ULLA HUNZIKER, flautista e MOYSES MANDEL, violinista – estes dois últimos aqui chegaram inicialmente ainda como alunos, vindo logo depois a atuar como instrumentistas e docentes.

Em 1956, veio ERNST WIDMER, maestro e compositor

Em 1957, aqui chegou HILDE SINNEK, professora de Canto.

Em 1958, foram selecionados por concurso para trabalhar na UFBA os seguintes músicos: ADAM FIRNEKAES, fagotista; ARMIM GUTHMANN, flautista; GEORG MEHRWEIN, oboísta; GEORG SERETZKE, clarinetista; HORST SCHWEBEL,

trompista; PETER JAKOBS, contrabaixista; VOLKER WILLE, trompista.

Em 1959, vieram JOHANNES HOEMBERG, maestro e professor de Regência, Orgão e Harmonia; MARTIN KELTERBORN, técnico de afinação de piano e cravo.

Em 1960, GUNTER GOLDMANN, contrabaixista.

Em 1961, LOTHAR GERBARDT, violinista; PETER ORLAMUND, trompista; HANS GOERG SCHEUERMANN, violista; URSULA SCHLEICHER harpista; WERNER ZENNER, timpanista e depois trompista.

Em 1962, WALTER ENDRES (para substituir SERETZKE) e GERALD SEVERIN (em lugar de MEHRWEIN).

Em 1965, WILFRIED BERK, clarinetista.

Em 1970, ERNST KONTWING, maestro.

Em 1972, HEINRICH ALBERT PFAR, cantor.

De todos esses nomes citados, continuaram na Bahia SMETAK, WIDMER, SCHWEBEL e JAKOBS.

WALTER SMETAK, natural de Zurique, radicou-se no Brasil desde 1937, primeiramente em Porto Alegre, depois São Paulo e Rio, transferindo-se então para a Bahia. Além de ser professor e tocar na orquestra, SMETAK inventou e fabricou instrumentos, compondo músicas experimentais especialmente para eles. Criou mais de cem desses instrumentos, alguns dos quais denominou de “plásticas sonoras”, por serem verdadeiras obras de arte plástica, tendo, inclusive, recebido o prêmio de pesquisa da . Bienal de Artes Plásticas da Bahia (1967).

HORST SCHWEBEL e PETER JAKOBS vieram para a Bahia na mesma época, 1958, o primeiro, trompetista e o segundo, contrabaixista.

PETER JAKOBS é natural de Essen, onde nasceu em 1930. Estudou contrabaixo no Conservatório de Wuerzburg, tendo feito, posteriormente, já nos Seminários de Música, cursos de Flauta Doce e Afinador de Piano. É contrabaixista-Spalla da Orquestra Sinfônica da UFBa., membro do Conjunto de Música Contemporânea e professor de Contrabaixo.

HORST SCHWEBEL é originário de Kandel.. Lá nasceu em 1935. Estudou Trompete na “Badische Hochschule für Musik, em Karlsruhe. Além de Trompete, também ensina Regência Suplementar para Coral e Banda e Música de Câmara para Instrumentos de Sopro. Além de integrar a orquestra, toca no Conjunto de Metais e é Regente de um Conjunto de Sopro.

ERNST WIDMER nasceu em Aarau, Suíça, em 1927, tendo estudado Piano, Composição e Educação Musical no Conservatório de Zurique. Veio para Salvador em 1956, acompanhando, desde então e até seu falecimento, todo o movimento cultural que se desenvolveu especialmente na Bahia, sendo um dos seus mais atuantes agentes. Foi Professor de Composição e Percepção Musical, tendo exercido, também, importantes funções na administração universitária. Foi membro fundador do Grupo de Compositores da Bahia e do Conjunto Música Nova, autor de várias dezenas de peças musicais, detentor de diversos prêmios em concursos realizados no Brasil e no exterior, pianista e regente de inúmeros concertos, tendo sido, sem dúvida, uma das figuras mais expressivas da música contemporânea.

A atuação do Maestro Koellreuter não se limitou apenas ao Seminário de Música. Também a Escola de Dança foi atingida pelo influxo da mesma linha de ação.

Criada em 1956, com a finalidade de trazer para a Universidade o ensino e o estudo da Dança, através de cursos de formação de profissionais especializados, ou seja – dançarinos, coreógrafos e professores de dança – a Escola preocupou-se, desde o princípio, com a estruturação de suas atividades em torno do eixo ensino-pesquisa-extensão.

Dirigiu-a, inicialmente, a Profª JANKA RUDZKA, polonesa de nascimento, mas de formação alemã, que já se encontrava no Brasil, ensinando dança em São Paulo. Por sugestão de Koellreuter, que conhecia o seu trabalho, JANKA RUDZKA foi convidada pelo Reitor Edgar Santos para dirigir a nova Unidade de ensino.

Além de introduzir, no nosso meio, a Dança Moderna, mostrando-a, ao vivo, ao público baiano, JANKA RUDZKA orientou o seu trabalho, no sentido de fazer do ensino da Dança não apenas um mero passatempo, desenvolvendo todo um processo de formação, apoiado em técnicas específicas. Ao mesmo tempo, preocupou-se com estudos relativos ao aproveitamento do folclore regional, usando elementos artísticos para revitalizá-lo.

Após três anos de um trabalho profícuo, JANKA RUDZKA deixou a Bahia em 1959 e para substituí-la já em 1960 chegava ROLF GELEWSKI, também convidado por Koellreuter. Nascido em 1930, em Berlim, GELEWSKI estudou dança naquela cidade, onde permaneceu até 1960, como dançarino solista do Teatro Metropolitano e como coreógrafo de suas próprias danças e recitais solísticos pelo país, ao mesmo tempo em que também desenvolvia atividades de professor.

O trabalho inicial de GELEWSKI foi dar à Escola de Dança uma estruturação didática, definindo-lhe currículos e programas, fixando métodos de ensino e desenvolvendo técnicas que melhor levassem os alunos a uma formação adequada. A impor-

tância e o significado desse trabalho pioneiro, pois a Escola de Dança da Bahia foi a primeira no Brasil a estruturar-se como Unidade de Ensino Superior com currículo organizado, foram reconhecidos pelo Conselho Federal de Educação que nele se baseou para fixação, em âmbito nacional, do currículo mínimo dos Cursos de Dança.

A atuação de GELEWSKI não se limitou ao campo administrativo. Foi professor de várias disciplinas, tendo inúmeros trabalhos publicados e muitos mimeografados, que continuam a ser utilizados pelos docentes que o sucederam e que ajudou a formar. Na Extensão, enfatizou o trabalho do Grupo de Dança Contemporânea da Bahia, de cujas apresentações, levadas a muitas cidades do Brasil, foi não só diretor (até 1971), mas também coreógrafo, figurinista e solista.

Pela Escola de Dança ainda passaram outros professores de formação alemã, que, no início de seu funcionamento, muito contribuíram para sua consolidação como Unidade de Ensino Superior, tais como: MONIKA KRUGMANN, que foi convidada por Gelewski, em 1964, para ensinar Ballet Clássico, tendo, também integrado o Grupo de Dança; RUDOLF PIFFL que, de 1964 a 1972, ensinou Dança de Caráter e Metodologia da Dança; FRED TRAGUTH que, em 1965, atuou como dançarino e coreógrafo; ARMGARD VON BARDELEBEN, que de 1967 a 1969 ensinou Técnica de Martha Graham; ROGER GEORGE, que de 1969 a 1970 lecionou Técnica, Composição e Coreografia.

Na Escola de Teatro, diferentemente do que ocorreu nas Unidades de Música e Dança, a influência alemã não se fez presente no seu processo de criação e início de funcionamento, mas pode ser observada, através da apresentação de peças de autores alemães, tais como BRECHT (A ópera dos três tostões). BÜCHNER (Leonice e Lena); MAX FRISH (Biedermann e os incendiários); BORCHERT (A rua sem portas).

Desde 1969, a Escola de Teatro vem contando com a colaboração de EDWALD HACKLER JR. como Professor de História da Arte, Artes Visuais, Iluminação e Cenografia. Além da docência, HACKLER ainda desenvolveu intensa atividade no âmbito das artes cênicas – direção de peças, concepção de cenários e figurinos – bem como no âmbito das artes visuais, de modo geral, inclusive artes gráficas.

Ainda no campo das artes, não podemos deixar de destacar o papel preponderante que o MUSEU DE ARTE SACRA vem desempenhando no nosso panorama cultural.

Apontado como uma das maiores obras realizadas na Bahia nos últimos tempos, deve-se a sua criação igualmente ao espírito empreendedor do Reitor Edgar Santos, que o idealizou e batalhou tenazmente, em várias esferas da administração públicas, para vê-lo concretizado, inaugurando-o em 1959, por ocasião do IV COLÓQUIO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS.

Foi um monge alemão, D. CLEMENTE DA SILVA NIGRA, seu primeiro diretor, permanecendo no cargo até 1972..

D. CLEMENTE desenvolveu todo o trabalho de consolidação da estrutura do museu, desde a organização e montagem do riquíssimo acervo que reuniu um imenso tesouro de arte religiosa, até então disperso em igrejas e residências particulares, como também instalou e fez funcionar os diversos serviços museológicos – arquivo, documentação, restauração – iniciando, ainda, um programa de exposições.

O Museu de Arte Sacra, órgão suplementar da Universidade Federal da Bahia, foi o primeiro estabelecimento de caráter museológico dedicado à arte sacra, a ser instalado no Brasil. Através dele se teve, pela primeira vez, uma visão didática e selecionada dos diversos aspectos da arte sacra, desde a pintura, escultura, ourivesaria, mobiliário, talhas, parâmetros, etc.

Com a realização desse trabalho notável, D. CLEMENTE levou o nome da nossa arte para além das fronteiras do país, revelando uma intensa e valiosa produção artística, que até então não houvera sido devidamente considerada.

Diante do que acabamos de expor, cremos ter sobejamente demonstrado como foi e continua a ser, da mais alta relevância, a presença alemã no panorama artístico da Bahia nos últimos anos.

1. - Cf. CARLOS OTT, *Influência alemã no barroco luso-brasileiro*. In: *Universitas-Revista de Cultura da Ufba*. nº 2 Salvador, Dep. Cultural da UFBa., 1969, p. 67.
2. Cf. Notícia Histórica da Universidade da Bahia, Dep. Cultural da Reitoria da Ufba., 1967 p.15
3. Cf. MANOEL QUERINO, Pintores Baianos (Indicações Bibliográficas), Rio, Imprensa Nacional, 1909.
4. Cf. Notícia Histórica da Universidade da Bahia, Dep. Cultural da Reitoria da Ufba., 1967

Passagem da Família Real Portuguesa por Cabo Verde a caminho do Brasil: Acontecimento revelador do papel das ilhas nas ligações transatlânticas

Laurenço Gomes (Universidade de Cabo Verde)

Sumário:

Introdução

1. O papel de Cabo Verde nas ligações transatlânticas
2. Das rupturas políticas e grandes abalos europeus à retirada da família real portuguesa para o Brasil Conclusão

Resumo:

O interesse pela passagem pelo arquipélago de Cabo Verde foi-se consolidando na posição geográfica privilegiada detida por estas ilhas. E, por força da estratégica localização em pleno Atlântico, que desde cedo conservou, desempenhou um papel de destaque na viabilização do circuito comercial que envolvia todo o mundo atlântico e no apoio logístico às navegações europeias que cruzavam o oceano. Assim, favoreceu a ligação entre a Europa e a América e, naturalmente, entre Portugal e o Brasil, percurso transcorrido pela família real portuguesa a caminho do Brasil entre finais de 1807 e inícios de 1808.

Introdução

Este trabalho sobre a passagem da família real portuguesa, pelo Arquipélago de Cabo Verde, a caminho do Brasil, visa realçar esse acontecimento como uma das evidências do secular papel destas ilhas nas ligações transatlânticas.

É neste sentido, que se nos afigura salientar que, no meio de muitas incertezas, relativamente, a vários factos que envolvem o processo histórico de Cabo Verde, é inquestionável e evidente a importância que o arquipélago teve ao longo de vários séculos na ligação entre as rotas transatlânticas, designadamente, o eixo euro-americano.

1. O papel das ilhas de Cabo Verde nas ligações transatlânticas

O interesse secular pela passagem ao arquipélago de Cabo Verde foi-se consolidando, ao longo do tempo, após a descoberta das ilhas entre 1460 e 1462, na sua posição geográfica privilegiada. Importa salientar que o arquipélago em apreço está localizado no oceano Atlântico, a cerca de 450 – 500 km do promontório africano donde lhe adveio o nome, mesmo em frente ao Senegal entre os paralelos 17° 13' e 14 ° 48' de latitude norte e os meridianos 22° 42' e 25° 22' a Oeste de Greenwich.² Por força da estratégica localização em pleno Atlântico, cuja importância desde cedo conservou, desempenhou papel de destaque não só na viabilização do circuito comercial que abarcava as diversas potências europeias em todo o mundo atlântico,³ mas também, no apoio logístico às navegações portuguesas que cru-

² Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira Vol. V. Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Lda. S/D, p. 282

³ CORREIA E SILVA, António – Cabo-Verde na geopolítica do Atlântico. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord.) – História Geral de Cabo verde Vol II. Lisboa/Praia: Instituto de investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001, pp.1-13.

zavam o oceano, ligando Europa, América e Ásia⁴. Assim, se favoreceu a ligação entre a Europa e a América e, naturalmente, entre Portugal e o Brasil, percurso transcorrido pela família real portuguesa a caminho do Brasil, entre finais de 1807 e 1808.

A respeito da conveniência da passagem pelas ilhas de Cabo Verde, o Padre António Brásio enfatiza o papel do Arquipélago nas ligações acima referidas, a partir do século XVI, com base na carta dirigida à Sua Majestade, pelo contador João Rodrigues em 1549, onde deixava expresso nas suas narrações com referência ao fluxo de navegação que escalava a ilha de Santiago sublinhando que, *vai crescendo por razão que toda a navegação de Brasil e de Peru e das Antilhas de S. Tomé para todas é reparo*.⁵

De acordo com documentação datada do segundo século de ocupação da ilha de Santiago, na preparação das viagens marítimas entre Portugal e Brasil, esperando-se passar por Cabo Verde, desde o século XVI, os navegadores recebiam instruções acerca da viagem nestes termos: *farão seu caminho directo à ilha de Santiago ou irão à ilha de S. Nicolau, em caso de necessidade por motivo de doença na ilha de Santiago (...)*⁶. Este e o excerto acima revelam a importância da escala das ilhas de Cabo Verde, a que pode acrescentar-se a referência que *par la passèrent Vasco da Gama, Bartolomeu Dias, Afonso de Albuquerque, Sebastião*

⁴ LOPES FILHO, João – O Forte do Príncipe Real e da Defesa da Ilha de S. Nicolau. Cascais, Patrimónia, 1998, p. 14.

⁵ Cf. BRÁSIO, António – Monumenta Missionária Africana 2ª série Vol. II, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1963, p. 395.

⁶ Cf. LOPES FILHO, João – Op. Cit, p. 77, referindo-se aos sete únicos documentos de 1500 conservados em Lisboa, referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral, publicados pela Agência Geral do Ultramar.

*del Cano avec ce qui testait de l'Armada de Fernão de Magalhães et tant d'autres*⁷.

Ainda relativamente ao hábito da passagem por estas ilhas, acentuava-se na altura que Cabo Verde, em especial a ilha de Santiago era:

*(...) a grande escala para as naus e navios de Sua Alteza e asi pêra os navios de S. Tomé e ilha do Príncipe e pêra os navios que vão do Brasil e da Mina e de todas as partes de Guiné, que quando aqui chegam perdidos e sem mantimentos e gente aqui são remediados e provido de tudo o que lhes faz mester (...)*⁸

Pelo conteúdo deste e de outros textos acima apresentados, fica evidente a importância da escala que foi o Arquipélago de Cabo Verde no passado, para as embarcações carentes de mantimentos e demais necessidades, para assim prosseguirem as suas viagens de idade e de regresso nas rotas transatlânticas, como foi o caso do percurso marítimo para o Brasil.

Apesar das alusões acima se remontarem ao século XVI em cujos alvares se destaca o feito de Pedro Álvares Cabral, durante o qual escalou estas ilhas a caminho do Brasil⁹, é nossa

⁷ ANDRADE Elisa – La formation des Villes au Cap –Vert. In : CAEN, Michel (dir) – Bourgues et Villes en Afrique Lusophone. Paris : L'Harmattan, 1989, p. 29.

⁸ Cf. História Geral de Cabo Verde: Corpo Documental, Vol I, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988, p. 214.

⁹ Para eternizar este facto, foi implantado na época do Estado Novo, na ilha de S. Nicolau, ao largo da qual passou Pedro Álvares Cabral a caminho do Brasil no dia 22 de Março de 1500, a poucos metros do Forte do Príncipe Real e da Defesa da Ilha de S. Nicolau, na localidade da preguiça para assinalar a gesta expansionista portuguesa protagonizada na altura pelo Navegador acima men-

convicção que os textos orientadores da viagem escritos no século XVI terão sido levados em consideração nos planos de viagem de épocas posteriores, servindo-se provavelmente, como bases das instruções para as frotas que almejassem atingir as terras de Vera Cruz.

2. Das fracturas políticas e grandes abalos europeus à retirada da família real portuguesa para o Brasil

Na mesma lógica daquilo que reportamos no ponto anterior a armada que fez o percurso de Portugal ao Brasil, levando a bordo a família real portuguesa, entre finais de 1807 e inícios de 1808, terá obedecido a um plano de viagem coerente com os textos orientadores do percurso desde séculos anteriores, incluindo por isso a passagem por Santiago, embora a meio da viagem D. João tenha decidido seguir, sem parar no arquipélago directamente ao Brasil, devido ao andamento da Esquadra que era *razoável e não faltavam água ou mantimentos*¹⁰.

A retirada da família real portuguesa, para o Brasil, tendo como personagem principal o regente D. João, príncipe herdeiro do trono luso, ainda em vida da mãe, a rainha D. Maria I, resultou de fracturas políticas e grandes abalos europeus em que estava envolvido Portugal, entre 1789 e 1815.¹¹ As contendidas opunham os blocos francês e Inglês. Esta realidade colocou Portugal, velho aliado inglês, numa situação de ter que enfrentar pressões dos

cionado

¹⁰ Este facto é relatado por Kennet H. Light, um estudioso que se tem interessado por esta questão e que descreve os detalhes da viagem, num artigo publicado *on line*, com base em fontes recolhidas na Inglaterra, mas que por imposição de restrição de texto não são extensivamente apresentados neste artigo.

¹¹ DREYFUS, Francois – George et all – História geral da Europa III. Lisboa: Publicações Europa América, 1996, pp. 71- 82.

beligerantes, no sentido do seu alinhamento e aliança, mediante actos concretos reveladores de um claro engajamento de um ou doutro lado.

Ante as ambiguidades da posição portuguesa descritas por José Hermano Saraiva,¹² tem lugar a invasão francesa em Novembro de 1807 e consequente ocupação de Portugal, pelos exércitos napoleónicos. *Quando o príncipe regente recebe a informação de que os franceses estavam perto de Lisboa, “achando-se a Real Família em Mafra”* foi convocado um conselho de Estado em que foi decidida a retirada para o Brasil.¹³ O regente D. João com a maior parte do governo e da corte iria refugiar-se no Novo Mundo,¹⁴ saindo do Tejo, a 27 de Novembro de 1807 pela manhã, numa Esquadra escoltada pelo esquadrão britânico, tal como reporta Kennet H. Light. De acordo com esse investigador, os navios começaram os preparativos para a viagem e partida não poderia ser adiada, pois num espaço de tempo de 18 horas depois, Junot, o comandante das tropas francesas e as suas forças, poderia alcançar Lisboa. Assim, a Família Real, embarcou, sendo deste modo distribuída: no Príncipe Real: Rainha D. Maria I, Príncipe Regente D. João, príncipe da Beira Infante D. Pedro, o seu irmão infante D. Miguel e o infante da Espanha D. Pedro Carlos; no Afonso de Albuquerque: seguia a princesa do Brasil D. Carlota Joaquina, com as suas filhas, as infantas D. Maria Isabel Francisca, D. Maria da Assunção, D. Ana de Jesus e a princesa da Beira infanta D. Maria Tereza; no Príncipe do Brasil viajavam: a princesa viúva D. Maria Francisca Benedita e a infanta D. Maria Ana, ambas irmãs da Rainha; e, na “Rainha de

¹² SARAIVA, José Hermano – História Concisa de Portugal.. Lisboa: publicações Europa-América, 1991, pp.263-266.

¹³ MEDINA, João – História de Portugal Vol. VIII. Barcelona: Ediclube, 1998, pp17-18.

¹⁴ MARQUES, António Henrique de oliveira – História de Portugal Vol II. Lisboa: Editorial Presença, 1998, p. 426.

Portugal” embarcaram as filhas de D. Carlota Joaquina, infantas D. Maria Francisca de Assis e D. Isabel Maria. A passagem de parte da frota da família real portuguesa por Cabo Verde tem a ver com o papel do arquipélago nas ligações transatlânticas, evidenciado no ponto anterior, enquanto ponto de apoio logístico às navegações que se sulcavam o oceano, no percurso entre a Europa e a América, designadamente entre Portugal e Brasil. Segundo José Hermano Saraiva, o embarque que contou com, além da família real atrás apresentada, nobres, muitos comerciantes ricos, os quadros superiores da administração, os juizes dos tribunais superiores, toda a criadagem do paço, num total de cerca de 10 mil pessoas, que incluíam a quase totalidade do aparelho estadual. A partida ocorreu em navios que estavam concentrados no Tejo.¹⁵

Acerca do nome da embarcação onde seguiu o Regente D. João, Senna Barcelos, aludindo ao príncipe regente a bordo da nau *Princeza Real*,¹⁶ apresenta uma informação quase coincidente com referência à mesma embarcação, feita por por Kennet H. Light, que assume a designação do barco como sendo príncipe real.¹⁷ Este último autor baseia-se em estudos elaborados a partir de documentos descobertos no Arquivo Nacional de Londres¹⁸ e menciona no artigo, já referido, publicado *on line*, o seu acesso aos livros de quartos de todos os navios que bloqueavam o Tejo

¹⁵ SARAIVA, José Hermano – História Concisa de Portugal. Lisboa: publicações Europa-América, 1991, pp.267.

¹⁶ BARCELOS, José Christiano de Senna – Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné Vol II. Com notas e comentários de Daniel Pereira. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, pp. 154-155.

¹⁷ Cf. <http://www.ihp.org.br/docs/khl120000910.htm>, acesso em 07 de Dezembro de 2007.

¹⁸ Tais documentos referem-se aos livros de quartos de todos os navios que bloqueavam o Tejo em Novembro de 1807 e os que escoltaram a Esquadra portuguesa na sua jornada.

em Novembro de 1807 e os que escoltaram a Esquadra portuguesa na sua jornada.

Ao referir Senna Barcelos à nau Princesa Real, estará, a nosso ver, a associar a sua passagem por Cabo Verde, mais concretamente pelo porto da Praia, onde de resto, esteve parte da frota que acompanhava a família real, como sublinhou Kennet H. Light. *Partiram para os «rendez vous», previamente combinados, sucessivamente: oeste da Madeira, ao largo da Ilha de Palma (Canárias), e Praia, na Ilha de S. Tiago (Cabo Verde)*¹⁹.

Por esta altura, primeira década do século XIX, Praia retomava a sua dinâmica, refreada em épocas anterior pelos sucessivos ataques de corsários e piratas. Os indícios da tendência desse burgo e do respectivo porto em herdar a função de capital da anterior e monumental Ribeira Grande, numa sucessão que viria a ter lugar efectivamente no século XIX²⁰, seriam motivos de atracção das embarcações que escalavam estas ilhas. A nova dinâmica do burgo da Praia é evidente nas iniciativas do governo de António Lencastre (1808 – 1813). Este no seguimento de António Correia e Silva, chega a definir um plano de estruturação urbanística, contendo arruamentos, largos e praças, manda construir o Passeio Publico da vila, delineando assim, o desenvolvimento futuro da povoação.²¹

Enfim, chamou a nossa atenção, pelo interesse que revela, a constatação de Kennet H. Light, para uma clarificação quanto à passagem da família real por Cabo Verde. Particularmente, pelo burgo da Praia, referenciado acima, como estando no mo-

¹⁹ Cf. Kennet H. Light. In: <http://www.ihp.org.br/docs/khll20000910.htm>, acesso em 07 de Dezembro de 2007.

²⁰ CAHEN, Michel (dir) – Bourgs et Villes en Afrique Lusophone. Paris : L'Harmattan, 1989, pp. 29-31.

²¹ CORREIA e SILVA – Espaços Urbanos de Cabo Verde. Lisboa, CNCDP, 1998, p.54

mento da retoma do dinamismo que o havia de conduzir ao estatuto de cidade. Segundo tal constatação, no mesmo dia em que D. João decidiu ir, sem parar, ao Brasil - 21 de Dezembro de 1807 - um dos navios, “o Minerva”, fora enviado a S. Tiago, para avisar os demais navios da decisão do Príncipe Regente. Os relatos a que teve acesso o autor acrescentam que, os quatro navios, que tinham passado a noite parados perto da Madeira, entraram para fazer aguada em S. Tiago a 24 de Dezembro e cá encontraram o Minerva.

Conclusão

Em jeito de conclusão, se nos afigura destacar que, o acontecimento que correspondeu à passagem por Cabo Verde, de parte da frota que levava a família real portuguesa ao Brasil em 1807, testemunha o papel destas ilhas nas ligações transatlânticas, cujas evidências, fizemos questão de acentuar nos textos antigos, tendo sido também verificado a quase unanimidade dos vários autores consultados, quanto ao contributo para esse efeito da estratégica localização em pleno Atlântico, como ponto de apoio logístico às navegações europeias que cruzavam o oceano. Tentamos também com recurso aos resultados da investigação feita, em Inglaterra, por um estudioso desta matéria, esclarecer alguns aspectos pouco conhecidos sobre a passagem por Cabo Verde, de parte da frota portuguesa que levou a família real ao Brasil, sendo certo que mesmo não tendo aportado nestas ilhas, o navio onde seguia o Regente D. João, pelo menos passou nas suas águas.

Referências

- ANDRADE Elisa – La formation des Villes au Cap –Vert. In : CAEN, Michel (dir) – Bourgues et Villes en Afrique Lusophone. Paris : L'Harmattan, 1989.
- BARCELOS, José Christiano de Senna – Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné Vol II, com notas e comentários de Daniel Pereira. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003.
- BRÁSIO, António – Monumenta Missionária Africana 2ª série Vol. II, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1963.
- CAHEN, Michel (dir) – Bourgs et Villes en Afrique Lusophone. Paris : L'Harmattan, 1989.
- CORREIA e SILVA – Espaços Urbanos de Cabo Verde. Lisboa, CNCDP, 1998.
- CORREIA E SILVA, António – Cabo-Verde na geopolítica do Atlântico. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord.) – História Geral de Cabo verde Vol II. Lisboa/Praia: Instituto de investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001.
- DREYFUS, Francois –George et all – História geral da Europa III. Lisboa, Publicações Europa América, 1996.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira Vol. V. Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Lda., s/d.
- História Geral de Cabo Verde: Corpo Documental, Vol I, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988.
- <http://www.ihp.org.br/docs/khl120000910.htm>, acesso em 07 de Dezembro de 2007
- LOPES FILHO, João – O Forte do Príncipe Real e da Defesa da Ilha de S. Nicolau. Cascais, Patrimónia, 1998.
- MARQUES, António Henrique de oliveira – História de Portugal Vol II. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- MEDINA, João – História de Portugal Vol. VIII. Barcelona: Ediclube, 1998, pp17-18.
- SARAIVA, José Hermano – História Concisa de Portugal. Lisboa: Publicações Europa-América, 1991.

DISCURSO DE SAUDAÇÃO À PROFESSORA ADELAIDE RÓGERIO DE REZENDE NA POSSE DA CADEIRA N.º 2

NADJA MARIA VALVERDE VIANA

- Exmo.Sr. Professor Roberto Figueira Santos
Presidente da Academia Baiana de Educação
- Ilm^a Sr^a Professora Leda Jesuíno dos Santos
Eterna Presidente dês Academia
- Ilm^oSr. Professor Hermano Augusto Machado
Vice- Presidente da Academia Baiana de Educação

Senhoras Confreiras, Senhores Confrades,

Meus Senhores,Minhas Senhoras

É com muita honra e alegria que tentarei me desincumbir desta prazerosa tarefa de proferir a saudação à Professora Adelaide Rogério Rezende, dileta amiga, neste momento de sua posse na Cadeira nº 2 desta Academia, que tem como patrono o Dr. Alfredo Brito e último ocupante o Dr. Jair de Oliveira Santos, que ascendeu à categoria de seu Membro Emérito.

Quero agradecer à Confreira Maria Augusta da Cruz Abdon, quem indicou o nome da Professora Adelaide para compor conosco esta Academia, por ter declinado de sua natural designação para esse mister, que aliás, seguramente, sair-se-ia melhor que eu.

Em um belo 19 de janeiro, pleno verão, nascem radiantes na Barra do Rio Grande, os gêmeos Adelaide e Manoel, que chegam para aumentar a prole de Dr. Luiz Rogério de Souza e D. Maria Amélia Galvão de Souza, que já tinham quatro filhos: Luiz Rogério, Violeta, Margarida e Amélia.

Vêm eles ao mundo pelas mãos competentes do avô materno Dr. Manoel Galvão, renomado médico da Região. Nasce primeiro Adelaide, muito diferente de Manoel, não só pelo sexo, mas pelo físico. Adelaide pequenina, Manoel muito desenvolvido. Como em todos os outros nascimentos muita festa na família. Dr. Luiz Rogério vibrava e convidava os amigos para celebrar. Mas, desta vez os irmãos vibravam mais ainda pela grande novidade: eram gêmeos.

Em ajuda à Dona Maria Amélia, Violeta assumiu Manoel e Margarida Adelaide, as duas cuidavam deles como bonecos.

Depois, a família se completou com o nascimento de Augusto, o sétimo filho.

Desde os primeiros meses de vida, Adelaide já fazia suas peraltices. Berço único para os dois bebês. Um dia, Adelaide empurrou tanto Manoel, com os pezinhos, que o derrubou. Já mostrava como seria.

Sempre muito ligada à mãe, só queria ir onde ela ia. Colaborava com os afazeres domésticos, subindo em um banquinho para ajudar a lavar os pratos, muito compenetrada se achava adulta, um mocinha. Tem o biótipo da Família paterna, assim como a vaidade herdada da Tia Delamor.

Cresceu em berço de ouro! Dr. Luiz, apesar de todos os seus compromissos professorais e políticos, sempre foi um pai dedicadíssimo. A vida familiar desenvolvia-se todos em sua volta, reservava parte do tempo para ela.

Graduado em Medicina, aos 21 anos de idade, Dr. Luiz Rogério, logo se destacou como profissional ético, responsável e competente. Contratado pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, atuou no Hospital Couto Maia, no combate à Peste Bubônica. Mais tarde, colaborando com o Projeto de Interiorização de Programas de Saúde, foi enviado para a Cidade de Serrinha e depois para Barra, onde além do exercício da medicina, dedicou-se à educação. Lecionou Português, Higiene e Puericultura no Colégio Santa Eufrásia, onde foi professor de Dona Amélia, no Curso Normal. Enamorou-se da bela normalista, no fulgor de seus 15 anos, e com ela construiu uma belíssima vida conjugal, de verdadeiros companheiros e aliados.

Com o sogro, iniciou-se na vida política, tendo sido deputado estadual e participado intensamente do movimento integralista.

Em 1950, muda-se com toda a família para Salvador e logo é contratado como Professor Assistente de Dr. Armando Tavares, na Faculdade de Medicina da Bahia e também para lecionar no famoso Colégio Santa Bernadete. Mas, não abandona a clínica, bem montada na Rua Chile.

Dr. Luiz Rogério foi Secretário de Educação do Município de Salvador, por duas vezes nos Governos de Heitor Dias e Virgildásio Senna.

Convidado por Dr. Luiz Viana Filho para Chefe da Casa Civil, não aceitou, mas aquiesceu em ser membro do Conselho Estadual de Educação juntamente com Dr. Alexandre Leal Costa, Dr. Tobias Neto e tantos outros professores ilustres. De pronto, assumiu a responsabilidade de reorganizá-lo. Reestruturado, declinou da presidência, que foi exercida pelo Dr. Alexandre Leal Costa. No mandato seguinte, sucumbiu à pressão dos seus pares e assumiu a batuta, só deixando o C.E.E. quando veio a falecer.

Violeta qualificando o Pai, assim se expressou: “Foi um Presente para nós”. Foi presente porque foi presença e deixou como maior herança para os filhos o sentimento de família, de união. Por opinião unânime dos irmãos, Adelaide se parece muito com Dr. Luiz, é uma agregadora da família, promove as grandes reuniões familiares, é a “menininha da mãe”. Assemelhando-se tanto ao Pai não poderia pensar diferente, assim como ele proclamava ela também costuma afirmar: “Educação é Fundamental”.

Teve uma educação primorosa. Iniciou seus estudos no Colégio Ana Néri, tendo se transferida para o Colégio Jesus e Maria José, quando a família mudou-se para o Politeama. Concluído o Primário, foi selecionada para o Colégio de Aplicação da UFBA, onde cursou o ginásio e o colegial e como consequência natural do seu ambiente familiar e escolar prestou Vestibular para o Curso de Pedagogia da vetusta Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFBA, onde funcionava harmoniosamente o Aplicação. Muito estudiosa e aplicada, destacou-se academicamente. Complementando sua formação, participou do Curso de Pós graduação “Lato Sensu”, oferecido pelo Departamento de Assuntos Universitários do MEC, em convênio com a Universidade Federal do Ceará, em Métodos e Técnicas de Ensino e imediatamente após, deslocou-se a Minas Gerais para na Universidade Federal fazer o Mestrado em Planejamento e Administração de Ensino Superior.

Ingressou na Faculdade de Educação da UFBA, na época da implantação da Reforma Universitária, onde lecionou diversas disciplinas: Legislação Educacional, sua área predileta, Currículos e Programas, Didática, Estrutura e Funcionamento do Ensino e Projetos Educacionais.

Participou de diversos colegiados de cursos, comissões e núcleo de estudos, sempre se destacando não só pela competência

técnica, mas pelo senso de responsabilidade, compromisso e trato.

Inesperadamente, recém chegada de Minas Gerais, é convidada para dirigir o Serviço de **Seleção, Orientação e Avaliação** da UFBA.

Idos de 1976.

Reitorado do Professor Augusto da Silveira Mascarenhas.

Pró-Reitor de Graduação – Dr. Orlando Figueira Sales.

Superintendente Acadêmico – Professor Luiz Fernando da Fonseca.

Nesse ambiente acadêmico, com diferença de alguns poucos dias, não mais que sete, fomos, Adelaide e eu nomeadas ela, como já disse, Diretora do Serviço de Seleção e eu, Assessora do Reitor para Assuntos de Graduação.

Nascia naquele momento, há exatos 32 anos, uma relação profissional duradoura, que pela admiração, se tornou uma amizade muito sólida.

O modelo de gestão implantado por Orlando Sales, foi dos mais democráticos que vivi; definido por ele como um triunvirato, todos os assuntos eram tratados pelos três. E, como essa área sempre me interessou, rapidamente, me assenhorei de sua problemática, colaborando no que podia. Mas, foi mesmo no Reitorado do Confrade Rogério Vargens, com quem tive o prazer de trabalhar, inicialmente como Pró-Reitora de Graduação e em seguida Vice-Reitora, com a atribuição definida por Portaria, de coordenar a área acadêmica da UFBA, que nossa relação profissional se consolidou.

No Serviço de Seleção, Adelaide imprimiu um novo ritmo de trabalho. Desenhou uma nova estrutura reorganizando-o internamente, redefinindo os papéis e as funções dos colaboradores; desenvolveu rotinas modernas e racionalizadas para os processos de inscrição e aplicação de provas; novos modelos de seleção de ingressos para a UFBA; criou Banco de Dados com informações sobre os cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pelas instituições de ensino superior e diversos dados, sobre o Vestibular da UFBA, o que permitiu que trabalhos sobre o tema fossem realizados e apresentados em seminários organizados, em vários Estados brasileiros, pelo Ministério da Educação, além de ter criado o Centro de Informação Profissional, que muito colabora, até hoje, para a orientação dos jovens educandos.

Permaneceu à frente do Serviço de Seleção por 16 anos, tendo continuamente aprofundado seus conhecimentos nas áreas de Avaliação e Direito Educacional, seguindo a teoria Socrática: o que sei é que nada sei.

Além da UFBA, Adelaide teve passagem marcante em Administração e Gestão de Unidade Escolar no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, iniciando como Assistente Técnica, logo assumiu a Chefia do Setor de Orientação Pedagógica e depois a Diretoria do Centro de Formação Profissional Presidente Artur Fraga dessa Entidade. Era, então, Presidente do SENAC meu tio Deraldo Motta, que por diversas vezes externou por ela grande admiração, não só pela competência técnica, mas, pelo seu comprometimento social com a educação.

Inquieta, nada acomodada, quando se aposentou da UFBA, juntamente com a Professora Itana Marques, fundou a CONSULTEC – Consultoria em Projetos Educacionais e Concursos Ltda.

Começa aí a aflorar seu perfil empreendedor, nasce a empresária séria, gestora firme, olhos de águia, que a partir da

observação e análise do contexto enxerga à frente, alargando cada vez mais sua visão de futuro.

A Constituição de 1988, no seu artigo 209 vaticina: A educação é livre à iniciativa privada, mediante apenas dois compromissos: respeito às normas gerais da educação nacional e autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público. Assim, a partir de 31 de outubro de 1988, a educação deixa de ser uma concessão do Estado, mas uma atividade que o setor privado pode explorar, constituindo organizações com fins lucrativos.

A Educação Superior brasileira, até então, era extremamente elitista, oferecida às classes sociais mais altas, predominantemente por Universidades públicas (federais e estaduais), confessionais, filantrópicas ou sem fins lucrativos, e com raras exceções por instituições isoladas de ensino.

A partir daí, o cenário da educação superior muda muito, principalmente após a Lei Nº 9394, de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também com justa razão, conhecida como Lei Darcy Ribeiro, em homenagem a este excepcional antropólogo e educador, por ter sido seu relator na Câmara dos Deputados e sua última grande contribuição para com a educação nacional.

Essa Lei reorganiza os sistemas de ensino, define as competências dos entes federados: união, estados e municípios, flexibiliza a oferta da educação superior por instituições não universitárias, entre muitos outros avanços.

Como imediata consequência, inicia-se a expansão do ensino superior sobretudo quando o Plano Nacional de Educação, publicado em janeiro de 2001, estabelece como uma das metas para esse nível de ensino, que até 2011 30% dos jovens de 18 a 24 anos deverão estar matriculados em um curso de nível superior e também a política de universalização do ensino fundamental,

com a criação do Fundef, e seu efeito sobre o ensino médio. Além disso, havia uma enorme demanda reprimida, porque o percentual de brasileiros com nível superior era e ainda é muito pequeno.

Adelaide percebendo esse movimento passou a oferecer serviço de consultoria educacional, sendo responsável pela elaboração de muitos Projetos Pedagógicos, para credenciamento de instituições e autorização de cursos. Os projetos eram concebidos respeitando-se a visão, a missão e o negócio definidos pelo Mantenedor. Assim, cada projeto tinha uma identidade própria, era singular, resultando em experiências muito exitosas que contribuíram e continuam a contribuir para a expansão do ensino superior da Bahia e com seu desenvolvimento sócio-econômico e cultural.

Nessa época, crescia paralelo o setor de processos de seleção e vestibulares, das mais diversas naturezas, aliada à uma nova frente de trabalho, a realização de concursos públicos, avaliação de títulos e de currículos, perfazendo a incrível marca de seleção de cerca de 1 milhão de pessoas, para órgãos públicos e privados, prefeituras municipais e instituições de ensino superior, dentro e fora da Bahia.

Suas atividades, sempre voltadas para a educação, a cada dia se ampliam. Hoje Adelaide é Articuladora e Membro do Conselho Consultivo do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, em nosso Estado e Membro do Conselho de Responsabilidade Social Empresarial da FIEB, demonstrando ser o que como disse seu irmão Luiz Rogério: “Empresária séria, gestora firme, sem abandonar o humano e o social, tem visão empresarial muito boa, diferente de toda a família”.

Tem se dedicado a mais uma nova tarefa: Proferir palestras sobre Temas ligados ao Movimento de Responsabilidade

Social, conscientizando, a todos quantos tem oportunidade. do compromisso cidadão.

Poderia eu continuar aqui a dizer muito mais sobre esta pequenina mulher no que diz respeito à estatura, mas gigante por suas realizações.

Acumula 35 anos de vivência na área acadêmica, sendo 16 anos de experiência em Administração Superior na UFBA, 4 anos em Administração e Gestão de Unidade Escolar no SENAC, 17 anos em consultoria educacional, assessoria educacional a instituições educacionais de nível médio e superior, planejamento, controle e avaliação de atividades técnico-especializadas, coordenação de cursos e das equipes técnicas de elaboração das Orientações Curriculares Estaduais para o Ensino Médio e Sistema de Avaliação do Desempenho Escolar para a Rede Pública da Secretaria da Educação. Como fruto de toda essa bagagem publicou inúmeros artigos e “papers”.

Casada com Mario Rezende, a quem incentivou desde os primeiros momentos do namoro a fazer vestibular para a Escola de Administração da UFBA, nascendo aí à construção de uma vida de partilha e ajuda mútua, de rara cumplicidade, é mãe de Bernardo, que com Juliana, deu duas pérolas Maria Luiza e Bernardo Filho que lhe renovam a vida todos os dias; Gustavo que decidiu cursar Medicina Veterinária, na Universidade de Santa Cruz, trouxe alegria por vê-lo feliz, preparando-se para fazer o que gosta, tal ela, mas sofrendo a ausência da sua presença; e a linda Mariana que desde muito cedo se revelou sua amiga, repetindo a bela relação que tem com Dona Amélia. Adelaide é, posso afirmar uma matriarca dedicada, capaz de assumir tudo da família, sem sentimento de sobrecarga.

Todos nós, que temos o prazer de conviver com Adelaide, podemos com convicção definir o seu perfil afirmando: é perseverante e determinada, combatente, persegue um objetivo

até alcançá-lo, comprometida é capaz de sacrificar o pessoal pelo profissional, se doa sem medidas, dinâmica, corajosa, uma líder familiar, tem sempre os olhos voltados para o futuro, uma educadora.

A assunção de Adelaide à Cadeira de nº 2 desta Academia não se dá por acaso, pois o seu Patrono Dr. Alfredo Brito foi um médico-educador, tão dedicado à Faculdade de Medicina que para homenageá-lo denominaram o espaço mais primoroso do belo prédio do Terreiro de Jesus, Anfiteatro Alfredo Brito, que é uma relíquia para todos aqueles que lutam pela sua preservação. Seu último ocupante Dr. Jair de Oliveira Santos, médico-educador, com muito denodo, destacou-se no trabalho realizado à frente do Colegiado do Curso de Medicina, na Direção do Colégio Águia e da Faculdade Castro Alves. Seu Pai Dr. Luiz Rogério de Souza, também médico-educador que lhe serve de exemplo e modelo até hoje. Como médicos, libertaram seus pacientes das doenças, como educadores libertaram seus discípulos das trevas, pois somente a educação liberta e é capaz de transformar os homens, e como disse nossa querida Presidente de honra Professora Leda Jesuíno, em sua memorável fala, quando foi agraciada com o Título de Personalidade Educacional 2007: “A educação tem sua grandeza, toda ela embutida na sua missão maior – tornar o homem um ser feliz, proporcionando-lhe meios para o desenvolvimento de todas as suas potencialidades, para que possa ser e existir, ajustado consigo mesmo, com a natureza, o Universo, vivendo com plenitude, a condição humana...”. Educar para a felicidade e um sonho – e, como é bom sonhar!

Esta Academia, Adelaide, sabedora de que você comunga desses ideais, a recebe com galhardia, para engrossar as fileiras daqueles que, como você, acreditam na força transformadora da educação.

Seja bem vinda!
Muito obrigada.

COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM INTERNACIONAIS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA: POR UMA EDUCAÇÃO SEM DISTÂNCIA

Alfredo Eurico Rodrigues Matta
Secretaria da Educação do Estado da Bahia - SEC
SENAI-BAHIA/CIMATEC
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
10/2008

RESUMO

O estudo apresenta os resultados de 8 anos de pesquisa e experiências voltadas para a Construção de Comunidades Internacionais de Aprendizagem em Rede com expressão em Língua Portuguesa. Sendo assim fala-se do contexto histórico, cultural e de pesquisa realizada pertinentes; das conseqüências das pesquisas transformadas em práticas com Educação a Distância - EAD que foram efetivadas; de outras conseqüências da pesquisa aplicada no formato de ambientes WEB, novos projetos para a Internet e propostas de construção computacional; e finaliza apresentando algumas possibilidades e sugestões para encaminhamento futuro.

Palavras-chave *Comunidade de Aprendizagem Internacional, Educação a Distância, Comunidade de Países de Língua Portuguesa.*

1. Introdução

Desde a última década do século XX, fomos testemunhas e partícipes da emergência da Internet como ambiente mediador das mais diversas formas de relação social, dentre elas destacam-se as comunidades de aprendizagem em rede de computadores, muito importantes para este estudo (MATTA, 2006).

Comunidades em língua portuguesa, já são comuns, e também delas pudemos participar, mas apenas em caráter nacional, tanto em Portugal como no Brasil (KOMMERS, 2006 e MENDES, 2006). As comunidades internacionais de expressão portuguesa ainda são poucas. Mas estas primeiras iniciativas já marcam o espaço potencial do crescimento das práticas que desejamos e nos são muito necessárias.

2. Compreendendo o contexto

Desde a última década do século XX, fomos testemunhas e partícipes da emergência da Internet como ambiente mediador das mais diversas formas de relação social, dentre elas destacam-se as comunidades de aprendizagem em rede de computadores, muito importantes para este estudo (MATTA, 2006).

Comunidades em língua portuguesa, já são comuns, e também delas pudemos participar, mas apenas em caráter nacional, tanto em Portugal como no Brasil (KOMMERS, 2006 e MENDES, 2006). As comunidades internacionais de expressão portuguesa ainda são poucas. Mas estas primeiras iniciativas já marcam o espaço potencial do crescimento das práticas que desejamos e nos são muito necessárias.

São 8 os países de língua portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Além destes, em outras regiões como a Galícia na Espanha, a Venezuela, o Canadá, a França, a Índia a China e os Estados Unidos, e muitos outros, existem significativas populações que se expressam em português, ou em Galego, outra língua hispânica de base latina e de gramática e expressão diretamente compreensível.

Não podemos esquecer o fato de que são pelo menos 320 anos de história em comum, o que significa dizer de compartilhamento direto de nossas construções históricas. Independentemente do caráter destas antigas relações, o fato é que a história estabeleceu um vínculo de fraternidade entre estes povos, de maneira que, um cidadão brasileiro como eu, filho de Salvador, na Bahia, me sinto em casa e partilhando de minha cultura, seja em Lisboa, seja em Maputo. “Minha pátria é minha língua portuguesa” foi mesmo uma frase muito feliz do Fernando Pessoa.

Mais que a vontade nas manifestações culturais, está o compartilhamento de dificuldades e necessidades, que embora tenham suas particularidades em cada local e situação específica, guardam também um grau elevado de similitude, a ponto de podermos entender sempre a problemática da região ou local irmão que desejamos, e de sermos capazes de sugerir e apoiar com soluções que estejam a nosso alcance, tudo de forma familiar e como se estivéssemos falando de nós mesmos.

De fato uma coisa que observei estes anos de pesquisa foi que as similitudes entre nós são tantas, que fazemos questão de pontuar, destacar e até fortalecer, as diferenças que encontramos. É como se necessitássemos mostrar as diferenças a toda hora.

A Internet e o avanço da WEB estão oferecendo já há algum tempo, oportunidade para firmarmos novas dimensões de parceria e realização comunitária, em especial pelas nossas necessidades educacionais e a partir de desenvolvimento da educação a distância (CASTELLS, 2001).

De fato, o que pela força de impérios coloniais e ditaduras opressoras não se conseguiu manter unido, tem agora a chance de reunir-se em trabalho coletivo e igualitário a partir da herança cultural e histórica e das demandas educacionais de comunidades de cidadãos comuns de sociedade irmãs.

3. Alguns Estudos, Propostas e Práticas para EAD internacional de expressão portuguesa

O estudo e pesquisas sobre EAD em países de expressão portuguesa que realizo tem origem na iniciativa da Escola do Futuro - laboratório interdisciplinar de pesquisa da Universidade de São Paulo, na época presidida por Fredric Litto, que desde 1995, vem evoluindo na criação da Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. Em 2003 a idéia foi ampliada e rebatizada de Biblioteca Virtual do Estudante de Língua Portuguesa. Nesta mesma ocasião, foi apresentada a proposta de construção do CLAV – Comunidade Lusófona de Aprendizagem Virtual. Envolvido com a Escola do Futuro, trabalhando com Litto em alguns projetos, dentre eles na construção da Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED, fui me aproximando do tema e desejando trabalhar em favor da concretização da EAD Internacional em português.

Nossa maior atuação nesses estudos teve início em 2004 quando, no mês de setembro, se realizou em Salvador, o XI Con-

gresso Internacional da ABED. Este congresso hospedou e possibilitou a realização do I Encontro de Educação a Distância dos Países de Língua Portuguesa. Assumimos então a coordenação dos dois eventos ²².

Neste evento amadureceu a proposta de pós-doutoramento que se realizou em Portugal, junto parceiros portugueses, mas que também reuniu ações com Moçambique.

Entre setembro de 2005 e março de 2006, em Portugal, realizamos os estudos de pós-doutoramento voltados para investigar as condições de prática da EAD entre países de expressão portuguesa.

A investigação teve apoio da Universidade do Porto, com a parceria de João Paiva, da Universidade Aberta, e da moçambicana Academia de Ciências Policiais- ACIPOL. A pesquisa procurou verificar potencialidades e dificuldades para a realização de comunidades de aprendizagem em rede, que se expressassem em português (MATTA, 2007).

Antes de realizarmos os estudos sobre as potencialidade se dificuldades foi necessário aprimorar a concepção de comunidade de aprendizagem que pudesse ser considerada alternativa o o desenvolvimento recíproco e justo dos povos e sujeitos envolvidos.

O objeto de estudo de nossa pesquisa foi então definido como a Comunidade de Aprendizagem formada por sujeitos engajados na construção de praxis comuns de vida (WENGER, 2002). Qualquer grupo de sujeitos que, portanto, esteja envolvido na construção de um contexto de soluções práticas para a sua

²² ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA [ONLINE]. 11º. Congresso Internacional de Educação a distância. Disponível na url: <http://www.abed.org.br/congresso2004/>, versão 05/07/2005, capturado em 05/07/2005.

existência constitui uma comunidade de aprendizagem. São portanto sujeitos que compartilham o ambiente no qual pode realizar-se algum aspecto de suas vidas, e que sendo assim requerem e praticam a construção de aprendizagem colaborativa, ou seja de pertinência ao todo, mas também às singularidades dos sujeitos pessoais (VIGOTSKY, 1998; BAKHTIN, 2004).

Nesse início de século XXI podemos afirmar que os ambientes mediadores da existência de comunidades podem ser tanto presenciais como digitais e a distância, via WEB (FRAWLEY, 2000).

Todo sujeito, ao viver coletivamente, compartilha certas perspectivas de sua existência com a comunidade.

As potencialidades foram encontradas principalmente nos benefícios evidentes que serão conseguidos a partir do compartilhamento de soluções para questões comuns entre as várias regiões e localidades que venham a unir-se a partir de propostas e projetos educacionais realizados em comunidade. Outra potencialidade é a vantagem estratégica de ter parceiros distantes. O palco local e as contradições mais imediatas de cada contexto não é vivenciado pelos parceiros o que lhes garante a posição de colaboradores diante das dificuldades locais.

As maiores dificuldades levantadas foram:

- 1) a construção de temas e programas de aprendizagem com interesse comum, que atendam aos diversos sujeitos e manifestações das culturas de expressão portuguesa;
- 2) a construção de soluções para a certificação comum;
- 3) a construção de leis que flexibilizem a aceitação de processos pedagógicos de qualidade, em

detrimento de reservas de “mercado” ou de barreiras de ordem burocrática;

- 4) o desenvolvimento de soluções técnicas viáveis;
- 5) o desenvolvimento de modelos de gestão compartilhada.

As consequências deste período de estudos foram muitas. Uma delas é, foi a construção, junto com a Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED, a Universidade Aberta Portuguesa e a Universidade do Estado da Bahia, do I e do II Colóquios Luso-Brasileiro de EAD, respectivamente realizados em 2006 e 2007, a primeira em Salvador, Brasil, a segunda em Lisboa, Portugal. Estes primeiros eventos foram os provocadores do atual I Simpósio de EAD dos países de Língua Oficial Portuguesa. O esforço de estudo teve então o resultado de encontrar pares interessados e de fomentar a discussão internacional sobre o tema (UNEB, 2008).

Na prática da EAD comunitária, e na formação das primeiras comunidades de aprendizagem, alguns avanços foram feitos não sem dificuldades.

Desde 2006 foram realizadas 6 Defesas de Dissertação e Júris de Teses utilizando a mediação de vídeo-conferência envolvendo mestrados, professores e pesquisadores da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, e das portuguesas Universidade do Porto, Universidade de Coimbra e Universidade Aberta. Os procedimentos aconteceram a partir do período do pós-doutoramento quando estabelecemos alguns vínculos de participação em pesquisas brasileira por parte de professores portugueses. Mesmo após o término daquele período os vínculos de pesquisa permaneceram sendo construídos.

A partir das consultas e trocas de informações e fontes contínuas foi-se construindo a situação de realizar as defesas por vídeo-conferência. As defesas foram realizadas com exames de qualificação e de dissertação, aceitas pela legislação brasileira.

Apesar do sucesso dos trabalhos, e da continuidade dele, atualmente carecemos de regularidade e de um programa com regras claras e específicas, estando ainda o que acontece se realizando pelo desejo dos envolvidos. Outro aspecto negativo é que todas as defesas foram de mestrados brasileiros, não existindo ainda a aprovação de defesas por vídeo-conferência por instituições portuguesas.

O estímulo a este programa seria bastante útil tendo em vista significar a redução de custos de viagem, e mesmo assim obter a participação e colaboração em termos internacionais para pesquisas e trabalhos que envolvam nossos cientistas. Se pudéssemos ainda contar com mestrados e doutorados na África a mobilidade e enriquecimentos gerados seriam ainda maiores.

De fato a este compartilhamento dos momentos de defesa e júri de teses e dissertações, além de valorizar nossas ciências, abririam novas possibilidades de colaboração e de redução de custos na formação de pesquisadores de língua portuguesa, servindo ainda para aprimorar nossas pesquisas.

Outra iniciativa bem sucedida, decorrente destes primeiros estudos, foi o primeiro curso EAD internacional realizado pelo Consórcio da Universidades Estaduais Baianas, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC Rj e pela Universidade Aberta Portuguesa. Desde Novembro de 2007, e durante todo 2008, de um curso com professores em Lisboa, Salvador e Rio de Janeiro, estamos realizando o que, ao menos segundo nossos registros, seria o primeiro curso resultante de uma ini-

ciativa comunitária internacional de expressão portuguesa (IAT, 2008).

O curso foi projetado e gerido por professores das 3 instituições envolvidas o que significou um trabalho de gestão colaborativa e colegiada internacional do curso. O curso foi voltado para complemento de formação de professores de História, ou de outros professores da área de ciências humanas, e foi um curso sobre Temas de Cultura e História em Língua Portuguesa que atendeu cerca de 800 professores baianos que participaram ativamente e em diálogo com os professores do curso. O curso se deu por Internet e por vídeo-conferência.

As dificuldades maiores para que cursos como estes se realizem, portanto para que a própria perspectiva comunitária se realize, foram:

- a) Dificuldade em construir certificação para mais de um país
- b) Dificuldade em ter alunos de todos os países. Isso teria enriquecido a comunidade ainda mais. Os professores estavam em vários países, mas os alunos eram só brasileiros.
- c) Dificuldade técnica. Cabo Verde foi contatada e estava certa de participar por mais de uma vez. Pudemos contar com a presença do Prof. Lourenço Gomes que aguardava concecção. Infelizmente por 2 vezes não conseguimos e por isso Cabo Verde ficou fora de participar da comunidade, mesmo com todo o esforço. Foi uma grande frustração pois seria a África presente o que para brasileiros seria importantíssimo.
- d) Tivemos problemas também com a construção do

conteúdo em Moodle.

Esta primeira experiência nos estimula a propor novos cursos. Estamos agora planejando um curso de especialização. O tema de interesse comum seria a Literatura em Língua Portuguesa. O projeto propõe construir um curso de Literatura com cada centro, em cada país, se responsabilizando em falar do autor que lhe pertence em nacionalidade, proporcionando o debate em toda a rede comunitária.

São ainda pequenos e iniciais exemplos, cercados de toda sorte de dificuldades, mas que levam a qualidade do pioneirismo e do desbravamento de saberes ainda pouco explorados, o da colaboração e aprendizagem em rede internacional de expressão portuguesa.

Esperamos contar com a UAb e outras instituições para que o programa possa desenvolver-se e atingir os benefícios e possibilidades que já antevemos.

Foram 2 anos de primeiras experiências que tem nos dado muitas novas perspectivas e aprendizagem.

4. Conclusão

As experiências acumuladas em estudos, realização e participação em eventos e reuniões, em programas de interação e educação a distância, nos permite sugerir caminhos que podem facilitar a emergência forte de um ambiente digital capaz de dar suporte às comunidades de aprendizagem em rede de que falamos.

As características que hoje pensamos são indispensáveis para que as comunidades de aprendizagem de língua portuguesa funcionem são:

1. Construção de um ambiente virtual comum que articulem o uso de sistemas virtuais de aprendizagem, como o exemplo do moodle;
2. Construção de repositório de dados e informações, vídeos, softwares educacionais, laboratórios virtuais e outros;
3. Construção de política de compartilhamento de Pós-graduação e pesquisa;
4. Construção de política de certificação internacional;
5. Construção de políticas de fomento e financiamento das iniciativas colaborativas;
6. Construção de rede de compartilhamento de áudio-visuais;

A lista destas características não pretende ser completa, mas sim um sinalizador construído a partir de nossas experiências práticas.

A iniciativa de construir a rede comunitária em questão é complexa o suficiente para tomar alguns dos anos de esforço que certamente teremos.

O que apresentamos é uma experiência concreta de construção colaborativa e esperamos que possa ser útil para o aprimoramento futuro.

5. Referências bibliográficas (a refazer)

- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. S. Paulo: Hucitec, 2004.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. S. Paulo: Paz e terra, 2001.
- FRAWLEY, Willian. **Vygotsky e a ciência cognitiva: linguagem e integração das mentes social e computacional**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- IAT. Temas de Cultura e História em língua Portuguesa. **Instituto Anísio Teixeira**. Disponível em: <www.sec.ba.gov.br/secr>. Acesso em: 20 ago. 2008.
- MATTA, A. E. R. ; PAIVA, J. C. . Construction of international communities in Portuguese. **International Journal of Web Based Communities**, v. 3, p. 219-228, 2007.
- UNEB. I Colóquio Luso-Brasileiro de EAD. **Universidade do Estado da Bahia**. Disponível em: <www.uneb.br>. Acesso em: 20 ago. 2008.
- VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1998
- WENGER, Etienne, McDERMOTT, Richard e SNYDER, Willian. **Cultivating communities of practice**. Boston: HBS Press, 2002

**PARECER SOBRE A CONCESSÃO DO REGISTRO
PROFISSIONAL DE CONTABILISTA
EXCLUSIVAMENTE AO GRADUADO
EM NÍVEL SUPERIOR -
BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Alírio Fernando Barbosa de Souza, D.Ed.
Edivaldo Machado Boaventura, Ph.D.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 sepultou definitivamente o registro profissional para o Técnico em Contabilidade, nos moldes previstos no Decreto-Lei 9.295 de 27 de maio de 1946 e legislação à época recepcionada, ou ainda mesmo na legislação atualizadora daquele diploma legal.

Fê-lo assim o atual Diploma Legal da Educação em concordância com o Decreto-Lei 4.657, de 04 de setembro de 1942, Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, o qual estabelece em seu Art.2º, §1º que **“a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior”**.

A matéria tratada no Decreto-Lei 9.295/1946, o registro profissional para o Técnico em Contabilidade foi derogada. Não existe mais aquele Técnico em Contabilidade. É a instauração de uma nova era para o Contabilista, a época da formação de nível superior, a qual, antevista no magistério do prof. A.Lopes de Sá é assim declarada na parte introdutória de seu livro **Teoria da Contabilidade Superior** (Belo Horizonte: UNA, 1994):

“Esta é uma obra dedicada a esta nova era da preparação superior dos Contadores, destinada a elevá-los ao mais refinado conhecimento na hierarquia do nosso saber. O conhecimento aqui desenvolvido é eminentemente de nível superior, ainda que introdutório. Não cuida esse livro de ‘como escriturar’, nem de ‘como demonstrar’, nem que normas se seguem para fazer tais trabalhos materiais. Essa é uma obra do intelecto, visando a evidenciar ‘o que se deve entender por Contabilidade Científica’, a partir Da ‘lógica do Conhecimento do Objeto Científico’. É, por conseguinte, trabalho realizado para atender ao nível superior, ou seja, a uma preparação para ‘Ciências Contábeis’ e não para tecnologias ou aplicações de tais ciências (págs. 9/10).

Esse novo tempo da formação contábil, antes restrito aos poucos privilegiados preparados por escolas superiores, adquire nova dimensão com o advento da Lei 9394/1996, pela multiplicação de cursos superiores de Ciências Contábeis e a disseminação da pós-graduação *lato sensu*.

Atualmente, pensar no Contabilista é pensar em alguém com formação superior, sem ignorar o que expressamente determina o supra citado Decreto-Lei 4657/1942 em seu Art. 6º, *caput*: “a lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada”.

Dessa maneira, ressalvado o direito adquirido, abre-se ao Contabilista, atual e futuramente, uma promissora perspectiva de formação de nível superior, alimentada pela contínua possibilidade de crescimento intelectual. Essa procura, refletida na crescente busca pelos cursos de pós-graduação em todos os rincões do País,

não mais é o coroamento de uma vida intelectual, mas é sobretudo uma necessidade de contínuo aperfeiçoamento, retratando a realidade e moldando o futuro.

O novo curso técnico, inovadamente regulamentado pela novel legislação, de formato ainda em definição, não será o mesmo havido até o advento da Lei 9394/1996, conforme demonstram a própria LDB, o Decreto 2208/97, o Parecer 16/99 e a Resolução 04/99. Daí a derrogação do Decreto-Lei 9295/1946.

Entretanto, apesar das críticas, houve por bem o Legislador de 1946 em conceder o registro profissional ao Técnico em Contabilidade, estendido posteriormente, por força de determinação legal a todos aqueles abrigados pela denominação de “guarda-livros”, expressão essa também consagrada na língua inglesa, *book-keeper*.

A realidade social, econômica e principalmente educacional do País não comportava àquela altura uma medida que seria extremamente elitista, além de entravadora das necessárias relações que a Contabilidade promove entre o Estado e os cidadãos. Privar em 1946 o Técnico em Contabilidade e seus equivalentes do registro profissional, seria uma atitude de conseqüências imponderáveis, tais como colaborar para entravar a economia ou, no mínimo, contribuir para a prática de uma anomia fiscal, se isso é possível, em que certamente preponderaria o poder de império do Estado.

Nunca é demais lembrar que até a década de 1940 era este País um grande entreposto comercial, atividade essa iniciada no próprio princípio da colonização. Herdaram-se do colonizador legislações conhecidas como “Ordenações Manoelinas” e depois, por força de acontecimentos políticos, as “Ordenações Filipinas”, essas ainda presentes quando do estabelecimento do Estado brasileiro. Provavelmente como uma natural decorrência da atividade

econômica que permeava o tecido social, o comércio, a nossa primeira grande lei é o Código Comercial, promulgado em 1850, sessenta e cinco anos antes do Código Civil. Uma lei que, ao identificar o comerciante, estabelecer seus direitos e deveres, simultaneamente arregimentou também a figura do Contabilista, à época, provavelmente, apenas o “guarda-livros”.

Vive-se uma época de mudança social acelerada. As leis, instrumentos de equilíbrio da dinâmica social, acompanham o ciclo vital humano: surgem, vigem e são ultrapassadas. A tecnologia avança. Novas leis são necessárias. E os cursos chamados de técnicos terão, por força de todas as modificações, uma estrutura diferenciada e vestirão nova roupagem, como atendimento às necessidades sociais, econômicas, políticas e educacionais emergentes. Assim, ao modificar-se a estruturação dos cursos técnicos desapareceram as regulamentações havidas. Novas regulamentações surgiram, mas dentro de um novo contexto já constatado pelo prof. Cláudio de Moura Castro, em polêmico artigo publicado na Revista Veja intitulado “Capitalismo de meia-tijela” (VEJA, nº 1804, p.20).

Naquele artigo o conhecido intelectual diz, justificando outra querela educacional, “que se perdeu irreversivelmente a biunivocidade diploma-profissão – como de resto já havia ocorrido em todos os países avançados”.

Trata-se de uma referência a diplomas de nível superior os quais, nos países desenvolvidos não bastam para garantir a profissão, sendo muito mais um instrumento do exercício da cidadania. Logicamente uma afirmação dessa natureza desperta curiosidade em saber onde, além do diploma de nível superior espreça-se a garantia profissional. Em verdade essa garantia está cada vez mais assegurada por dois outros fatores exigidos, inclusive no Brasil: a competência e a pós-graduação. Em relação à

competência, os conselhos profissionais estão cada vez mais preocupados. Quanto à pós-graduação, a sociedade está a exigir.

Em relação aos diplomas de profissões técnicas (LDB, art.36,§2º) ou de cursos de educação profissional de nível médio (LDB, art.41), seu espaço, muito mais que qualquer garantia legal, será assegurado pelo mercado.

A Constituição Federal de 1988 mostrou-se bastante preocupada com a educação profissional, ou educação para o trabalho, e é textual nos artigos 205, 214 e 227:

“Art.205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

“Art.214 – A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

IV – formação para o trabalho”

“Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização..

É sabido que a Constituição não é *self-acting*, daí a necessidade de legislação complementar. Também é sabido que princípios normativos constitucionais tratando de direitos amplos

como saúde, trabalho, educação, são chamados de limitados ou programáticos, porque não dependem apenas de uma lei, e sim, requerem um desdobramento normativo. Assim, em função dos princípios constitucionais sobre o tema, tivemos a Lei Complementar 9394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Este Instrumento Legal da Educação, em seu bojo, diz da necessidade reconhecidamente contínua de complementação através de regulamentação, ao estabelecer o §1º do art. 9º. Daí então, além dos decretos presidenciais, as determinações do Conselho Nacional de Educação, através dos pareceres e resoluções.

Em razão da ordem cronológica e em função da coerente abordagem à educação profissional, exatamente como o fizeram a própria Lei 9394/1996, o Decreto 2208 de 17 de abril de 1997, o Parecer CNE/CEB 16/1999, aprovado em 15 de outubro de 1999, e a Resolução CEB nº04, de 08 de dezembro de 1999, que regularam inteira e diversamente a matéria relativa ao ensino técnico e por consequência o Curso Técnico em Contabilidade, amparado que era pelo Decreto-Lei 9295/1946, ora derogado, dessa legislação trataremos na mesma ordem.

Em verdade a educação profissional de nível técnico, ao exigir a completação do nível médio e desenvolver-se durante ou a partir deste, é semelhante à *post-secondary education* existente nos Estados Unidos. Não é o curso oferecido pelo *Junior College* ou *Community College*, curso este traduzido no Brasil como “tecnólogo”. A educação técnica de nível médio é exatamente algo como a educação pós-secundária americana, cuja terminologia no Brasil, por não haver mais a “educação secundária”, atualmente por força da LDB denominada “ensino médio”, seria, numa tradução literal “ensino pós-médio”. Preferiu-se então designá-lo como um dos níveis da Educação Profissional, exatamente o Nível Técnico (Decreto 2208/1997, art.3º,II).

Isso, porque a Lei 9394/1996 apesar de estabelecer dois níveis (Art.21) compostos da (I) Educação Básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e (II) da Educação Superior, aumentou as dificuldades da normatização complementar ao referir-se ao profissional de nível médio.

A profissionalização em nível do que seria “pós-médio” (*post-secondary education*) é imitação da organização escolar norte-americana, sem dizê-lo. Querer enquadrar o “pós-médio” como ensino médio, seria requerer, *data vênia*, inteligência a mais dos normatizadores, ou a menos, daqueles sujeitos à normatização.

O §4º do Art.36 da LDB reforça o ponto de vista acima, ao estabelecer “a preparação geral para o trabalho e facultativamente a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional”.

É algo extra, à parte, articulado.

E assim, o técnico, que seria a rigor de nível “pós-médio”, é chamado de técnico de nível médio, apesar de se lhe exigir a completação do nível médio para sê-lo: “O estabelecimento de ensino que conferiu o último certificado de qualificação profissional expedirá o diploma de técnico de nível médio, na habilitação profissional correspondente (decreto 2208/1997, art.8º, §4º).

Entretanto o Decreto 2208/1997 é coerente com seus propósitos de um novo curso, o de profissional de nível técnico, ao explicitar, *verbis*: “Art.5º - A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou seqüencial a este”.

Ou ainda de acordo com o *caput* do Art. 6º do mesmo Decreto: “A formulação dos currículos plenos do ensino técnico obedecerá ao seguinte...” E segue-se, nos incisos desse artigo, a orientação dessa nova organização curricular, para a criação dos novos cursos técnicos para alunos do ensino médio, ou para portadores de certificado de conclusão do ensino médio.

O novo curso técnico da área de Gestão, não encontra guarida para registro profissional no Decreto-Lei 9295/1946, ainda que de conteúdo contábil. Trata-se de novíssima regulamentação. Também não se abriga naquele instrumento do registro profissional o concludente de cursos sequenciais, uma novidade absoluta da Lei 9394/1996.

Clareia-se entretanto a confusão criada pelo Decreto 2208/1997, entre “profissional de nível técnico” (Art.5º) e “técnico de nível médio” (Art.8º,§4º). O profissional de nível técnico é aquele preparado após o nível médio, enquanto o técnico de nível médio é denominação imprópria para o novo profissional referido no Art.5º. E o multicitado Decreto 2208/1997 é bastante claro em seu Art.3º ao estabelecer os três níveis da educação profissional, a saber, nível básico, nível técnico e nível tecnológico, exigindo nestes dois últimos a observância de que os profissionais graduados tenham concluído o ensino médio.

Não se constitui propósito deste Parecer incluir ou excluir o Curso Técnico do nível médio, e sim, não deixar sombra de dúvida quanto à nova regulamentação, existente em todos os textos legais examinados, derogando assim o Decreto-Lei 9295/1946.

Apenas por curiosidade lembraríamos a conhecida e publicada ojeriza do Senador Prof. Darcy Ribeiro pela cultura norte-americana. O Senador Darcy Ribeiro foi o grande responsável pela Lei 9394/1996. Todavia, como nunca escondeu seu desagra-

do, em seu livro sobre modelos de universidades após analisar universidades da Europa e da Ásia, volta-se contra a universidade norte-americana como se fosse a mais títere das instituições. E quem apenas leu seu livro, não teve uma vivência naquela universidade, ou não conhecendo autores como Whitehead, Clark Kerr, ou Drèze e Debelle, permanece com este viés.

Trata-se apenas de uma suposição. Provavelmente o Mestre Darcy Ribeiro vislumbrou na *post-secondary education* um brilhante lugar ao sol para a educação profissional. Dessa forma, garantido o ensino médio, construir-se-á a educação profissional (*post-secondary education*), se o aluno quiser. Se não quiser, irá para a universidade ou para os cursos tecnológicos, no Brasil classificados como de nível superior.

Não há pois nenhum problema, salvo a lembrança (Parecer 16/1999) de que só há dois níveis educacionais no Brasil (Art. 21, LDB).

O engenhoso Parecer 16/99, respeitável trabalho da Comissão Especial, provavelmente percebendo o equívoco havido no Decreto 2208/1997, entre “profissional de nível técnico” e “técnico de nível médio”, já inexistente, chama a atenção para o Art. 21 da LDB, afirmando que o mesmo não deixa margem para diferentes interpretações: “são dois os níveis da educação escolar no Brasil – a educação básica e a educação superior” (*verbis*, Parecer 16/1999,4, Educação Profissional na LDB). E remete, desnecessariamente ao conteúdo do §2º, Art. 1º, exatamente para estabelecer, utilizando um verbete bastante citado na Lei, a “articulação” entre a educação escolar e a educação profissional ou educação para o trabalho.

A remessa ao Art. 21 conduz também a outras ilações. Uma delas é a da hierarquia das leis. O decreto presidencial não pode ser consertado ou reformado por pareceres ou através

de resoluções. E a interpretação abraçada, talvez a única cabível naquele momento de elaboração do Parecer 16/99, foi aquela de colocar para dentro do ensino médio o que para a Lei está fora dele e deve também com ele (ensino médio) articular-se (Art. 40, LDB).

Portanto, como sobejamente demonstrado, o profissional de nível técnico é fruto de outra regulamentação, reconhecida-mente mais avançada, certamente necessária ao País, todavia completamente diferente do tipo de técnico que era, v.g., o Técnico em Contabilidade cujo registro profissional amparava-se no derogado Decreto-Lei 9295/1946.

Ainda continuando a demonstrar a diferenciação entre o passado e o presente, é mister retornar ao Art. 21 da LDB. Esse artigo está inserido no Título V “Dos Níveis e Modalidades de Educação e Ensino”. Verifica-se então que este Título é composto de seis Capítulos:

- Capítulo I – Da Composição dos Níveis Escolares (Art.21).
- Capítulo II – Da Educação Básica, subdividido em Seção I – Das Disposições Gerais; Seção II – Da Educação Infantil; Seção III – Do Ensino Fundamental; Seção IV – Do Ensino Médio; Seção V – Da Educação de Jovens e Adultos (arts. 22 a 38).
- Capítulo III – Da Educação Profissional (art.39 a 42).
- Capítulo IV – Da Educação Superior (arts 43 a57).
- Capítulo V – Da Educação Especial (arts.58 a 60).

Observa-se estarem em Capítulos distintos a Educação Básica (onde situa-se o Ensino Médio) e a Educação Profissional, a qual deverá articular-se com outros níveis e modalidades de ensino. E essa articulação é algo além do nível, sendo especifi-

camente traduzido na seguinte fórmula: nível médio + conteúdo profissionalizante = nível técnico.

A educação profissional assume na LDB papel importante, diferenciado e único, sendo-lhe também atribuída uma função até então privilégio ou obrigação de instituições de educação superior, a função extensão: "As escolas técnicas e profissionais, além dos cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade" (LDB, art.40).

É mais uma prova irrefutável de independência da educação profissional em relação aos níveis de educação escolar, com os quais deverá articular-se, ou não: "O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação para prosseguimento ou conclusão de estudos" (LDB, art.41).

Apenas por ilustração, indaga-se, quem certifica o conhecimento do "mestre de obras"?

A concepção do Parecer 16/99, além de complexa, é também estafante. Mas é de clareza meridiana em demonstrar o novo técnico, surgido da nova regulamentação legal, quiçá desde a Constituição de 1988 ou pelo menos a partir da Lei 9394/1996.

O Parecer 16/99 é riquíssimo em afirmar o novo técnico, decorrência dos novos tempos da sociedade brasileira, v.g., "Do técnico será exigida tanto uma escolaridade básica sólida, quanto uma educação profissional mais ampla e polivalente".

Ou ainda : "A rearticulação entre o ensino médio e a educação profissional orienta-se por dois eixos complementares...", "para permitir as escolas ou sistemas ênfases curriculares que

facilitem a articulação com o currículo específico da educação escolar de nível técnico”.

E o desenho do novo profissional de nível técnico é esboçado: “A duração da educação profissional de nível técnico, para o aluno, dependerá:

a) do do perfil profissional de conclusão que se pretende e das competências exigidas, segundo projeto pedagógico da escola:

b) das competências constituídas no ensino médio;

c) das competências adquiridas por outras formas, inclusive no trabalho. Assim, a duração do curso poderá variar para diferentes indivíduos, ainda que o plano de curso tenha uma carga horária mínima definida para cada qualificação ou habilitação, por área profissional”.

E o parecer 16/99 prossegue asseverando “o termo articulação, empregado no art. 40 da LDB, indica mais que complementaridade: implica em intercomplementaridade mantendo-se a identidade de ambos. Propõe uma região comum, uma comunhão de finalidades, uma ação planejada e combinada entre o ensino médio e o ensino técnico. E o novo técnico é enaltecido:

“Nem separação, como foi a tradição da educação brasileira até os anos 70, nem conjugação redutora em cursos profissionalizantes, sucedâneos empobrecidos da educação geral, tal qual a propiciada pela Lei federal 5692/1971”.

Apesar da contínua exigência da conclusão do ensino médio (ou da educação básica), o Parecer 16/99 enfatiza ser “indispensável destacar as especificidades de educação profissional e sua identidade própria”.

A ênfase da necessidade de conclusão do ensino médio é sempre retomada: “O diploma de uma habilitação de técnico de

nível médio, portanto, pode ser obtido por um aluno que conclua o ensino médio e, concomitantemente ou posteriormente, tenha concluído um curso técnico”.

E surge, então, a primeira referência à “área” a qual ou as quais serão normatizadas na Resolução 04/1999: “A área é a referência básica para se organizar e se orientar a oferta de cursos de educação profissional de nível técnico”. Mais uma vez o ensino médio é referido: “Os cursos referentes a ocupações que integrem itinerários profissionais de nível técnico poderão ser oferecidos a candidatos que tenham condições de matrículas no ensino médio”.

Conforme ressaltado anteriormente, não tem esse Parecer objetivo de colocar o ensino técnico profissional fora do nível médio, e sim, de demonstrar uma nova e revolucionária regulamentação. Nesse sentido, o voto em separado de um membro da Câmara Básica do Conselho Nacional de Educação, contribui para confirmar a linha de pensamento até aqui desenvolvida, ao discordar de dois pontos, dos quais apenas o primeiro interessa a este trabalho. Após tecer elogiosos comentários ao esforço da Comissão Especial, eis a parte do voto que diz respeito a preocupação aqui abordada:

“O primeiro deriva de um equívoco fundamental do Decreto 2.208/97, que desconsiderava a possibilidade da integração Curricular entre o Ensino Médio e a Educação Profissional no mesmo nível, em curso único, como dá a entender o artigo 36 no seu parágrafo 2º.: “O Ensino Médio atendia a formação geral do educando, poderá prepará-lo para exercício de profissões técnicas”. É certo que a lei 9394/96 quis superar a camisa de força o texto original da LDB de 1971, depois de corrigido, provocou, ao dar caráter compulsoria-

mente profissionalizante ao segundo grau, inclusive mediocrizando a qualidade do ensino ao exigir, na composição do currículo pleno, carga horária de formação especial superior à educação geral. Em três anos o aluno nem contemplava sua educação básica, nem se profissionalizava completamente, nem se preparava para os vestibulares ao ensino de terceiro grau.

Entretanto, parece-me perfeitamente possível como se fazia, por exemplo, em cursos de Escolas Técnicas Federais, implantar dentro das normativas renovadas da Lei 99394/96, currículos integrados contemplando habilitações técnicas e as 2400 horas consagradas no Ensino Médio. A própria Modalidade Normal de nível médio, prevista pela LDB e normatizada pela CNE em denso parecer da Conselheira Elda de Araújo Lira Soares segue essa lógica e foi unanimemente aprovada pela Câmara de Educação Básica.

Não discordo da possibilidade de as escolas oferecerem cursos profissionais de Nível Técnico concomitantes ou posteriores ao Médio. Estas novas alternativas enriquecem a universalização e a democratização do ensino, numa linha de flexibilidade curricular e institucional. Meu primeiro voto em separado é contra a obrigatoriedade da separação de cursos e, portanto, de matrículas, o que provavelmente vai resultar – como já está ocorrendo – não só na desarticulação real entre os dois ensinos (por mais que se insistia numa rearticulação), como na desresponsabilização, da rede federal em oferecer o ensino médio e das estaduais, o ensino profissional. É claro que as escolas poderão, e talvez deverão reintegrar em suas propostas pedagógicas o que o Decreto separou. Mas evidentemente a

menção desta possibilidade e mesmo a indução desta alternativa poderiam ter constado do texto do parecer e da resolução, que evitaram assumir um conflito criativo com os responsáveis pelo Decreto 2208/97, não só neste ponto, como em outros, já ultrapassado”.

O Conselheiro considera o conflito (ou os conflitos) como já ultrapassado.

A Resolução CEB Nº 4 de 8 de dezembro de 1999 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Em seu Art. 2º a Resolução supra diz entender-se por diretriz “o conjunto articulado de princípios, critérios, definição de competências profissionais gerais do técnico por área profissional e procedimentos a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas escolas na organização e no planejamento dos cursos de nível técnico”.

A idéia de “área”, “área profissional”, já definida no Parecer 16/99 é agora a bússola, o norte, para a articulação de princípios, estabelecimento de critérios e definição de competências profissionais inerentes a um grupo de cursos de nível técnico que comporta determinada área.

Assim a resolução 04/99 prossegue objetivamente em seu art.5º: “A educação profissional de nível técnico será organizada por áreas profissionais constantes dos quadros anexos, que incluem as respectivas caracterizações, competências profissionais gerais e cargas horárias mínimas de cada habilitação.

A área listada como de número 8, Gestão, é onde está inserido o novo curso de nível técnico, ou, como querem o Decreto 2208/97, o Parecer 16/99 e a Resolução 04/99, o novo Curso Técnico de Nível Médio em Contabilidade.

A área de Gestão, em quadro anexo à Resolução 04/99, contendo o que se espera dos cursos técnicos vinculados, assim é demonstrada:

8. AREA PROFISSIONAL: GESTÃO

“8.1 – Caracterização da área

Compreende as atividades de administração e de suporte logístico à produção e à prestação de serviços em qualquer setor econômico e em todas as organizações públicas ou privadas, de todos os portes e ramos de atuação. As atividades de gestão caracterizam-se pelo planejamento, operação, controle e avaliação dos processos que se referem aos recursos humanos, aos recursos materiais, ao patrimônio, à produção, aos sistemas de informações, aos tributos, às finanças e à contabilidade.

8.2 Competências profissionais do técnico da área:

- Identificar e interpretar as diretrizes do planejamento estratégico, do planejamento tático e do plano diretor aplicáveis à gestão organizacional.
- Identificar as estruturas orçamentárias e societárias das organizações e relacioná-las com os processos de gestão específicos.
- Interpretar resultados e estudos de mercado, econômicos ou tecnológicos, utilizando-os no processo de gestão.
- Utilizar os instrumentos de planejamento, bem como executar, controlar e avaliar os procedimentos dos ciclos:
 - . de pessoal;
 - . de recursos materiais;
 - . tributário;
 - . financeiro;
 - . contábil;
 - . do patrimônio;
 - . dos seguros;
 - . da produção;
 - . dos sistemas de informações.

8.3 – Competências específicas de cada habilitação

A serem definidas pela escola para completar o currículo, em função do perfil profissional de conclusão da habilitação.

Carga horária mínima de cada habilitação: 800 horas”.

Nunca se esperou tanto do antigo Técnico em Contabilidade.

De posse do conceito de Gestão para os novos cursos técnicos, vejamos

também o significado de Gestão. Em seu livro **Introdução à Administração**, Antônio César Amaru Maximiano (São Paulo: Ed . Atlas, 2000) prefere utilizar para o verbete “gestão” a definição encontrada no Novo Dicionário Aurélio, 1ª. Edição: “ato de gerir, gerência, administração”(p;26).

O novo Curso Técnico em Contabilidade, ao lado de outros cursos da área de Gestão deverá ser completado com a observância de parâmetros curriculares e outros componentes do processo pedagógico. Por si só, trata-se de um curso bastante diferente daquele anterior à Lei 9394/1996, sob o regime do Decreto-Lei 9295/1946.

Além de tudo, seria por demais pretensioso reivindicar para este novo curso técnico algo também não cabido no antigo, ou seja, a Gestão Contábil.

A Gestão Contábil, no jargão profissional denominada de Controladoria, é ensinada, no mínimo, nos dez semestres que compõem o Bacharelado em Ciências Contábeis. É inerente ao Bacharel em Ciências Contábeis. E mais uma vez invocando o magistério do Prof. A. Lopes de Sá, temos Controladoria definida como “órgão da administração que se incumbe de gerir a parte de contorle. Órgão encarregado de fazer cumprir os preceitos da Contabilidade Gerencial” (Dicionário de Contabilidade, São Paulo: Atlas, 8ª. Edição). A realidade tem demonstrado uma de-

manda por profissionais pós-graduados: MBAs, Mestres e Doutores.

Todavia, é necessário reconhecer-se a escorreita isenção jurídica adotada na contínua exegese da Constituição de 1988, da Lei 9394/1996, do Parecer 16/99 e da Resolução 04/1999. Em nenhum momento esses documentos legais reivindicaram para o novo profissional denominado de Técnico de Nível Médio, direitos inerentes ao antigo Técnico em Contabilidade, fruto da Legislação centrada em 1946. Especificamente por não caber. Amplamente, também por não caber, observando-se o milenar ensinamento romano: *“Quod lex volit, dixit. Ubi noluit, tacuit”* – *“O que a lei quer, diz. O que não quer, cala.”*

Dessa forma, atendendo à consulta feita pelo Conselho Federal de Contabilidade, ante tudo o que foi visto, conclui-se que o registro profissional de Contabilista é exclusivo do Bacharel em Ciências Contábeis.

Este, o nosso parecer, s.m.j.

Salvador, 12 de julho de 2003.

JOHANN FRIEDRICH HERBART, FILÓSOFO E PEDAGOGO: “UMA AULA... QUE NÃO DEI”

Francisco Pinheiro Lima Júnior

Vida

Nasceu em Oldenburg (Alemanha), em 1776. Coursou Filosofia em Iena, a partir de 1805. Foi discípulo de Fichte, de quem não compartilhou influência, adotando posição crítica contrária, julgando que o *Eu* fichteano conduz a um círculo vicioso, pois se põe sempre de novo como sujeito de objetividade. Em 1796, critica a Schelling, pronunciando-se em favor do realismo, em *Esboço da doutrina do saber*, escrito em Berna.

Interrompendo os estudos, trasladou-se para a Suíça, como preceptor na família de Van Steiger, governador de Interlaken. Nesse período conheceu a Pestalozzi e lhe assistiu aula no Instituto de Burgdorf, ficando vivamente entusiasmado pela eficácia do método, e cujos livros estudou; cultivou-lhe a Pedagogia, teórica e prática, por toda a vida — o que veio a constituir-lhe título de glória maior. Em 1803 passou à Universidade de Göttinger, como docente livre, e, em 1809, à de Königsberg, ocupando a cátedra que foi de Kant (1724-1804), aí residindo por longos anos, ensinando Filosofia e Pedagogia, e onde publicou suas principais obras. Em 1833, havendo pretendido, em vão, suceder a Hegel (1770-1831) na cátedra de Berlim, voltou a ensinar em Göttinger, onde faleceu em 1841.

Sua vida não apresenta mais saliências. Passou um viver tranqüilo, como pensador, entregue a seus escritos e lições, bem como a experiências pedagógicas. Sua Filosofia influiu sobretudo

depois da dissolução do hegelianismo, formando-se, então, uma chamada “escola herbartiana”, principalmente, em Filosofia e Pedagogia.

Entre seus partidários, se distinguiram: Moritz Wilhelm; Gustav Hartenstein (estudos especiais do filosofar de Herbart, Grócio, Leibniz, Locke, Aristóteles e a escola megárica, dirigindo edição das obras de Kant: *Kants Werke*, 10 vol., 1838-1839); e Hermann Bonitz (1815-1888), a quem se deve o importante *Index Aristotelicum*.

Obras

De Platonici systematis fundamento (1805); *Allgemeine Pädagogik* (1806); *Über philosophisches studium* (1807); *Hauptpunkte der Logik* (1808); *Allgemeine praktische Philosophie* (1808); *Lehrbuch zur Einleitung in die Philosophie* (1813); *Lehrbuch zur Psychologie* (1816); *Gespräch über das Böse* (1817); *De attentionis mensura* (1822); *Über die Möglichkeit und Notwendigkeit Mathematik auf Psychologie anzuwenden* (1822); *Psychologie als Wissenschaft*, 2 vol. (1824-1825); *Allgemeine Metaphysik*, 2 vol. (1828-1829); *Kurze Enzyklopädie der Philosophie* (1831); *De principio logico exclusi medii* (1833); *Umriss pädagogischer Vorlesungen* (1835); *Zur Lehre von der Freiheit des menschlichen Willens* (1836); *Analytische Beleuchtung des Naturrechts und der Moral* (1836); *Psychologische Untersuchungen* (1838-1840); *Kleine philosophische Schriften*, 3 vol. (ed. por Harstein (1842-1843)).

Entre suas obras pedagógicas, figuram *Allgemeine Pädagogik* (1806) e *Umriss pädagogischer Vorlesungen* (1835).

Edição de obras completas (*Sämmtliche Werke*) por Her-

tenstein, 12 vol. (1850-1852).

Sob dois aspectos pode nosso Johann Friedrich Herbart ser principalmente estudado: como filósofo e como pedagogo. A respeito do primeiro, algumas considerações, e em forma esquemática.

Herbart, o filósofo

O esforço geral de Herbart visou a reivindicar a possibilidade de uma concepção científica do mundo contra o intuicionismo e o apriorismo da Metafísica idealista, de Fichte. Herbart chamou seu sistema de “realismo”, indicando ser tarefa precípua da Filosofia tentar dirimir as contradições que a experiência oferece, em geral. Não tem ela um objeto propriamente particular; isso implicaria circunscrever-lhe a esfera, tornando-a uma visão estreita. Ela possui uma mobilidade no olhar, refletindo sobre qualquer objeto como se lhe apresenta. Consiste, pois, na elaboração de conceitos (*Bearbeitung der Begriffe*), determinando os caracteres da realidade, devendo, como tal, referir-se a todos os objetos, sem preocupar-se com incluí-los ou fundi-los confusamente no *Eu* ou misteriosa *intuição*.

Dos modos principais dessa elaboração resultam-lhe os tratados e partes:

a) a Lógica, que deve transformar em conceitos os dados da experiência interna e externa, elevando-os à clareza e distinção, mediante juízos e regras, com a unificação dos mesmos no silogismo, tornando-se, destarte, uma propedêutica geral de qualquer ciência;

b) da exigência em decantar, retificar e integrar os concei-

tos, depurando-os das contradições fenomênicas, nasce a Metafísica. Articula-se, a modo de Wolf (1679-1754), em Geral (Ontologia) e Aplicada, dividida em Psicologia, Filosofia da Natureza ou Cosmologia e Teodicéia, que nos leva, na ordenação das coisas particulares, a admitir a Deus, cuja essência não conhecemos, completando-se o sistema de Herbart com a Ética (e a Pedagogia).¹

Conceitos há que não requerem uma transformação, provocando, contudo, imediatamente em nós um juízo de aprovação ou desaprovação e deles se ocupa a Estética (que Herbart entende como *ciência dos valores e valorizações* e que compreende também a Ética).

No quadro do sistema, possui especial importância histórica a crítica que (na elaboração dos conceitos) Herbart faz à Metafísica racionalista e idealística, assumindo uma posição agnóstica. Não condiz com Kant a confiança de que mais fácil é conhecer a faculdade cognitiva (*Erkenntnisvermögen*). Na solução do problema metafísico, Herbart recorre, de vez em vez, a Parmênides e Leibniz, Espinosa e Kant.

Relativamente aos conceitos, Herbart os distingue em quatro: 1º) o da *coisa em si e suas propriedades*, porquanto se isso não se faz, deveríamos pensar o ser simultaneamente uno e múltiplo; 2º) o de *mudança*, pois, do contrário, a coisa permaneceria a mesma e seria outra; 3º) o de *matéria*, que seria finita e, contrariamente, seria constituída de infinito número de partes; 4º) o de *sujeito pensante*, isto é, o *Eu*, em que se conservam as contradições contidas no primeiro e segundo conceitos.

Coisa, causa e matéria são conceitos contraditórios; a unidade atribuída às coisas não se concilia com a pluralidade das qualidades percebidas; a matéria extensa é divisível ao infinito e resulta concebida como uma quantidade finita composta de infi-

nitais partes; o nexu causal não é visível nem em si, nem no que é coligido.

Não menos contraditório é o conceito do *eu* como o de qualquer coisa; antes, a exigência da unidade é aqui mais forte, pois o *eu* se concebe como a fonte de todas as nossas múltiplas representações; o idealismo da autoconsciência representa o *eu* como representado ao infinito, reduzindo assim a uma representação sem representado.

A mudança é, segundo Herbart, inconcebível, quer se queira representá-la com causas externas quer internas (autodeterminação). Supondo-se um princípio eficiente, cujo agir pertence à sua própria natureza, impende postular sempre uma ação do agente externo, enquanto o paciente deverá receber algo de estranho a si mesmo.

O devir absoluto seria um devir sem causa: seria concebê-lo como o próprio devir... mas ele não é pensável sem as qualidades mutáveis que se sucedem no processo de transformação.

Segundo Herbart, a elaboração dos conceitos sugeridos pela experiência leva a admitir seres fora de nós, *reais*, cuja essência não conhecemos. Contudo, podemos, a respeito de suas condições internas ou externas, adquirir uma soma de conhecimentos, capaz de aumentar indefinidamente. Podemos avançar além dos fenômenos, chegar, de algum modo, à realidade mesma.

Herbart diz que a antítese entre alma e matéria não subsiste na substancial qualidade dos seres (*in dem Was der Wesen*): são modos de conceber a realidade. Podemos demonstrar a existência de Deus, sem que, porém, lhe atinjamos a essência.

As idéias de sabedoria, santidade, bondade e justiça etc. possuem, tão só, um plano prático, e não se conhecem pela razão; à fé compete afirmá-las, sem o respaldo da experiência.

A Filosofia e seus tratados

A Metafísica nasce, como toda Filosofia, da experiência dos sentidos. O que aparece é impossível sem a admissão de um “ser”: “Tantas as aparências (*Schein*), tantas conotações de ser (*Sein*)”. Em oposição ao idealismo, toda realidade é uma “posição absoluta”, independente do *Eu*. Determiná-la, eis a função da Metafísica.

Porquanto a experiência tão somente contradições nos apresenta, quer na interna (consciência do *Eu*), quer na externa (o uno e o múltiplo), como se chega à realidade? Herbart critica tanto o idealismo, como os dogmáticos (contra esses proclama: “Não conhecemos as coisas em si”). Na experiência das coisas, primeiro aparece a *oposição entre o uno e o múltiplo*: se se pergunta em que a coisa consiste, responde-se enumerando-lhe as qualidades (que são muitas, mas que, sem embargo, aparecem inerentes à sua *unidade*); é, pois, simultaneamente, *una e múltipla*.

Suscitando antigas aporias, diz: a) quanto à *substância*, a unidade que lhe é atribuída não se concilia com a pluralidade das qualidades percebidas; b) a *matéria* se nos apresenta extensa e divisível infinitamente; c) a *mudança* outrossim é inconcebível, quer seja explicada por causas internas ou externas ou por nenhuma causa, como o devir absoluto; c) igualmente se nos apresenta o *movimento*, mais aparente, em tempo e espaço; d) o *devir absoluto* seria um devir sem causa...; o *Eu* seria multiplicado indefinidamente (cf. sua *Introdução à Filosofia*, § 124).

A solução para tais dificuldades de algum modo se obtém, em admitindo, com Kant, entre fenômenos e noumeno. A verdadeira realidade não se modifica nem aumenta: está submetida à lei rigorosa de identidade. No império do ser não há realmente acontecimentos ou fatos, nem se dá a continuidade na realidade

(*Metafísica geral*, § 235 e 209). Solução de Herbart: a pluralidade em qualidades diversas e opostas é, tão só, aparente; provém de um mesmo ser, em união com outros distintos (exemplo: a neve é branca, para os olhos e fria, se tocada com a mão).

Os seres são distintos, interdependentes entre si, e não relativos. A multiplicidade de relações são “acidentais” quanto ao *ser* e não modificam nem sua natureza nem o multiplicam em si mesmo; pertencem elas ao pensamento. É nossa percepção que põe em relação as distintas realidades e lhes atribui as múltiplas notas de posição, causalidade e qualidade. As coisas se apresentam com múltiplas notas distintas porque as pomos em relação umas com as outras. Explica-se, destarte, porque uma mesma coisa varia na obscuridade e na luz, aparece diversa aos olhos e ouvidos. Tal relacionamento ou teoria das “considerações acidentais” se constitui a noção central herbartiana para o mundo dos fenômenos, mas que não salva as contradições metafísicas. Se o real se revela no conceito, não se percebe como a multiplicidade interna do conceito não implica a multiplicidade externa do real e como, por conseguinte, o conceito pode ser revelador do real. Não temos, assim, um *agnosticismo*?

Na mesma linha “relacionista”, Herbart pretende explicar o chamado “movimento originário”. A Filosofia, na opinião de Herbart, deve livrar os conceitos de toda contradição. Nossos conceitos, nascidos que são da experiência, não estão isentos de contradições; mas essas não podem estar na coisa mesma, nem nossos conceitos podem rechaçar-se (nós os supomos objetivos!).

Na correção, segundo crê, de tais conceitos, chega Herbart a doutrinas insustentáveis, já que ensina que os corpos estão compostos de mônadas (que denomina “reais”) simples, indivisíveis, imutáveis, as quais, por isso, não se acham nem no espaço nem no tempo; nega toda atividade transeunte nas “reais” e admite nelas unicamente uma atividade imanente (que consiste na “auto-

conservação”), com que deve parar, logicamente, em certa harmonia preestabelecida; nega a união substancial no homem, porquanto a alma é uma mônada que habita no corpo unicamente, sem poder exercer nenhuma atividade sobre ele. Mais, com Descartes, diz que a alma é um ser que pensa, como também afirma que a vida deve ser atribuída à matéria do corpo.²

Em Psicologia, ensina um certo mecanicismo quantitativo, aplicando leis estáticas e mecânicas para explicar a origem e combinação das representações, nas quais a alma intenta conservar-se a si mesma. Com ele, não só reduz *o conhecimento propriamente dito* (impossível, por outra parte, em seu sistema, já que os corpos não podem atuar sobre a alma), senão também *o sentimento, as paixões, os atos da vontade*, em uma palavra, toda a vida psíquica, a uma combinação múltipla e variada de representações.³

A Psicologia herbartiana desliza-se bastante para o determinismo de Leibniz, sendo puramente intelectualista: a alma tem apenas a função originária de representar, sendo nossa substância intelectual. O “desejo” e o “sentimento” são manifestações adjetivas das representações, que se transformam em uma *tendência* de representar, que toma o nome de apetite, estímulo, atividade, vontade etc. O prazer e a dor, o ódio ou agrado, são relativos, marcando em cada passo o equilíbrio ou desequilíbrio da situação geral da consciência.⁴

Sua Filosofia da Natureza: o suposto metafísico é sempre o encontro accidental de seres simples, com as reações de autoconservação, disso derivadas. Nesse temos a *atração* (tendência à compenetração) e a *repulsão* (encontro de seres não opostos). Tais forças-constitutivas (as de atração e repulsão) constituem a matéria, resultado que são do *estado interno* dos seres (sua autoconservação). Todas as forças da natureza resultam pela oposição

maior ou menor do encontro dos seres simples em casuais encontros... A coesão, elasticidade, configuração, calor, eletricidade, provêm dos diversos graus da oposição.

Sua Fisiologia ou Biologia é laço de união entre a Psicologia e a Filosofia da Natureza. O organismo é considerado uma organização ou configuração da matéria em razão de uma conformação interna; os estados internos nunca estão em repouso absoluto – explicam-se, assim, o nascer e morrer de todo organismo vivo.

A Estética herbartiana, estritamente, reduz o belo a um conjunto de relações formais aptas a suscitar uma valoração estética positiva. Os membros de tais relações podem ser simultâneos (na natureza, nas artes figurativas etc.) ou sucessivos (que prevalecem na poesia, enquanto descrevem sentimentos e caracteres em ação).

A Ética é relacionada com as relações simples da vontade consigo mesma, com outras vontades e com as coisas, com cinco idéias práticas e conceitos exemplares ou idéias morais: a liberdade, a perfeição, a benevolência, o direito, a equidade.⁵

Chama de Teleologia, o tratado que se refere a todo desenvolvimento da vida, a ordenação maravilhosa dos viventes, e sobretudo dos organismos mais elevados; demonstra a existência de uma inteligência divina que, sem ser um ente simples, seja o fundamento das relações existentes entre os seres. Culmina a Filosofia da Natureza com a afirmação do Deus do *teísmo*, sustentado por Herbart frente ao panteísmo idealista.

“O conceito de Deus se forma segundo o conjunto das idéias éticas. A sabedoria e a santidade divinas correspondem à liberdade interna; a onipotência é sua perfeição suprema; a bondade divina é a sublimação da benevolência, sendo que a justiça divina, especialmente a distributiva, é a equidade. Despojada a idéia

de Deus destas propriedades, não resta senão um conceito neutro e sem fundamento. De igual sorte, o fim da Filosofia da Natureza é ligado à existência de Deus providente. Por nada se podia provar de sua natureza, e toda teologia natural é impossível, porque faltam dados que acaso nos são negados sabiamente.”

A religião, para Herbart, está intimamente ligada com as idéias morais e com a teoria da *virtude*, que ele explanou como fim da educação.

A esse agnosticismo de Herbart se liga o irracionalismo dos teólogos liberais, oposto ao panteísmo de Schelling e Hegel.

Por fim, acima das idéias práticas da Ética, se põe a Fé no governo providencial de Deus. Herbart permaneceu fiel à Igreja protestante e foi um filósofo teísta.⁶

Desde o início, em torno de Herbart numerosos discípulos surgiram e que formaram escolas de estudos psicológicos e pedagógicos. Principais, apenas, aqui citamos:

1) M.G. Drobisch (1802-1896), que escreveu *Sobre o desenvolvimento da Filosofia mediante Herbart*. Insiste sobre o caráter matemático da Psicologia. Entende os fenômenos psíquicos, em sentido herbartiano, como representações e forças, a que o cálculo é aplicado. Em Filosofia religiosa, delineada a modo de Herbart: a religião nasce do sentimento da própria limitação, que gera no homem a necessidade de elevação a um ser superior, cuja existência, para ser afirmada, necessita de uma prova lógica (não são válidos os argumentos ontológicos e cosmológicos, mas tão somente a prova teleológica, a que se deve acrescentar a força convincente da argumentação moral).

2) Jacob Friedrich Fries (1773-1844), que também se pôs contra o idealismo (como Herbart).

O influxo de Herbart foi grande e se prolongou, inclusive

em outras correntes filosóficas modernas.

Lemos em M. Frederico Sciacca: “Herbart pode considerar-se um dos fundadores da Psicologia científica. Os seus alunos Loirarus (1824-1893) e H. Steinthal (1823-1899) estudaram a chamada Psicologia dos novos ou estudo das produções sociais da consciência (costumes, linguagem, mitos etc.)”.⁷

A dificuldade em entender-se a Herbart está em não se considerar ele um puro idealista, nem coerente Kantiano, a defender um realismo que mais se aproxima de solução à Platão. Não se posicionou ele um defensor de uma filosofia de um realismo moderado, à Sto. Tomás: nossos conceitos não são objetivos do modo como pensamos, mas quanto àquilo que pensamos. A realidade é, em si, múltipla, que manifesta em modos reais, fenomênicos diversos.

Herbart, o pedagogo

“A parte mais fecunda e de mais duradoura influência foi a dedicada à Pedagogia. Dela se ocupou durante toda a vida, particularmente desde que, na sua estada na Suíça, ficou entusiasmado com as idéias de Pestalozzi,⁸ visitando-lhe algumas das instituições, havendo, outrossim, recenseado suas obras. Durante o resto da vida o dominou um vivo interesse pela educação, de que se constituiu um famoso pedagogo. Particular menção merece a fundação por ele do seminário pedagógico de Königsberg, que foi simultaneamente instituição para jovens docentes e escola elementar experimental.⁹ Suas principais obras sobre esse tema são a *Pedagogia geral* (1806), *Cartas sobre a aplicação da Psicologia pedagógica* (1820-1831) e, sobretudo, o manual ou *Bosquejo para um curso de Educação*, que se difundiu em todas as línguas e penetrou até as últimas escolas rurais da Alemanha.”¹⁰

O Centro de Referência Educacional, que lhe estuda a ação pedagógica, relativamente a “governo”, “instrução” e “disciplina”, bem como elenca cinco passos formais para desenvolvimento da aprendizagem pelo aluno, afirma a respeito dos fatores determinantes de sua influência no pensamento pedagógico: “o caráter de subjetividade de análise, a tentativa de psicometria, o rigor dos passos a serem seguidos para a instrução e a sistematização que imprimiu ao seu método”, conclui: “o conhecimento é dado pelo mestre ao aluno, de modo que só mais tarde o aplica a experiências vividas. É uma educação pela instrução, neste caso, com caráter intelectualista”.¹¹

Detenhamo-nos sobre o pensamento pedagógico de Herbart, levando em conta sua teórica Pedagogia, ciência de que foi criador (Ortega y Gasset), e sua Pedagogia prática.

Pedagogia teórica

É a ciência que depende da Ética e da Psicologia. Todo processo educativo tem por fim a vida moral ou a virtude. A vida virtuosa traz, intimamente ligada, a formação da vontade mediante o caráter, que é a “forma da vontade”.¹²

Distingue Herbart o caráter “objetivo”, cujos fundamentos são os motivos ou grupos de idéias morais, e o “subjetivo”, que nasce da reflexão e consciência. Merece especial cuidado o elemento “objetivo”, pois quando se é bem formado, esperar-se-á êxito de uma boa moral. Já o caráter “subjetivo” sancionará e aperfeiçoará o objeto moralmente orientado e predisposto. As idéias morais proporcionam os *fins* a que deve tender a educação, a destacar-se a “perfeição”, enquanto faz dela uma constante aplicação.

A Psicologia é posta como a ciência dos *meios* da educação. Próprio dela é oferecer o princípio da possibilidade educativa, que consiste na relação dos conjuntos representativos do educando. Na *base* da possibilidade educativa e da concepção pedagógica de Herbart se põe a idéia da *instrução educativa* (a educação por meio da instrução), que tem como força moral o *interesse*, que se situa entre a perfeição, que contempla, e o desejo – tensão prática para o objeto. O interesse deve ser plurilateral, isto é, promover todo o complexo de tendências e atitudes, sem que, porém, alterem a proporção e a forma da individualidade nem debilitem a força do caráter. Pode o interesse ser empírico, científico, estético etc.

O conhecimento que deve promover a instrução procede segundo o dobre ritmo da *concentração* (esforço para assimilar a realidade) e a *reflexão*, que é a direção oposta ou centrípeta, em que o pensamento valora as idéias adquiridas. Impende, outrossim, que os motivos básicos da aprendizagem e do ensino sejam claros, a fim de que se capte cada termo de toda relação, em seu justo ponto, a associação das representações, a ordem sistemática, bem como o método do sistema, a gerar novas idéias e controlando as decisões.

O pensamento de Herbart sobre as relações entre Filosofia e Pedagogia nem sempre foi perfeitamente unilinear; vezes se mostra de desligar das discutíveis teorias filosóficas, vezes explicitamente declara que construir-se a Pedagogia como ciência é função da Filosofia. Na sua *Introdução à Filosofia* se constituem a Pedagogia e a Política como dois ramos principais da doutrina sobre a “virtude”, que por sua vez pertence às ciências técnicas ou práticas, as quais prescrevem como quem se ocupe de um objeto deva tratá-lo, de modo a que se reproduza o que agrada e não o que desagrada, o que suscita imediata aprovação e não o que imediatamente se reprova. Reconhece-se que a Pedagogia

herbartiana é construída com o pensar filosófico e estritamente ligada com a Psicologia e não com a Ética.¹³

A base da concepção pedagógica de Herbart se coloca em oposição a Rousseau (“que renova todos os males passados”) e Locke (empirismo educativo). Na base de sua concepção está a idéia da instrução educativa: conhecer como se determine a procura de idéias (*Gedankenkreis*) do educando é tudo para o educador. A instrução tem sua alavanca no “interesse”, que se acha entre a *percepção*, que contempla, e o *desejo*, tensão para o objeto. O interesse deve ser plurilateral, e a educação deve promover a plurilateralidade – complexo de tendências e atitudes – sem alterar as proporções e as formas da individualidade, sem enfraquecer as forças do caráter.

O conhecimento, que a instrução deve promover, procede segundo o ritmo da concentração e da reflexão. Há uma duplicidade no pensamento no esforço de assimilar a realidade (concentração) e uma direção centrípeta (reflexão), em que o pensamento avalia as idéias adquiridas. A clareza em colher o singular termo de toda relação, no seu justo lugar, a associação das representações, a ordem sistemática de suas relações e o método, que percorre o sistema, gerando novas idéias, controlando as deduções, constituem os momentos do conhecimento e do ensino.¹⁴

Para Herbart, compete à Pedagogia mostrar o fim e os meios da educação. A respeito dos fins, dois principais devem distinguir-se: um, *necessário*, para qualquer homem, e que consiste na moralidade e na virtude, e que deve servir para a formação da vontade e do caráter; outro, *de livre escolha*, subordinado ao primeiro, que consiste em adquirir aptidão para o exercício de uma profissão. Para tanto, é mister empregar meios *aptos* unindo e se combinando na educação e instrução.

Pedagogia prática

A par de seus fundamentos teóricos, Herbart expôs numerosos aspectos de uma Pedagogia prática. Entre os “métodos didáticos”, nos vários graus e esferas, que são três: a) o “descritivo” ou “representativo”, a clarificar o conteúdo de idéias e experiências entesourado no educando; b) o “analítico”, que, decompondo as massas representativas em seus mais simples elementos, a fim de que se tornem claras e distintas as representações; e c) o “sintético”, que propõe à observação e ao estudo novos estudos, para desenvolver o edifício científico. Também se ocupou Herbart em assinalar os conteúdos ou matérias da instrução, em graus distintos, bem como se esforçou em estudar os diversos aspectos psicológicos, com vistas a uma melhor utilização pedagógica, da memória, atenção, sentimentos e emoções.

Sua Pedagogia é uma ciência aplicada, dependente da Ética e da Psicologia. Escreve: “A Pedagogia, como ciência, depende da Filosofia prática (Ética) e da Psicologia. Aquela mostra o fim da educação; essa, o caminho, os meios e obstáculos” (*Esboço para um curso de Pedagogia*, § 2).

A Ética deve partir da experiência interna, porquanto é impossível estabelecer uma lei moral *a priori*. Parte ela da experiência *interna* que possuímos a propósito de certas *aprovações ou desaprovações irredutíveis* captadas pela consciência.

Idéias centrais de método:¹⁵ 1) Educação da vontade – três procedimentos básicos: a) o governo – controle da agitação infantil para tornar possível o início da instrução; b) a instrução – despertar o interesse; ele determina quais idéias e experiências receberão a atenção; c) a disciplina – mantém firme a vontade no propósito da virtude. 2) Método de instrução – cinco passos formais: a) preparação – o mestre recorda o já sabido, para novos

conhecimentos; b) apresentação – conhecimento novo, com clareza; c) assimilação – comparar o conhecimento velho e novo; d) generalização (ou sistematização) – passagem do conhecimento velho com o novo; e) aplicação – por meio de exercícios, o aluno mostra o que sabe e o que aprendeu.

Julgamento da obra pedagógica de Herbart

É preciso que se reconheça que foi Herbart o primeiro a elaborar uma Pedagogia que pretende tornar-se uma ciência da educação. O caráter de objetividade analítica, uma psicometria a tentar-se, os passos rigorosamente seguidos, bem como sua sistematização aspectos são da grande influência dele na Pedagogia (foram esses acima enumerados). Os passos citados são, sem dúvida, demonstrativos, mostram o papel do raciocínio, que vai do concreto ao abstrato e revelam os pressupostos epistemológicos do empirismo, que é típico de Herbart, porquanto, para ele o conhecimento é o mestre que oferece ao aluno, aplicado, posteriormente por esse na experiência vivida. Tudo isso o pioneirismo herbartiano.

Louva-se, sobretudo, o triplice aspecto com que Herbart encarou o problema educativo: a instrução (*Unterricht*), a disciplina (*Regierung*) e o treinamento (*Zucht*). Sem dúvidas, são esses os processos que se empregam no processo educativo, mas julgam alguns que sua Pedagogia estima demasiadamente os meios externos de coação, ameaça e vigilância, ao passo que aprecia, menos do justo, a importância da autoridade e do amor. Descuida, excessivamente, a atividade espontânea e própria do discípulo, tornando-se, outrossim, demasiadamente individualista, pois não considera o papel das condições sociais. Desde esse ponto de vista, ao contrário, vemos a Paul Natorp desenvolver a

Pedagogia, em *Kant über Krieg und Frieden* (Erlangen, 1924).¹⁶

Escreve Maria Lúcia de Arruda Aranha: “Ainda que tenha corretamente refletido sobre a unidade da vida psíquica, exagera ao admitir que impulsos e desejos possam nascer das idéias. Daí a crítica que seus pósteros fazem (sobretudo a Escola Nova) ao caráter excessivamente *intelectualista* do seu projeto. Considerar a possibilidade de controlar o sentir e o querer, afinal, supõe depositar otimismo demasiado no poder da educação. Este mesmo poder significa, de certo ponto de vista, a diminuição do campo de atuação livre do educando. A questão é: tanto controle tornaria viável a passagem do governo para a disciplina?”¹⁷

Concluamos com uma observação de Klimke: “La Pedagogía de Herbart, que por largo tiempo disfrutó en la teoría y en la práctica de gran prestigio en Alemania y Austria, contiene mucho de verdadero y útil, pero estima demasiado los medios externos de coacción, de amenaza y vigilancia, al paso que aprecia en menos de lo justo la importancia de la autoridad y del amor; además, decuida excesivamente la actividad espontánea y propia del discípulo; por fin, su Pedagogía es demasiado individualista, no toca, apenas, el papel de las condiciones sociales”.¹⁸

Bibliografia consultada

- ARANHA, M.L. de Arruda. *História da Educação*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Moderna, 2003.
- CAMBI, Franco. *História da Pedagogia* (trad.). São Paulo: UNESP, 1999.
- CENTRO DE REFERÊNCIA EDUCACIONAL. “Herbart”. Disponível em: <<http://www.centrorefeducacional.pro.br/herbart.html>>. Acesso em: 24/09/2008.
- ENCICLOPEDIA FILOSOFICA. “Herbart, J.F.”. Venezia/Roma, 1957, t. II (Es-Le), col. 1054-1058.
- ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. “Herbart, J.F.”, t. 11, p. 410-412.

- ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY, THE. "Herbart". New York: The Macmillan Co., 1972, t. 3, p. 362-374.
- KLIMKE, F. *Historia de la Filosofía* (trad.). Barcelona: Labor, 1947, p. 425-429.
- LOGOS. *Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa/São Paulo: Ed. Verbo, 1990, vol. 2 (E-I), p. 23-27.
- MORA, José Ferrater. *Diccionario de Filosofía*. Madrid: Alianza, 1981, vol. 2, p. 1487-1499.
- NEUE DEUTSCHE BIOGRAPHIE. Berlin: Duncker & Humblot, t. 8 (Hartmann-Heske), p. 362-374.
- SCIACCA, M.F. *História da Filosofia*. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1968, vol. 3, p. 67-71.
- URDANOZ, T. *Historia de la Filosofía*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1975, t. IV, p. 540-557.

¹ T. Urdanoz, *Historia de la Filosofía*, t. IV, p. 541-542; F. Klimke, *Historia de la Filosofía*, p. 525-528; N. Petruzzellis, "Herbart, J.F.", in: *Enciclopedia filosófica*, t. II, col. 1054-1058; *The Encyclopedia of Philosophy*, vol. 3 and 4, p. 481-484. Sua ampla bibliografia é completamente citada por J. Ferrater Mora, *Diccionario de Filosofía*, t. 2; M.F. Sciacca, *História da Filosofia* (trad.), vol. 3, p. 67-71; *Neue Deutsche Biographie*, Berlin, Duncker & Humblot, vol. 8, p. 362-374, com descrição de seus livros e comentários. Particularmente sobre a Pedagogia de Herbart, cf. M.L. de Arruda Aranha, *História da Educação*, 2ª ed., p. 144-146; Franco Cambi, *História da Pedagogia* (trad.), p. 431-436.

² Cf. F. Klimke, op. cit., p. 526-527.

³ Id., ibid.

⁴ Cf. T. Urdanoz, op. cit., t. IV, p. 549.

⁵ N. Petruzzellis, loc. cit., col. 1055-1056.

⁶ A respeito dessas considerações, cf. T. Urdanoz e Klimke, op. cit.

⁷ Op. cit., vol. 3, p. 71.

⁸ A respeito dele e de sua Pedagogia, aqui nos dispensamos de falar, tanto é Pestalozzi conhecido e estudado. Cf., dentre muitos, além dos já citados autores, Franco Cambi, op. cit., p. 417-420; M.L. de Arruda Aranha, op. cit., p. 143. T. Urdanoz, em sua *Historia de la Filosofía*, a propósito de Herbart, resume-lhe a vida e Pedagogia (t. IV, p. 553, nota 10).

⁹ Cf. N. Petruzzellis, loc. cit., col. 1057.

¹⁰ T. Urdanoz, op. cit., t. IV, p. 553-554. Sua vasta bibliografia e vida se enumeram e comentam, como exemplo, a *Neue Deutsche Biographie* (vol. 8, “Herbart, Johann Friedrich”, p. 362-374), a propósito de sua habilitação para livre docente em Filosofia e Pedagogia, em 1802, em Göttingen: “Er las zuerst über Pädagogik, dann über praktische Philosophie oder Moral und Naturrecht als ein einziges wissenschaftliches Ganze”.

¹¹ Na Internet, <<http://www.centrorefeducacional.pro.br/herbart.html>>, acesso em: 24.09.2008.

¹² *Pari passu*, aqui seguimos a exposição de T. Urdanoz (op. cit., p. 553-555), que nos mereceu concisa e clara.

¹³ N. Petruzzellis, loc. cit., col. 1056.

¹⁴ Id., ibid.

¹⁵ Cf. Franco Cambi, op. cit., p. 418 seg.; M.L. de Arruda Aranha, op. cit., p. 144 seg.

¹⁶ Cf. F. Klimke, op. cit., p. 527.

¹⁷ Op. cit., p. 146.

¹⁸ Op. cit., p. 527.

A NOVA REFORMA ORTOGRÁFICA DA LÍNGUA PORTUGUESA

José Nilton Carvalho Pereira

1. Preliminar: histórico das reformas ortográficas

- a) Do século XIII a meados do XVI: ortografia fonética;
- b) Do século XVI ao início do século XX: ortografia etimológica (ou pseudoetimológica): influência inicial do Renascimento e dos estudos humanísticos (mantinham-se as grafias de origem grega *ch*, *ph*, *rh*, *th* e *y* (archiduque, farmácia, retórica, teatro, estylo) e as de origem latina: *ct*, *gm*, *gn*, *mn*, *mpt* (author, fructo, phlegma assignatura, damno, prompto...);
- c) Após a implantação da República (5/10/1910), Portugal nomeou uma comissão de notáveis (Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, Carolina Michaëlis, Cândido de Figueiredo, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, entre outros, para estabelecer uma **ortografia simplificada**, afinal oficializada por portaria de 1/9/1911;
- d) Essa reforma fez desaparecer muitas consoantes dobradas e grupos como *ph*, *th*, *rh* e representa um retorno à ortografia fonética medieval, porém com uniformidade de aplicação;
- e) O não-envolvimento brasileiro na reforma portuguesa implicou a existência de duas ortografias diferentes: o Brasil continuou com a velha ortografia pseudoetimológica;
- f) Após sete anos de discussão, acordo preliminar entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras permitiu implantar, no território nacional, a partir de 1931, a reforma portuguesa de 1911, iniciando-se o processo de convergência da ortografia dos dois países;

- g) Surgem os vocabulários ortográficos: Academia de Ciências de Lisboa, 1940; Academia Brasileira de Letras, 1943. Nova convenção originou o Acordo Ortográfico de 1945, que se tornou lei em Portugal, mas não foi ratificado pelo Congresso brasileiro. Assim, em nosso país, o regulamento continuou sendo o Vocabulário Ortográfico de 1943, editado pela multicitada Academia;
- h) A Lei n.º 5.765, de 18/12/1971, aboliu o acento grave - exceto na crase - além de um caso de trema (saúde - como licença poética) e o acento diferencial circunflexo (acêrto - acerto; acôrd - acordo), sempre que houvesse oposição de timbre. Algumas exclusões ficaram registradas (*pôr* - verbo; *por* - preposição) e a exceção (*ele pode* - presente; *ele pôde* - passado);
- i) finalmente, adveio o atual Acordo Ortográfico, em gestação desde 1990, previsto para entrar em vigor a partir de 1/1/1994, e que só agora passa a ser oficializado no Brasil, com prazo de quatro anos para implantação obrigatória.

Fonte: Whikpedia.

2. Notícias sobre o tema

2.1 Folha de São Paulo, 9/5/2008 (Folha online)

- **MEC autoriza adaptações em livros didáticos:** livros didáticos, distribuídos às escolas públicas no ano que vem, poderão estar adaptados às novas regras ortográficas previstas em acordo entre o Brasil e outros países de língua portuguesa. A reforma prevê, por exemplo, a extinção do trema e de acentos em palavras como "vôo", "heróico", "idéia" e "assembléia" (MEC:

Resolução publicada pelo Ministério da Educação no "Diário Oficial" da União de 8/5/2008).

- O acordo ortográfico foi firmado em 1991 entre os membros da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e aprovado, em 1995, pelo Congresso brasileiro.

2.2 Por que um hiato de 17 anos para a Reforma entrar em vigor?

- Os oito país da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa) deveriam ratificar o Acordo, mas as constantes guerras civis impediram alguns países africanos de fazê-lo. Os chefes de estado da CPLP, em meados de 2004, decidiram que bastaria a concordância de apenas três países-membros para a implantação das mudanças;

- Ato contínuo, Brasil, Portugal e Cabo Verde assinaram esse Protocolo. A partir de 2004, outros países africanos, como São Tomé e Príncipe, validaram as mudanças. Posteriormente, Portugal retirou a adesão, mas seu Conselho de Ministros re-ratificou-a em março de 2008. O Brasil, por diplomacia, esperou o apoio de Portugal;

- Essa Reforma implica simplificação, mas não unifica o vocabulário usado na comunidade lusófona. Basta lembrar que, no Brasil, as mudanças na escrita limitam-se a 0,5% das palavras correntes; em Portugal, em torno de 1,6%.

2.3 Ato solene para implantar nova Reforma Ortográfica e seus efeitos

- O presidente Luís Inácio Lula da Silva, associando a nação brasileira às comemorações pró-Machado de Assis, houve por bem oficializar o Acordo (Decreto 6.583, de 29/9/08) em sessão solene da Academia Brasileira de Letras, na data do centenário de

morte do bruxo do Cosme Velho;

- Livros didáticos adaptados à nova Reforma chegarão às escolas públicas a partir de 2010, mas o MEC promete levar aos alunos da rede dicionários já atualizados, até o fim de 2009;

- As mudanças ortográficas estarão em vigor, de forma facultativa, durante um pouco mais de quatro anos, tornando-se obrigatórias a partir de 1.º de janeiro de 2013;

- Até dezembro de 2012, a forma vigente de escrita será admitida em concursos públicos, vestibulares, provas escolares, livros, órgãos de imprensa, etc.

- O Brasil é o primeiro país a implementar a Reforma, mas as novas regras serão aceitas em todas as nações lusófonas: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, além de Timor Leste.

3. Principais modificações previstas na atual Reforma Ortográfica

Esclarecimento: O texto oficial da Reforma, em sentido amplo, constitui-se de 21 princípios ou bases: prosódia, ortografia, acentuação, divisão silábica, uso de maiúsculas, assinaturas e firmas, etc.

3.1. O "k", "w" e "y" voltam a fazer parte do alfabeto, agora com 26 letras. Essas letras são usadas em siglas, símbolos químicos e matemáticos, além de nomes próprios estrangeiros e seus derivados. **(Base I)**

3.2. O trema é eliminado de palavras portuguesas ou aportuguesadas, mas permanece em palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros: mülleriano, de Müller; hübneriano, de Hübner. **(Base XIV)**

3.3. Os ditongos abertos "ei" e "oi" deixam de ser acentuados em palavras paroxítonas: assembleia, ideia, heroico, jiboia, paranoico, etc. Permanecem, entretanto, em palavras oxítonas: dói, herói, anéis, fiéis, etc. **(Base IX)**

3.4. Os hiatos "oo" "oos" e "eem" ficam sem acento: voo, voos, perdoo, creem, leem, veem, deem, releem, reveem, etc. **(Base IX)**

3.5. Os hiatos tônicos "i" e "u" perdem o acento quando precedidos de ditongo: feiura, baiuca, Sauipe, boiuna, etc. Permanecem em palavras oxítonas: Piauí, teiú, tuiuiú, etc. **(Base X)**

3.6. As formas rizotônicas ("gue" e "gui" dos verbos "averiguar", "arguir" e "redarguir" perdem o acento: averigues, averigue, arguis, redargui, etc. **(Base X)**

3.7. O acento diferencial circunflexo permanece em "fôrma / forma" e "pôde / pode" porque têm o mesmo antecedente: a fôrma / a forma; ele pode (presente), ele pôde (passado). Continua, também, em "pôr" (verbo) porque a preposição "por" também tem timbre fechado. Obs.: Para atender a peculiaridades locais, a grafia "fôrma / forma" tornou-se facultativa. **(Base IX)**

3.8. Permanece, na comunidade lusófona, a dupla grafia em algumas palavras. Portugal mantém o acento agudo no "e" e "o" tônicos que antecedem "m" ou "n" (formas nasalizadas): académico, génio, fenómeno, bónus, etc. No Brasil, continua o acento circunflexo nesse tipo de palavra: acadêmico, gênio, fenômeno. **(Base XI)**

3.9. Letras mudas: como principal concessão do Acordo, Portugal elimina as consoantes não pronunciadas: ação (em vez de **acção**), batizar (em vez de **baptizar**), direto (em vez de **directo**), adotar (em vez de **adoptar**), objeção (em vez de **objecção**). No entanto, se a letra for pronunciada, ela se mantém: secção, facto, sector,

carácter, amnistia, sumptuoso, etc. (Base IV)

3.10. Uso do hífen (Base XVI).

3.10.1 Continua o hífen em palavras compostas, locuções e encadeamentos vocabulares: ano-luz, arco-íris, conta-gotas, decreto-lei, guarda-chuva, guarda-roupa, luso-franco-italo-brasileiro, porto-alegrense, quarta-feira, sexta-feira, etc.

3.10.2 Hífen e prefixos com mais de uma sílaba (ante, anti, circum, contra, entre, extra, hiper, infra, sobre, super, supra, ultra, etc.) e nos radicais ou falsos prefixos greco-latinos (aero, agri, arquí, auto, bio, eletro, geo, hidro, inter, macro, maxi, micro, mini, multi, neo, pluri, proto, pseudo, retro, semi, tele, etc.) só haverá hífen se a letra final do prefixo for igual à da palavra seguinte: contra-ataque, infra-assinado, super-resistente, micro-ondas, pseudo-organização, etc. (Veja lista de exemplos.)

A NOVA REFORMA ORTOGRÁFICA: LISTA DE EXEMPLOS

MUDANÇAS NO BRASIL

NORMA ATUAL	NOVA ORTOGRAFIA
cinqüenta	cinquenta
lingüiça	linguiça
tranqüilo	tranquilo
qüinqüênio	quinquênio
heróico	heroico
paranóico	paranoico
idéia	ideia
assembléia	assembleia

vôo	voo
enjôo	enjoo
perdôo	perdoo
abenção	abençoo
lêem	leem
dêem	deem
crêem	creem
vêem	veem
pára (v. parar)	para
pélo (v. pelar)	pelo (v. pelar)
pêlo	pelo
pólo	polo

MUDANÇAS NOS DEMAIS PAÍSES LUSÓFONOS

NORMA ATUAL	NOVA ORTOGRAFIA
acto	ato
acção	ação
afecto	afeto
respectivo	respetivo
infecção	infeção
óptimo	ótimo
concepção	conceção
intersecção	interseção
asséptico	assético
adoptar	adotar
baptismo	batismo

A NOVA REFORMA ORTOGRÁFICA

COM HÍFEN	SEM HÍFEN
anti-inflamatório	antiético
anti-imperialismo	antiferrugem
anti-inflacionário	antifurto
auto-observação	autoestímulo
auto-ônibus	autoanálise
auto-oscilação	autoajuda
contra-aviso	contrasenso
contra-ataque	contraordem
contra-argumento	contraestimular
extra-abdominal	extraconjugal
extra-alcance	extraordinário
extra-atmosférico	extrassensorial
hiper-rancoroso	hipercrítico
hiper-rugoso	hipermercado
hiper-realismo	hipermídia
inter-relação	interpartidário
inter-racial	interdependência
inter-regional	interplanetário
intra-abdominal	intraembrionário
intra-arterial	intraocular
intra-articular	intraespecífico

micro-ondas micro-ônibus micro-organização	microeconomia microeletrônica microssaia
super-resistente super-realismo super-raquítico	supersafra superaquecer supercondutor
Note que a mesma regra vale para o prefixo monossilábico "sub": sub-bibliotecário subdelegado sub-base subserviente sub-bosque subtenente	

NA PREFIXAÇÃO, MANTÉM-SE O HÍFEN NOS SEGUINTE CASOS:

- | |
|--|
| a) Antes de "h", por ser letra muda: anti-higiênico, super-homem, semi-hospitalar , etc; |
| b) Sempre que o prefixo for acentuado: pré-vestibular, pós-parto, pós-moderno, recém-casado, além-mar, além-oceano, pré-escolar , etc. |
| c) Após os prefixos "circum" e "pan", quando seguidos de "vogal, m, n e h", por eufonia, para manter a sonoridade nasalizada: circum-escolar, circum-hospitalar, circum-murado, pan-africano, pan-helênico, pan-americano, pan-negritude , etc; |
| d) Após os advérbios bem e mal porque formam palavras compostas: bem-aventurado, bem-educado, bem-estar, bem-humorado, bem-falante, bem-criado, bem-nascido, bem-visto, bem-vindo; mal-amado, mal-educado, mal-estar, mal-humorado, mal-assado, mal-assombrada , etc. |

Cuidado: Nesse caso, permanecem juntas palavras que, historicamente, se aglutinaram: **benfazejo, benfeitor, bendito, benquistado; malcriado, maldito, malfeitor, maledicente, malnascido, malvisto**, etc.

e) Nas formações com o prefixo **"co"**, este aglutina-se ou junta-se, em geral, com a palavra seguinte: **cooperar, coordenar, coobrigação, coocupante, colégio, código**, etc.

f) Usa-se hífen após o prefixo **"sem"** para manter a autonomia e a eufonia: **sem-número, sem-vergonha, sem-cerimônia, sem-dinheiro**, etc. (Lembre que, sem hífen, só se usa a letra **"m"** antes de **"b"** e **"p"**).

GRAFIA DUPLA, ACEITA PELA COMUNIDADE LUSÓFONA

NOS DEMAIS PAÍSES LUSÓFONOS	NO BRASIL
amígdala	amígdala ou amídala
amnístia	anístia
aspecto	aspecto
carácter	caráter
conosco	conosco
dicção	dicção
factor	fator
húmido	úmido
indenização	indenização
infecção	infecção
interactivo	interativo
jacto	jato
omnipotente	onipotente

percepção quociente quotidiano quota recepção secção sumptuoso vector	percepção quociente ou cociente quotidiano ou cotidiano quota ou cota recepção secção ou seção suntuoso vetor
--	--

NO BRASIL	DEMAIS PAÍSES LUSÓFONOS
antônimo	antónimo
anônimo	anónimo
Antônio	António
anatômico	anatómico
Amazônia	Amazónia
atônito	atónito
autônomo	autónimo
binômio	binómio
bônus	bónus
cerimônia	cerimónia
cômico	cómico
crônica	crónica
demônio	demónio
eletrônica	eletrónica
fenômeno	fenómeno
gênero	género
harmônico	harmónico
ingênuo	ingénuo
Leôncio	Leóncio
matrimônio	matrimónio

milênio	milénio
nitrogênio	nitrogénio
ônus	ónus
oxigênio	oxigénio
patrimônio	património
parcimônia	parcimónia
polinômio	polinómio
prêmio	prémio
sinônimo	sinónimo
telefônico	telefónico
tônico	tónico
trinômio	trinómio

Salvador, 5 de novembro de 2008.

ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO

Acadêmico: José Nilton Carvalho Pereira

ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA (1990)

BASE I

Do alfabeto e dos nomes próprios estrangeiros e seus derivados

1º) O alfabeto da língua portuguesa é formado por vinte e seis letras, cada uma delas com uma forma minúscula e outra maiúscula:

a A (á)	j J (jota)	s S (esse)
b B (bê)	k K (capa ou cá)	t T (tê)
c C (cê)	l L (ele)	u U (u)
d D (dê)	m M (eme)	v V (vê)
e E (é)	n N (ene)	w W (dáblio)
f F (efe)	o O (o)	x X (xis)
g G (gê ou guê)	p P (pê)	y Y (ípsilon)
h H (agá)	q Q (quê)	z Z (zê)
i I (i)	r R (erre)	

Obs.: 1. Além destas letras, usam-se o ç (cê cedilhado) e os seguintes dígrafos: rr (erre duplo), ss (esse duplo), ch (cê-agá), lh (ele-agá), nh (ene-agá), gu (guê-u) e qu (quê-u).

2. Os nomes das letras acima sugeridos não excluem outras formas de as designar.

2º) As letras k, w e y usam-se nos seguintes casos especiais:

- a) Em antropônimos/antropônimos originários de outras línguas e seus derivados: Franklin, frankliniano; Kant, kantiano; Darwin, darwinismo; Wagner, wagneriano, Byron, byroniano; Taylor, taylorista;

- b) Em topónimos/topônimos originários de outras línguas e seus derivados: Kwanza; Kuwait, kuwaitiano; Malawi, malawiano;
- c) Em siglas, símbolos e mesmo em palavras adotadas como unidades de medida de curso internacional: TWA, KLM; K-potássio (de kalium), W-oeste (West); kg-quilograma, km-quilómetro, kW-kilowatt, yd-jarda (yard); Watt.

3º) Em congruência com o número anterior, mantém-se nos vocábulos derivados eruditamente de nomes próprios estrangeiros quaisquer combinações gráficas ou sinais diacríticos não peculiares à nossa escrita que figurem nesses nomes: comtista, de Comte; garrettiano, de Garrett; jeffersônia/ jeffersônia, de Jefferson; mülleriano, de Müller; shakespeareano, de Shakespeare.

Os vocábulos autorizados registrarão grafias alternativas admissíveis, em casos de divulgação de certas palavras de tal tipo de origem (a exemplo de fúcsia/ fúchsia e derivados, bungavília/ bungavílea/ bougainvília).

4º) Os dígrafos finais de origem hebraica ch, ph e th podem conservar-se em formas onomásticas da tradição bíblica, como Baruch, Loth, Moloch, Ziph, ou então simplificar-se: Baruc, Lot, Moloc, Zif. Se qualquer um destes dígrafos, em formas do mesmo tipo, é invariavelmente mudo, elimina-se: José, Nazaré, em vez de Joseph, Nazareth; e se algum deles, por força do uso, permite adaptação, substitui-se, recebendo uma adição vocálica: Judite, em vez de Judith.

5º) As consoantes finais grafadas b, c, d, g e h mantêm-se, quer sejam mudas, quer proferidas, nas formas onomásticas em que o uso as consagrou, nomeadamente antropónimos/antropônimos e topónimos/topônimos da tradição bíblica: Jacob, Job, Moab, Isaac; David, Gad; Gog, Magog; Bensabat, Josafat. Integram-se também nesta forma: Cid. em que o d é sempre pronunciado; Madrid e Valhadolid, em que o d ora é

pronunciado, ora não; e Calcem ou Calicut, em que o t se encontra nas mesmas condições.

Nada impede, entretanto, que dos antropónimos/antropônimos em apreço sejam usados sem a consoante final Jó, Davi e Jacó.

- 6º) Recomenda-se que os topónimos/topônimos de línguas estrangeiras se substituam, tanto quanto possível, por formas vernáculas, quando estas sejam antigas e ainda vivas em português ou quando entrem, ou possam entrar, no uso corrente. Exemplo: Anvers, substituído por Antuérpia; Cherbourg, por Cherburgo; Garonne, por Garona; Genève, por Genebra; Justland, por Justlândia; Milano, por Milão; München, por Munique; Torino, por Turim; Zürich, por Zurique, etc.

Base II

Do h inicial e final

- 1º) O h inicial emprega-se:

- a) Por força da etimologia: haver, hélice, hera, hoje, hora, homem, humor.
- b) Em virtude da adoção convencional: hã?, hem?, hum!.

- 2º) O h inicial suprime-se:

- a) Quando, apesar da etimologia, a sua supressão está inteiramente consagrada pelo uso: erva, em vez de herva; e, portanto, ervaçal, ervanário, ervoso (em contraste com herbáceo, herbanário, herboso, formas de origem erudita);
- b) Quando, por via de composição, passa a interior e o elemento em que figura se aglutina ao precedente: biebdomadário, desarmonia, desumano, exaurir, inábil, lobi-somem, reabilitar, reaver.

- 3º) O h inicial mantém-se, no entanto, quando, numa palavra composta, pertence a um elemento que está ligado ao anterior por

meio de hífen: anti-higiênico/ anti-higiênico, contra-haste, pré-história, sobre-humano.

4º) O h final emprega-se em interjeições: ah! oh!

Base III

Da homofonia de certos grafemas consonânticos

Dada a homofonia existente entre certos grafemas consonânticos, torna-se necessário diferenciar os seus empregos, que fundamentalmente se regulam pela história das palavras. É certo que a variedade das condições em que se fixam na escrita os grafemas consonânticos homófonos nem sempre permite fácil diferenciação dos casos em que se deve empregar uma letra e daqueles em que, diversamente, se deve empregar outra, ou outras, a representar o mesmo som.

Nesta conformidade, importa notar, principalmente, os seguintes casos:

- 1º) Distinção gráfica entre ch e x: achar, archote, bucha, capacho, capucho, chamar, chave, Chico, chiste, chorar, colchão, colchete, endecha, estrebucha, facho, ficha, flecha, frincha, gancho, inchar, macho, mancha, murchar, nicho, pachorra, pecha, pechincha, penacho, rachar, sachar, tacho; ameixa, anexam, baixei, baixo, bexiga, bruxa, coaxar, coxia, debuxo, deixar, eixo, elixir, enxofre, faixa, feixe, madeixa, mexer, oxalá, praxe, puxar, rouxinol, vexar, xadrez, xarope, xenofobia, xerife, xícara.
- 2º) Distinção gráfica entre g, com valor de fricativa palatal, e j: adágio, alfaceme, Álgebra, algema, algeroz, Algés, albigibebe, albigibeira, álgido, almargem, Alvorge, Argel, estrangeiro, falange, ferrugem, frigar, gelosia, gengiva, gergelim, geringonça, Gibraltar, ginete, ginja, girafa, gíria, herege, relógio, sege, Tânger, virgem; adjetivo, ajeitar, ajeru (nome de planta india-

na e de uma espécie de papagaio), canjerê, canjica, enjeitar, granjear, hoje, intrujice, jecoral, jejum, jeira, jeito, Jeová, jeni-papo, jequiri, jequitibá, Jeremias, Jericó, jerimum, Jerónimo, Jesus, jibóia, jiquipanga, jiquiró, jiquitaia, jirau, jiriti, jitirana, laranjeira, lojista, majestade, majestoso, manjerico, manjerona, mucujê, pajé, pegajento, rejeitar, sujeito, trejeito.

- 3º) Distinção gráfica entre as letras s, ss, c, ç e x, que representam sibilantes surdas: ânsia, ascensão, aspersão, cansar, conversão, esconso, farsa, ganso, imenso, mansão, mansarda, manso, pretensão, remanso, seara, seda, Seia, Sertã, Sernancelhe, serralheiro, Singapura, Sintra, sisa, tarso, terso, valsa; abadessa, acossar, amassar, arremessar, Asseiceira, asseio, atravessar, benesse, Cassilda, codesso (identicamente Codessal ou Codassal, Codesseda, Codessoso, etc.), crasso, devassar, dossel, egresso, endossar, escasso, fosso, gesso, molosso, mozza, obsessão, pêssego, possesso, remessa, sossegar, acém, acervo, alicerce, cebola, cereal, Cernache, cetim, Cinfães, Escócia, Macedo, obcecar, percevejo; açafate, açorda, açúcar, almalço, atenção, berço, Buçaco, caçanje, caçula, caraça, dançar, Eça, enguiço, Gonçalves, inserção, linguíça, maçada, Mação, maçar, Moçambique, Monção, mulculmano, murça, negaça, pança, peça, quiçaba, quiçaça, quicãma, quiçamba, Seiça (grafia que pretere as errôneas/errôneas Ceiça e Ceissa), Seiçal, Suíça, terço; auxílio, Maximiliano, Maximino, máximo, próximo, sintaxe.
- 4º) Distinção gráfica entre s de fim de sílaba (inicial ou interior) e x e z com idêntico valor fônico/fônico: adestrar, Calisto, escusar, esdrúxulo, esgotar, esplanada, esplêndido, espontâneo, espremer, esquisito, estender, Estremadura, Estremoz, inesgotável; extensão, explicar, extraordinário, inextricável, inexpert, sextante, têxtil; capazmente, infelizmente, velozmente. De acordo com esta distinção convém notar dois casos:
- a) Em final de sílaba que não seja final de palavra, o x = s muda para s sempre que está precedido de i ou u: justapor, justaline-

- ar, misto, sistino (cf. Capela Sistina), Sisto, em vez de juxta-
por, juxtalinear, mixto, sextina, Sixto.
- b) Só nos advérbios em -mente se admite z, com valor idêntico
ao de s, em final de sílaba seguida de outra consoante (cf. ca-
pazmente, etc.); de contrário, o s toma sempre o lugar do z:
Biscaia, e não Bizcaia.
- 5º) Distinção gráfica entre s final de palavra e x e z com idêntico
valor fónico/ fônico: aguarrás, aliás, anis, após, atrás, através,
Avis, Brás, Dinis, Garcês, gás, Gerês, Inês, íris, Jesus, jus, lá-
pis, Luís, país, português, Queirós, quis, retrós, revés, Tomás,
Valdês; cálix, Félix, Fénix flux; assaz, arroz, avestruz, dez,
diz, fez (substantivo e forma do verbo fazer), fiz, Forjaz, Ga-
laaz, giz, jaez, matiz, petiz, Queluz, Romariz, [Arcos de]
Valdevez, Vaz. A propósito, deve observar-se que é inadmis-
sível z final equivalente a s em palavra não oxítone: Cádiz, e
não Cádiz.
- 6º) Distinção gráfica entre as letras interiores s, x e z, que repre-
sentam sibilantes sonoras: aceso, analisar, anestesia, artesão,
asa, asilo, Baltasar, besouro, besuntar, blusa, brasa, brasão,
Brasil, brisa, [Marco de] Canaveses, coliseu, defesa, duquesa,
Elisa, empresa, Ermesinde, Esposende, frenesi ou frenesim,
frisar, guisa, improviso, jusante, liso, lousa, Lousã, Luso
(nome de lugar, homónimo/homônimo de Luso, nome mi-
tológico), Matosinhos, Meneses, narciso, Nisa, obséquio, ou-
sar, pesquisa, portuguesa, presa, raso, represa, Resende, sacer-
dotisa, Sesimbra, Sousa, surpresa, tisana, transe, trânsito, va-
so; exalar, exemplo, exibir, exorbitar, exuberante, inexato, i-
nexorável; abalizado, alfazema, Arcozelo, autorizar, azar, a-
zedo, azo, azorrague, baliza, bazar, beleza, buzina, búzio, co-
mezinho, deslizar, deslize, Ezequiel, fuzileiro, Galiza, guizo,
helenizar, lambuzar, lezíria, Mouzinho, proeza, sação, ur-
ze, vazar, Veneza, Vizela, Vouzela.

Base IV

Das sequências consonânticas

1º) O c, com valor de oclusiva velar, das sequências interiores cc (segundo c com valor de sibilante), cç e ct, e o p das sequências interiores pc (c com valor de sibilante), pç e pt, ora se conservam, ora se eliminam.

Assim:

- a) Conservam-se nos casos em que são invariavelmente proferidos nas pronúncias cultas da língua: compacto, convicção, convicto, ficção, friccionar, pacto, pictural; adepto, apto, díp-tico, erupção, eucalipto, inepto, núpcias, rpto.
 - b) Eliminam-se nos casos em que são invariavelmente mudos nas pronúncias cultas da língua: ação, acionar, afetivo, aflição, aflito, ato, coleção, coletivo, direção, diretor, exato, objeção; adoção, adotar, batizar, Egito, ótimo.
 - c) Conservam-se ou eliminam-se, facultativamente, quando se proferem numa pronúncia culta, quer geral, quer restritamente, ou então quando oscilam entre a prolação e o emudecimento: aspecto e aspeto, cacto e cato, caracteres e carateres, dicção e dição; facto e fato, sector e setor, ceptro e cetro, concepção e conceção, corrupto e corruto, recepção e receção.
 - d) Quando, nas sequências interiores mpc, mpç e mpt se eliminar o p de acordo com o determinado nos parágrafos precedentes, o m passa a n, escrevendo-se, respetivamente, nc, nç e nt: assumptionista e assuncionista; assumption e assunção; assumptiontível e assuntível; peremptório e perentório, sumptuoso e suntuoso, sumptuosidade e suntuosidade.
- 2º) Conservam-se ou eliminam-se, facultativamente, quando se proferem numa pronúncia culta, quer geral, quer restritamente, ou então quando oscilam entre a prolação e o emudecimento: o b da sequência bd, em súbdito; o b da sequência bt, em subtil e seus derivados; o g da sequência gd, em amígdala, amígdalácea, amígdalar, amígdalato, amígdalite, amígdalóide, amígdalopatia, amígdalotomia; o m da sequência mn, em

amnistia, amnistiar, indemne, indemnidade, indemnizar, omnímodo, onnipotente, omnisciente, etc.; o t da seqüência tm, em aritmética e aritmético.

Base V

Das vogais átonas

- 1º.) O emprego do e e do i, assim como o do o e do u em sílaba átona, regula-se fundamentalmente pela etimologia e por particularidades da história das palavras. Assim, se estabelecem variadíssimas grafias:
- a) Com e e i: ameaça, amealhar, antecipar, arrepiar, banear, boreal, campeão, cardeal (prelado, ave, planta; diferente de cardinal = "relativo à cárdia"), Ceará, côdea, enseada, enteadado, Floreal, janeanes, lêndea, Leonardo, Leonel, Leonor, Leopoldo, Leote, linear, meão, melhor, nomear, peanha, quase (em vez de quási), real, semear, semelhante, várzea; ameixial, Ameixieira, amial, amieiro, arrieiro, artilharia, capitânia, cordial (adjetivo e substantivo), corno/a, crânio, criar, diante, diminuir, Dinis, ferregial, Filinto, Filipe (e identicamente Filipa, Filipinas, etc.), freixial, giesta, Idanha, igual, imiscuir-se, inigualável, lampião, limiar, Lumiar, lumieiro, pátio, pior, tigela, tijolo, Vimieiro, Vimioso.
 - b) Com o e u: abolir, Alpendorada, assolar, borboleta, cobiça, consoada, consoar costume, discolor, êmbolo, engolir, epístola, esbafonar-se, esboroar, farândola, femoral, Freixoeira, girândola, goela, jocoso, mágoa, névoa, nódoa, óbolo, Páscoa, Pascoal, Pascoela, polir, Rodolfo, tá voa, tavadado, távula, tômbola, veio (substantivo e forma do verbo vir); açular, água, aluvião, arcuense, assumir, bulir, camândulas, curtir, curtume, embutir, entupir, fêmur/fêmur, fistula, glândula, ínsua, jucundo, légua, Luanda, lucubração, lugar, mangual, Manuel, mingua, Nicarágua, pontual, régua, tábua, tabuada, tabuleta, trégua, virtualha.

- 2º) Sendo muito variadas as condições etimológicas e histórico-fonéticas em que se fixam graficamente e e i ou o e u em sílaba átona, é evidente que só a consulta dos vocabulários ou dicionários pode indicar, muitas vezes, se deve empregar-se e ou i, se o ou u. Há, todavia, alguns casos em que o uso dessas vogais pode ser facilmente sistematizado. Convém fixar os seguintes:
- a) Escrevem-se com e, e não com i, antes da sílaba tônica/tônica, os substantivos e adjetivos que procedem de substantivos terminados em -elo e -eia, ou com eles estão em relação direta. Assim se regulam: aldeão, aldeola, aldeota por aldeia; areal, areiro, areento, Areosa por arcia; aveal por aveia; baleal por baleia; cadeado por cadeia; candeeiro por candeia; centeeira e centeeino por centeio; colmeal e colmeeiro por colmeia; correada e correame por correia.
 - b) Escrevem-se igualmente com e, antes de vogal ou ditongo da sílaba tônica/ tônica, os derivados de palavras que terminam em e acentuado (o qual pode representar um antigo hiato: ea, ee): galeão, galeota, galeote, de galé; coreano, de Coreia; daomeano, de Daomé; guineense, de Guiné; poleame e poleiro, de polé.
 - c) Escrevem-se com i, e não com e, antes da sílaba tônica/tônica, os adjetivos e substantivos derivados em que entram os sufixos mistos de formação vernácula -iano e -iense, os quais são o resultado da combinação dos sufixos -ano e -ense com um i de origem analógica (baseado em palavras onde -ano e -ense estão precedidos de i pertencente ao tema: horaciano, italiano, duniense, flaviense, etc.): açoriano, acriano (de Acre), camoniano, goisiano (relativo a Damião de Góis), siniense (de Sines), sofocliano, torniano, torniense (de Torre(s)).
 - d) Uniformizam-se com as terminações -io e -ia (átonas), em vez de -eo e -ea, os substantivos que constituem variações, obtidas por ampliação, de outros substantivos terminados em vogal; cúmio (popular), de cume; hástia, de haste; réstia, do antigo neste, véstia, de veste.

- e) Os verbos em -ear podem distinguir-se praticamente, grande número de vezes, dos verbos em -iar, quer pela formação, quer pela conjugação e formação ao mesmo tempo. Estão no primeiro caso todos os verbos que se prendem a substantivos em -elo ou -eia (sejam formados em português ou venham já do latim); assim se regulam: aldear, por aldeia; alhear, por alheio; cear por ceia; encadear por cadeia; pean, por pela; etc. Estão no segundo caso todos os verbos que têm normalmente flexões rizotônicas/rizotônicas em eio, -eias, etc.: clarear, delinear, devanear, falsear, granjear, guerrear, hastear, nomear, semear, etc. Existem, no entanto, verbos em -iar, ligados a substantivos com as terminações átonas -ia ou -io, que admitem variantes na conjugação: negoceio ou negocio (cf. negócio); premeio ou premio (cf. prêmio/prêmio); etc.
- f) Não é lícito o emprego do u final átono em palavras de origem latina. Escreve-se, por isso: moto, em vez de mótu (por exemplo, na expressão de moto próprio); tribo, em vez de tribu.
- g) Os verbos em -oar distinguem-se praticamente dos verbos em -uar pela sua conjugação nas formas rizotônicas/rizotônicas, que têm sempre o na sílaba acentuada: abençoar com o, como abençoo, abençoas, etc.; destoar, com o, como destoo, destoas, etc.; mas acentuar, com u, como acentuo, acentuas, etc.

Base VI

Das vogais nasais

Na representação das vogais nasais devem observar-se os seguintes preceitos:

- 1º) Quando uma vogal nasal ocorre em fim de palavra, ou em fim de elemento seguido de hífen, representa-se a nasalidade pelo til, se essa vogal é de timbre a; por m, se possui qualquer outro timbre e termina a palavra; e por n se é de timbre diverso de a e está seguida de s: afã, grã, Grã-Bretanha, lâ, órfã, sãbrasciro

(forma dialetal; o mesmo que são-brasense = de S. Brás de Alportel); clarim, tom, vacum, flautins, semitons, zunzuns.

- 2º) Os vocábulos terminados em -ã transmitem esta representação do a nasal aos advérbios em -mente que deles se formem, assim como a derivados em que entrem sufixos iniciados por z: cristãmente, irmãmente, sãmente; lãzudo, maçãzita, manhãzinha, romãzeira.

Base VII

Dos ditongos

- 1º) Os ditongos orais, que tanto podem ser tónicos/tônicos como átonos, distribuem-se por dois grupos gráficos principais, conforme o segundo elemento do ditongo é representado por i ou u: ai, ei, éi, ui; au, eu, éu, iu, ou: braçais, caixote, deveis, eirado, farnéis (mas farneizinhos), goivo, goivar, lencóis (mas lençoizinhos), tafuis, uivar, cacau, cacauero, deu, endeusar, ilhéu (mas ilheuzito), mediu, passou, regougar.

Obs.: Admitem-se, todavia, excepcionalmente, à parte destes dois grupos, os ditongos grafados ae (= âi ou ai) e ao (âu ou au): o primeiro, representado nos antropónimos/antropônimos Caetano e Caetana, assim como nos respectivos derivados e compostos (caetaninha, são-caetano, etc.); o segundo, representado nas combinações da preposição a com as formas masculinas do artigo ou pronome demonstrativo o, ou seja, ao e aos.

- 2º) Cumpre fixar, a propósito dos ditongos orais, os seguintes preceitos particulares:

- a) É o ditongo grafado ui, e não a sequência vocálica grafada ue, que se emprega nas formas de 2ª e 3ª pessoas do singular do presente do indicativo e igualmente na da 2ª pessoa do singular do imperativo dos verbos em -uir: constituis, influi, retribui. Harmonizam-se, portanto, essas formas com todos os casos de ditongo grafado ui de sílaba

final ou fim de palavra (azuis, fui, Guardafui, Rui, etc.); e ficam assim em paralelo gráfico-fonético com as formas de 2ª e 3ª pessoas do singular do presente do indicativo e de 2ª pessoa do singular do imperativo dos verbos em -air e em -oer: atraís, cai, sai; móis, remói, sói.

- b) É o ditongo grafado ui que representa sempre, em palavras de origem latina, a união de um u a um i átono seguinte. Não divergem, portanto, formas como fluido de formas como gratuito. E isso não impede que nos derivados de formas daquele tipo as vogais grafadas u e i se separem: fluídico, fluidez (u-i).
- c) Além dos ditongos orais propriamente ditos, os quais são todos decrescentes, admite-se, como é sabido, a existência de ditongos crescentes. Podem considerar-se no número deles as seqüências vocálicas pós-tônicas/pós-tônicas, tais as que se representam graficamente por ea, eo, ia, ie, io, oa, ua, ue, uo: áurea, áureo, calúnia, espécie, exímio, mágoa, míngua, ténue/tênue, tríduo.

3º) Os ditongos nasais, que na sua maioria tanto podem ser tónicos/tônicos como átonos, pertencem graficamente a dois tipos fundamentais: ditongos representados por vogal com til e semivogal; ditongos representados por uma vogal seguida da consoante nasal m. Eis a indicação de uns e outros:

- a) Os ditongos representados por vogal com til e semivogal são quatro, considerando-se apenas a língua padrão contemporânea: ãe (usado em vocábulos oxítonos e derivados), ãi (usado em vocábulos anoxítonos e derivados), ão e ôe. Exemplos: cães, Guimarães, mãe, mãezinha; câibas, câibeiro, câibra, zãibo; mão, mãozinha, não, quão, sótão, sotãozinho, tão; Camões, orações, oraçãozinhas, pôe, repões. Ao lado de tais ditongos pode, por exemplo, colocar-se o ditongo ui; mas este, embora se exemplifique numa forma popular como rui = ruim, representa-se sem o til nas formas muito e mui, por obediência à tradição.

b) Os ditongos representados por uma vogal seguida da consoante nasal m são dois: am e em. Divergem, porém, nos seus empregos:

- i) am (sempre átono) só se emprega em flexões verbais: amam, deviam, escreveram, puseram;
- ii) em (tônico/tônico ou átono) emprega-se em palavras de categorias morfológicas diversas, incluindo flexões verbais, e pode apresentar variantes gráficas determinadas pela posição, pela acentuação ou, simultaneamente, pela posição e pela acentuação: bem, Bem bom, Bem posta, cem, devem, nem, quem, sem, tem, virgem; Bencanta, Benfeito, Benfica, benquisto, bens, enfim, enquanto, homenzarrão, homenzinho, nuvenzinha, tens, virgens, amém (variação do ámen), armazém, convém, mantém, ninguém, porém, Santarém, também; convêm, mantêm, têm (3as pessoas do plural); armazéns, desdêns, convêns, retêns; Belenzada, vintenzinho.

Base VIII

Da acentuação gráfica das palavras oxítonas

1º) Acentuam-se com acento agudo:

- a) As palavras oxítonas terminadas nas vogais tônicas/tônicas abertas grafadas -a, -e ou -o, seguidas ou não de -s: está, estás, já, olá; até, é, és, olé, pontapé(s); avó(s), dominó(s), paleotó(s), só(s).

Obs.: Em algumas (poucas) palavras oxítonas terminadas em -e tônico/tônico, geralmente provenientes do francês, esta vogal, por ser articulada nas pronúncias cultas ora como aberta ora como fechada, admite tanto o acento agudo como o acento circunflexo: bebê ou bebê, bidé ou bidê, canapé ou canapê, caraté ou caratê, croché ou crochê, guichê ou guichê,

matiné ou matinê, nené ou nenê, ponjé ou ponjê, puré ou purê, rapé ou rapê.

O mesmo se verifica com formas como cocó e cocô, ré (letra do alfabeto grego) e ré. São igualmente admitidas formas como judô, a par de judo, e metrô, a par de metro.

- b) As formas verbais oxítonas, quando, conjugadas com os pronomes clíticos lo(s) ou la(s), ficam a terminar na vogal tônica/tônica aberta grafada -a, após a assimilação e perda das consoantes finais grafadas -r, -s ou -z: adorá-lo(s) (de adorar-lo(s)), dá-la(s) (de dar-la(s) ou dá(s)-la(s) ou dá(s)-la(s)), fá-lo(s) (de faz-lo(s)), fá-lo(s)-às (de far-lo(s)-ás), habita-la(s)-iam (de habitar-la(s)-iam), tra-la(s)-á (de trar-la(s)-á).
- c) As palavras oxítonas com mais de uma sílaba terminadas no ditongo nasal (presente do indicativo etc.) ou -ens: acém, detém, deténs, entretém, entreténs, harém, haréns, porém, provém, provéns, também.
- d) As palavras oxítonas com os ditongos abertos grafados -éi, éu ou ói, podendo estes dois últimos ser seguidos ou não de -s: anéis, batéis, fiéis, papéis; céu(s), chapéu(s), ilhéu(s), véu(s); corrói (de correr), herói(s), remói (de remoer), sóis.

2º) Acentuam-se com acento circunflexo:

- a) As palavras oxítonas terminadas nas vogais tónicas/tônicas fechadas que se grafam -e ou -o, seguidas ou não de -s: cortês, dê, dês (de dar), lê, lês (de ler), português, você(s); avô(s), pôs (de pôr), robô(s).
- b) As formas verbais oxítonas, quando conjugadas com os pronomes clíticos -lo(s) ou -la(s), ficam a terminar nas vogais tónicas/tônicas fechadas que se grafam -e ou -o, após a assimilação e perda das consoantes finais grafadas -r, -s ou -z: detê-lo(s) (de deter-lo(s)), fazê-la(s) (de fazer-la(s)), fê-lo(s) (de fez-lo(s)), vê-la(s) (de ver-la(s)), compô-la(s) (de compor-la(s)), repô-la(s) (de repor-la(s)), pô-la(s) (de por-la(s) ou pôs-la(s)).

- 3º) Prescinde-se de acento gráfico para distinguir palavras oxítonas homógrafas, mas heterofônicas/heterofônicas, do tipo de cor (ô), substantivo, e cor (ó), elemento da locução de cor; colher (ê), verbo, e colher (é), substantivo. Excetua-se a forma verbal pôr, para a distinguir da preposição por.

Base IX

Da acentuação gráfica das palavras paroxítonas

- 1º) As palavras paroxítonas não são em geral acentuadas graficamente: enjoo, grave, homem, mesa, Tejo, vejo, velho, voo; avanço, floresta; abençoo, angolano, brasileiro; descobrimento, graficamente, moçambicano
- 2º) Recebem, no entanto, acento agudo:
- a) As palavras paroxítonas que apresentam, na sílaba tônica/tônica, as vogais abertas grafadas a, e, o e ainda i ou u e que terminam em -l, -n, -r, -x e -ps, assim como, salvo raras exceções, as respectivas formas do plural, algumas das quais passam a proparoxítonas: amável (pl. amáveis), Aníbal, dócil (pl. dóceis), dúctil (pl. dúcteis), fóssil (pl. fósseis), réptil (pl. répteis; var. reptil, pl. reptis); cármem (pl. cármenes ou carmens; var. carne, pl. carnes); dólmem (pl. dólmenes ou dolmens), éden (pl. édenes ou edens), líquen (pl. líquenes), lúmen (pl. lúmenes ou lúmens); açúcar (pl. açúcares), almíscar (pl. almíscares), cadáver (pl. cadáveres), caráter ou carácter (mas pl. caracteres ou caracteres), ímpar (pl. ímpares); Ájax, córtex (pl. córtex; var. córtice, pl. córtices), índex (pl. índice; var. índice, pl. índices), tórax (pl. tórax ou tóraxes; var. torace, pl. toraces); bíceps (pl. bíceps; var. bicípite, pl. bicípites), fórceps (pl. fórceps; var. fórcipe, pl. fórcipes).

Obs.: Muito poucas palavras deste tipo, com a vogais tônicas/tônicas grafadas e e o em fim de sílaba, seguidas das consoantes nasais grafadas m e n, apresentam oscilação de timbre nas pronúncias cultas da língua e, por conseguinte, também de acento gráfico (agudo ou circunflexo): sémen e sêmen, xénon e xênon; fêmore fémur, vómer e vômer; Fé-nix e Fê-nix, ónix e ônix.

- b) As palavras paroxítonas que apresentam, na sílaba tônica/tônica, as vogais abertas grafadas a, e, o e ainda i ou u e que terminam em -ã(s), -ão(s), -ei(s), -i(s), -um, -uns ou -us: órfã (pl. órfãs), acórdão (pl. acórdãos), órgão (pl. órgãos), órgão (pl. órgãos), sótão (pl. sótãos); hóquei, jóquei (pl. jóqueis), amáveis (pl. de amável), fáceis (pl. de fácil), fósseis (pl. de fóssil), amáveis (de amar), amáveis (id.), cantaréis (de cantar), fizéreis (de fazer), fizésseis (id.); beribéri (pl. beribéris), bílis (sg. e pl.), íris (sg. e pl.), júri (di. júris), oásis (sg. e pl.); álbum (di. álbuns), fórum (di. fóruns); húmus (sg. e pl.), vírus (sg. e pl.).

Obs.: Muito poucas paroxítonas deste tipo, com as vogais tônicas/tônicas grafadas e e o em fim de sílaba, seguidas das consoantes nasais grafadas m e n, apresentam oscilação de timbre nas pronúncias cultas da língua, o qual é assinalado com acento agudo, se aberto, ou circunflexo, se fechado: pónei e pônei; gónis e gônis, pénis e pênis, ténis e tênis; bónus e bônus, ónus e ônus, tónus e tônus, Vénus e Vênus.

- 3º) Não se acentuam graficamente os ditongos representados por ei e oi da sílaba tônica/tônica das palavras paroxítonas, dado que existe oscilação em muitos casos entre o fechamento e a abertura na sua articulação: assembleia, boleia, ideia, tal como aldeia, baleia, cadeia, cheia, meia; coreico, epopeico, onomatopeico, proteico; alcaloide, apoio (do verbo apoiar), tal como apoio (subst.), Azoia, hoia, boina, comboio (subst.), tal como comboio, comboias, etc. (do verbo comboiar), dezoito, estroina, heroico, introito, jiboia, moina, paranoico, zoina.

4º) É facultativo assinalar com acento agudo as formas verbais de pretérito perfeito do indicativo, do tipo amámos, louvámos, para as distinguir das correspondentes formas do presente do indicativo (amamos, louvamos), já que o timbre da vogal tônica/tônica é aberto naquele caso em certas variantes do português.

5º) Recebem acento circunflexo:

- a) As palavras paroxítonas que contêm, na sílaba tônica/tônica, as vogais fechadas com a grafia a, e, o e que terminam em -l, -n, -r, ou -x, assim como as respectivas formas do plural, algumas das quais se tornam proparoxítonas: cônsul (pl. cônsules), pênsil (pl. pênseis), têxtil (pl. têxteis); cânon, var. cânone (pl. cânones), plâncton (pl. plânctons); Almodôvar, aljôfar (pl. aljôfares), âmbar (pl. âmbares), Câncer, Tânger; bômbax (sg. e pl.), bômbix, var. bômbice (pl. bômbices).
- b) As palavras paroxítonas que contêm, na sílaba tônica/tônica, as vogais fechadas com a grafia a, e, o e que terminam em -ão(s), -eis, -i(s) ou -us: bênção(s), côvão(s), Estêvão, zângão(s); devêreis (de dever), escrevêsseis (de escrever), fôreis (de ser e ir), fôsseis (id.), pênseis (pl. de pênsil), têxteis (pl. de têxtil); dândi(s), Mênfis; ânus.
- c) As formas verbais têm e vêm, 3^{as} pessoas do plural do presente do indicativo de ter e vir, que são foneticamente paroxítonas (respectivamente / tãjãj /, / vãjãj / ou /teej) e) j/, /veej) ou ainda / vejej/; cf. as antigas grafias preteridas, têm, vêm, a fim de se distinguirem de tem e vem, 3^{as} pessoas do singular do presente do indicativo ou 2^{as} pessoas do singular do imperativo; e também as correspondentes formas compostas, tais como: abstêm (cf. abstém), advêm (cf. advém), contêm (cf. contém), convêm (cf. convém), desconvêm (cf. desconvém), detêm (cf. detem), entretem (cf. entretém), intervêm (cf. intervém), mantêm (cf. mantém), obtêm (cf. obtém), provêm (cf. provém), sobrevêm (cf. sobrevém).

Obs.: Também neste caso são preteridas as antigas grafias detêem, intervêem, mantêem, provêem, etc.

6º) Assinalam-se com acento circunflexo:

- a) Obrigatoriamente, pôde (3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo), no que se distingue da correspondente forma do presente do indicativo (pode).
- b) Facultativamente, dêmos (1ª pessoa do plural do presente do conjuntivo), para se distinguir da correspondente forma do pretérito perfeito do indicativo (demos); fôrma (substantivo), distinta de forma (substantivo; 3ª pessoa do singular do presente do indicativo ou 2ª pessoa do singular do imperativo do verbo formar).

7º) Prescinde-se de acento circunflexo nas formas verbais paroxítonas que contêm um e tônico/tônica oral fechado em hiato com a terminação -em da 3ª pessoa do plural do presente do indicativo ou do conjuntivo, conforme os casos: creem deem (conj.), descreem, desdeem (conj.), leem, preveem, redeem (conj.), releem, reveem, tresleem, veem.

8º) Prescinde-se igualmente do acento circunflexo para assinalar a vogal tónica/tônica fechada com a grafia o em palavras paroxítonas como enjoo, substantivo e flexão de enjoar, povoo, flexão de povoar, voo, substantivo e flexão de voar, etc.

9º) Prescinde-se, quer do acento agudo, quer do circunflexo, para distinguir palavras paroxítonas que, tendo respectivamente vogal tónica/tônica aberta ou fechada, são homógrafas de palavras proclíticas. Assim, deixam de se distinguir pelo acento gráfico: para (á), flexão de parar, e para, preposição; pela(s) (é), substantivo e flexão de pelar, e pela(s), combinação de per e la(s); pelo (é), flexão de pelar, pelo(s) (é), substantivo ou combinação de per e lo(s); polo(s) (ó), substantivo, e polo(s), combinação antiga e popular de por e lo(s); etc.

- 10º) Prescinde-se igualmente de acento gráfico para distinguir paroxítonas homógrafas heterofónicas/heterofônicas do tipo de acerto (ê), substantivo, e acerto (é), flexão de acertar; acordo (ô), substantivo, e acordo (ó), flexão de acordar; cerca (ê), substantivo, advérbio e elemento da locução prepositiva cerca de, e cerca (é), flexão de cercar; coro (ó), substantivo, e flexão de corar; deste (ê), contração da preposição de com o demonstrativo este, e deste (é), flexão de dar; fora (ô), flexão de ser e ir, e fora (ó), advérbio, interjeição e substantivo; piloto (ô), substantivo, e piloto (ó), flexão de pilotar, etc.

Base X

Da acentuação das vogais tónicas/tônicas grafadas i e u das palavras oxítonas e paroxítonas

- 1º) As vogais tónicas/tônicas grafadas i e u das palavras oxítonas e paroxítonas levam acento agudo quando antecedidas de uma vogal com que não formam ditongo e desde de que não constituam sílaba com a eventual consoante seguinte, excetuando o caso de s: adaís (pl. de adail), aí, atraí (de atrair), baú, caís (de cair), Esaú, jacuí, Luís, país, etc.; alaúde, amiúde, Araújo, Ataíde, atraíam (de atrair), atraísse (id.) baía, balaústre, cafeína, ciúme, egoísmo, faísca, faúlha, graúdo, influíste (de influir), juízes, Luísa, miúdo, paraíso, raízes, recaída, ruína, saída, sanduíche, etc.
- 2º) As vogais tónicas/tônicas grafadas i e u das palavras oxítonas e paroxítonas não levam acento agudo quando, antecedidas de vogal com que não formam ditongo, constituem sílaba com a consoante seguinte, como é o caso de nh, l, m, n, r e z: bainha, moinho, rainha; adail, paul, Raul; Aboim, Coimbra, ruim; ainda, constituinte, oriundo, ruins, triunfo; atrair, demiurgo, influir, influirmos; juiz, raiz; etc.

- 3º) Em conformidade com as regras anteriores leva acento agudo a vogal tônica/tônica grafada i das formas oxítonas terminadas em r dos verbos em -air e -uir, quando estas se combinam com as formas pronominais clíticas -lo(s), -la(s), que levam à assimilação e perda daquele -r: atraí-lo(s), (de atrair-lo(s)); atraí-lo(s)-ia (de atrair-lo(s)-ia); possui-la(s) (de possuir-la(s)); possui-la(s)-ia (de possuir-la(s) -ia).
- 4º) Prescinde-se do acento agudo nas vogais tônicas/tônicas grafadas i e u das palavras paroxítonas, quando elas estão precedidas de ditongo: baiuca, boiuno, cauila (var. caura), cheinho (de cheio), sainha (de saia).
- 5º) Levam, porém, acento agudo as vogais tônicas/tônicas grafadas i e u quando, precedidas de ditongo, pertencem a palavras oxítonas e estão em posição final ou seguidas de s: Piauí, teiú, teiús, tuiuiú, tuiuiús.
Obs.: Se, neste caso, a consoante final for diferente de s, tais vogais dispensam o acento agudo: cauim.
- 6º) Prescinde-se do acento agudo nos ditongos tônicos/tônicos grafados iu e ui, quando precedidos de vogal: distraiu, instruiu, paus (pl. de paul).
- 7º) Os verbos aguir e redarguir prescindem do acento agudo na vogal tônica/tônica grafada u nas formas rizotônicas/rizotônicas: arguo, arguis, argui, arguem; argua, arguas, argua, arguam. O verbos do tipo de aguar, apaniguar, apaziguar, aproximar, averiguar, desaguar, enxaguar, obliquar, delinquir e afins, por oferecerem dois paradigmas, ou têm as formas rizotônicas/rizotônicas igualmente acentuadas no u mas sem marca gráfica (a exemplo de averiguo, averiguas, averigua, averiguam; averigue, averigues, averigue, averiguem; enxaguo, enxaguas, enxagua, enxaguam; enxague, enxagues, enxague, enxaguem, etc.; delinquo, delinquis, delinqui, delinquem;

mas delinquimos, delin quis) ou têm as formas rizotônicas/rizotônicas acentuadas fônica/fônica e graficamente nas vogais a ou i radicais (a exemplo de averíquo, averíguas, averíqua, averíguam; averígue, averígues, averígue, averíguem; enxáquo, enxáguas, enxáqua, enxáquam; enxágue, enxágues, enxágue, enxáguem; delínquo, delínques, delínque, delínquem; delínqua, delínquas, delínqua, delínquam).

Obs.: Em conexão com os casos acima referidos, registre-se que os verbos em -ingir (atingir, cingir, constringir, infringir, tingir, etc.) e os verbos em -inguir sem prolação do u (distinguir, extinguir, etc.) têm grafias absolutamente regulares (atinjo, atinja, atinge, atingimos, etc.; distingo, distinga, distingue, distinguimos, etc.).

Base XI

Da acentuação gráfica das palavras proparoxítonas

1º) Levam acento agudo:

- a) As palavras proparoxítonas que apresentam na sílaba tônica/tônica as vogais abertas grafadas a, e, o e ainda i, u ou ditongo oral começado por vogal aberta: árabe, cáustico, Cleópatra, esqualido, exército, hidráulico, líquido, míope, músico, plástico, prosélito, público, rústico, tétrico, último;
- b) As chamadas proparoxítonas aparentes, isto é, que apresentam na sílaba tônica/tônica as vogais abertas grafadas a, e, o e ainda i, u ou ditongo oral começado por vogal aberta, e que terminam por seqüências vocálicas pós-tônicas/pós-tônicas praticamente consideradas como ditongos crescentes (-ea, -eo, -ia, -ie, -io, -oa, -ua, -uo, etc.): álea, náusea; etéreo, níveo; enciclopédia, glória; barbárie, série; lírio, prélio; mágoa, nódoa; exígua, língua; exíguo, vácuo.

2º) Levam acento circunflexo:

- a) As palavras proparoxítonas que apresentam na sílaba tônica/tônica vogal fechada ou ditongo com a vogal básica fechada: anacreôntico, brêtema, cânfora, cômputo, devêramos (de dever), dinâmico, êmbolo, excêntrico, fôssemos (de ser e ir), Grândola, hermenêutica, lâmpada, lôstrego, lôbrego, nêspêra, plêiade, sôfrego, sonâmbulo, trôpego;
 - b) As chamadas proparoxítonas aparentes, isto é, que apresentam vogais fechadas na sílaba tônica/tônica, e terminam por seqüências vocálicas pós-tônicas/pós-tônicas praticamente consideradas como ditongos crescentes: amêndoa, argênteo, côdea, Islândia, Mântua, serôdio.
- 3º) Levam acento agudo ou acento circunflexo as palavras proparoxítonas, reais ou aparentes, cujas vogais tônicas/tônicas grafadas e ou o estão em final de sílaba e são seguidas das consoantes nasais grafadas m ou n, conforme o seu timbre é, respectivamente, aberto ou fechado nas pronúncias cultas da língua: acadêmico/acadêmico, anatômico/anatômico, cênico/cênico, cômodo/cômodo, fenômeno/fenômeno, gênero/gênero, topônimo/topônimo; Amazônia/Amazônia, Antônio/Antônio, blasfêmia/blasfêmia, fêmea/fêmea, gêmeo/gêmeo, gênio/gênio, ténue/ténue.

Base XII

Do emprego do acento grave

- 1º) Emprega-se o acento grave:
- a) Na contração da preposição a com as formas femininas do artigo ou pronome demonstrativo o: à (de a+a), às (de a+as);
 - b) Na contração da preposição a com os demonstrativos aquele, aquela, aqueles, aquelas e aquilo ou ainda da mesma preposição com os compostos aqueloutro e suas flexões: àquele(s), àquela(s), àquilo; àqueloutro(s), àqueloutra(s).

Base XIII

Da supressão dos acentos em palavras derivadas

- 1^o) Nos advérbios em -mente, derivados de adjetivos com acento agudo ou circunflexo, estes são suprimidos: avidamente (de ávido), debilmente (de débil), facilmente (de fácil), habilmente (de hábil), ingenuamente (de ingênuo), lucidamente (de lúcido), mamente (de má), somente (de só), unicamente (de único), etc.; candidamente (de cândido), cortesmente (de cortês), dinamicamente (de dinâmico), espontaneamente (de espontâneo), portuguesmente (de português), romanticamente (de romântico).
- 2^o) Nas palavras derivadas que contêm sufixos iniciados por z e cujas formas de base apresentam vogal tónica/tônica com acento agudo ou circunflexo, estes são suprimidos: anezinhos (de anéis), avozinha (de avó), bebezito (de bebê), cafezada (de café), chapeuzinho (de chapéu), chazeiro (de chá), heroizito (de herói), ilheuzito (de ilhéu), mazinha (de má), orfãozinho (de órfão), vintenzito (de vintém), etc.; avozinho (de avô), bençãozinha (de bênção), lampadazita (de lâmpada), pessegozito (de pêssago).

Base XIV

Do trema

O trema, sinal de diérese, é inteiramente suprimido em palavras portuguesas ou aportuguesadas. Nem sequer se emprega na poesia, mesmo que haja separação de duas vogais que normalmente formam ditongo: saudade, e não saüdade, ainda que tetrassílabo; saudar, e não saüdar, ainda que trissílabo; etc.

Em virtude desta supressão, abstrai-se de sinal especial, quer para distinguir, em sílaba átona, um i ou um u de uma

vogal da sílaba anterior, quer para distinguir, também em sílaba átona, um i ou um u de um ditongo precedente, quer para distinguir, em sílaba tônica/tônica ou átona, o u de gu ou de qu de um e ou i seguintes: arruinar, constituiria, depoimento, esmiuçar, faiscar, faulhar, oleicultura, paraibano, reunião; abaiucado, auiqui, caiué, cauixi, piauiense; aguentar, anguiforme, arguir, bilíngue (ou bilingue), lingueta, linguista, linguístico; cinquenta, equestre, frequentar, tranquilo, ubiquidade.

Obs.: Conserva-se, no entanto, o trema, de acordo com a Base I, 3º, em palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros: hübneriano, de Hübner, mülleriano, de Müller, etc.

Base XV

Do hífen em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares

- 1º) Emprega-se o hífen nas palavras compostas por justaposição que não contêm formas de ligação e cujos elementos, de natureza nominal, adjetival, numeral ou verbal, constituem uma unidade sintagmática e semântica e mantêm acento próprio, podendo dar-se o caso de o primeiro elemento estar reduzido: ano-luz, arce-bispo, arco-íris, decreto-lei, és-sueste, médico-cirurgião, rainha-cláudia, tenente-coronel, tio-avô, turma-piloto; alcaide-mor, amorperfeito, guarda-noturno, mato-grossense, norte-americano, porto-alegrense, sul-africano; afro-asiático, cifro-luso-brasileiro, azul-escuro, luso-brasileiro, primeiro-ministro, primeiro-sargento, primo-infeção, segunda-feira; conta-gotas, finca-pé, guarda-chuva.

Obs.: Certos compostos, em relação aos quais se perdeu, em certa medida, a noção de composição, grafam-se aglutinadamente: girassol, madressilva, mandachuva, pontapé, paraquedas, paraquedista, etc.

- 2º) Emprega-se o hífen nos topónimos/topônimos compostos, iniciados pelos adjetivos grã, grão ou por forma verbal ou cujos elementos estejam ligados por artigo: Grã-Bretanha, Grão-Pará; Abre-Campo; Passa-Quatro, Quebra-Costas, Quebra-Dentes, Traga-Mouros, Trinca-Fortes; Albergaria-a-Velha, Baía de Todos-os-Santos, Entre-os-Rios, Montemor-o-Novo, Trás-os-Montes.

Obs.: Os outros topónimos/topônimos compostos escrevem-se com os elementos separados, sem hífen: América do Sul, Belo Horizonte, Cabo Verde, Castelo Branco, Freixo de Espada à Cinta, etc. O topónimo/topônimo GuinéBissau é, contudo, uma exceção consagrada pelo uso.

- 3º) Emprega-se o hífen nas palavras compostas que designam espécies botânicas e zoológicas, estejam ou não ligadas por preposição ou qualquer outro elemento: abóbora-menina, couve-flor, erva-doce, feijão-verde; benção-de-deus, erva-do-chá, ervilha-de-cheiro, fava-de-santo-inácio, bem-me-quer (nome de planta que também se dá à margarida e ao malmequer); andorinha-grande, cobra-capelo, formiga-branca; andorinha-domar, cobra-d'água, lesma-de-conchinha; bem-te-vi (nome de um pássaro).

- 4º) Emprega-se o hífen nos compostos com os advérbios bem e mal, quando estes formam com o elemento que se lhes segue uma unidade sintagmática e semântica e tal elemento começa por vogal ou h. No entanto, o advérbio bem, ao contrário de mal, pode não se aglutinar com palavras começadas por consoante. Eis alguns exemplos das várias situações: bem-aventurado, bem-estar, bem-humorado; mal-afortunado, mal-estar, mal-humorado; bem-criado (cf. malcriado), bem-ditoso (cf. malditoso), bem-falante (cf. malfalante), bem-mandado (cf. malmandado), bem-nascido (cf. malnascido), bem-soante (cf. malsoante), bem-visto (cf. malvisto)

Obs.: Em muitos compostos, o advérbio bem aparece aglutinado com o segundo elemento, quer este tenha ou não vida à parte: benfazejo, benfeitor, benquerença, etc.

- 5º) Emprega-se o hífen nos compostos com os elementos além, aquém, recém e sem: além-Atlântico, além-mar, além-fronteiras; aquém-fiar, aquém-Pireneus; recém-casado, recém-nascido; sem-cerimônia, sem-número, sem-vergonha.
- 6º) Nas locuções de qualquer tipo, sejam elas substantivas, adjetivas, pronominais, adverbiais, prepositivas ou conjuncionais, não se emprega em geral o hífen, salvo algumas exceções já consagradas pelo uso (como é o caso de água-de-colônia/água-de-colônia, arco-da-velha, cor-de-rosa, mais-que-perfeito, pé-de-meia, ao deus-dará, à queima-roupa). Sirvam, pois, de exemplo de emprego sem hífen as seguintes locuções:
- a) Substantivas: cão de guarda, fim de semana, sala de jantar;
 - b) Adjetivas: cor de açafrão, cor de café com leite, cor de vinho;
 - c) Pronominais: cada um, ele próprio, nós mesmos, quem quer que seja;
 - d) Adverbiais: à parte (note-se o substantivo aparte), à vontade, de mais (locução que se contrapõe a de menos; note-se demais, advérbio, conjunção, etc.), depois de amanhã, em cima, por isso;
 - e) Prepositivas: abaixo de, acerca de, acima de, a fim de, a par de, à parte de, apesar de, aquando de, debaixo de, enquanto a, por baixo de, por cima de, quanto a;
 - f) Conjuncionais: afim de que, ao passo que, contanto que, logo que, por conseguinte, visto que.
- 7º) Emprega-se o hífen para ligar duas ou mais palavras que ocasionalmente se combinam, formando, não propriamente vocábulos, mas encadeamentos vocabulares (tipo: a divisa Liberdade-Igualdade-Fraternidade, a ponte Rio Niterói, o percurso Lisboa-Coimbra-Porto, a ligação Angola-Moçambique, e bem

assim nas combinações históricas ou ocasionais de topónimos/topônimos (tipo: Austria-Hungria, Alsácia-Lorena, Angola-Brasil, Tóquio-Rio de Janeiro, etc.).

Base XVI

Do hífen nas formações por prefixação, recomposição e sufixação

1º) Nas formações com prefixos (como, por exemplo: ante-, anti-, circum-, co-, contra-, entre-, extra-, hiper-, infra-, intra-, pós-, pré-, pró-, sobre-, sub-, super-, supra-, ultra-, etc.) e em formações por recomposição, isto é, com elementos não autônomos/autônomos ou falsos prefixos, de origem grega e latina (tais como: aero-, agro-, arqui-, auto-, hio-, eletro-, geo-, hidro-, inter-, macro-, maxi-, micro-, mini-, multi-, neo-, pan-, pluri-, proto, pseudo, retro-, semi-, tele-, etc.), só se emprega o hífen nos seguintes casos:

a) Nas formações em que o segundo elemento começa por h: anti-higiênico/anti-higiênico, circum-hospitalar, co-herdeiro, contra-harmónico/contra-harmônico, extra-humano, pré-história, sub-hepático, super-homem, ultra-hiperbólico; arqui-hipérbole, eletro-higrómetro, geo-história, neo-helénico/neo-helênico, pan-helenismo, semi-hospitalar.

Obs.: Não se usa, no entanto, o hífen em formações que contêm em geral os prefixos des- e in- e nas quais o segundo elemento perdeu o h inicial: desumano, desumidificar, inábil, inumano, etc.

b) Nas formações em que o prefixo ou pseudoprefixo termina na mesma vogal com que se inicia o segundo elemento: anti-ibérico, contra-almirante, infra-axilar, supra-auricular; arqui-irmandade, auto-observação, eletro-ótica, micro-onda, semi-interno.

Obs.: Nas formações com o prefixo co-, este aglutina-se em geral com o segundo elemento mesmo quando iniciado por o: coobrigação, coocupante, coordenar, cooperação, cooperar, etc.

- c) Nas formações com os prefixos circum- e pan-, quando o segundo elemento começa por vogal, m ou n (além de h, caso já considerado atrás na alínea a): circum-escolar, circum-murado, circum-navegação; pan-africano, pan-mágico, pan-negritude.
- d) Nas formações com os prefixos hiper-, inter- e super-, quando combinados com elementos iniciados por r: hiper-requintado, inter-resistente, super-revista.
- e) Nas formações com os prefixos ex- (com o sentido de estado anterior ou cessamento), sota-, soto-, vice- e vizo-: ex-almirante, ex-diretor, ex-hospedeira, ex-presidente, ex-primeiro-ministro, ex-rei; sota-piloto, soto-mestre, vice-presidente, vice-reitor, vizo-rei.
- f) Nas formações com os prefixos tónicos/tônicos acentuados graficamente pós-, pré- e pró-, quando o segundo elemento tem vida à parte (ao contrário do que acontece com as correspondentes formas átonas que se aglutinam com o elemento seguinte): pós-graduação, pós-tónico/pós-tônicos (mas pospor); pré-escolar, pré-natal (mas prever); pró-africano, pró-europeu (mas promover).

2º) Não se emprega, pois, o hífen:

- a) Nas formações em que o prefixo ou falso prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por r ou s, devendo estas consoantes duplicar-se, prática aliás já generalizada em palavras deste tipo pertencentes aos domínios científico e técnico. Assim: antirreligioso, antissemita, contrarregra, contrassenha, cosseno, extrarregular, infrassom, minissaia, tal como hiorritmo, hiossatélite. eletrossiderurgia, microssistema, microrradiografia.

- b) Nas formações em que o prefixo ou pseudoprefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente, prática esta em geral já adotada também para os termos técnicos e científicos. Assim: antiaéreo, coeducação, extraescolar, aeroespacial, autoestrada, autoaprendizagem, agroindustrial, hidroelétrico, plurianual.
- 3º) Nas formações por sufixação apenas se emprega o hífen nos vocábulos terminados por sufixos de origem tupi-guarani que representam formas adjetivas, como açu, guaçu e mirim, quando o primeiro elemento acaba em vogal acentuada graficamente ou quando a pronúncia exige a distinção gráfica dos dois elementos: amoré-guaçu, anajá-mirim, andá-açu, capim-açu, Ceará-Mirim.

Base XVII

Do hífen na ênclise, na tmese e com o verbo haver

- 1º) Emprega-se o hífen na ênclise e na tmese: amá-lo, dá-se, deixa-o, partir-lhe; amá-lo-ei, enviar-lhe-emos.
- 2º) Não se emprega o hífen nas ligações da preposição de às formas monossilábicas do presente do indicativo do verbo haver: hei de, há de, hão de, etc.

Obs.: 1. Embora estejam consagradas pelo uso as formas verbais quer e requer, dos verbos querer e requerer, em vez de quere e requere, estas últimas formas conservam-se, no entanto, nos casos de ênclise: quere-o(s), requere-o(s). Nestes contextos, as formas (legítimas, aliás) qué-lo e requé-lo são pouco usadas.

2. Usa-se também o hífen nas ligações de formas pronominais enclíticas ao advérbio eis (eis-me, ei-lo) e ainda nas combinações de formas pronominais do tipo no-lo, vo-las, quando em próclise (por ex.: esperamos que no-lo comprem).

Base XVIII

Do apóstrofo

1º) São os seguintes os casos de emprego do apóstrofo:

- a) Faz-se uso do apóstrofo para cindir graficamente uma contração ou aglutinação vocabular, quando um elemento ou fração respectiva pertence propriamente a um conjunto vocabular distinto: d'Os Lusíadas, d'Os Sertões; n'Os Lusíadas, n'Os Sertões; pel'Os Lusíadas, pel'Os Sertões. Nada obsta, contudo, a que estas escritas sejam substituídas por empregos de preposições íntegras, se o exigir razão especial de clareza, expressividade ou ênfase: de Os Lusíadas, em Os Lusíadas, por Os Lusíadas, etc.

As cisões indicadas são análogas às dissoluções gráficas que se fazem, embora sem emprego do apóstrofo, em combinações da preposição a com palavras pertencentes a conjuntos vocabulares imediatos: a A Relíquia, a Os Lusíadas (exemplos: importância atribuída a A Relíquia; recorro a Os Lusíadas). Em tais casos, como é óbvio, entende-se que a dissolução gráfica nunca impede na leitura a combinação fonética: a A = à, a Os = aos, etc.

- b) Pode cindir-se por meio do apóstrofo uma contração ou aglutinação vocabular, quando um elemento ou fração respectiva é forma pronominal e se lhe quer dar realce com o uso de maiúscula: d'Ele, n'Ele, d'Aquele, n'Aquele, d'O, n'O, pel'O, m'O, t'O, lh'O, casos em que a segunda parte, forma masculina, é aplicável a Deus, a Jesus, etc.; d'Ela, n'Ela, d'Aquela, n'Aquela, d'A, n'A, pel'A, tu'A, t'A, lh'A, casos em que a segunda parte, forma feminina, é aplicável à mãe de Jesus, à Providência, etc. Exemplos frásicos: confiamos n'O que nos salvou; esse milagre revelou-m'O; está n'Ela a nossa esperança; pugnemos pel'A que é nossa padroeira.

À semelhança das cisões indicadas, pode dissolver-se graficamente, posto que sem uso do apóstrofo, uma combinação da preposição a com uma forma pronominal realçada pela maiúscula: a O, a Aquele, a Aquela (entendendo-se

que a dissolução gráfica nunca impede na leitura a combinação fonética: a O = ao, a Aquela = àquela, etc.). Exemplos frásicos: a O que tudo pode: a Aquela que nos protege.

- c) Emprega-se o apóstrofo nas ligações das formas santo e santa a nomes do hagiológico, quando importa representar a elisão das vogais finais o e a: Sant'Ana, Sant'Iago, etc. É, pois, correto escrever: Calçada de Sant'Ana. Rua de Sant'Ana; culto de Sant'Iago, Ordem de Sant'Iago. Mas, se as ligações deste gênero, como é o caso destas mesmas Sant'Ana e Sant'Iago, se tornam perfeitas unidades mórficas, aglutinam-se os dois elementos: Fulano de Santana, ilhéu de Santana, Santana de Parnaíba; Fulano de Santiago, ilha de Santiago, Santiago do Cacém. Em paralelo com a grafia Sant'Ana e congêneres, emprega-se também o apóstrofo nas ligações de duas formas antroponímicas, quando é necessário indicar que na primeira se elide um o final: Nun'Álvares, Pedr'Eanes.

Note-se que nos casos referidos as escritas com apóstrofo, indicativas de elisão, não impedem, de modo algum, as escritas sem apóstrofo: Santa Ana, Nuno Álvares, Pedro Álvares, etc.

- d) Emprega-se o apóstrofo para assinalar, no interior de certos compostos, a elisão do e da preposição de, em combinação com substantivos: horda-d'água, cobra-d'água, copo-d'água, estrela-d'alva, galinha-d'água, mãe-d'água, pau-d'água, pau-d'alho, pau-d'arco, pau-d'óleo.

- 2º) São os seguintes os casos em que não se usa o apóstrofo:

Não é admissível o uso do apóstrofo nas combinações das preposições de e em com as formas do artigo definido, com formas pronominais diversas e com formas adverbiais (exceção o que se estabelece nas alíneas 1º) a) e 1º) b)). Tais combinações são representadas:

- a) Por uma só forma vocabular, se constituem, de modo fixo, uniões perfeitas:

- i) do, da, dos, das; dele, dela, deles, delas; deste, desta, destes, destas, disto; desse, dessa, desses, dessas, disso; daquele, daquela, daqueles, daquelas, daquilo; destoutro, destoutra, destoutros, destoutras; dessoutro, dessoutra, dessoutros, dessoutras; daqueloutro, daqueloutra, daqueloutros, daqueloutras; daqui; daí; dali; dacolá; donde; dantes (= antigamente);
- ii) no, na, nos, nas; nele, nela, neles, nelas; neste, nesta, nestes, nestas, nisto; nesse, nessa, nesses, nessas, nisso; naquele, naquela, naqueles, naquelas, naquilo; nestoutro, nestoutra, nestoutros, nestoutras; nessoutro, nessoutra, nessoutros, nessoutras; naqueloutro, naqueloutra, naqueloutros, naqueloutras; num, numa, nuns, numas; noutro, noutra, noutros, noutras, noutrem; nalgum, nalguma, nalguns, algumas, nalguém.
- b) Por uma ou duas formas vocabulares, se não constituem, de modo fixo, uniões perfeitas (apesar de serem correntes com esta feição em algumas pronúncias): de um, de uma, de uns, de umas, ou dum, duma, duns, dumas; de algum, de alguma, de alguns, de algumas, de alguém, de algo, de algures, de alhures, ou dalgum, dalguma, dalguns, dalgumas, dalguém, dalgo, dalgures, dalhures; de outro, de outra, de outros, de outras, de outrem, de outrora, ou doutro, doutra, doutros, doutras, doutrem, doutrora; de alguém ou daquém; de além ou dalém; de entre ou dentre. De acordo com os exemplos deste último tipo, tanto se admite o uso da locução adverbial de ora avante como do advérbio que representa a contração dos seus três elementos: doravante.
- Obs.: Quando a preposição de se combina com as formas articulares ou pronominais o, a, os, as, ou com quaisquer pronomes ou advérbios começados por vogal, mas acontece estarem essas palavras integradas em construções de infinitivo, não se emprega o apóstrofo, nem se funde a preposição com a forma imediata, escrevendo-se estas duas separadamente: afim de ele compreender; apesar de o não ter visto; em virtude de os nossos pais se-

rem bondosos; o fato de o conhecer; por causa de aqui estares.

Base XIX

Das minúsculas e maiúsculas

- 1º) A letra minúscula inicial é usada:
- a) Ordinariamente, em todos os vocábulos da língua nos usos correntes.
 - b) Nos nomes dos dias, meses, estações do ano: segunda-feira; outubro; primavera.
 - c) Nos bibliónimos/bibliônimos (após o primeiro elemento, que é com maiúscula, os demais vocábulos, podem ser escritos com minúscula, salvo nos nomes próprios nele contidos, tudo em grifo): O Senhor do paço de Ninães, O Senhor do paço de Ninães, Menino de engenho, Árvore e Tambor ou Árvore e Tambor.
 - d) Nos usos de fulano, sicrano, beltrano.
 - e) Nos pontos cardeais (mas não nas suas abreviaturas): norte, sul (mas: SW sudoeste).
 - f) Nos axiónimos/axiônimos e hagiónimos/hagiônimos (opcionalmente, neste caso, também com maiúscula): senhor doutor Joaquim da Silva, bacharel Mário Abrantes, o Cardeal Bembo; santa Filomena (ou Santa Filomena).
 - g) Nos nomes que designam domínios do saber, cursos e disciplinas (opcionalmente, também com maiúscula): português (ou Português), matemática (ou Matemática); línguas e literaturas modernas (ou Línguas e Literaturas Modernas).
- 2º) A letra maiúscula inicial é usada:
- a) Nos antropónimos/antropônimos, reais ou fictícios: Pedro Marques; Branca de Neve, D. Quixote.
 - b) Nos topónimos/topônimos, reais ou fictícios: Lisboa, Luan-da, Maputo, Rio de Janeiro; Atlântida, Hespéria.

- c) Nos nomes de seres antropomorfizados ou mitológicos: Adamastor; Neptuno/ Netuno.
- d) Nos nomes que designam instituições: Instituto de Pensões e Aposentadorias da Previdência Social.
- e) Nos nomes de festas e festividades: Natal, Páscoa, Ramadão, Todos os Santos.
- f) Nos títulos de periódicos, que retêm o itálico: O Primeiro de Janeiro, O Estado de São Paulo (ou S. Paulo).
- g) Nos pontos cardeais ou equivalentes, quando empregados absolutamente: Nordeste, por nordeste do Brasil, Norte, por norte de Portugal, Meio-Dia, pelo sul da França ou de outros países, Ocidente, por ocidente europeu, Oriente, por oriente asiático.
- h) Em siglas, símbolos ou abreviaturas internacionais ou nacionalmente reguladas com maiúsculas, iniciais ou mediais ou finais ou o todo em maiúsculas: FAO, NATO, ONU; H₂O, Sr., V. Ex^a.
- i) Opcionalmente, em palavras usadas reverencialmente, autenticamente ou hierarquicamente, em início de versos, em categorizações de logradouros públicos: (rua ou Rua da Liberdade, largo ou Largo dos Leões), de templos (igreja ou Igreja do Bonfim, templo ou Templo do Apostolado Positivista), de edifícios (palácio ou Palácio da Cultura, edifício ou Edifício Azevedo Cunha).

Obs.: As disposições sobre os usos das minúsculas e maiúsculas não obstam a que obras especializadas observem regras próprias, provindas de códigos ou normalizações específicas (terminologias antropológica, geológica, bibliológica, botânica, zoológica etc.), promanadas de entidades científicas ou normalizadoras, reconhecidas internacionalmente.

Base XX

Da divisão silábica

A divisão silábica, que em regra se faz pela soletração (a-ba-de, bru-ma, ca-cho, lha-no, ma-lha, ma-nha, má-xi-mo, ó-xi-do, ro-xo, te-me-se), e na qual, por isso, se não tem de atender aos elementos constitutivos dos vocábulos segundo a etimologia (a-ba-li-e-nar, bi-sa-vó, de-sa-pa-re-cer, di-sú-rico, e-xâ-ni-me, hi-pe-ra-cús-ti-co, i-ná-bil, su-bo-cu-lar, su-pe-rá-ci-do), obedece a vários preceitos particulares, que rigorosamente cumpre seguir, quando se tem de fazer em fim de linha, mediante o emprego do hífen, a partição de uma palavra:

- 1º) São indivisíveis no interior de palavra, tal como inicialmente, e formam, portanto, sílaba para a frente as sucessões de duas consoantes que constituem perfeitos grupos, ou sejam (com exceção apenas de vários compostos cujos prefixos terminam em h, ou d: ab- legação, ad- ligar, sub- lunar, etc., em vez de a-blegação, a-dligar, su-blunar, etc.) aquelas sucessões em que a primeira consoante é uma labial, uma velar, uma dental ou uma labiodental e a segunda um l ou um r: ablução, celebrar, du-plicação, re-primir; a-clamar, decreto, de-glutição, re-grado; a-tlético, cáte-dra, períme-tro; a-fluir, a-fricano, ne-vrose.
- 2º) São divisíveis no interior da palavra as sucessões de duas consoantes que não constituem propriamente grupos e igualmente as sucessões de m ou n, com valor de anasalidade, e uma consoante: ab-dicar, Ed-gordo, op-tar, sub-por, absoluto, adjetivo, af-ta, bet-samita, íp-silon, ob-viar; des-cer, disciplina, flores-cer, nas-cer, res-cisão; ac-ne, ad-mirável, Daf-ne, diafrag-ma, drac-ma, ét-nico, rit-mo, sub-meter, am-nésico, interam- nense; bir-reme, cor-roer, pror-rogar; as-segurar, bis-secular, sos- segar; bissex-lo, contex-to, ex-citar, atroz-mente, capaz-mente, infeliz- mente; am-bição, desen-ganar, en-xame, man-chu, Mân-lio, etc.

- 3º) As sucessões de mais de duas consoantes ou de m ou n, com o valor de nasalidade, e duas ou mais consoantes são divisíveis por um de dois meios: se nelas entra um dos grupos que são indivisíveis (de acordo com o preceito 1º), esse grupo forma sílaba para diante, ficando a consoante ou consoantes que o precedem ligadas à sílaba anterior; se nelas não entra nenhum desses grupos, a divisão dá-se sempre antes da última consoante. Exemplos dos dois casos: cambraia, ec-tlipse, emblema, ex-plicar, in-cluir, ins-crição, subs-crever, trans-gredir; abs-tenção, disp-neia, inters-telar, lamb-dacismo, sols-ticial, Terp-sícore, tungs-tênio.
- 4º) As vogais consecutivas que não pertencem a ditongos decrescentes (as que pertencem a ditongos deste tipo nunca se separam: ai-roso, cadei-ra, insti-tui, ora-ção, sacris-tães, traves-sões) podem, se a primeira delas não é u precedido de g ou q, e mesmo que sejam iguais, separar-se na escrita: ala-úde, á-reas, co-apeba, co-ordenar, do-er, flu-idez, perdo-as, vo-os. O mesmo se aplica aos casos de contiguidade de ditongos, iguais ou diferentes, ou de ditongos e vogais: cai-ais, caí-eis, ensai-os, flu-iu.
- 5º) Os digramas gu e qu, em que o u se não pronuncia, nunca se separam da vogal ou ditongo imediato (ne-gue, ne-guei; pe-que, pe-quei, do mesmo modo que as combinações gu e qu em que o u se pronuncia: á-gua, ambí-guo, averi-gueis; longín-quos, lo-quaz, quais-quer.
- 6º) Na translineação de uma palavra composta ou de uma combinação de palavras em que há um hífen, ou mais, se a partição coincide com o final de um dos elementos ou membros, deve, por clareza gráfica, repetir-se o hífen no início da linha imediata: ex- -alferes, serená-los-emos ou serená-los-emos, vice- -almirante.

Base XXI

Das assinaturas e firmas

Para ressalva de direitos, cada qual poderá manter a escrita que, por costume ou registro legal, adote na assinatura do seu nome. Com o mesmo fim, pode manter-se a grafia original de quaisquer firmas comerciais, nomes de sociedades, marcas e títulos que estejam inscritos em registro público.

Capítulo I
Natureza, Sede. Foro e Duração

Art. 1.º - A Academia Baiana de Educação, fundada em 09 de setembro de 1982, associação cultural sem fins lucrativos, com sede e foro na Cidade de Salvador. Capital do Estado da Bahia e prazo de duração indeterminado, reger-se-á pelas disposições deste Estatuto normas regimentais que adotar e demais dispositivos legais aplicáveis.

Parágrafo único - A Instituição, que funcionou regular mente desde a supracitada data, passa a ter personalidade jurídica a partir do registro deste Estatuto.

Capítulo II
Finalidade e Competência

Art. 2.º - A Academia tem por finalidade estudo e pesquisa, definição e interpretação dos fatos, fenômenos e problemas da educação e ensino na sua acepção geral competindo-lhe como órgão de cooperação cultural, consultas, incentivos, promoções e realizações no campo educacional:

- I. manter intercâmbio com as congêneres nacionais e estrangeiras demais instituições e órgãos culturais oficiais e particulares relacionados com a educação e o ensino;
- II. cultivar os fatos da educação e da memória, vida e obra de seus patronos, de titulares falecidos e de outras figuras e vultos da educação e do ensino;
- III. promover cursos próprios ou em convênio, de pós-graduação, aperfeiçoamento, atualização e especialização, sobre educação e ciências pedagógicas, nos seus vários graus ou níveis;
- IV. promover conferências, congressos e atividades outras que visem a elevar e melhorar nossos padrões culturais e de ensino;
- V. instituir prêmios a serem atribuídos a estabelecimentos de ensino da rede pública ou privada e a profissionais de educação;
- VI. adotar iniciativas e realizações outras que signifiquem preparação pedagógica ativa para a vida social. inclusive de consultoria sobre assuntos de pedagogia e de educação.

Capítulo III

Constituição do quadro e provimento das cadeiras

Art. 3.º - A Academia Baiana de Educação é constituída de 40 (quarenta) cadeiras, ocupadas por membros titulares tendo cada uma delas um patrono, que tenha sido educador, professor ou estudioso de fatos e problemas da educação na Bahia.

- § 1.º - Haverá um quadro especial de 5 (cinco) membros eméritos, a ser preenchido, com a prévia aquiescência dos indicados, por membros titulares que tenham mais de 70 (setenta) anos de idade e pertençam há mais de 10 (dez) anos à Academia, e que tenham colaborado ativamente para o desenvolvimento e o renome do sodalício, ficando vaga, com cada escolha, a correspondente cadeira de membro titular.
- § 2.º - A Academia terá, ainda, as categorias de sócios beneméritos, benfeitores, honorários, colaboradores e correspondentes.
- § 3.º - O provimento das diversas categorias de membros e sócios da Academia será feito na forma disposta no seu Regimento Interno.
- § 4.º - Sem prejuízo do número de vagas estipulado no § 1.º, são considerados membros eméritos "*in memoriam*" os sócios fundadores Hermano José de Almeida Gouveia Neto, Antonino de Oliveira Dias e Raymundo José da Matta, podendo a Academia conceder o mesmo título a outros membros titulares falecidos que se tenham destacado por especiais serviços prestados à instituição.
- Art. 4.º - São membros fundadores os que, em número de nove (9), criaram a Academia Baiana de Educação constando da relação que se segue: Raymundo Nonato de Almeida Gouveia, Edivaldo Machado Boaventura, Antônio Pithon Pinto, José Newton Alves de Souza, Hermano José de Almeida Gouveia Neto, Remy Pompílio de Souza, Adroaldo Ribeiro Costa, Antonino de Oliveira Dias e Raymundo José da Matta.

§ 1.º - São membros da Academia os membros titulares e eméritos admitidos.

§ 2.º - Será considerado renunciatário o membro da Academia que, sem motivo justificado, a juízo da Assembléia Geral, faltar a 2/3 (dois terços) das sessões durante 1 (um) ano ou deixar de pagar a anuidade por igual período, competindo à Diretoria dar eficácia ao disposto neste parágrafo.

Capítulo IV Administração da Academia

Art. 5.º - São órgãos da Academia:
a) a Diretoria;
b) a Assembléia Geral.

Art. 6.º - A Diretoria é constituída dos seguintes membros:

- 1 . Presidente
- 2 . Vice - Presidente
- 3 . Primeiro Secretário
- 4 . Segundo Secretário
- 5 . Tesoureiro
6. Diretor da Revista e da Biblioteca
7. Diretor do Museu Pedagógico e do Arquivo

Art. 7.º - A Diretoria será eleita por um período de dois (2) anos, podendo ser reeleita total ou parcialmente e exercerá o seu mandato gratuitamente.

§ 1.º - As vagas ocorridas em cargos da Diretoria, no primeiro ano do mandato, serão preenchidas por eleição e as ocorridas no segundo serão preenchidas pela Diretoria.

§ 2.º - A eleição da Diretoria será feita no penúltimo mês do seu mandato.

§ 3.º - As atribuições e obrigações da Diretoria serão definidas no Regimento.

§ 4.º - A diretoria apresentará relatório circunstanciado no início de cada ano.

Art. 8.º - As sessões da Academia serão instaladas com o mínimo de 5 (cinco) membros presentes, entre titulares e eméritos, só podendo deliberar com o mínimo de 9 (nove) membros das referidas categorias.

Art. 9.º - A Assembléia Geral será constituída pelos membros titulares e eméritos, só podendo deliberar com presença, em primeira convocação, da maioria absoluta e, em segunda convocação, da maioria dos presentes, respeitado o disposto no artigo anterior.

Art. 10. A Academia deverá manter-se, financeiramente, com a contribuição dos seus associados, doações, renda de cursos e de outras atividades e fontes de receita, sendo que, enquanto não tiver sede própria, fará as suas reuniões em locais condignos, cedidos ou alugados.

Parágrafo único - A aplicação de suas rendas será para fins desta instituição no território nacional.

Capítulo V

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 11. A Diretoria é responsável pelas obrigações e resoluções tomadas por maioria, cabendo ao seu presidente representá-la, na forma do Regimento.

Art. 12. Em caso de dissolução da Academia, os seus bens e valores serão entregues ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia ou a entidade congênere.

Art. 13. A Academia reunir-se-á em sessões ordinárias e extraordinárias, da Diretoria e da Assembléia, ou em sessões públicas, comemorativas e de posse, bem assim reservadas.

Parágrafo único - Os meses de dezembro, janeiro e fevereiro serão considerados de recesso, podendo haver convocação especial.

Art. 14. O presente estatuto deverá ser regulamentado por um regimento, no prazo máximo de 6 (seis) meses, aprovado pela Assembléia Geral, e somente poderá ser modificado pela maioria absoluta dos membros eméritos e titulares, por proposta da Diretoria ou da referida Assembléia.

Art. 15. O extrato do presente Estatuto será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de registro em Cartório e demais providências pertinentes.

Art. 16. Até o final do seu mandato, a Diretoria eleita para o biênio 1996/1998 permanecerá constituída pelos cargos para os quais foram eleitos os atuais ocupantes.

TÍTULO PRIMEIRO

DA ADMINISTRAÇÃO DA ACADEMIA

Capítulo I

Da admissão de Acadêmicos

Art. 1.º- A admissão de membro titular da Academia está sujeita às seguintes condições:

- a) ser brasileiro, nato ou naturalizado, educador, professor ou especialista em educação, com experiência e amplos serviços prestados à causa, ter domicílio no estado da Bahia e possuir idoneidade moral e científico-cultural;
- b) ser escolhido na forma de processo específico, composto das seguintes etapas:
 - 1. Decorridos 30 (trinta) dias da declaração de vacância da cadeira, a Academia reunir-se-á em sessão adremente convocada, com a presença mínima de 9 (nove) membros titulares e eméritos, quando será facultado a cada acadêmico indicar, em envelope fechado, o nome de sua preferência para preenchimento da vaga;
 - 2. Os membros titulares que se encontrarem impossibilitados de comparecer à sessão referida no item anterior poderão encaminhar as suas indicações ao Presidente da Academia, em envelopes fechados;
 - 3. Apuradas imediatamente as indicações, será organizada lista dos nomes que tiverem obtido pelo menos 3 (três) preferências, para fins de votação;
 - 4. Após 30 (trinta) dias da organização da lista, em sessão com a presença mínima de titulares e eméritos exigida pelo estatuto, proceder-se-á, através de voto secreto, à eleição do novo membro, em até 3 (três) escrutínios, sendo escolhido

- aquele que obtiver a maioria absoluta dos votos dos acadêmicos presentes;
5. Somente será feita a proclamação do nome eleito após sua aceitação, por escrito, ao receber comunicação feita pelo Presidente;
 6. Continuará vaga a cadeira, caso nenhum nome tenha alcançado, após 3 (três) escrutínios, a maioria absoluta dos votos, ou no caso de recusa pelo escrito.

Art. 2.º - O membro emérito será escolhido pela Assembléia Geral, dentre os membros titulares, mediante indicação de, pelo menos, dez (10) membros titulares e eméritos, atendido o disposto no parágrafo primeiro do art. 3.º do Estatuto.

Parágrafo único – O membro emérito manterá os mesmos direitos e prerrogativas do titular, estando dispensado, a seu critério, das anuidades e freqüência às sessões.

Art. 3.º - Só poderão ser membros correspondentes personalidades de comprovado mérito, que residam e tenham domicílio fora de Salvador, nacionais ou estrangeiros, por proposta de pelo menos dez (10) titulares e mediante aprovação da Assembléia Geral.

Art. 4.º - Só poderão ser membros honorários educadores de notável saber em pedagogia e educação, nacionais ou estrangeiros, por proposta de pelos menos (2ª) vinte titulares e mediante aprovação da Assembléia Geral.

Art. 5.º - A particulares e instituições que fizerem donativos à Academia ou tenham serviços de alta relevância à entidade, serão conferidos diplomas de benfeitores ou de beneméritos.

Capítulo II

Das Atribuições da Diretoria

Art. 6.º - Ao Presidente compete:

- a) zelar pelos interesses da Academia e fazer cumprir o Estatuto, o regimento e as resoluções da Diretoria;
- b) convocar e presidir as sessões da Academia, enunciando a ordem do dia e dirigindo os trabalhos;
- c) manter a disciplina nas discussões, não permitindo que os debates tomem caráter pessoal;
- d) representar a Academia em juízo e em qualquer ato ou solenidade, podendo fazer-se substituir por outro acadêmico que para esse fim designar;
- e) apresentar relatório anual das atividades da academia;
- f) nomear e demitir o pessoal administrativo da Academia e, *ad referendum* da Assembléia Geral, resolver os casos urgentes não previstos no Estatuto;
- g) autorizar, de acordo com a Diretoria, o pagamento das despesas extraordinárias e ordenar as de caráter urgente;
- h) nomear, quando se fizer necessário, comissões especiais de acadêmicos;
- i) designar a secção a que irá pertencer o novo acadêmico, observada a sua formação, especialidade, vivência e experiência pedagógica;
- j) rubricar todos os livros e documentos da Academia, assinar as atas das sessões, os diplomas, representações, despachos e o expediente dirigido às autoridades e instituições;
- k) movimentar conjuntamente com o tesoureiro os fundos e as contas bancárias.

Parágrafo único – Nas votações o presidente terá o voto de qualidade, além do de membro titular, exceto para as de eleições dos cargos da Diretoria e dos novos titulares.

Art. 7.º - Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

Parágrafo único – No exercício da Presidência, exercerá, o Vice-Presidente as prerrogativas e atribuições do Presidente.

Art. 8.º - Ao Primeiro Secretário compete:

- a) manter e desenvolver as relações da Academia;
- b) promover a distribuição das publicações da Academia;
- c) auxiliar o Presidente nas providências de ordem administrativas, supervisionando o pessoal;
- d) expedir os diplomas dos membros da Academia, de qualquer categoria, subscrevendo-os, juntamente com o Presidente;
- e) assinar o expediente, comunicando aos interessados, em nome do Presidente, a realização das reuniões da Academia;
- f) substituir o Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;
- g) organizar e manter em dia o quadro social, encaminhando para publicação na revista a lista de todos os membros e indicando ao Presidente as vagas a preencher;
- h) fornecer ao Presidente os elementos para relatório anual.

Art. 9.º - Ao Segundo Secretário compete:

- a) apresentar e ler em sessão o expediente;
- b) ter sob sua responsabilidade os livros de atas e presenças;
- c) substituir o Primeiro Secretário em suas faltas e impedimentos e auxiliá-lo em suas funções;
- d) redigir as atas de todas as sessões.

Art. 10. Ao tesoureiro compete:

- a) zelar pelo caixa e pelo patrimônio da Academia;

- b) cobrar e receber toda a renda da Academia, tendo sob sua guarda valores em moeda ou títulos e realizar despesas para o que for autorizado pelo Presidente;
- c) dar quitação dos valores, quando de direito;
- d) arquivar todos os documentos relativos às finanças e à contabilidade da Academia;
- e) mandar escriturar, em livros próprios, a receita e à despesa da Academia;
- f) apresentar à Diretoria balancetes anuais.

Art. 11. Ao Diretor da Revista e da Biblioteca compete:

- a) coletar e organizar o material para a publicação da Revista e do Boletim da Academia, responsabilizando-se pela respectiva obediência aos critérios e normas pertinentes;
- b) organizar a biblioteca da Academia, que deverá conter, principalmente, trabalhos e documentos relacionados com a educação baiana;
- c) controlar as atividades da Biblioteca, inclusive o fichário;
- d) viabilizar a consulta do acervo da biblioteca aos membros da Academia, bem como a outras pessoas e instituições interessadas;
- e) contactar livrarias, editoras e outras instituições, visando a angariar publicações e doações para constituir o acervo da biblioteca.

Art. 12. Ao Diretor do Museu Pedagógico e do Arquivo compete:

- a) organizar o acervo museológico da Academia, coletando material pedagógico, documentos, objetos, fotografias, vídeos e publicações de importância histórico-educacional;
- b) organizar a documentação e a nominata biográfica dos grandes educadores.

Capítulo III

Dos Direitos e Deveres

Art. 13. São direitos dos membros titulares e eméritos:

- a) votar e ser votado, de acordo com o Estatuto e o regimento;
- b) freqüentar as sessões, apresentar trabalhos, participar dos debates em plenário e encaminhar para publicação a Revista trabalhos de interesse pedagógico, obedecidas suas normas e critérios;

Art. 14. São deveres dos membros titulares e méritos:

- a) respeitar e fazer respeitar o Estatuto e o Regimento, prestigiar a Diretoria e zelar pelo bom nome da Academia;
- b) desempenhar os encargos e funções para os quais forem designados pela Presidência;
- c) freqüentar com assiduidade as sessões da Academia, obedecendo o disposto no parágrafo único do art. 2.º deste Regimento;
- d) contribuir financeiramente para custeio das atividades da Academia.

Art. 15. É direito do membro correspondente e honorário freqüentar e corresponder-se com a Academia.

Art. 16. É dever dos membros, correspondentes e honorários contribuir, por todos os modos, para o progresso e engrandecimento da Academia.

Art. 17. Os membros, correspondentes e honorários, não terão direito a voto, nem podem ser votados.

TÍTULO SEGUNDO

Das Sessões da Academia

Art. 18. A Academia Baiana de Educação realizará sessões ordinárias e extraordinárias, públicas e reservadas.

§ 1.º - As sessões ordinárias serão realizadas 1 (uma) vez por mês, em dia, hora e local previamente determinados, observado o estabelecido nos Arts. 8.º e 9.º do Estatuto:

- a) não havendo número legal, a mesa tomará conhecimento dos assuntos urgentes e o Secretário registrará o ocorrido;
- b) havendo número legal, o Presidente abrirá a sessão, que contará de leitura, votação e aprovação da ata da sessão anterior, de expediente e ordem do dia;
- c) as partes serão concedidos desde que o orador permita;
- d) os que falarem no expediente poderão usar palavra uma vez e durante 5 (cinco) minutos, no máximo;
- e) as moções serão apresentadas ao plenário assinadas pelo menos por 10 (dez) acadêmicos.

§ 2.º - As sessões extraordinárias, que se realizarão por motivo de ordem superior ou para a eleições da Diretoria, serão convocadas pelo Presidente, observando o disposto nos Artigos 8.º e 9.º do estatuto.

§ 3.º - As sessões públicas serão realizadas:

- a) no dia 9 de setembro de cada ano, para celebrar a data da criação da Academia;
- b) na posse de novos acadêmicos;
- c) no elogio dos acadêmicos falecidos;
- d) quando a conveniência indicar, a juízo do Presidente.

§ 4.º - Nas sessões solenes, deverá ser usado traje adequado à natureza do evento.

§ 5.º - Quando a natureza do assunto o exigir, a Academia reunir-se-á em sessões reservadas tomando parte apenas os membros titulares.

TÍTULO TERCEIRO

DA CONSTITUIÇÃO DA ACADEMIA

Capítulo I

Da votação, Eleição e Posse

Art. 19. As votações serão por escrutínio secreto.

Art. 20. Para a eleição de novo membro titular, observado o disposto no Art. 1.º deste regimento, a votação será por escrutínio secreto, cumprindo-se as seguintes determinações:

- a) o direito de voto será privado dos membros titulares e eméritos;
- b) será permitido o voto por procuração;
- c) a posse de novo membro titular dar-se-á dentro de 60 (sessenta) dias após a eleição, salvo motivo de força maior, a juízo da Diretoria, cabendo-lhe escolher entre seus pares aquele que fará o discurso de recepção;
- d) ao ser empossado pelo Presidente, o novo membro titular fará o panegírico do respectivo patrono e dos seus antecessores e prestará o seguinte compromisso: “Prometo cumprir e fazer cumprir o Estatuto, o regimento e as resoluções desta Academia e trabalhar quanto em mim couber por seu engrandecimento e bom nome”;

- e) esgotado o prazo concedido na alínea “c” deste artigo, sem que o eleito tome posse, será declarada vaga a cadeira, com realização de nova eleição, na forma regimental, aplicando-se tal determinação a todos os casos em que o eleito não tenha tomado posse até a presente data, salvo motivo justificado, a critério da Diretoria.

Art. 21. A eleição dos membros da Diretoria far-se-á por escrutínio secreto:

- a) só poderão concorrer aos cargos da Diretoria os membros titulares e eméritos em pleno gozo de seus direitos;
- b) as eleições para os cargos da Diretoria serão realizadas de 2 (dois) em 2 (dois) anos, no penúltimo mês do seu mandato;
- c) a posse da Diretoria será na sessão solene de 9 de setembro, no ano em que a mesma for eleita;
- d) as vagas que ocorrerem durante o biênio que se seguir à eleição da Diretoria serão preenchidas por eleição, salvo se faltar menos de 1 (um) ano para o término do mesmo biênio, devendo neste caso o Presidente designar o titular que deverá preencher a vaga até as próximas eleições;
- e) as eleições para os cargos da Diretoria serão realizadas 30 (trinta) dias antes do dia previsto para sua posse, em sessão extraordinária;
- f) nenhum membro titular poderá exercer cumulativamente dois cargos na Diretoria;
- g) a votação deverá estender-se por 1 (uma) hora, e em seguida será processada a apuração, para que o Presidente designará, entre os acadêmicos, escrutinadores para a contagem dos votos, que deverão coincidir com o número de votantes, consignados em lista para este fim;
- h) o estatuto na linha acima só será aplicado à eleição dos membros titulares e méritos e da Diretoria.

Capítulo II

Dos Patronos

Art. 22. São considerados patronos da Academia, de acordo com o Art. 3.º do Estatuto, 40 (quarenta) nomes de grandes vultos já desaparecidos da educação baiana, ou a ela intimamente relacionados, que passaram à posteridade como modelos de educadores ou de homens de notório saber pedagógico.

Parágrafo único – As cadeiras serão numeradas cronologicamente de 1 a 40, conforme relação em anexo.

Capítulo III

Do Patrimônio

Art. 23. O patrimônio da Academia será constituído de bens imóveis, devidamente avaliados, doações, títulos e contribuições, rendas de cursos e de mais atividades, bem assim de outras receitas.

Capítulo IV

Dos Prêmios

Art. 24. A Academia, de acordo com o Art. 2.º, inciso V, do Estatuto, concederá prêmios aos autores de trabalhos de real mérito sobre Pedagogia, Psicologia da Aprendizagem, Filosofia da Educação e outras correlatas.

§ 1.º - Os prêmios a que se refere o artigo acima constarão do louvor acadêmico e de auxílio para publicação dos trabalhos premiados, ou de valores, especificamente, para esse fim destinados por doações.

§ 2.º - Poderão concorrer aos prêmios da Academia educadores, professores e especialistas estudiosos de educação.

§ 3.º - O julgamento dos trabalhos a prêmio competirão uma Comissão, designada pelo Presidente da Academia, nos termos do Art. 2.º, inciso V do estatuto.

§ 4.º - A Diretoria regulamentará a inscrição e a concessão desses prêmios.

TÍTULO QUARTO

Disposições Gerais

Art. 25. A Diretoria exercerá suas funções gratuitamente.

Parágrafo único – A Academia terá um quadro de funcionários, cujo números e vencimentos serão fixados pela Diretoria.

Art. 26. A Academia poderá convidar pessoas estranhas ao seu quadro a fim de realizar conferências, sempre que tal convite envolver verdadeiro interesse científico e cultural, devendo tal proposta ser aprovada pela Diretoria.

Art. 27. A Academia entrará em recesso durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, período em que haverá apenas reuniões da Diretoria, se esta assim deliberar.

Art. 28. A Academia adota como lema LUCEAT LUX VESTRA (Luza vossa luz), inserido nas suas insígnias.

Art. 29. O Estatuto e este Regimento somente poderão ser reformados mediante proposta assinada pela maioria absoluta dos titulares e eméritos ou da Diretoria.

Parágrafo único – Proposta a reforma, o Presidente designará uma comissão compostas de 4 (quatro) membros, escolhidos entre os titulares e eméritos, para, sob sua presidência, emitir “parecer”, que deverá ser submetido à apreciação da Assembléia Geral.

Art. 30. A Academia manterá intercâmbio com instituições co-irmãs, no campo das letras, das artes e das ciências, internacionais, nacionais, estaduais ou municipais, para o que serão organizados os devidos assentamentos.

Art. 31. A partir da publicação e registro do Estatuto serão adotadas providências para:

I – reconhecimento de utilidade pública nas esferas dos poderes federal, estadual e municipal.

II – criação de subsidiárias em até 3 (três) municípios de grande porte no interior do Estado e,

III – Aquisição de sede própria.

Art. 32. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Diretoria, *ad referendum* da Assembléia Geral.

Art. 33. Este Regimento entra em vigor na data da sua aprovação.

**PATRONOS DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO
E ACADÊMICOS TITULARES**

N.º	PATRONO	VIDA	ACADÊMICO TITULAR
1	Abílio César Borges	1824-1891	• Ruy Simões • José Simões e Silva Júnior • Maria Conceição Costa e Silva
2	Alfredo Brito	1876-	• Jair de Oliveira Santos • Adelaide Rogério de Rezende
3	Alfredo Ferreira Magalhães	1873-1943	• Carlos Alberto Pedreira de Cerqueira • José Carlos Almeida da Silva
4	Alípio Correia Franca	1971-1957	• José Francisco de Sá Teles
5	Álvaro Augusto da Silva	1890-1977	• Edivaldo Machado Boaventura • Alfredo Eurico Rodrigo Matta
6	Amélia do Sacramento Rodrigues	1861-1926	• Germano Dias Machado
7	Afrisia Santiago	1894-1970	• Remy Pompílio Fernandes de Souza
8	Anísio Spínola Teixeira	1900-1971	• Hermano José de Almeida Gouveia • Maria Anália Costa Moura
9	Antônio Borges dos Reis	1859-1952	• Guiomar de Andrade Florence • Alírio Fernando Barbosa de Souza
10	Antônio de Castro Alves	1847-1871	• Consuelo Ponde de Senna
11	Antônio Pacífico Pereira	1846-1902	• Ângelo Lyrio Alves de Almeida • Maria Betty Coelho
12	Arlindo Silva Costa		• Adroaldo Ribeiro Costa • Bárbara Vasconcelos de Carvalho • Rosa Pereira Levita
13	Arthur de Salles	1879-1952	• Raul de Souza da Costa e Sá • Elsiar Moreira Alves
14	Augusto Alexandre Machado	1896-1947	• Enock Sena Souza
15	Cosme de Farias	1875-1972	• João Eurico Matta
16	Diógenes Gomes da Costa Vinhaes		• Roisie Almor Metzker Coutinho • Germano Tabacof
17	Egas Moniz Barreto de Aragão	1870-1924	• Maria Augusta de Carvalho Cruz Abdon
18	Ernesto Carneiro de Ribeiro	1839-1920	• José Newton Alves de Souza • Maria Luígia Magnavita Galeffi • Nadja Maria Valverde Viana
19	Francisco da Conceição Menezes	1896-1959	• Cid José Cavalcante Teixeira
20	Gelásio de Abreu Farias	1882-	• Hermano Augusto Palmeira Machado
21	Helvécio Carneiro Ribeiro	1880-1969	• Pedro Júlio Barbuda • Milton Almeida Rabelo
22	Henriqueta Martins Catarino	1886-1968	• Zilma Gomes Parente de Barros
23	Hugo Balthazar da Silveira	1888-	• Rômulo Galvão de Carvalho • Eraldo Tinoco de Melo
24	Isaias Alves de Almeida	1888-1968	• Antônio Pithon Pinto • Joselice Macedo Barreira
25	João Alves Portela		• Cícero Pessoa da Silva
26	João Florêncio Gomes	1846-1925	• Astor de Castro Pessoa

27	José Olímpio de Azevedo	1843-1920	• Thales Olímpio Góes de Azevedo • Antônio Jesuino dos Santos Netto
28	Júlio Afrânio Peixoto	1876-1947	• Oldegar Franco Vieira • Roberto Figueira Santos
29	Luiz da França Pinto de Carvalho		• Luiz Fernando Seixas de M. Costa • Hermes Teixeira de Mello
30	Luiz Gonzaga Cabral	1853-	• Luiz Augusto F. Navarro de Brito • Luis Henrique Dias Tavares
31	Manoel Carlos Devoto	1853-	• Adelmo Soares Pessoa • Manoel Joaquim Fernandes de Barros Sobrinho
32	Maria Luiza de Souza Alves	1860-	• Angelina Rocha de Assis • Leda Jesuino dos Santos
33	Maria Romana Calmon de Bittencourt		• Jorge Calmon Moniz de Bittencourt • José Corgonzinho Carvalho Filho
34	Paulo Fábio Dantas	1900-	• Raymundo Nonato de Almeida Gouveia • Fernando Floriano da Rocha • José Rogério da Costa Vargens
35	Pedro Júlio Barbuda	1837-	• Cassilandro Everaldo Barbuda • João Fernandes da Cunha • Vanda Angélica da Cunha
36	Pedro Tenório de Albuquerque	1906-1982	• Yeda Barradas Carneiro
37	Possidonio Dias Coelho		• Francisco Pinheiro Lima Júnior
38	Roberta Correia	1876-1941	• Olga Pereira Mettig • Marcelo Rocha
39	Rui Barbosa de Oliveira	1849-1923	• Raimundo José da Matta • Lafayette de Azevedo Ponde
40	Sátiro de Oliveira Dias	1844-1913	• Antonino de Oliveira Dias • Hildérico Pinheiro de Oliveira • José Nilton Carvalho Pereira

MEMBROS EMÉRITOS DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO

- **Bárbara Carvalho**
- **Jorge Calmon**
- **José Newton Alves de Souza**
- **Oldegar Franco Vieira**
- **Olga Pereira Mettig**
- **Raymundo Nonato de Almeida Gouveia**
- **Edivaldo Machado Boaventura**
- **Luis Henrique Dias Tavares**
- **Jair de Oliveira Santos**

**MEMBROS BENEMÉRITOS
DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO**

- José Corgozinho Carvalho Filho
 - Jose Nilton Carvalho Pereira
-

EDUCADOR DO ANO

- | | |
|----------------------------------|------|
| • José Carlos Almeida | 1995 |
| • Zilma Parente de Barros | 1996 |
| • Divaldo Pereira Franco | 1997 |
| • Edivaldo Machado Boaventura | 1998 |
| • Olga Pereira Metting | 1999 |
| • José Corgozinho Carvalho Filho | 2000 |
| • Dirlene Mendonça | 2001 |
| • Jair de Oliveira Santos | 2002 |
| • Leda Jesuíno dos Santos | 2003 |
| • Antônio de Pádua Carneiro | 2004 |
| • João Fernandes da Cunha | 2005 |
| • Astor de Castro Pessoa | 2006 |
| • Maria Augusta Cruz Abdon | 2007 |
| • Josué Mello | 2008 |
-

MEMBRO CORRESPONDENTE DA ABE - EM ARACAJU

- Maria Thetis Nunes
-

**GRUPO FUNDADORES DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO,
INSTITUÍDA EM 9 DE SETEMBRO DE 1982.**

- 1 - Hermano José De Almeida Gouveia – Líder Da Iniciativa
 - 2 - Raimundo Nonato De Almeida Gouveia
 - 3 - Jose Newton Alves De Souza
 - 4 - Adroaldo Ribeiro Costa,
 - 5 - Antonio Oliveira Dias,
 - 6 - Antonio Pithon.
 - 7 - Edivaldo Machado Boaventura,
 - 8 - Raymundo José Da Matta,
 - 9 - Remy Pompilio De Souza
-

PRESIDENTES

- | | |
|--|------------------|
| 01 - Raimundo Nonato De Almeida Gouveia | - De 1982 A 1986 |
| 02 - Hermano José De Almeida Gouveia Neto | - De 1986 A 1990 |
| 03 - Edvaldo Machado Boaventura
(Instituiu O Prêmio De Educador Do Ano) | - De 1990 A 1996 |
| 04 - Jair De Oliveira Santos
(Reformou O Estatuto E O Regimento Da Academia) | - De 1996 A 1998 |
| 05 - Hildérico Pinheiro De Oliveira | - De 1998 A 2002 |
| 06 - Alírio Fernando Barbosa De Souza | - De 2002 A 2004 |
| 07 - Roberto Figueira Santos
(Realizador de 3 Ciclos de Seminários e Deixou
o 4º Planejamento) | - De 2004 A 2008 |
| 08 - José Rogerio Da Costa Vargens | - De 2008 A |
-

ACADÊMICOS TITULARES

ADELAIDE RÓGERIO DE REZENDE
ALFREDO EURICO RODRIGUES MATTA
ALÍRIO BARBOSA FERNANDES DE SOUZA
ANTÔNIO JESUÍNO DOS SANTOS NETTO
ASTOR DE CASTRO PESSOA
CÍCERO PESSOA DA SILVA
CID JOSÉ CAVALCANTE TEIXEIRA
CONSUELO PONDÉ DE SENA
EDIVALDO MACHADO BOAVENTURA
ELSIOR MOREIRA ALVES
ENOCH SENA DE SOUZA
FRANCISCO PINHEIRO LIMA JÚNIOR
GERMANO MACHADO
GERMANO TABACOF
HERMANO AUGUSTO PALMEIRA MACHADO
HERMES TEIXEIRA DE MELO
JAIR DE OLIVEIRA SANTOS
JOÃO EURICO MATTA
JOSÉ CARLOS ALMEIDA DA SILVA
JOSÉ CORGOZINHO CARVALHO FILHO
JOSÉ FRANCISCO DE SÁ TELES
JOSÉ NEWTON ALVES DE SOUZA
JOSÉ NILTON CARVALHO PEREIRA
JOSÉ ROGÉRIO DA COSTA VARGENS
JOSELICE MACEDO DE BARREIROS
LEDA JESUÍNO DOS SANTOS
LUIS HENRIQUE DIAS TAVARES
MANOEL JOAQUIM F. BARROS SOBRINHO
MARCELO AUGUSTO CARVALHO ROCHA
MARIA ANÁLIA COSTA MOURA
MARIA AUGUSTA CARVALHO CRUZ ABDON
MARIA BETTY COELHO SILVA
MARIA DA CONCEIÇÃO COSTA E SILVA
MILTON DE ALMEIDA RABELO
NADJA MARIA VALVERDE VIANA
REMY POMPÍLIO FERNANDES DE SOUZA
ROBERTO FIGUEIRA SANTOS
ROSA PEREIRA LEVITA
VANDA ANGÉLICA DA CUNHA
YEDA BARRADAS CARNEIRO
ZILMA PARENTE DE BARROS